Craveiro Costa

Alagoas em 1931



Sob os auspicios do Governo do Estado, na administração do Exmo. Sr. Capitão Dr. TASSO DE OLIVEIRA TINOCO, Interventor Federal, fez-se a publicação deste livro para divulgação das condições fisicas, economicas, politicas e sociais do Estado de Alagoas e dar-se uma impressão geral do que tem feito e está fazendo a população desta parte do Nordeste Brasileiro.

ALAGOAS EM 1931, além dos aspectos fisiograficos que [illegible]aliza, retrata, tão fielmente quanto possivel em trabalhos [illegible]atureza, a obra do homem de Alagoas, realizada sem o [illegible]braço e do capital estrangeiros, conquista exclusiva [illegible]a tenacidade, da sua resistencia, e apresenta [illegible] empolgantes da estatistica, o panorama das [illegible] o solo alagoano oferece a quem o queira ex-[illegible]

[illegible]oração de ALAGOAS EM 1931 a Diretoria de Es[illegible]tica do Estado concorreu com os dados relativos a 1931 e os quadros cartograficos que ilustram este livro.

Sumario

Aspectos físicos

POSIÇÃO ASTRONOMICA

A área do territorio situada a leste do Brasil que, a partir de 1817, ficou sendo a capitania de Alagoas, depois Provincia e Estado, está compreendida entre 8° 55' 30" e 10° 28' 50" de latitude austral e 5° 15' 36" e 8° 10' 28" de longitude oriental do meridiano do Rio de Janeiro, segundo a Comissão de Propaganda de Imigração e Colonização do Norte do Brasil.

LIMITES

O Alvará Regio de 16 de setembro de 1817, que desmembrou a antiga comarca de Alagoas da capitania de Pernambuco, não traçou as fronteiras da nova unidade administrativa com a capitania que a incorporava. Elas deviam ser, é obvio, as mesmas do territorio da secular circunscrição judiciaria, conservadas pela tradição imemorial dos limites da ouvidoria alagoana.

Essa omissão, que áto algum procurou reparar, deu lugar a diversas incursões pernambucanas, que ficaram prevalecendo pela razão do mais forte, mas contra as quais sempre protestou o governo de Alagoas, por todos os meios suasorios ao seu alcance.

Quatro anos após á emancipação, o governador Mélo e Povoas lembrava aos representantes alagoanos nas Côrtes Portuguesas a conveniencia e necessidade imperiosas da fixação dos limites definitivos da nova capitania, indicando as linhas divisorias que lhe pareciam mais em harmonia com os interesses da circunscrição entregue ao seu atilamento governamental. Essas linhas davam ao territorio alagoano a dilatação jurisdicional da antiga comarca e anexavam uma área deserta considerada indispensavel á expansão territorial e administrativa de Alagoas, pela região sertaneja, ao mesmo tempo que traçavam limites insucetiveis de adulterações futuras.

A questão nacional da independencia, empolgando todos os espiritos e sobrelevando-se aos demais problemas, obstou a ação dos deputados de Alagoas, nesse pleito essencialmente regional, e, portanto, no momento, de interesse secundario.

Todavia, Alagoas não abandonou o assunto, que para ela era vital. A demarcação solicitada em 1833, 1836 e 1851 é a prova dessa preocupação dos dirigentes alagoanos. Pleiteou-a a Provincia todas as vezes que se sentia atingida no seu direito pelas pretenções expansionistas do governo pernambucano, ampliando suas extremas geograficas por zonas indiscutivelmente alagoanas.

A mais recente e ostentiva dessas turbações do direito do vizinho foi a de Mariana, povoação situada áquem da linha do Manarí, por onde o governo de Alagoas sempre teve intervenção imemorial e incontestavel.

Entretanto o Alvará de 1817 podia ter fixado esses limites, que documentos anteriores consagravam, corroborando a tradição secular da jurisdição da antiga comarca: o auto de instalação da vila de Cimbres, em 3 de abril de 1762; o decreto de creação da comarca do Sertão de Pernambuco, em 15 de janeiro de 1810, e o auto de instalação da vila de Garanhuns, em 23 de dezembro de 1812.

As invasões pernambucanas tornaram litigiosas extensa área, da qual se acha apossado o Estado de Pernambuco. Data de muitos anos esse litigio de fronteiras, atualmente dependente da decisão arbitral do Dr. Prudente de Morais Filho. A decisão, porém, necessita de estudos topograficos que passem para a positividade do terreno a linha imaginaria dos velhos limites. Segundo essa linha, a fronteira alagoana com Pernambuco, ao norte e oeste, parte do ribeirão **Persinunga** até ás suas nascentes e daí, por uma reta, até o rio **Jacuipe**, acima da sua embocadura no rio **Una**; depois, pelo rio **Taquara**, até as suas nascentes, por uma reta daí tirada, passando pelas serras **Pelada**, **Garanhuns** e outras, até o lugar **Genipapo**, no rio **Ipanema**, e, finalmente, por uma reta que, partindo desse ponto, vá ter á confluencia do riacho **Manarí** com o **Moxotó**.

As duvidas atuais desaparecerão em absoluto desde que a fronteira fique assim determinada. Essa demarcação foi solicitada pelo arbitro escolhido pelos Estados litigantes, como indispensavel á sua decisão final; mas até hoje, inexplicavelmente, tem sido ela adiada.

Nessa linha norte-oeste ficam os municipios de Maragogí, Porto Calvo, Leopoldina, São José da Lage, Quebrangulo, Palmeira dos Indios, Sant'Ana do Ipanema, Mata Grande e Agua Branca.

Ao sul, Alagoas faz fronteira com os Estados de Sergipe e Baía, servindo o álveo do São Francisco de linha divisoria. Por esse lado não ha duvidas.

A leste fica o oceano Atlantico, desde a foz do Persinunga á barra do São Francisco.

SUPERFICIE TERRITORIAL

As linhas divisorias do Estado dão-lhe a fórma aproximada de um triangulo retangulo, cujo angulo reto está na foz do São Francisco. No Moxotó trunca-se o triangulo, alterando-se a harmonia linear de sua configuração geometrica.

A linha litoranea estende-se da embocadura do ribeirão Persinunga, ao norte, á barra do São Francisco, ao sul, e mede, aproximadamente, 260 quilometros; pelo sudoeste o thalweg desse rio, de sua foz até receber as aguas do Moxotó, fórma outro lado do triangulo, com uma extensão de 270 quilometros, pouco mais ou menos; do noroeste para o norte, por variados cursos de mediocre importancia e diversas ramificações orograficas, segue a terceira linha, do Moxotó rumo aos manadeiros do Persinunga e por este desce á sua confluencia no Atlantico. Essa linha desenvolve uma extensão avaliada em 340 quilometros. A altura do triangulo será de cerca de 160 quilometros.

Todas essas medidas estão sujeitas a verificações positivas, no terreno; entretanto elas permitem a estimativa do Dr. Moreira e Silva, de 30.000 k^2, para a superficie territorial de Alagoas e autorizam os calculos do Dr. Gonzaga de Campos, de 30.500 k^2, tendo sido esta a superficie adoptada pela Diretoria Geral de Estatistica, por ocasião dos inqueritos censitarios de 1920.

Aliás ambas estas estimativas não estão muito distanciadas dos calculos dos engenheiros Carlos Mornay (27.591) e Hermilio Alves (28.504) e da Comissão de Propaganda de Imigração e Colonização do Norte do Brasil (29.500), devendo ter-se por errada a avaliação da Comissão da Carta Geral do Imperio (58.504), adotada por muito tempo, e ainda hoje citada, devido a sua procedencia oficial.

Estudando a extensão territorial do Estado, o erudito Dr. Moreira e Silva diz que "a superficie da parte não contestada de Alagoas está

folgadamente calculada em 30.000 k², sendo 27.692 do triangulo Persinunga—São Francisco—Moxotó (foz desses rios) e mais 2.500 da área situada entre a hipotenusa tirada da foz do Persinunga e do Moxotó e a linha de posse provisoria."

E' Alagoas, quanto ao territorio, dos menores Estado do Brasil, só lhe sendo inferior, em extensão, o Estado de Sergipe.

São em numero de 36 as atuais circunscrições municipais, as quais, conforme a sua situação geografica, podem ser assim classificadas:

Zona Maritima:		
Alagoas, Camaragibe, Coruripe, Maceió, Maragogí, Piassabussú, Pilar, Porto de Pedras, Santa Luzia do Norte, São Luiz do Quitunde e São Miguel dos Campos	6.773 kms.²	22,57 Sup. rel.
Zona Montanhosa ou da Mata:		
Atalaia, Capela, Leopoldina, Murici, Porto Calvo, Quebrangulo, São José da Lage, União e Viçosa	6.506 "	21,68 " "
Zona sanfranciscana:		
Belo Monte, Igreja Nova, Penedo, Piranhas, Porto Real do Colegio, Pão de Assucar, São Braz e Traipú	7.091 "	23,63 " "
Zona Sertaneja:		
Agua Branca, Anadia, Arapiraca, Junqueiro, Limoeiro, Mata Grande, Palmeira dos Indios e Sant'Ana do Ipanema	9.630 "	32,13 " "
	30.000 "	100,00 " "

ZONAS TOPOGRAFICAS

Relativamente á estrutura geologica do terreno, o Estado compreende quatro zonas topograficas distintas, que são outras tantas zonas economicas.

A primeira estende-se do Persinunga á embocadura do São Francisco, pela orla do Atlantico, apresentando o aspecto fisico peculiar a toda a costa brasileira, ao nordeste — terreno baixo, plano e arenoso. Um ou outro detalhe quebra a harmonia da generalidade. Em geral a planura entesta os flancos coloridos das colinas adjacentes e eleva-se, aqui e ali, em dunas, umas de formação definitiva, outras ainda movediças, á mercê dos ventos varios do litoral. Suas partes mais altas não excedem de seis metros, acima do nivel médio do mar, e as mais baixas, de dois.

Essa faixa litoranea, na sua extensão de 260 quilometros, aproximadamente, ora se alarga até o maximo de 1.000 metros e é, então, planicie entrecortada de trechos inundaveis pelas marés altas, de alagadiços e embocaduras de rios da vertente do mar; ora se estreita e é, então, simples trilho de areia alva apertado entre o oceano e a orla abrupta dos outeiros, que alteiam até 60 metros as ilhargas escarpadas e desnudas, como nos morros de Camaragibe, ao norte, e nas barreiras do Jiquiá, ao sul.

Cobre-a, nos paúes, varias especies de mangues e, nas partes enxutas, uma vegetação propria, que tem no cajueiro o seu representante de mais alto pórte. Do ponto de vista vegetativo careceria de importancia esse trecho da zona maritima, se a cultura do coqueiro chamado da Baía não lhe tivesse dado um excepcional valor economico, que aumenta dia a dia.

Assinala-a acidentes sem grande relevo fisiografico — pontas de terra que recurvam a linha do litoral, formando lindas enseadas e portos, que servem ao Estado, dos quais o mais notavel é o de Jaraguá, pela sua accessibilidade á navegação de grande calado.

E' notavel ainda essa faixa do litoral alagoano pela existencia de numerosos afloramentos de folhelhos betuminosos com ocorrencia de asfalto, em toda a costa, principalmente entre as embocaduras dos riachos Garça Torta e Doce, a 14 quilometros a NE de Maceió.

Esses folhelhos associados a rochas de diversas formações geologicas ficam expostos na praia durante a baixa-mar.

Ha muitos anos a presença desses folhelhos vem chamando a atenção dos especialistas, despertando a esperança da existencia de grandes jasidas petroliferas em toda a região. A primeira afirmativa cientifica dessa riqueza foi feita pelo engenheiro romaico, Dr. José Back, que conseguiu interessar alguns capitalistas nos seus estudos e explorações, organizando-se uma empreza industrial para isso. Com a morte do engenheiro a empreza fracassou.

O Serviço Geologico e Mineralogico do Brasil, em 1919, mandou ao Estado uma comissão chefiada pelo geologo, Dr. Eusebio Paulo de Oliveira, tendo essa comissão se entregado a estudos minuciosos em toda a costa. Desses estudos e pesquizas cientificas resultou a sondagem do terreno, em varios pontos, por meio de perfuração, afim de verificar se realmente existiam lençóes de petroleo no local. Essas sondagens, pela insuficiencia dos aparelhos, não deram resultado apreciavel.

Todavia o assunto continua a despertar interesse sempre crescente, firmando-se a convicção na existencia de uma enorme riqueza petrolifera nessa zona.

Assim temos a primeira zona topografica do Estado, aparentemente pauperrima, duplamente enriquecida — a cultura do coqueiro, que o homem semeiou e continua a semeiar, aumentando dia a dia o valor aquisitivo da terra e o volume da produção regional, e os folhelhos betuminosos que se poderão tornar uma fonte de opulencia para Alagoas e para o Brasil, caso um dia se venha positivar a existencia de lençóes de petroleo, ou mesmo se realize a industria da mineração dos folhelhos, pois todos eles, "quando submetidos á ação destrutiva, dão origem a oleos pesados de petroleo, aguas amoniacais, gazes permanentes, ficando na retorta um residuo composto de materia mineral e de uma parte de carbono fixo, que é conhecida por coque de folhelhos."

Esta zona, pois, compreende a faixa do litoral alagoano. A parte baixa e alagadiça apresenta ao homem que a habita os mil inconvenientes dos terrenos encharcados e pantanosos, aos quais os governos ainda não levaram os beneficios do saneamento e da profilaxia rural. Por aí o

homem, como a vegetação, se deprime. O ancilostomose e o impaludismo são os dois grande inimigos do trabalhador dos campos, como a pobreza do solo é o impecilho que a vida vegetal encontra para o seu desenvolvimento.

Essa zona fórma a frente atlantica dos municipios de Maragogí, Porto de Pedras, Camaragibe, São Luiz do Quitunde, Maceió, Alagôas, Santa Luzia do Norte, São Miguel dos Campos, Coruripe e Piassabussú, cujos fundos assentam no planalto que constitue a segunda zona topografica do Estado.

A segunda zona é a região dos taboleiros, abarcando uma extensão de 35 a 40 quilometros de largura, do litoral para o centro, e cujas ondulações dividem os vales e dão aos terrenos diversos aspectos de produtividade.

"Esses terrenos são regularmente produtivos, quando de natureza argilosa; mas, ao sul, partindo da cidade de Alagoas, apresentam-se francamente silicosos. São terrenos autoctones, havendo algum aluvião; porém, na embocadura dos rios, os vales são sempre ferteis e se prestam a qualquer natureza de cultura. A vegetação dos taboleiros é de pequeno pórte e consiste quasi que exclusivamente de cajuí, páu-candeia, mangabeira e capim de agreste. Nos outros chapadões a vegetação é mais densa e neles são encontradas essencias de primeira ordem."

A altitude do planalto raramente excede de 60 metros e suas ondulações estendem-se longitudinalmente, de norte para sul, desde os limites com Pernambuco até á barra do São Francisco, e, transversalmente, para o interior.

A' borda do planalto ficam as grandes lagoas — a do **Norte**, a **Manguaba** e a **Jiquiá**, as duas primeiras em plena fase de entulho pelos detritos que nela depositam os rios **Mundaú** e **Paraíba**, e demoram as grandes varzeas aluvionicas aproveitadas pela cultura da cana de assucar. Nesta zona estão os fundos dos municipios litoraneos e os terrenos cultivados pela sua população.

Abrem-se nesses terrenos os vales do Coruripe, Jiquiá, São Miguel, Santo Antonio Grande, Camaragibe, Sauassuí, Manguaba, Maragogí e outros menores, todos perenes, que desaguam diretamente no mar.

Na terceira zona, a leste da segunda, fica o resto do territorio alagoano. Se bem que, geologicamente, seja uma só, todavia apresenta duas feições diferentes — a montanhosa e a sertaneja.

Na primeira, que a geologia chama de **montanhosa**, e, geralmente, se chama da **mata**, abrem-se os grandes vales do territorio alagoano e apresentam-se as maiores elevações orograficas do Estado, todas elas derivadas da serra da Borborema.

O rio **Paraíba** cinde a prumo uma ramificação da serra do **Bananal** para formar as rochas graniticas dos **Dois Irmãos**, por onde se precipita a caudal encachoeirada sobre o solo do vale fertilissimo. O **Mundaú**, que corre entre as serras da **Barriga**, do **Barro Vermelho**, da **Jussara**, da **Pedra**, da **Branca** e outras derivações mais ou menos elevadas, banha e fertiliza varzeas e encostas cobertas outrora de vegetação florestal, que o homem destruiu sem cuidar, até hoje, do reflorestamento, aproveitando-as para as mais variadas culturas. O **Canhoto**, apertado entre elevações abruptas de 150 metros de altura da chã ao vale; o **Jacuípe**, e outros de importancia secundaria enriquecem extraordinariamente esta parte do territorio alagoano.

O ilustre geologo, Dr. Eusebio Paulo de Oliveira, assim descreve essa zona:

"Na região montanhosa, em cujas zonas características estão edificadas as cidades de União e Viçosa, os rios correm em leitos constitui-

dos de rapidos e corredeiras e mesmo cachoeiras, sendo raros os estirões em que a declividade se aproxima da dos rios de planicie; nas margens ha, porém, planicies aluvionicas de fertilidade proverbial. Na epoca das enchentes todo o material resultante da decomposição e erosões das rochas é arrastado pelas aguas, ficando descobertas as rochas que constituem os leitos dos rios, o que muito facilitará o estudo minucioso da intrincada formação geologica a que tais rochas pertencem.

"As serras dessa região são constituidas por uma serie de massiços montanhosos de rochas cristalinas mais ou menos alinhadas, segundo certas direções, predominando em muitas delas as de 50-80°, constituindo escarpas despidas de vegetação, e nos altos existem chapadas ou chãs apropriadas para a criação do gado. E' a região mais importante do Estado, sob o ponto de vista agricola, pois as suas terras são as melhores para a cultura do algodoeiro e da cana de assucar, as duas principais fontes de riqueza do Estado. Além disto, nela existem admiraveis florestas em grande parte devastadas e suas terras produzem muito bem o milho, o feijão, bases da alimentação do povo."

As matas que ainda existem nessa zona do territorio alagoano conservam essencias de muito valor para as construções civis e navais, mobiliario, tinturaria, etc.

Na parte mais proxima ao São Francisco, os terrenos são mais baixos e inundados pelas enchentes periodicas do rio. Nessas terras cultiva-se em grande escala o arroz e são elas constantemente "enriquecidas pelos depositos de detritos de toda especie aí deixados pela vasa na ocasião das cheias, em que o rio se torna muito caudaloso."

Essa região é banhada por numerosos cursos de aguas perenes, destacando-se deles, pela extensão e volume dagua, os rios **Mundaú, Paraiba, Canhoto,** etc.

A região montanhosa compreende os municipios de Porto Calvo, Leopoldina, União, São José da Lage, Murici, Atalaia, Capéla, Viçosa, Quebrangulo, Junqueiro, Anadia, parte dos de Igreja Nova, Limoeiro, Palmeira dos Indios, Penedo, Pilar, e ainda fundos dos da segunda zona.

A região sertaneja, que, geologicamente, é parte integrante da terceira zona, começa em Quebrangulo, em direção á cachoeira de Paulo Afonso. Daí por deante acentua-se a transição topografica.

"O relevo do solo — observa o Dr. Eusebio Paulo de Oliveira — torna-se mais suave, indicando a existencia de um velho **peneplaine** no meio do qual desponta um ou outro massiço montanhoso. E' o sertão propriamente dito, sujeito a todas as calamidades da sêca. Será a zona criadora por excelencia do Estado, quando os serviços de açudagem já projetados estiverem executados. A topografia tão singular dessa região em tamanho desacordo com as que costumam produzir as rochas que a constituem, parece indicar que a sua origem deve ser procurada nas condições climatericas semi-áridas ha alguns seculos existentes no nordeste brasileiro. Nos limites ocidentais de Alagoas e Pernambuco—prosegue o geologo — existem alguns massiços montanhosos de rochas cristalinas capeadas por depositos cretaceos pouco inclinados. Isto parece indicar que o rio São Francisco teve de executar uma poderosa desnudação dessas camadas, antes de cavar as rochas cristalinas que formam o **canon** que se segue á cachoeira. A dragagem do São Francisco é então **super-imposed**, isto é, ele correu em rochas mais novas, durante muito tempo, antes de atingir áquelas em que corre atualmente."

E', desde os tempos coloniais, a zona criadora do Estado. O gado, no periodo calamitoso da sêca, alimenta-se de varias cactáceas, muito resistentes á canicula abrasadora. A agua é o grande problema da região, porque todos os rios que a cortam, além de curso insignificante, são tem-

porarios, alimentados pelas chuvas "concentradas em precipitações sucessivas e espaçadas em seguida". A açudagem será a solução do grande problema sertanejo.

Mesmo assim, numa luta sem fim com a sêca, as populações sertanejas fazem da pecuaria a base da sua prosperidade. Durante as grandes estiagens os prejuisos são enormes, e, para muitos, totais. O gado bovino, principalmente, sofre os horrores da sêca, e, não raro, as fazendas se despovoam completamente. O gado caprino é o mais resistente e o que mais se desenvolve, dando lugar a um largo comercio de peles.

A' montante de Pão de Assucar, até a cachoeira de Paulo Afonso, a estrutura do terreno não permite culturas. E' propriamente a região sertaneja, áspera, batida de rijo pela canicula escaldante. Da serra de **Agua Branca** á de **Mata Grande**, á de **Parleonha** e ramos diversos que tomam curiosas denominações populares, ao ocidente, estende-se uma área de 80.000 hectares, aproximadamente, de terras fertilissimas, abundantes de fontes perenes e proprias ás mais variadas culturas. E' o oasis da região. De Mata Grande ao riacho **Capiá** vão 18 quilometros de caatinga e ardentia. Do **Capiá** á serra **Pretinha** o solo melhora, apresentando vegetação mais robusta e densa, e esses terrenos estendem-se até a serra de **Sant'Ana**, numa extensão de 30 quilometros, mais ou menos. As ramificações da serra de **Sant'Ana** denominadas **Bois**, **Poço**, **Tapera** e outras, são boas terras, cobertas de mata, e nelas cultiva-se largamente o algodoeiro. Daí por deante, rumo á serra de **Santa Cruz**, demora o agreste. As fontes rareiam. Mas a serra de **Santa Cruz**, a 16 quilometros da cidade de Palmeira dos Indios, interrompe essa feição fisiografica da região — boas terras, largamente cultivadas.

Da hidrografia dessa zona apenas o São Francisco é de aguas perenes; os demais dependem do regimen de chuvas — o **Moxotó**, o **Cabaças**, o **Ipanema**, o **Piaba** e outros.

ENERGIA HIDRAULICA

As reservas de energia hidraulica existentes na America do Sul atingem a 55 milhões de cavalos-vapor. Desse total mais de 50 °|° se encontra no Brasil, seja uma potencia hidraulica de cerca de 30 milhões de cavalos-vapor.

Alguns rios que banham o territorio alagoano podem fornecer uma potencia hidro-eletrica bastante consideravel. A principal força desse genero está no rio São Francisco e é, todos sabem, a cachoeira de **Paulo Afonso**, em terras de Alagoas.

As quedas da **Paulo Afonso**, distantes da embocadura do rio 140 milhas aproximadamente, oferecem uma potencia utilisavel calculada em 2.000.000 de cavalos-vapor, durante o periodo das enchentes, e de 700.000, no periodo da baixa das aguas.

A altura maxima das cascatas de **Paulo Afonso** é de 89 metros. O sabio professor Hartt afirma ser a cachoeira de **Paulo Afonso** 38 metros mais elevada que a do **Niágara** e assim a descreve: "Nesta parte do rio, as aguas oprimidas entre duas enormes muralhas de granito, derramam-se a principio em correntes impetuosas sobre um plano inclinado, e, em seguida, precipitam-se em tres saltos. Quando o rio está cheio, a queda fórma um quarto braço, todos separados por pitorescos grupos de rochas. O principal salto cái formando uma curva a meia altura sobre o canal de pedras através do qual passam as aguas, que comprimem violentamente a corrente do norte contra as aguas do outro lado da corrente, misturando-se. Desde então não se reconhece mais agua em quantidade aprecia-

vel: tudo é espuma, tudo é vapor nevoso, num salto formidavel, tudo é o cáos das aguas despenhadas, precipitando-se no abismo."

"A cachoeira mede de 15 a 18 metros de largura e passando assim por tão estreito canal, torna-se notavel pela impetuosidade da corrente. Dessa circunstancia resulta que a cachoeira de **Paulo Afonso,** rivalizando com a do **Niágara** em altura e volume dagua, apresenta, entretanto, um aspecto inteiramente diverso desta, pois a agua se despenha uniformemente numa vasta superficie. Vista á distancia, a queda do **Niágara** parece avantajar-se em majestade; mas a **Paulo Afonso** a excede, quando o observador dela se aproxima. O volume das aguas do **Niágara** é talvez maior, mas, na variedade dos aspectos, na singularidade dos contrastes, nem uma queda dagua no mundo se póde comparar á de **Paulo Afonso.**"

No fundo do precipicio, a corrente, apertada entre rochedos alcantilados, continua o seu curso por leito pedregoso, até Piranhas, formando outras cachoeiras das quais a mais notavel, pela beleza e potencialidade, é a dos **Veados.**

Diversas têm sido as tentativas de aproveitamento dessa força formidavel, para transformal-a em **hulha branca.**

Delmiro Gouveia instalou no povoado Pedra, a seis leguas da cachoeira, uma grande fabrica, que, passando, ultimamente, a outros proprietarios, teve os maquinismos destruidos, para que a **Machine Cotton** ficasse com a exclusividade da fabricação de linhas, reservando-se á fabrica a industria do fio de algodão. Delmiro Gouveia fizera instalações perfeitas hidro-eletricas, aproveitando daquela inesgotavel reserva hidraulica apenas 1.200 cavalos-vapor, pretendendo aumentar esse aproveitamento para montagem de uma fabrica de tecidos. Era ainda pensamento desse grande industrial brasileiro aproveitar a caudal do São Francisco para irrigação da zona sertaneja, afim de desenvolver a cultura do algodão e intensificar a industria pastoril.

Outras tentativas de aproveitamento, que se esboçaram perante o governo, fracassaram.

A cachoeira formada pelo rio **Camaragibe,** no lugar **Serra d'Agua,** tem aspetos naturais de grande beleza. O seu potencial está calculado em 7.500 cavalos-vapor. Não ha, porem, aproveitamento algum dessa força.

A Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, proprietaria das fabricas Cachoeira e Rio Largo, no municipio de Santa Luzia do Norte, aproveita uma parte da força hidraulica de 1.000 cavalos-vapor do rio **Mundaú,** no lugar denominado Cachoeira.

Outros rios podem fornecer consideravel potencia ás industrias. As reservas existentes no Estado podem ser avaliadas em 2.100.000 cavalos-vapor.

OROGRAFIA

O Estado de Alagoas não tem propriamente um sistema orografico. As elevações que nele se encontram e cujas altitudes maiores pouco excedem de 600 metros, são ramificações das extremidades meridionais da cordilheira da Borburema, em cuja aba está a parte central do territorio alagoano.

Destacam-se as elevações seguintes: Do sudoeste para o nordeste, as serras de **Agua Branca, Paulo Afonso, Bois, Camuxinga.** A serra da **Carangueija** esgalha-se, ao sul, nas serras de **Santa Cruz, Priáca** e **Maraba,** e, ao norte, nas de **Palmeira, Pirangussú, Lunga** e **Talhada.** A serra do **Cavaleiro** abre-se em dois cordões: ao sul, **Jussara** e **Barriga,** no rumo de E, ao norte, rumo NE, a serra do **Canivete.** A cordilheira do

Bolão compreende, em direção ao NE, **Mariquita, Meio** e **Gavião**. Isoladamente, salientam-se as serras da **Caiçara, Cruanã, Olhos d'Agua, Parafuso, Vento**. As demais elevações são somenos.

As maiores altitudes do Estado estão em Mata Grande (635 metros); Anadia (Mar Vermelho, 505 metros); Palmeira dos Indios (Anun, 360 metros); Agua Branca (350 metros); Quebrangulo (342 metros). Estas localidades e muitas outras são de clima saluberrimo. O fenomeno da diminuição da temperatura pela elevação do terreno nelas se verifica e seria uma justificação concludente da teoria, se não fosse ela uma realidade.

HIDROGRAFIA

Na hidrografia alagoana não existe uma rêde natural de vias de comunicação, que permita o desenvolvimento da navegação fluvial. Somente o São Francisco, numa extensão de cerca de 310 quilometros, de sua foz á villa de Piranhas, oferece ensanchas para o desenvolvimento da sua atual navegação, desde que a sua barra seja desobstruida para dar acesso, até a cidade de Penedo, á navegação a vapor de maior calado.

Os demais rios do Estado, todos de pequeno percurso, inclusive o **Mundaú**, o **Paraíba**, o **São Miguel**, o **Coruripe**, o **Santo Antonio**, os tres ultimos navegaveis por embarcações de pequena cabotagem até as sédes dos respectivos municipios, não têm profundidade suficiente e refletem no seu curso o caprichoso relevo do solo.

Do ponto de vista da navegabilidade, pois, as arterias fluviais alagoanas são pauperrimas.

Duas são as vertentes que se notam no Estado, a do mar e a do São Francisco.

Para o mar correm os rios seguintes: **Persinunga**, com um curso de 25 quilometros; **Jacuípe**, que desagúa na bacia do **Una**; **Páos**, com cerca de 20 quilometros de percurso; **Maragogí**, com 11 quilometros; **Salgado**, tambem chamado **São Bento**, com 30 quilometros; **Manguaba**, que apresenta um curso de 95 quilometros e recebe o **Tapamundé, Mocaitá** e **Comandatuba**; **Tatuamunha**, com 48 quilometros; **Manimbú**, com 12 quilometros; **Camaragibe**, navegavel até a cidade do Passo por embarcações de pequena cabotagem, com um curso de 113 quilometros; **Santo Antonio Grande**, navegavel até a cidade de São Luiz do Quitunde, com 92 quilometros de percurso; **Sapucaí**, com 24 quilometros; **Sauassuí**, com 16 quilometros; **Santo Antonio Mirim**, com 70 quilometros; **Pratagí**, com 25 quilometros; **Jacarecica**, com 23 quilometros; **Mundaú**, que desemboca na lagôa do mesmo nome, tambem chamada do **Norte**, que tem um curso de 190 quilometros; **Paraíba**, que desagúa na lagoa **Manguaba**, com 200 quilometros; **Sumauma**, com 40 quilometros; **São Miguel**, navegavel até a cidade do mesmo nome, com 80 quilometros; **Jiquiá**, que despeja na lagôa desse nome, com 90 quilometros; **Coruripe**, navegavel até a cidade do seu nome, com um curso de 150 quilometros, e outros ainda menores e inavegaveis.

Para o São Francisco afluem os seguintes: **Piauí**, com 45 quilometros; **Boacica**, 38; **Traipú**, com 198; **Ipanema, Cabaças, Moxotó** e outros de menor importancia, todos rios temporarios.

As lagôas da vertente do mar, pertencem á categoria dos **lagos de barragem**, com origem em dunas, desmoronamentos, bancos aluviais, cordões litorais, ou submersão de vales, seguida da formação de um cordão arenoso. Parece que a esta ultima causa pertencem as lagoas principais do litoral, **Mundaú, Jiquiá, Manguaba** e outras, segundo a opinião do Sr. Delgado de Carvalho.

A **Mundaú** ou do **Norte**, que os indigenas chamavam **Parauan-guera** (que foi mar), situada na parte inferior do extenso vale do Mundaú, tem 20 quilometros de comprimento por 6 de largura. Foi outrora, sem duvida, uma enorme e formosa baía, que teve as suas entradas obstruidas por duas extensas restingas de areia — a de **Maceió**, que significa "que tapa o alagadiço", onde se acha situada a capital do Estado, ao norte, e a **Maçaguera**, que quer dizer "o que foi alagadiço", ocupada pelo povoado do mesmo nome, ao sul, como opina o saudoso Moreira e Silva.

A **Manguaba** ou do **Sul**, com 28 quilometros de comprimento sobre 5 de largura, com formação identica á daquela.

"Estas duas lagôas, separadas em grande extensão por um longo planalto, comunicam-se na sua parte oriental pelos canais denominados — da **Seriba**, ao nascente, e dos **Remedios**, ao poente, os quais ladeiam a ilha de Santa Rita, abrindo-se o primeiro numa barra unica que as põe em comunicação com o mar." (Moreira e Silva).

A do **Jiquiá**, situada no trecho inferior do vale do rio que lhe dá o nome, mede 22 quilometros de comprimento por 5 de largura e está a 10 leguas daquelas duas. Deve ter sido tambem uma grande baía cuja entrada se acha obstruida.

Alem destas existem na vertente do mar as seguintes: **Niquim**, **Pacas**, **Doce**, **Comprida**, **Mangues**, **Taboado**, **Azeda** e **Jacarecica**, no litoral do municipio de São Miguel dos Campos; **Timbó**, **Escura**, **Taboleiro**, **Guaxuma**, **Lavagem** e **Ouro**, no litoral do municipio de Coruripe.

Na vertente do São Francisco, a partir da foz, contam-se as seguintes; **Boacica**, a sudoeste de Igreja Nova; **Coqueiro**, junto á vila do Colegio; **Tapuio** e **Santo**, em São Braz; **Carlos** e **Igreja**, perto da cidade de Traipú; **Funda**, acima de Belo Monte; **Porto** e **Pão de Assucar**, aos lados da cidade deste nome, e muitas outras de importancia secundaria.

CLIMA

O Dr. Juan G. Beltran, em sua **Geografia General de America y particular de la Argentina** (3ª edição, 1925) tratando do clima dos paizes tropicais situados na zona torrida, diz que "antigamente acreditava-se que a zona torrida era uma região condenada e que o homem, ali, consumido pelos calores do Equador, não podia ter a energia fisica e a capacidade de trabalho dos habitantes da zona temperada. Esse erro — acrescenta — se baseava no desconhecimento das leis fisicas do globo e foi, aos poucos, desaparecendo, até que se desfez completamente depois que o Barão de Humboldt fixou bases mais seguras e de mais amplos resultados cientificos, mediante a teoria das **linhas isotermicas.**"

Hoje, é sabido, o clima não é uma consequencia infungivel da posição astronomica de um paiz, pois as altitudes, as condições fisicas do solo, a direção dos ventos reinantes e das correntes marinhas, a proximidade das grandes massas daguas doces ou salgadas e as florestas, modificam sensivelmente o clima.

Dentro dessas modernas teorias dos agentes modificadores do clima, o Dr. Moreira e Silva achava que a disposição orografica de Alagoas, a exuberancia de suas florestas, a distribuição do seu sistema hidrografico, a direção e humidade dos ventos dominantes, davam ao clima de Alagoas os caracteristicos de um clima bastante agradavel. E acrescentava, corroborando a sua opinião:

"A cordilheira da Borburema, bifurcação setentrional da grande cadeia central ao NO, e as ramificações mais importantes, neste Estado, dirigindo-se perpendicularmente aos ventos humidos de SE, que nelas se elevam e determinam condensações, converteram a parte oriental do

mesmo territorio em uma região bastante chuvosa. As florestas, por sua vez, ao mesmo tempo que representam uma consequencia dessas chuvas, favorecem-nas igualmente com o vasto relevo da sua folhagem.

"Neste Estado, as chuvas começam desde a passagem do sol para o hemisferio boreal, em março, e duram até a sua volta, em setembro, com uma intermitencia mais ou menos regular. Somente no periodo oposto, quando os aliseos e monções de SE são substituidos pelas monções de NE, tem-se observado, em alguns lugares da parte central, maiores intervalos de relativa secura, que são devidos, mais á falta de lençóes dagua subterraneos, pela natureza cristalina de respectivo solo, do que mesmo á interrupção das mencionadas chuvas.

"A distribuição e riqueza do sistema hidrografico de Alagoas mantem-lhe a atmosfera constantemente impregnada de vapor dagua, concorrendo desta fórma para a fertilidade do solo. O oceano Atlantico, a leste, o São Francisco, ao sul, e os numerosos rios e lagôas das duas vertentes, em todo o Estado, constituem as superficies alimentadoras dessa impregnação."

As temperaturas extremas, centigrado, registradas nas diferentes estações meteorologicas do Estado, no correr de 1931, deram as médias anuais seguintes:

Estações	Maxima	Minima
Maceió	28,8°	22,5°
Palmeira dos Indios	30,1°	20,5°
Porto de Pedras	28,7°	21,3°
Anadia	30,1°	19,2°
Coruripe	29,4°	20,5°
Sant'Ana do Ipanema (9 meses)	31,6°	19,8°
Porto Real do Colegio (5 meses)	—	12,6°

As maiores maximas registradas foram as seguintes:

Maceió	32,5°
Palmeira dos Indios	37,8°
Porto de Pedras	31,9°
Anadia	36,2°
Coruripe	33,0°
Sant'Ana do Ipanema	39,4°

As menores minimas foram as que se seguem:

Maceió	18,6°
Palmeira dos Iudios	17,0°
Porto de Pedras	17,0°
Anadia	15,1°
Coruripe	13,9°
Sant'Ana do Ipanema	13,8°
Porto Real do Colegio	21,1°

Durante o ano de 1931 as estações meteorologicas registraram os totais seguintes, de chuvas:

Maceió	1.298 m/m
Palmeira dos Indios	909 "
Porto de Pedras	1.498 "

Estações	Maxima	Minima
Anadia	1.086 m/m	
Coruripe	1.136 "	
Sant'Ana do Ipanema (9 meses)	1.004 "	
Porto Real do Colegio (4 meses)	91 "	

Os quadros anexos elucidam melhor o assunto. Com esses elementos póde-se ter uma idéa mais ou menos exata do clima do Estado.

SALUBRIDADE E COLONIZAÇÃO

A respeito da salubridade do Estado, o Dr. Moreira e Silva, na sua interessante monografia FISIOGRAFIA DE ALAGOAS, desenvolve as considerações seguintes:

"Quente e humido, o clima de Alagoas tem sido inscrito no rol dos caluniados pelo erro pretenciosamente repetido de que as regiões tropicais são nocivas, sob o ponto de vista da salubridade.

"O calor por si só, qualquer que seja o seu **maximum**, em vez de prejudicar a saude, constitue um agente desinfetante de grande valor. Sob a ação desse agente fisico, apenas certos fenomenos fisiologicos se podem modificar; assim observam-se a menor atividade do aparelho digestivo, a superatividade do figado, o aumento da respiração, a lentidão do pulso, o exagero da transpiração e da fadiga.

"A humidade, por sua vez, deixa de prejudicar, dentro de determinados limites. Em suma, os climas não podem ser considerados causas diretas de molestias: a ação destas é que se manifesta decisiva sobre os germes que a produzem.

"O grande especialista das chamadas **molestias tropicais**, Dr. Patrick Manson, prova que não existem molestias exclusivamente tropicais, podendo algumas das tais manifestar-se em paizes quentes com germes originarios de meios diferentes.

"Combatendo o mesmo erro, diz o Dr. Afranio Peixoto: "As doenças nos paizes frios foram sempre consideradas uma fatalidade independente do clima; não se lhes sabia a causa, mas outras eram as suposições dos patologistas. Para os paizes quentes, porém, o criterio é diverso, sem mais exame o clima é apontado como causa maior, junto da qual todas são somenos."

"O clima litoraneo de Alagoas, muito brando nos seus indices e pouco vario nas suas sucessões, torna-se ainda mais apreciavel na faixa central. Sua temperatura, pouco oscilante, desce lentamente até os fins do inverno, mas a humidade relativa, atingindo o seu **maximum** no principio do periodo chuvoso, diminue sensivelmente no decurso do mesmo periodo, pelas precipitações que lhe são consequencia.

"A mortalidade no Estado deve ser atribuida, menos ás suas condições climaticas do que ás sanitarias. "A saude no globo é independente da fatalidade das latitudes; é uma conquista do esforço e do conhecimento humano", diz o Dr. Afranio Peixoto."

"Desprovida dos recursos sanitarios de que dispõem outros centros civilizados, Alagoas, resente-se de melhoramentos que presentemente se tornam indispensaveis. Devido a isto, acometem-nos ainda, preferindo as classes que lhes estão mais ao alcance ou as estações que lhes correm mais propicias, o **impaludismo** e a **ancilostomose**.

"Aos agentes produtores destas molestias, que representam as unicas endemias no Estado, juntam-se, na capital, duas circunstancias de não menos importancia — a **miserabilidade** e o **urbanismo**. A primeira

concorre para a maior parte do respectivo obituario; a ultima favorece á primeira e ao abandono dos campos, com prejuiso manifesto da agricultura."

Calcula-se em cinco milhões o numero de estrangeiros que vieram para o Brasil, depois da independencia, predominando italianos e portugueses. Mas toda essa corrente imigratoria foi encaminhada para os Estados meridionais. Infelizmente ainda está vitoriosa a opinião de que ao norte do paralelo de 16º de latitude sul "não devem ser tentados estabelecimentos coletivos permanentes de estrangeiros".

Essa opinião tem concorrido para que o norte viva exclusivamente do trabalho nacional, despovoadas as suas terras, por melhores que elas sejam. Alagoas tem sofrido os efeitos desse erro governamental. Ela nunca teve o concurso do braço estrangeiro no arroteamento das suas terras e no desenvolvimento das suas riquezas. Tem vivido de si mesma, do seu esforço, do seu trabalho...

Em 1892, tentou-se a imigração para o norte. Para isso foi nomeada uma comissão da qual era presidente o então major de engenheiros, Gabino Besouro, governador de Alagoas. Essa comissão estudou detidamente as diversas zonas agricolas em que se divide o Estado; o sistema hidrografico, suas condições de navegabilidade como vias de transporte; o estado higrometrico dos terrenos banhados pelos principais cursos fluviais, a vegetação que os mesmos produziam e as culturas a que se prestavam. Fez ainda o estudo do sistema orografico, do clima, das riquezas principais, na flora e na fauna, o carater geologico do solo, a classificação dos terrenos agricolas, etc., enfim tudo que era necessario a um serviço completo de propaganda da imigração e colonização do Estado.

A comissão encarregada desse serviço em Alagoas fez excursões no vale do Paraíba, no vale do Mundaú, ao Riacho Doce, a Atalaia, Pilar e Alagoas, aos vales do Camaragibe e do Jacuípe, ao vale do São Francisco, enfim percorreu toda o Estado, divulgando amplamente o resultado das suas observações e estudos cientificos.

Um projeto de regulamento para as colonias de imigrantes no Estado foi elaborado; foi feita a carta corografica do Estado e publicada uma noticia sobre Alagoas, em português, italiano e francês. Depois a comissão foi dissolvida e nunca mais os governos, federal e estadual, se preocuparam com o assunto.

VEGETAÇÃO

A flora do Estado em nada difere da que se acha compreendida na faixa fitologica do litoral oriental, encontrando-se nela especimens caracteristicos de todas as zonas botanicas brasileiras.

No Estado, entretanto, distinguem-se duas zonas — a do sertão e a do litoral, que divergem profundamente no aspecto, apresentando familias botanicas diferentes, nas quais predominam as leguminosas, que são como que a plebe da flora nacional.

O sertão é em geral pouco arborizado. A vegetação apresenta-se por caatingas, capões e carrascais. Abundam as cactaceas, que são, no periodo das estiagens, a agua e o alimento do gado. As caatingas são a vegetação tipica da região sertaneja, formadas do caatingueiro, do xique-xique, das juremas e outras especies peculiares de mediocre porte. Os capões emergem dos lugares humidos, em bosques, atingindo a vegetação altura de certa importancia.

Na região montanhosa, porém, ainda existe consideravel riqueza florestal, ao lado das capoeiras que substituem as florestas que o homem devastou, nem sempre com inteligencia.

Pondo-se de lado as especies mais modestas que vicejam nos campos e vivem espontaneamente em pitoresca promiscuidade nas matas de Leopoldina, Porto Calvo, Camaragibe, São Miguel dos Campos e outros municipios, encontra-se grande abundancia de especies resinosas, textis, lindos cernes para mobiliario, lenhos preciosos para construção civil e naval, de alto valor comercial.

As matas alagoanas já forneceram á nossa marinha de guerra, nos primeiros dias da Independencia, duas corvetas construidas nos estaleiros que existiram em Pajussara, e ainda hoje os estaleiros alagoanos constroem os veleiros da nossa navegação costeira e os barcos que fazem os serviços internos do porto de Maceió.

Essas matas eram tão importantes que a metropole, sentindo a necessidade de defender tão rico patrimonio contra a devastação do homem ambicioso, creou em Alagoas uma magistratura especial — **o juiz conservador das matas.** Mas, apezar dessa precaução e da vigilancia que se exercia, pouco a pouco, as matas foram dando lugar ás capoeiras, devastadas pelo machado e pelo fogo.

Contudo no Estado ainda existe uma importante riqueza florestal, embora dela se não faça comercio externo. Para referirmos somente as especies de aplicação industrial e as mais procuradas para as construções e a marcenaria, citaremos:

Plantas taniferas: açafrão, angico, mangue, aroeira, barbatimão, barauna, jitaí, murici, pacova-brava, páu-brasil, páu-ferro, sapucaia, tatajuba, urucú e outras que podem fornecer materia prima á industria tanifera, assegurando-lhe altas porcentagens.

Plantas oleoginosas: Cajueiro, mamona, cumarú, coqueiro da Baía, ouricuri, catolé, dendê, algodoeiro e outras.

Plantas textis: Tucum, gravatá, coroá, piassava, coqueiro da Baía e outras.

Madeiras para marcenaria: Amarelo, vinhatico, angico, cedro, coração de negro, gejuiba, jitaí, jaqueira, jacarandá, louro, paraíba, pitimijú, páu-santo, etc.

Madeiras para construção: Aroeira, barbatimão, bordãosinho, brauna, camassari, giquitibá, gororoba, ipé, Maria-preta, massaranduba, páu-darco, quiri, páu-ferro, sapucaia, sucupira, páu de jangada ou cortiça, etc.

Entre as numerosas especies que produzem fibras destacam-se:

Coroá (Neograziovia variegata) bromeliácea que vive espontaneamente nas matas alagoanas, e é explorada rudementarmente pelo povo na cordoaria e na simples extração das fibras para exportação, como materia prima; o **gravatá (Bromelia Karatas)**, outra bromeliácea que nasce espontaneamente em todo o Estado e cuja fibra, embora não tenha a resistencia do coroá, as suas folhas fornecem á industria do papel materia prima de primeira ordem, pela pasta alva e finissima que produzem; a **piassava (Attalea funifera)**, encontrada abundantemente em certas zonas alagoanas. Todas elas podem, devidamente exploradas, representar ainda um importante papel na riqueza industrial do Estado.

O **coroá,** principalmente. Ocupando-se dessa riquissima bromeliácea, o Departamento Nacional do Comercio (BRASIL ATUAL, 1931) diz ser ela "superior á juta indiana para a confecção de sacos de qualquer especie e principalmente para o café, podendo, neste caso, rivalizar com o canhamo e o linho", e acrescenta esta informação muito importante: "Estudos oficiais realizados recentemente nos Estados Unidos, chegaram a resultados altamente satisfatorios relativamente ao emprego do coroá como materia prima para o fabrico do papel; os tecnicos norte-americanos afirmam que o coroá pode substituir perfeitamente as celu-

loses, atualmente em uso, para esse fim, e que se vão tornando cada vez mais escassas."

Damos a seguir uma tabela do peso especifico e resistencia ao esmagamento de algumas madeiras ainda encontradas nas matas alagoanas:

Madeira	Peso especifico	Resistencia ao esmagamento por c/m quadrado—Quilo
Angelim-amargoso	0,740	830
Angelim-pedra	1,105	645
Angelim-rosa	0,830	630
Angico	9,930	775
Aroeira	1,215	1.005
Barbatimão	1,285	1.030
Braúna	1,060	810
Cabiuna	0,905	720
Cumarú	0,830	560
Cajueiro	0,760	805
Cedro	0,620	470
Goiabeira	0,935	600
Genipapeiro	0,760	805
Páu-d'arco roxo	1,080	730
Páu-d'arco amarelo	0,840	710
Juca	1,180	950
Jacarandá	1,020	815
Louro	0,925	585
Massaranduba	1,170	770
Mangabeira	0,875	715
Muricí	0,640	415
Mugubeira	0,340	78
Páu-ferro	1,245	1.410
Páu-brasil	1,225	1.005
Peroba	0,955	735
Pequiá	0,875	725
Pindaíba	0,450	280
Sapucaia	1,045	690
Sucupira	0,975	885
Vinhatico	0,975	740

Encontram-se ainda muitas outras plantas taniferas, oleoginosas, balsamicas, medicinais, resinosas, tintoriais, textis entre as numerosas familias botanicas existentes no Estado. Mas não ha uma exploração sistematica, industrialmente organizada. Não ha mesmo no Estado serrarias capazes dessa exploração. Importamos madeiras. A exploração das matas existentes é feita sem metodo e nem se cogita do reflorestamento. E continúa a devastação para o fornecimento de combustivel ás fabricas, ás usinas, ás estradas de ferro, aos engenhos, constituindo essa exploração um grande comercio que orça por muitas centenas de contos anualmente.

As terras ocupadas por matas nas propriedades rurais recenseadas em 1920 foram calculadas em 265.674 hectares, ou 0,9 °|° da superficie do

Estado e 19,9 °|° em relação á área ocupada pelos estabelecimentos rurais.
Essa área pode ser duplicada, pois o recenseamento daquele ano só atingiu a 52,8 °|° da superficie do Estado.

MINERAIS

São do Dr. Moreira e Silva as considerações que se seguem:
"Nada se tem feito até esta data sobre o que diz respeito a estudos mineralogicos neste Estado.
"Si a riqueza economica dos depositos arqueanos com suas grandes massas de minerios de ferro, grafite, marmore e outros produtos, nas diversas partes do mundo, é uma verdade assinalada pela Geologia, nem um outro territorio estará em condições mais vantajosas sobre este ponto de vista do que Alagoas.
"Depositos de marmores têm sido descobertos, efetivamente, em diversos municipios da mencionada faixa central.
"Das jazidas deste calcareo, em Viçosa, chegaram a ser utilizadas diversas folhas em Maceió. Para a sua exploração foram adquiridas, por alguns empreendedores, os necessarios maquinismos, ficando estes, entretanto, abandonadas, não só devido ao lucro pouco compensador, como, principalmente, á falta de meios de transporte.
"Em Piranhas vimos amostras de calcareos igualmente metamorficos, finos e de um roseo lindissimo, ainda inexplorados.
"De Paulo Afonso, além da grande quantidade de mica, foramnos oferecidos minerios de ferro, que mais nos pareceram blocos desse metal do que mesmo do aludido minerio, tal a porcentagem que apresentavam em ferro metalico. Tem-se reconhecido tambem a existencia de ouro em Sant'Ana do Ipanema, e de salitre nas adjacencias do São Francisco.
"Em varios pontos da costa e principalmente nos lugares denominados Riacho Doce e Garça Torta, afloram, nas marés baixas, extensos e profundos extratos de folhelhos ou chistos bituminosos, que ocupam vastas bacias e cuja porcentagem em petroleo é consideravel."
Em 1923, o mineralogista português, Sr. Acrisio Levi Pereira, percorreu extensa zona alagoana, pesquizando demoradamente Viçosa, Quebrangulo, Palmeira dos Indios, Anadia, Traipú e Pão de Assucar, trazendo para a capital grande mostruario de minerios por ele colhidos.
Segundo esse mineralogista, Olhos d'Agua do Acioli, no municipio de Palmeira dos Indios, é um lugar digno de uma exploração em regra. Situado em uma especie de contraforte, possue inumeros olhos dagua, o que deu o nome á localidade. Uns são de agua potavel, mas bem ao pé destes, apresentam-se outros de aguas salinas e ainda de aguas grossas e oleosas. Por toda parte, ali, encontram-se vestigios acentuados de chistos bituminosos. Uma versão antiga afirma que, ha muitos anos, por ali abriram um poço, dando-se com um liquido exquisito e inflamavel. Aterraram-no imediatamente, crentes de que aquilo era um castigo do céo, não calculando aquela boa gente, na sua simplicidade supersticiosa, que, ao contrario disso, ali havia uma prodigalidade da natureza para aquele afortunado rincão.
Em diferentes pontos do Estado o Sr. Levi verificou a existencia de depositos de koalim e feldspato, aquele de grande utilidade no branqueamento de tecidos e, em conjunto com este, fornecedor de belos tipos de louças. O Sr. Levi fez algumas experiencias felizes, segundo demonstrou com as amostras.
Minerios de ferro o mineralogista encontrou na serra de Tanque d'Arca, na serra Pirangussu', em Mar Vermelho e em Anadia; na pro-

priedade **Riacho Seco**, em Quebrangulo; na serra dos **Veados**, em Limoeiro, onde constatou depositos, mais ou menos extensos, de **hematite** e **magnetico**.

Na serra **Porteiras**, em Traipú, encontrou um deposito de cromito, ou ferro cromado, minerio de grande importancia industrial devido a fornecer diversos compostos de grande utilidade.

No serrote **Jacuípe**, na propriedade do Sr. José Beleu, em Palmeira dos Indios, o ilenito, ferro titanado, se encontra com frequencia. **Pirito amarelo** e **marcasito** são abundantes nas propriedades **Estrela**, **Camarão** e **São José**, em Atalaia.

Marginando o vale formado pelo rio Paraíba, no municipio de Viçosa, encontra-se a serra do **Bananal**, muito ramificada. Ai, segundo aquele profissional, apresentam-se varios boqueirões, produtos das erosões, que deixam a descoberto, no trecho compreendido entre Viçosa e a serra **Dois Irmãos**, acentuados vestigios de **galena** (minerio de chumbo) e de **blenda** (minerio de zinco). A **galena** acumula-se de preferencia na propriedade **São Francisco**, situada á margem esquerda do Paraíba, defronte da cidade de Viçosa. A **blenda** foi encontrada na serra do **Bananal**, na propriedade **Gravatá**, do Sr. Joaquim Fernandes. Nesse mesmo local, encontram-se vivos vestigios de **aguas marinhas**, como tambem na serra do **Lunga**, em Quebrangulo, e nas propriedades **Cachoeira** e **Vargem do Arroz**, em Anadia.

No municipio de Arapiraca, ha enormes depositos de **fluoreto duplo, aluminio e calcio**, **nikelina** ou **arseniato de nikel** e diferentes tipos de **micas magnesianas**.

Encontrou o Sr. Levi, em grande quantidade, o **esmeril**, no vale do rio Porangaba, em terrenos das propriedades **Triunfo**, **Fazenda**, **Estrela**, **São José** e **Camarão**.

O **calcito** foi encontrado nas serras do **Bonifacio** (Palmeira dos Indios), **Porteiras** (Traipú), na propriedade **Furado**, em São Miguel dos Campos, podendo ser classificado **aragonito** e da espęcie **aspato assetinado**, nos lugares **Bonifacio**, **Coruripe**, **Olhos d'Agua do Acioli**, em toda a margem do **Lunga**, na propriedade **Jaramataia** (Belo Monte) e em quasi toda a orla do rio São Francisco, especialmente em São Braz, Traipú e Belo Monte.

Marmore existe em grande quantidade no **Lunga**, apresentando belas colorações, não podendo ser, porém, aproveitado em obras de resistencia em virtude de ser fraca a sua contextura; mas, em compensação, pode ser utiiizado vantajosamente na fabricação de gaz carbono, industria de grande valor e utilidade.

No **Lunga**, que possue uma riqueza incalculavel de minerios, encontra-se o **oxido de barita**, alasbastro verdadeiro, e **hemotoconite**, ou marmore vermelho antigo.

Em Palmeira dos Indios, Quebrangulo, Limoeiro e Anadia existem aflorações de marmore, quasi sempre inferior. Mas no leito do rio **Traipú**, junto á serra das **Mãos**, proximo á povoação **Capivara**, no municipio de Traipú, existe marmore de otima qualidade, cobrindo extensa área e apresentando blocos enormes.

Gesso existe, em abundancia, nos municipios de São Braz, Igreja Nova, Penedo, Piassabussú e Coruripe.

Talco o Sr. Levi encontrou em Belo Monte e Traipú. Sua maior abundancia está na povoação **Batalha**, em terrenos da propriedade **Jaramataia**. No mesmo local encontra-se a **pedra de amolar**.

Amianto foi encontrado aflorando nos lugares **Matinha** e **Cachoeira**, no municipio de Traipú, e proximo á vila de Piranhas, no municipio do mesmo nome.

Grafite ou **plombagina** encontra-se, em quantidade consideravel, no vale do rio **Bengo**, no lugar **Bengo** e na serra das **Mãos**.

Cobre abunda na serra da **Preaca** e é extraordinaria a afloração desse minerio. O Sr. Levi trouxe á capital a afirmação de que os habitantes dos arredores fundem as pedras em forjas, obtendo cobre puro, tal a enormidade de seu teor metalico, notando-se ainda vestigios em Olhos d'Agua do Acioli e Mar Vermelho.

De tudo o Sr. Levi Pereira trouxe numerosas amostras, que foram por eles apresentadas ao governador, Dr. Fernandes Lima, ficando as impressões desse profissional registradas no JORNAL DE ALAGOAS, numa entrevista concedida ao autor deste livro.

Esse mostruario foi levado para o Rio de Janeiro e apresentado ao Ministro da Agricultura de então. No ano seguinte, o Ministerio da Agricultura fez acompanhar o Sr. Levi por um seu funcionario ao Estado. Não tivemos mais noticias a respeito das novas pesquizas mineralogicas do Sr. Levi.

RESUMO CLIMATOLOGICO DA ESTAÇÃO DE MACEIO', NO ANO DE 1931

Latitude 9° 39' 20"—Longitude 35° 42' 30"—2h. 22m. 50s. W. de Grew.—Altitude 47m,80

MÊSES	Pressão barometrica reduzida a zero	Temperatura cent. á sombra				Humidade relativa do ar	Nebulosidade 0—10	Chuva e m/m		VENTO	
		Média das maximas	Média das minimas	Maior maxima	Menor minima			Altura total	Maxima em 24 horas	Direções predominantes	Velocidade em m. p. s.
Janeiro	—	—	23.0	—	20.8	—	—	24.4	12.1	—	—
Fevereiro	756.2	3 0.	24.3	30.8	22.1	75.5	5.6	80.4	24.7	E	2.1
Março	56.9	30.5	24.3	32.5	22.6	74.9	5.4	72.0	13.0	E	2.0
Abril	56.8	29.8	23.4	30.8	20.1	76.0	5.2	127.4	56.6	1ª C 2ª E	1.5
Maio	57.6	29.0	22.6	30.1	21.2	80.0	5.8	218.0	60.1	1ª C 2ª SE	1.2
Junho	59.6	27.8	22.3	28.7	20.5	78.7	6.6	200.6	27.8	1ª C 2ª SE	1.6
Julho	59.5	27.2	21.8	27.8	18.6	75.9	6.3	123.5	31.3	SE	1.7
Agosto	61.0	26.8	21.4	27.5	19.6	76.2	6.8	123.2	24.2	SE	1.8
Setembro	59.0	27.6	21.5	30.4	19.4	78.6	6.2	165.0	71.3	E	1.7
Outubro	58.1	28.5	22.1	29.9	20.2	76.3	5.0	53.5	35.8	NE	2.0
Novembro	56.5	28.9	22.0	29.5	20.6	76.3	4.5	22.9	7.0	1ª C 2ª E	2.0
Dezembro	57.1	29.1	22.0	30.4	20.2	75.9	4.4	77.2	24.8	1ª E-C 2ª NE	1.8

RESUMO CLIMATOLOGICO DA ESTAÇÃO DE PALMEIRA DOS INDIOS, NO ANO DE 1931

Altitude 290 ms. — Lat. S. 9° 24' 00" — Long. W. de Grew. 36° 35' 21"

MÊSES	Pressão barometrica reduzida a zero	Temperatura extrema Cent.				Humidade relativa—%	VENTO		Nebulosidade—0-10	Chuvas em m/m		
		Média das maximas	Média das minimas	Maior maxima	Menor minima		Direção predominante	Velocidade média m/s		Total	Numero de dias de chuva	Maior chuva em 24 horas
Janeiro	963.1	34.5	21.8	37.8	20.1	6 7[illegible]	N E	3 .0	3 .6	3.8	2	2.1
Fevereiro	961.0	33.0	22.5	35.6	20.2	74.8	E	2.7	5.4	65.9	10	32.7
Março	962.1	33.5	22 .	35 .	20.9	67.9	N E	2.4	4.4	42.9	2	37.6
Abril	997.1	31.4	19.9	35.6	17.8	82 .4	C–S E	0.9	5.9	66.2	10	12.[illegible]
Maio	963.5	29.7	21.2	32.4	19.3	77.5	C–N E	1.7	5.4	118.7	14	23 .6
Junho	986.1	27.2	20.2	30.7	19.0	86.1	C E	1.2	6 .3	174.7	22	63.8
Julho	966 4	25.4	18.9	27.8	17.3	86.2	C E	1.2	6 2	117.4	27	18 .2
Agosto	967.7	25.0	18.7	27.3	17.0	88.4	C–N E	1.4	7.0	155.6	28	23.1
Setembro	96 5.[illegible]	[illegible]	19.1	29.9	18.1	83.4	N E	1.6	5.7	88.8	15	17.6
Outubro	963.9	30.0	20.0	34.9	18.7	72 1	E	2.2	4.3	29.5	6	21.7
Novembro	962.1	31.9	20.6	36.1	18.7	68 .5	N E	2.0	4.5	24.7	7	6.9
Dezembro.	963.3	32.8	20.9	36.7	19.7	66.0	E	4.9	3.9	12.7	2	5.0
Médias anuais	966.8	30.1	20.5	37.8	17.0	76.7	C–N E	2.1	5.2	909.9	143	63.8

RESUMO CLIMATOLOGICO DA ESTAÇÃO DE PORTO DE PEDRAS, NO ANO DE 1931

Lat. 9° 11' 00" — Long. W. de Grew. 35° 23' 21"

MÊSES	Pressão barometrica reduzida a zero	Temperatura extrema Cent.				Humidade relativa—%	VENTO		Nebulosidade—0-10	Chuvas em m/m		
		Média das maximas	Média das minimas	Maior maxima	Menor minima		Direção predominante	Velocidade média m/s		Total	Numero de dias de chuva	Maior chuva em 24 horas
Janeiro	1013 .[illegible]	30.3	22.4	31.6	19.0	76.3	E	3 .3	3.8	29.6	7	19.4
Fevereiro	1012.9	29.7	22.7	31.0	20.2	78.6	S E	3.3	4.8	100.3	14	43.0
Março	1013.7	30.3	22.6	30.9	20.0	78.4	E	3.2	4.8	86.3	9	17.4
Abril	1013.6	29.3	21.8	31.9	18.0	79.0	S E	12.7	5.4	166.3	10	41.0
Maio	1014.6	28.4	20.9	29.5	19 .4	81.9	S E	2.3	6.1	267.6	8	46 .6
Junho	1017.0	27.5	21.1	29.4	18.8	82.2	S E	2.5	6.7	282.0	11	30.0
Julho	1017.1	26.6	20.5	27.4	17.0	76.0	S E	3.9	5.6	137.6	11	19.8
Agosto	1019.0	26.4	20.1	27.3	17.6	78.1	S E	3.8	5.9	154.3	26	20.8
Setembro	1016.7	27.2	20.6	28.7	17.9	79.4	S E	3.1	5.4	136.3	6	42.0
Outubro	1015.5	28.9	21.1	30.5	18.9	78.2	E	2.8	4.7	38.1	4	12.8
Novembro..	1013.4	29 .8	21.1	31.1	19 .	77.2	E	2.7	4.1	28 .5	3	14 0
Dezembro	1014.4	29.9	21.2	31.6	19.8	79.5	E	2.5	3.9	71.9	4	18.6
Médias anuais	1015.1	28.7	21.3	31.9	17.0	78.7	S E	3.0	5.1	1498.8	113	46.6

RESUMO CLIMATOLOGICO DA ESTAÇÃO DE ANADIA, NO ANO DE 1931

Latitude S. 9° 41' 00" — Longitude W. de Grew. 36° 15' 21"

MÊSES	Pressão barometrica reduzida a zero	Temperatura extrema Cent.				Humidade relativa—%	VENTO		Nebulosidade — 0–10	Chuvas em m/m		
		Média das maximas	Média das minimas	Maior maxima	Menor minima		Direção predominante	Velocidade média m/s		Total	Numero de dias de chuva	Maior chuva em 24 horas
Janeiro	997.3	33.8	19.6	36.2	18.0	75.1	S E	1.7	4.9	0.6	1	0.6
Fevereiro..	997.6	33.6	20.0	35.9	18.8	76.7	S E	1.6	6.1	46.7	8	16.4
Março	997.8	34.3	20.0	35.9	19.8	73.6	C–S E	1.5	5.1	23.9	7	8.3
Abril	997.1	31.4	19.9	35.6	17.8	82.4	C–S E	0.9	5.9	66.2	10	12.0
Maio	1003.4	28.8	19.8	32.0	17.8	87.5	C–S E	0.7	6.9	168.7	16	40.0
Junho	1000.2	26.6	19.3	29.3	16.2	88.5	C–S E	0.7	5.6	133.5	21	18.2
Julho	1004.2	26.1	17.7	27.3	16.0	90.9	C–S E	0.9	5.2	195.4	25	26.5
Agosto	1005.7	26.1	17.7	27.4	15.1	88.2	C–S E	0.9	5.4	181.5	25	30.8
Setembro	1004.4	27.7	18.1	30.1	16.8	88.0	C–S E	1.0	5.0	132.4	16	32.5
Outubro	1003.5	29.7	18.9	33.0	17.1	79.6	C–S E	1.2	4.7	24.7	6	12.4
Novembro	1001.3	31.6	19.2	34.0	17.8	80.6	C–S E	1.0	4.3	37.6	4	15.0
Dezembro	1002.0	31.7	19.6	35.9	17.2	80.7	C–S E	1.0	4.1	75.6	6	26.0
Médias anuais	1001.7	30.1	19.2	36.2	15.1	82.6	C–S E	1.1	5.3	1086.8	145	40.0

RESUMO CLIMATOLOGICO DA ESTAÇÃO DE CORURIPE, NO ANO DE 1931

MÊSES	Pressão barometrica reduzida a zero	Temperatura extrema Cent.				Humidade relativa—%	VENTO		Nebulosidade — 0–10	Chuvas em m/m		
		Média das maximas	Média das minimas	Maior maxima	Menor minima		Direção predominante	Velocidade média m/s		Total	Numero de dias de chuva	Maior chuva em 24 horas
Janeiro	1014.2	31.6	20.5	33.0	17.0	80.0	N E	3.5	3.6	16.4	5	5.6
Fevereiro.	1013.7	31.2	22.1	32.8	18.5	81.4	E	3.3	5.8	60.9	13	19.2
Março	1014.6	31.7	21.2	32.6	17.8	81.4	N E	3.2	4.7	43.7	14	10.5
Abril	1014.6	30.5	20.6	33.0	16.2	84.5	S E	2.6	4.7	107.7	13	39.7
Maio	1015.5	29.3	20.5	30.9	17.7	87.0	S E	2.4	5.8	168.8	22	27.6
Junho	1018.4	28.0	20.6	30.1	16.4	87.1	S E	2.5	5.7	180.7	26	25.3
Julho.	1018.4	27.1	20.0	28.0	13.9	84.1	S E	3.3	5.9	173.5	26	27.9
Agosto.	1020.3	26.9	20.2	27.8	14.5	83.8	S E	3.4	6.9	114.8	25	18.2
Setembro.	1017.5	27.7	19.6	29.6	16.1	86.6	S E	2.8	5.7	137.1	20	20.6
Outubro	1016.0	29.1	20.2	30.8	17.2	85.2	S E	2.9	4.3	39.6	11	22.6
Novembro.	1014.0	30.0	20.2	30.8	17.2	83.1	S E	2.8	4.4	40.3	9	17.2
Dezembro	1014.7	30.3	20.7	32.7	17.4	82.1	S E	3.3	3.8	79.6	11	27.4
Médias anuais	1016.0	29.4	20.5	33.0	13.9	83.9	S E	3.0	5.1	1163.1	195	39.7

RESUMO CLIMATOLOGICO DA ESTAÇÃO DE SANTANA DO IPANEMA, NO ANO DE 1931

Lat. S. 9° 24' 00" — Long. W. de Grew. 37° 05' 21"

MÊSES	Pressão barometrica reduzida a zero	Temperatura extrema Cent. — Média das maximas	Média das minimas	Maior maxima	Menor minima	Humidade relativa — %	VENTO — Direção predominante	Velocidade média m/s	Nebulosidade — 0-10	Chuvas em m/m — Total	Numero de dias de chuva	Maior chuva em 24 horas
Janeiro	—	36.1	20.4	39.4	17.3	62.6	S E	3.3	4.4	0.0	0	0.0
Fevereiro	—	39.9	22.0	37.6	19.2	66.4	S E	3.5	6.0	71.5	7	43.7
Março	—	34.9	21.6	36.8	18.2	65.2	S E	3.3	5.2	59.5	5	30.4
Abril	—	33.6	20.6	37.1	16.7	68.7	S E	2.9	5.6	35.6	4	17.0
Maio	—	31.9	20.4	35.4	16.5	75.0	S E	2.6	5.7	164.3	11	50.6
Junho	—	27.8	19.8	31.2	15.9	85.8	S E	2.3	7.1	184.4	14	60.4
Julho	—	26.0	17.7	27.9	13.8	88.7	S E	2.3	6.8	227.2	22	33.4
Agosto	—	25.9	17.7	28.2	13.5	88.9	S E	2.4	6.6	207.0	23	30.9
Setembro	—	29.0	18.0	34.0	15.5	81.9	S E	2.6	6.2	105.0	12	24.0
Outubro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Novembro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dezembro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

NOTA — Dei xade ser registrados os valores mensais de outubro a dezembro, por motivos alheios á nossa vontade.

RESUMO CLIMATOLOGICO DA ESTAÇÃO DE COLEGIO, NO ANO DE 1931

Lat. S. 10° 12' 00" — Long. W. de Grew. 36° 51' 21"

MÊSES	Pressão barometrica reduzida a zero	Temperatura extrema Cent. — Média das maximas	Média das minimas	Maior maxima	Menor minima	Humidade relativa — %	VENTO — Direção predominante	Velocidade média m/s	Nebulosidade — 0-10	Chuvas em m/m — Total	Numero de dias de chuva	Maior chuva em 24 horas
Janeiro	—	—	22.1	—	20.4	71.4	S E	3.9	3.7	3.7	4	2.8
Fevereiro	—	—	22.9	—	20.9	74.5	S E	3.9	4.2	26.1	9	10.5
Março	—	—	23.1	—	22.0	—	—	—	4.2	25.6	9	8.8
Abril	—	—	22.7	—	21.1	—	S E	3.4	4.0	35.6	9	9.3
Maio	—	—	23.3	—	20.0	80.1	S E	4.0	4.9	—	—	—
Junho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Julho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Agosto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Setembro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outubro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Novembro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dezembro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

NOTA — Este posto meteorologico foi fechado em Junho de 1931.

LIMITES E AREAS DOS MUNICIPIOS

MUNICIPIOS	LIMITES	Superficie em kms.2
Agua Branca	Ao N. e NO. com o rio Moxotó e a Serra Branca pela linha de fronteira com Pernambuco; a O. e SO. com o rio S. Francisco; ao S. e SE. com o municipio de Piranhas nos lugares Buraco e Serra das Quiribas; a L. e SL. com o municipio de Mata Grande.	1.292
Alagôas	Ao N. os municipios de S. Luzia do Norte e Pilar, respectivamente pelos riachos Salgado e Remedios; ao S. o municipio de S. Miguel dos Campos; a L. o municipio de Maceió, e o Atlantico, e a O. os municipios de Pilar e S. Miguel dos Campos.	268
Anadia	Ao N. e NO. os municipios de Pilar, Atalaia, Capela, Viçosa e Palmeira dos Indios; ao S. os municipios de Limoeiro e S. Miguel dos Campos; a O. os municipios de Quebrangulo e Palmeira dos Indios.	1.115
Arapiraca	Ao N. o municipio de Palmeira dos Indios, pelo rio Tingú; a L. o municibio de Limoeiro; ao S. os municipios de Porto Real do Colegio e S. Braz; a O. o municipio de Traipú.	356
Atalaia	Ao N. o municipio de Muricí; ao S. o municipio de Pilar; a L. Santa Luzia do Norte; a O. Anadia e Capela.	880
Belo Monte	Ao N. o municipio de Santana do Ipanema; ao S. o rio S. Francisco; a L. o municipio de Traipú; a O. o de Pão de Assucar.	858
Camaragibe	Ao N. o municipio de Porto Salvo, Leopoldina e Porto de Pedras; ao S. o de S. Luiz do Quitunde; a L. o Atlantico; a O. o municipio de Muricí.	876
Capela	Ao N. os municipios de Muricí e União; ao S. os municipios de Anadia e Atalaia; a L. os de Muricí e Atalaia; a O. o de Viçosa.	578
Coruripe	Ao N. o municipio de S. Miguel dos Campos; ao S. o de Piassabussú; a L. o Atlantico; a O. os municipios de Junqueiro e Penedo.	1.038
Igreja Nova	Ao N. os municipios de Limoeiro e Junqueiro; ao S. o rio S. Francisco; a L. os municipios de Penedo e Junqueiro; a O. os de S. Braz e Colegio.	836
Junqueiro	Ao N. os municipios de Limoeiro e Anadia; ao S. o de Coruripe; a L. os de Coruripe e S. Miguel dos Campos; a O. os de Igreja Nova, S. Braz e Penedo.	847
Leopoldina	Ao N. o Estado de Pernambuco, pelos rios Jacuípe e Taquara; ao S. o municipio de Camaragibe; a L. o de Porto Calvo; a O. os de S. José da Lage e União.	460
Limoeiro	Ao N. os municipios de Anadia e Palmeira dos Indios; ao S. os de Junqueiro, Igreja Nova, Por-	1.032

MUNICIPIOS	LIMITES	Superficie em kms.2
	to Real do Colegio, São Braz e Traipú; a L. os de S. Miguel dos Campos e Anadia; a O. os de Palmeira dos Indios e Traipú.	
Maceió	Ao N. o municipio de S. Luiz do Quitunde; ao S. e a L. o Atlantico; a O. o municipio de Santa Luzia do Norte; a SE. o de Alagoas.	366
Maragogí	Ao N. o Estado de Pernambuco; ao S. os municipios de Porto Calvo e Porto de Pedras; a L. o Atlantico; a O. o municipio de Porto Calvo.	578
Mata Grande	Ao N. e O. o Estado de Pernambuco; ao S. o municipio de Agua Branca; a L. o de Santana do Ipanema.	1.678
Muricí	Ao N. os municipios de União. Camaragibe e S. Luiz do Quitunde; ao S. os de Santa do Norte e Atalaia; a L. os de Santa Luzia do Norte e S. Luiz do Quitunde; a O. os de Capela e Viçosa.	692
Palmeira dos Indios	Ao N. o Estado de Pernambuco; ao S. os municipios de Limoeiro e Traipú; a L. os de Viçosa e Quebrangulo; a O. o de Santana do Ipanema.	1.508
Pão de Assucar	Ao N. o municipio de Santana do Ipanema; ao S. o rio S. Francisco; a L. os municipios de Piranhas, Agua Branca e Mata Grande; a O. o de Belo Monte.	1.438
Penedo	Ao N. os municipios de Coruripe, Junqueiro e Igreja Nova; ao S. o rio S. Francisco e o municipio de Piassabussú; a L. os municipios de Piassabussú e Coruripe; a O. o rio S. Francisco e os municipios de Igreja Nova.	698
Piassabussú	Ao N. o municipio de Coruripe; ao S. o rio S. Francisco; a L. o Atlantico; a O. o municipio de Penedo.	528
Pilar	Ao N. os municipios de Atalaia e Santa Luzia do Norte; ao S. os de Alagoas e S. Miguel dos Campos; a L. a lagôa Manguaba; a O. o municipio de Anadia.	289
Piranhas	Ao N. os municipios de Agua Branca e Mata Grande; ao S. o rio S. Francisco; a L. o municipio de Pão de Assucar; a O. o de Agua Branca.	935
Porto Calvo	Ao N. o Estado de Pernambuco, pelos municipios de Palmares e o municipio alagoano de Leopoldina; a S. e a SE. os municipios de Porto de Pedras e Camaragibe; a L. o de Maragogí; e a O. o de Leopoldina.	742
Porto de Pedras	Ao N. os municipios de Porto Calvo e Maragogí; ao S. o de Camaragibe; a L. o Atlantico e a O. os municipios de Porto Calvo e Camaragibe.	261
Porto Real do Colegio	Ao N. os municipios de Junqueiro e Limoeiro; ao S. o S. Francisco; a L. o municipio de Igreja Nova; a O. o de S. Braz e ainda o S. Francisco.	494
Quebrangulo	Ao N. o Estado de Pernambuco; ao S. o muni-	535

MUNICIPIOS	LIMITES	Superficie em kms.2
	cipio de Anadia; a L. o de Viçosa; a O. o de Palmeira dos Indios.	
Santana do Ipanema	Ao N. o municipio pernambucano de Aguas Belas; ao S. os municipios alagoanos de Pão de Assucar e Belo Monte; a L. o de Palmeira dos Indios; a O. o de Mata Grande.	2.162
Santa Luzia do Norte	Ao N. o municipio de Muricí; ao S. o de Pilar e Alagoas; a L. os de Maceió e S. Luiz do Quitunde; a O. o de Atalaia.	336
São Braz	Ao N. os municipios de Limoeiro e Traipú; ao S. o rio S. Francisco; a L. o municipio de Porto Real do Colegio; a O. o de Traipú.	536
S. José da Lage	Ao N. e a O. o Estado de Pernambuco; ao S. o municipio de União; a O. o de Leopoldina.	622
S. Luiz do Quitunde	Ao N. o municipio de Camaragibe; ao S. o de Maceió; a L. o Atlantico; a O. o municipio de Muricí.	805
S. Miguel dos Campos	Ao N. o municipio de Alagoas; ao S. o de Coruripe; a L. o Atlantico; a O. os municipios de Limoeiro e Junqueiro.	1.428
Traipú	Ao N. os municipios de Palmeira dos Indios e Limoeiro; ao S. o rio Francisco; a L. o municipio de S. Braz; a O. o de Belo Monte.	1.286
União	Ao N. o municipio de Camaragibe; ao S. os de Muricí e Viçosa; a L. ainda o de Muricí; a O. e NO. o de S. José da Lage.	1.049
Viçosa	Ao N. e NO. o municipio de União; ao S. o de Anadia; a L. e SE. o de Capela; a O. o de Quebrangulo.	948

QUADRO DE ALTITUDES DE ALGUMAS LOCALIDADES DO ESTADO

LOCALIDADES	MUNICIPIOS	Altitudes metros
Agua Branca (cidade)	Agua Branca	350,00
Anadia (cidade)	Anadia	130,00
Atalaia (cidade)	Atalaia	58,00
Anun	Palmeira dos Indios	360,00
Anel	Viçosa	247,00
Bebedouro	Maceió	3,00
Bom Jardim	Santa Luzia do Norte	65,50
Bittencourt	Atalaia	148,00
Barra do Canhoto	União	110,00
Branquinha	Muricí	105,00
Batoque	Piranhas	254,00
Cachoeira	Santa Luzia do Norte	13,00
Capela (cidade)	Capela	78,60
Cajueiro	Capela	108,00
Camaragibe (cidade)	Camaragibe	10,00

LOCALIDADES	MUNICIPIOS	Altitudes metros
Campestre	Porto Calvo	115,00
Capiá	Mata Grande	280.00
Coruripe (cidade)	Coruripe	10.00
Estrada Branca	Atalaia	65,00
Fernão Velho	Maceió	4,65
Flexeiras	São Luiz do Quitunde	90.00
Falada	Piranhas	235.00
Gameleira	Atalaia	214.00
Itamaracá	Murici	71.00
Igreja Nova	Igreja Nova	35.00
Jaraguá	Maceió	3,30
Lourenço de Albuquerque	Santa Luzia do Norte	46.00
Leopoldina (vila)	Leopoldina	155.00
Limoeiro (vila)	Limoeiro	150.00
Maceió (capital)	Maceió	4,50
Murici (cidade)	Murici	83.00
Maravilha	Santana do Ipanema	340.00
Mar Vermelho	Anadia	505.00
Moxotó (linha de fronteira)	Agua Branca	260.00
Mundaú-Mirim	União	240.00
MATA GRANDE (ponto culminante)	Mata Grande	635.00
Nicho	Murici	89.00
Nova Olinda	Piranhas	136.00
Olhos d'Agua	Piranhas	250.00
Piranhas (vila)	Piranhas	46.00
Pedra	Agua Branca	254.00
Palmeira dos Indios	Palmeira dos Indios	290.00
Poço das Tribus	Piranhas	255.00
Porto Calvo	Porto Calvo	35.60
Paulo Jacinto	Quebrangulo	342.00
Poço das Trincheiras	Santana do Ipanema	255.00
Poço da Onça	Piranhas	330.00
Quebrangulo	Quebrangulo	342,00
Satuba	Santa Luzia do Norte	5.50
Serra Grande	São José da Lage	275.00
Sinimbú	Agua Branca	299.60
Santana do Ipanema (cidade)	Santana do Ipanema	205.00
São Luiz do Quitunde (cidade)	São Luiz do Quitunde	15.00
São Miguel dos Campos (cidade)	São Miguel dos Campos	40.00
São José da Lage (cidade)	São José da Lage	254.00
Serra do Fogo	Piranhas	358.60
Talhado	Piranhas	235.00
Utinga	Santa Luzia do Norte	12.00
Urupema	Atalaia	108.00
União (cidade)	União	155.00
Umbuseiro	Piranhas	242.00
Varzea do Pico	Agua Branca	310.00
Viçosa (cidade)	Viçosa	100.00

QUADRO DE COORDENADAS GEOGRAFICAS DO ESTADO

LOCALIDADES	COORDENADAS Latitude °	'	"	Longitude W. Grw. °	'	"	AUTORES
Mangues (ponta)	8	57	59	35	15	49	Rot. Cost. Bras.
Saco do Penedinho	8	58	00	38	40	57	An. Obs. Nac.
Charéo (ponta)	8	59	35	35	15	35	Rot. Cost. Bras.
Antunes (baixio)	9	00	41	35	16	31	Idem.

LOCALIDADES	COORDENADAS Latitude °	'	"	Longitude W. Grw. °	'	"	AUTORES
Barra Grande (porto)	9	01	36	35	18	21	Idem.
Barra Graade (povoação)	9	01	38	35	18	21	Telegrafos.
Porto Calvo (cidade)	9	02	25	35	30	09	An. Obs. Nac. 1886.
Maragogí (cidade)	9	02	24	35	13	30	An. Obs. Nac. 1930.
Maragogí (porto)	9	02	00	35	13	37	Ryckevolsel.
Timbó (Serra)	9	04	45	36	03	04	Kraus.
São Bento (Morro)	9	04	56	35	16	57	Norie.
Pintigui (Ponta)	9	07	23	35	02	02	Rot. Cost. Bras.
Paixão (Sitio)	9	07	33	36	03	04	Kraus.
Japaratuba (Pontal)	9	07	29	35	25	88	Rot. Cost. Bras.
Biquinba (Pontal)	9	08	46	35	21	23	Idem.
Nossa Senhora da Penha	9	09	24	35	22	21	Eusebio de Oliveira.
São José da Lage (cidade)	9	09	37	36	00	57	Idem.
União (cidade)	9	09	37	35	50	34	Kraus.
Furquinba (Serra)	9	10	00	35	50	21	An. Obs. Nac.
Porto de Pedras (cidade)	9	11	00	35	23	21	Bol. Meteor. 1930.
Patacho (pontal)	9	12	48	35	23	20	Rot. Cost. Bras.
Possos (pontal)	9	14	24	36	24	20	Idem.
Sinimbú	9	14	47	38	02	32	Mélo Neto.
Passo de Camaragibe (cidade)	9	14	48	35	29	58	Eusebio de Oliveira.
Quintas	9	16	00	35	24	21	An. Obbs. Nac. 1887.
São Miguel dos Milagres (povoado)	9	17	09	35	26	21	Eusebbio de Oliveira.
Murici (cidade)	9	19	04	35	58	41	En. Obs. Nac. 1886.
Tapure (pontal)	9	16	48	35	25	50	Eusebibo de Oliveira.
Estancia (ponta)	9	20	08	35	28	12	Rot. Cost. Bras.
São Gonçalo (pontal)	9	20	49	35	36	33	Idem.
Camaragibe (pontal)	9	20	55	35	28	51	Idem.
Camaragibe (Outeiro)	9	21	32	35	30	00	Idem.
Pedra	9	22	21	37	57	14	Mélo Neto.
Palmeira dos Indios (cidade)	9	22	39	36	32	51	An. Obs. Nac. 1887.
Santo Antonio Grande (ponta)	9	26	04	35	32	36	Rot. Cost. Bras.
Talhado	9	26	18	37	50	53	Mélo Neto.
Tabrida (pontal)	9	27	36	35	33	27	Eusebio de Oliveira.
Tleão (pontal)	9	29	00	35	34	31	Rot. Cost. Bras.
Olhos d'Agua	9	29	53	37	47	18	Mélo Neto.
Pioca (povoação)	9	32	05	36	39	45	Eusebibo de Oliveira.
Brejo (pontal)	9	32	52	35	37	48	Rot. Cost. Bras.
Garça Torta (ponta)	9	36	47	35	41	13	Rot. Cost. Bras.
Piranhas (vila)	9	37	32	37	42	22	Mélo Neto.
Piranhas (vila)	9	38	40	37	46	46	Magnetic Survey.
Maceió (farol)	9	39	30	35	44	54	Supr. Nav. 1917.
Verde (pontal)	9	40	12	35	42	45	Eusebio de Oliveira.
Maceió (capital)	9	40	18	35	44	00	An. Obsb. Nac.
Jaraguá (porto)	9	40	40	35	34	06	Rot. Cost. Bras.
Anadia (cidade)	9	41	00	36	15	21	Bol. Meteor. 1930.
Pão de Assucar (cidade)	9	43	54	37	27	18	Idem.
Francês (porto)	9	45	00	35	41	19	Norie.
São Miguel dos Campos (pontal)	9	46	52	36	04	10	Rot. Cost. Bras.
São Miguel de Campos (cidade)	9	46	52	36	05	35	Eusebio de Oliveira.
Engenho Novo	9	53	19	35	25	21	Serv. Geol.
LagoaAzeda (pontal)	9	57	27	35	58	13	Rot. Cost. Bras.
Jequiá (porto)	10	02	57	36	02	13	Idem.
Poxim (pontal)	10	03	55	36	03	11	Idem.
Pituba (pontal)	10	04	41	36	03	47	Idem.
Coruripe (cidade)	10	08	00	36	12	21	Bol. Meteor. 1930.
Coruripe (pontal)	10	10	10	36	09	35	Rot.Cost. Bras.

LOCALIDADES	COORDENADAS Latitude °	'	"	Longitude W. Grw. °	'	"	AUTORES
D. Rodrigues (baixios)	10	12	00	36	97	21	Eusebibo de Oliveira.
Bau (farol)	10	18	35	36	08	27	Rot. Cost. Bras.
Jacú (pontal)	10	14	45	36	15	17	Idem.
Penedo (cidade)	10	17	24	36	35	06	Kraus.
Pelar (ponta)	10	20	15	36	18	01	Eusebibo de Oliveira.
Colegio (vila)	10	22	00	36	51	21	Bol. Meteor. 1930.
Pontal do Norte (S. Francisco)	10	27	48	36	25	39	Eusebio de Oliveira.
Pontal do Sul (S. Francisco)	10	28	50	36	27	16	Idem.
São Francisco (barra)	10	29	00	36	21	45	Idem.

QUADRO DAS DISTANCIAS QUILOMETRICAS, APROXIMADAS, E MEIOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS SÉDES DOS MUNICIPIOS E A' CAPITAL

SÉDES DOS MUNICIPIOS	Distancias por estrada de ferro kms.	Distancias por estrada de rodagem kms.
AGUA BRANCA (cidade) Comunicação flucial de Penedo até Piranhas; de Piranhas a Pedra, em estrada de ferro, 54 kms.; de Pedra á séde do municibio, por estrada de rodagem, 15 kms.	—	318
ALAGOAS (cidade) Comunicação mais rapida por via lacustre, em lancha a vapor	—	61
ANADIA (cidade) Comunicação por estrada de rodagem	—	107
ARAPIRACA (vila) Comunicação por estrada de rodagem	—	184
ATALAIA (cidade) Comunicação diaria por estrada de ferro e por estrada de rodagem, em auto-omnibus	52	49
BELO MONTE (vila) Comunicação por estrada de rodagem	—	245
CAPELA (cidade) Comunicação diaria por estrada de ferro e por estrada de rodagem, serviço regular de auto-omnibus	65	60
CORURIPE (cidade) Comunicação por estrada de rodagem e por via maritima em embarcações á vela	—	152
COLEGIO (vila) Comunicação por estrada de rodagem e fluvial até Penedo.	—	210
IGREJA NOVA (vila) Comunicação por estrada de rodagem e fluvial até Penedo	—	187

SÉDES DOS MUNICIPIOS	Distancias por estrada de ferro kms.	Distancias por estrada de rodagem kms.
JUNQUEIRO (vila)		
Comunicação por estrada de rodagem	—	142
LEOPOLDINA (vila)		
Comunicação por estrada de ferro até São José da Lage (110 kms.), daí, por estrada de rodagem, 45 kms., ou comunicação direta, de Maceió, por estrada de rodagem.	—	136
LIMOEIRO (vila)		
Comunicação por estrada de rodagem	—	151
MARAGOGÍ (cidade)		
Comunicação por estrada de rodagem e por via maritima em embarcações á vela	—	110
MATA GRANDE (cidade)		
Comunicação por estrada de rodagem	—	300
MURICÍ (cidade)		
Comunicação por estrada de ferro, diariamente e por estrada de rodagem	62	53
PALMEIRA DOS INDIOS (cidade)		
Comunicação por estrada de ferro, diariamente, até Quebrangulo (103 kms.); de Quebrangulo a Palmeira, por estrada de rodagem (40 kms.); de Maceió a Anum. por estrada de ferro, duas vezes por semana (121 kms.) e de Anum a Palmeira, em automovel, 18 kms.	124	150
PÃO DE ASSUCAR (cidade)		
Comunicação fluvial até Penedo e com a capital, diretamente, por estrada de rodagem	—	282
PASSO DE CAMARAGIBE (cidade)		
Comunicação maritima por pequenas embarcações á vela e por estrada de rodagem	—	62
PENEDO (cidade)		
Comunicação maritima, aérea e por estrada de rodagem..	—	190
PIASSABUSSÚ (vila)		
Comunicação maritima por pequenas embarcações á vela e por estrada de rodagem	—	217
PILAR (cidade)		
Comunicação lacustre e por estrada de rodagem	—	33
PIRANHAS (vila)		
Comunicação fluvial até Penedo, e com a capital, diretamente, por estrada de rodagem	—	360
PORTO CALVO (cidade)		
Comunicação por estrada de rodagem	—	110
PORTO DE PEDRAS (cidade)		
Comunicação maritima por pequenas embarcações á vela e por estrada de rodagem	—	90
QUEBRANGULO (cidade)		
Comunicação por estrada de ferro, diariamente, e por estrada de rodagem	103	117

SÉDES DOS MUNICIPIOS	Distancias por estrada de ferro kms.	Distancias por estrada de rodagem kms.
RIO LARGO (cidade) Communicação diaria por estrada de ferro e por estrada de rodagem	27	28
SANTANA DO IPANEMA (cidade) Comunicação por estrada de rodagem	—	221
SÃO BRAZ (vila) Communicação fluvial até Penedo e por estrada de rodagem da capital a Colegio, 210 kms.	—	227
SÃO JOSÉ DA LAGE (cidade) Communicação diaria por estrada de ferro	111	—
SÃO LUIZ DO QUITUNDE (cidade) Comunicação maritima por embarcações de pequeno porte, á vela, e por estrada de rodagem	—	65
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS (cidade) Comunicação maritima por pequenas embarcações, á vela, e por estrada de rodagem	—	70
TRAIPÚ (cidade) Communicação fluvial até Penedo e com a capital por estrada de rodagem	—	216
UNIÃO (cidade) Communicação diaria por estrada de ferro	89	—
VIÇOSA (cidade) Communicação diaria por estrada de ferro e por estrada de rodagem	61	84

QUADRO DAS DISTANCIAS QUILOMETRICAS, APROXIMADAS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS SÉDES DOS MUNICIPIOS E OS PRINCIPAIS POVOADOS

AGUA BRANCA — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Varzea do Pico. Comunicação por estrada de rodagem	6 kms.
Boqueirão. Idem	6 "
Pariconha. Idem	12 "
Tanque. Idem	12 "
Pedra. Estação da E. F. Paulo Afonso. Communicação por estrada de rodagem	18 "
Tangui. Communicação por estrada de rodagem	18 "
Caraibeiros. Idem.	24 "
Sinimbú. Estação da E. F. Paulo Afonso. Comunicação com a séde por estrada de rodagem	24 "
Salgado. Comunicação por estrada de rodagem	24 "
Lagoinha. Idem.	24 "
Bom Jesus. Idem.	24 "
Cruz. Idem.	30 "
Caixão. Idem.	36 "

ALAGOAS — cidade e antiga capital. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Taperaguá. Comunicação por estrada de rodagem ... ... 2 kms.
Tiquanduba. Comunicação pela lagoa Manguaba ... ... 2 "
Ribeiro. Idem. ... ... 4 "
Porto Grande. Idem. ... ... 4 "
Campo Grande. Idem ... ... 4 "
Rua Nova. Idem. ... ... 5 "
Massagueira. Idem. ... ... 12 "
Barra Nova. Idem. ... ... 12 "
Santa Rita. Idem. ... ... 14 "
Boca da Caixa. Idem. ... ... 18 "

ANADIA — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Tapera. Comunicação por estrada de rodagem ... ... 8 "
Canudos. Comunicação por caminhos comuns ... ... 45 "
Tanque d'Arca. Idem por estrada de rodagem. ... ... 19 "
Mata Verde. Comunicação por caminhos comuns ... ... 24 "
Pindoba. Comunicação por estrada de rodagem ... ... 35 "
Mar Vermelho. Idem. ... ... 30 "

ARAPIRACA — vila. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Veados. Comunicação por caminhos comuns ... ... 12 "
Riachão. Idem. ... ... 28 "
Caraibas. Idem. ... ... 34 "
Lagoa de Dentro. Idem. ... ... 6 "

ATALAIA — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Bitencourt. Comunicação por estrada de ferro ... ... 2 "
Santo Antonio. Comunicação por estrada de rodagem ... ... 6 "
Branca. Idem. ... ... 7 "
Boca da Mata. Idem. ... ... 8 "
Chã da Jaqueira. Idem. ... ... 9 "
Sapucaia. Idem. ... ... 12 "
Urupema. Comunicação por estrada de ferro ... ... 12 "
Ingazeira. Comunicação por estrada de rodagem ... ... 18 "
Porangaba. Idem. ... ... 24 "

BELO MONTE — vila. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Restinga. Comunicação por caminhos comuns ... ... 3 "
Bôca do Ipanema. Idem ... ... 6 "
Olho d'Agua. Idem. ... ... 12 "
Dionel. Idem. ... ... 18 "
Piranhas. Idem. ... ... 30 "
Jacaré. Idem. ... ... 36 "
Batalha. Comunicação por estrada de rodagem. ... ... 36 "
Capivara. Comunicação por caminhos comuns. ... ... 33 "
Riacho do Sertão. Idem. ... ... 48 "

CAPELA — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Cajueiro. Comunicação por estrada de ferro e de rodagem ... ... 12 "
Gameleira. Idem idem. ... ... 14 "

Riacho do Cipó. Comunicação por estrada de rodagem ... ... 18 kms.
Santa Efigenia. Idem. ... ... 30 "

CORURIPE — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Pontal. Comunicação por estrada de rodagem. ... ... 6 "
Barreiras. Idem. ... ... 6 "
Camaçarí. Idem. ... ... 18 "
Poxim. Comunicação por caminhos comuns. ... ... 30 "
Jiquiá. Idem. ... ... 42 "
Agua de Meninos. Idem. ... ... 60 "

COLEGIO — vila. Séde do municipio Porto Real do Colegio.

Povoados principais:

Barra do Itiuba. Comunicação fluvial ... ... 12 "
Boa Vista. Não obtivemos informações. ... ...
Camaratuba. Idem. ... ...
Carnaibas. Idem. ... ...
Giráu. Idem. ... ...
Poço d'Antas. Idem. ... ...
Tapera. Idem. ... ...

IGREJA NOVA — vila. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Salomé. Comunicação por estrada de rodagem. ... ... 30 "
Piruçaba. Idem por caminhos comuns ... ... 20 "
Alagoinha. Idem ... ... 24 "
Ipiranga. Idem ... ... 16 "
Lagoa Grande. Idem. ... ... 30 "

JUNQUEIRO — vila. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Sucupira. Não obtivemos informações ... ...
Riachão. Idem. ... ...
Torta. Idem. ... ...
José da Rocha. Idem. ... ...

LEOPOLDINA — vila. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

São Bernardo. Comunicação por caminhos comuns ... ... 8 "
Porto Rico. Idem. ... ... 12 "
Macuco. Idem. ... ... 14 "

LIMOEIRO — vila. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Tipí. Comunicação por caminhos comuns ... ... 3 "
Lagoa do Peleve. Idem. ... ... 9 "
Olho d'Agua. Idem. ... ... 9 "
Brejo. Idem. ... ... 12 "
Poção. Idem. ... ... 12 "
Cana Brava. Comunicação por estrada de rodagem . ... 15 "
Peripery. Comunicação por caminhos comuns. ... ... 15 "
Páu Amarelo. Idem. ... ... 15 "
Coité. Idem. ... ... 18 "
Jiquiá. Idem. ... ... 21 "
Canudos. Idem. ... ... 24 "
Lagoa Grande. Idem. ... ... 30 "

MACEIÓ — capital. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Pontal da Barra. Communicação lacustre e terrestre	6 kms.
Cruz de Almas. Communicação por estrada de rodagem	8 "
Fernão Velho. Idem por estrada de ferro, de rodagem e lacustre	12 "
Jacarecica. Communicação por estrada de rodagem	12 "
Riacho Doce. Idem	15 "
Pioca. Idem	20 "
Meirim. Idem	22 "

MARAGOGI — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Barra Grande. Communicação maritima e terrestre	6 "
São Bento. Communicação por estrada de rodagem	6 "
Japaratuba. Idem por caminhos communs	12 "
Peroba. Idem	18 "
Barreiras do Boqueirão. Idem	19 "

MATA GRANDE — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Sabonete. Communicação por caminhos communs	6 "
Santa Cruz. Idem	18 "
Inhapí. Idem	18 "
Piedade. Communicação por estrada de rodagem	18 "
Salgadinho. Idem	24 "
Roça dos Casados. Idem	24 "
Mariana. Idem por caminhos communs	30 "
Caraibas. Idem	30 "
Exú. Idem	48 "
Capiá. Idem por estrada de rodagem	60 "

MURICI — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Nicho. Communicação por estrada de ferro	7 "
Branquinha. Idem	12 "
Santo Aleixo. Idem por caminhos communs	15 "
Curralinho. Idem por estrada de rodagem	18 "
Santo Antonio. Idem por caminhos communs	18 "

PALMEIRA DOS INDIOS — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Palmeira de Fóra. Communicação por estrada de rodagem	3 "
Canafistula. Idem	10 "
Caldeirões. Idem	10 "
Anun. Idem	12 "
Bonifacio. Idem	15 "
Olhos d'Agua do Acioli. Idem	24 "
Brecha. Idem por caminhos communs	20 "
Santa Cruz. Idem	25 "
Cacimbinhas. Idem por estrada de rodagem	48 "

PÃO DE ASSUCAR — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Santiago. Communicação por estrada commum	12 "
Ilha do Ferro. Idem	12 "
Meirús. Idem por estrada de rodagem	14 "
Limoeiro. Idem	18 "

Retiro. Idem. ... ... 24 kms.
Guaribas. Idem. ... ... 36 "
São José. Idem. ... ... 36 "
Caboclo. Idem. ... ... 42 "
Jacaré. Idem. ... ... 46 "

PASSO DE CAMARAGIBE — cidade. Séde do municipio de Camaragibe.

Povoados principais:

Morros de Camaragibe. Comunicação por estrada de rodagem ... . 18 "
Barra de Camaragibe. Idem. ... ... 15 "
Matriz de Camaragibe. Idem. ... ... 14 "
Urucú. Idem. ... ... 60 "

PENEDO — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Itapuranga. Comunicação por estrada comum ... ... 3 "
Boacica. Idem fluvial ... ... 3 "
Persigas. Idem por caminhos comuns ... ... 3 "
Taboleiro dos Negros. Idem. ... ... 18 "
Ilha Grande. Idem. ... ... 18 "
Ponta Mofina. Idem fluvial. ... ... 18 "
Mundés. Idem por caminhos comuns ... ... 24 "
Marituba. Idem. ... ... 30 "

PIASSABUSSÚ — vila Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Gondim. Comunicação fluvial. ... ... 5 "
Petengi. Idem. ... ... 6 "
Pontal da Barra. Idem. ... ... 12 "
Retiro. Idem por estrada de rodagem. ... ... 15 "
Bonito. Idem. ... ... 18 "
Pontal do Peba. Idem. ... ... 24 "
Feliz Deserto. Idem. ... ... 30 "

PILAR — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Chã do Pilar. Comunicação por estrada de rodagem ... ... ¼ "
Chã do Tangil. Idem ... ... 2 "
Camurupim. Idem lacustre. ... ... 6 "
Mangabeiras. Idem por estrada de rodagem ... ... 6 "
Boca da Mata. Idem. ... ... 10 "

PIRANHAS — vila. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Entre Montes. Comunicação fluvial. ... ... 15 "
Olhos d'Agua. Idem por estrada de ferro ... ... 28 "
Talhado. Idem. ... ... 41 "

PORTO CALVO — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Jundiá. Comunicação por caminhos comuns ... ... 30 "
Jacuipe. Idem. ... ... 36 "
Campestre. Idem. ... ... 42 "

PORTO DE PEDRAS — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Tatuamunha. Communicação por estrada de rodagem. . ... 12 "
Porto da Rua. Idem. ... ... 16 "
São Miguel dos Milagres. Idem. ... ... 22 "

QUEBRANGULO — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Lourenço. Estação Paulo Jacinto. Communicação por estrada de ferro e de rodagem ... ... 20 "
Dois Braços. Communicação por estrada de rodagem ... ... 12 "
Rua Nova. Idem. ... ... 24 "

RIO LARGO — cidade. Séde do municipio de Santa Luzia do Norte.

Povoados principais:

Cachoeira. Communicação por estrada de ferro ... ... 1 –
Utinga. Idem. ... ... 2 "
Lourenço de Albuquerque. Idem. ... ... 3 "
Mata do Rolo. Idem por estrada de rodagem. ... ... 4 "
Satuba. Idem por estrada de ferro. ... ... 4 "
Taboleiro do Pinto. Idem por estrada de rodagem ... ... 5 "
Guardianos. Idem. ... ... 6 "
Carrapato. Idem. ... ... 7 "
São José dos Gregorios. Idem ... ... 16 "
Apolonia. Idem por caminhos communs ... ... 17 "
Santa Luzia do Norte. Idem. ... ... 18 "
Coqueiro Seco. Idem. ... ... 24 "

SANTANA DO IPANEMA — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Poço das Trincheiras. Communicação por estrada de rodagem ... ... 10 "
Olho d'Agua Grande. Idem por caminhos communs .. .. 18 "
Maravilha. Idem por estrada de rodagem. ... ... 30 "
Capim. Idem. ... ... 30 "
Olho d'Agua do Cajueiro. Idem. ... ... 42 "
Sertãozinho. Idem. ... ... 60 "

SÃO BRAZ — Vila. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Lagoa Comprida. Communicação por estrada comum ... ... 6 "
Tibiri. Idem. ... ... 6 "
Olho d'Agua Grande. Idem. ... ... 18 "
Mucambo. Idem. . ... 60 "

SÃO JOSE' DA LAGE — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Piquete. Communicação por caminhos communs . ... 27 "
Canastra. Idem. ... ... 42 "
Caruaruzinho. Idem. ... ... 14 "

SÃO LUIZ DO QUITUNDE — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Raiz. Communicação por estrada de rodagem. . ... 15 "
Barra de Santo Antonio. Idem. ... ... 18 "
Paripueira. Idem. ... ... 24 "
Flecheiras. Idem. ... ... 30 "

SÃO MIGUEL DOS CAMPOS — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Sinimbú. Comunicação por estrada de rodagem.	18	"
Boca da Mata. Idem.	25	"
Campo Alegre. Idem.	30	"
Barra de São Miguel. Idem.	30	"
Jiquiá da Praia. Idem.	30	"
Mosquito. Idem.	42	"

TRAIPÚ — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Manueis. Comunicação por caminhos comuns	18	"
Muguengue. Idem.	18	"
Priaca. Idem.	18	"
Mumbaça. Idem.	21	"
Capivara. Idem.	29	"
Belo Horisonte. Idem por estrada de rodagem	30	"
Santa Cruz. Idem por caminhos comuns.	30	"
Piranhas. Idem.	30	"
Algodão. Idem.	31	"
Bengo. Idem.	33	"
Lagoinha. Idem.	36	"
Jacioba. Idem.	36	"
Caldeirões. Idem.	41	"
Lagoa da Canoa. Idem por estrada de rodagem.	20	"
Alecrim. Idem por caminhos comuns.	48	"

UNIÃO — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Barra do Canhoto. Comunicação por estrada de ferro.	16	"
Munguba. Idem por estrada de rodagem.	24	"
São José do Bolão. Idem.	30	"
Mundaú-Mirim. Idem.	36	"

VIÇOSA — cidade. Séde do municipio do mesmo nome.

Povoados principais:

Pindoba Grande. Comunicação por estrada de rodagem.	18	"
Bom Socego. Idem.	10	"
Anel. Idem por estrada de ferro.	9	"
Lage do Caldeirão. Idem por estrada de rodagem	18	"

POPULAÇÃO

RECENSEAMENTOS EM ALAGOAS

Parece que o primeiro inquerito censitario feito em Alagoas é anterior á emancipação da antiga comarca. Remonta a 1810 e fê-lo o ouvidor Antonio José Ferreira Batalha, que tão proeminente papel havia de representar nos acontecimentos politicos que determinaram a constituição autonomica da Provincia. Os mapas, que o ouvidor organizou, naturalmente baseados em listas parciais remetidas por autoridades policiais e eclesiasticas, e enviados ao Desembargo do Paço, registraram a existencia de 89.589 habitantes. A comarca era vasta e a população se ia adensando, nascida no proprio solo, nos povoados florecentes, onde a idéa de emancipação política era já uma conquista da opinião coletiva.

O total dos mapas censitarios do ouvidor, aquela cifra assim exata — 89.589 — denota o escrupulo que presidiu a verificação. Mas a afirmativa categorica da autoridade judiciaria não deve ser tida por uma verdade absoluta. Se ainda hoje, com uma mentalidade popular mais esclarecida e processos estatisticos mais perfeitos, os recenseamentos encontram impecilhos de toda ordem, a cada momento, e, por isso mesmo, representam sempre uma verdade relativa, raia pela impossibilidade de exatidão absoluta o total censitario do ouvidor.

Todavia seu carater oficial impõe a aceitação da afirmativa.

Em 1819, já creada a Provincia e á frente de sua administração o ilustre Mélo e Povoas, o conselheiro Antonio Rodrigues Voloso de Oliveira, em cumprimento da resolução regia daquele ano, mandou pesquizar acuradamente, pelos escassos elementos ao seu alcance em tão recuado tempo, a população de todo o Brasil. Portugal queria saber, ao certo, o numero de seus colonos no continente americano.

Esse trabalho tornou-se classico e foi, por muito tempo, a fonte subsidiaria de investigações semelhantes, que se lhe seguiram. Veloso contou em Alagoas 111.973 pessoas, das quais eram livres 42.879 e escravas 69.094.

A cifra da população escrava, sobre a qual recaiu o peso formidavel da formação economica da Provincia, parece-nos hoje desconcertante. Naquele tempo, porém, representava um fator importante de riqueza particular e desenvolvimento da riqueza publica. Mas deve ter havido certo exagero no computo de Veloso, porque nunca mais, mesmo nas fases de maior prosperidade que se seguiram á epoca desse inquerito, a população escrava de Alagoas atingiu áquela cifra.

Segundo essas investigações, a população de Alagoas avantajava-se a das Provincias do Espirito Santo, Goiaz, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As previsões de Saint-Hilaire, anos depois, reduziram as cifras anteriores: 100.000 almas. Mas Malte-Brun, em 1830, elevou-as a 258.000. Tateava-se no vacuo.

O governo, parece, por muito tempo, desinteressou-se dessa indagação. Porém, em 1842, pensou-se seriamente na contagem da população

do Brasil: a Lei n. 387, de 19 agosto daquele ano, mandou que, de oito em oito anos, se procedesse o recenseamento da população do paiz.

Governando a Provincia o dr. Campos Mélo (1845-1847) fez-se em Alagoas um recenseamento: 207.294 habitantes, sendo — 167.619 livres e 37.675 escravos. Caira a estatistica de Malte-Brun — 50.000 almas para menos. Elevara-se, porém, o numero da população livre e diminuira o de escravos — 30.000 para menos dos calculos de Veloso, em 20 anos.

Na presidencia Nunes de Aguiar (1849) nova apuração confirmou o inquerito anterior: 167.976 pessoas livres e 39.790 escravos. Quanto aos sexos: 101.408 homens e 160.258 mulheres.

O presidente José Antonio Saraiva pretendeu dar execução á circular de 23 de outubro de 1854, que mandava recensear a população da Provincia. Mas o interior estava em polvorosa e os mandões politicos, detentores das posições eleitorais, entraram a explorar as medidas governamentais relativas ao censo da população, manobrando o povo ignorantissimo ao sabor das paixões politicas e dos interesses pessoais. Assim, ao desejo oficial, foram atribuidos fins vexatorios e propositos opressivos. O esforço presidencial fracassou.

A circular visava a execução da Lei de 1851 e essa Lei, que levantara uma celeuma enorme em todo o paiz, principalmente no norte, ficou conhecida por lei do cativeiro. Dizia-se que ela visava a escravização dos homens de côr e contra ela levantou-se a ignorancia popular insuflada pelas paixões partidarias em ebulição.

A grita contra o inquerito não era somente em Alagoas; estendia-se a Pernambuco, ao Ceará, á Paraiba e Sergipe. Contudo fez-se alguma coisa e em 1856 o Miniterio do Imperio divulgou os elementos coligidos no inquerito. Para a Provincia de Alagoas — 204.200 habitantes.

O presidente conselheiro Sá e Albuquerque, encarregou o Dr. Tomaz do Bonfim Espindola da organização de um novo recenseamento provincial. O trabalho do ilustre geografo alagoano só foi publicado em 1860. Espindola chegou ás seguintes conclusões:

População livre	205.396
População escrava.	44.714
	250.110

Os processos de Espindola pouco haviam avançado do sistema censitario do ouvidor Ferreira Batalha. Todo o exito desse trabalho estava dependente da boa vontade de uma multidão de autoridades subalternas, que não primavam pela compreensão da utilidade do serviço.

Espindola, anos depois, avaliava a população da Provincia em 310.585 pessoas, discordando dos calculos contemporaneos de José Alexandre Passos o Dr. José Alexandrino Dias de Moura. Segundo Passos, a população seria de 327.520; segundo Moura, não excederia de 320.000.

Sete anos depois do primeiro trabalho de Espindola, no quadro da população geral do Brasil, organizado para a Exposição Universal de Paris, Alagoas figurava com 250.000 habitantes livres e 50.000 escravos.

Só em 1872 se fez no paiz um recenseamento regular. O inquerito foi designado para o dia 1º de agosto e nesse dia foi regularmente recenseada a população do Brasil.

Divulgada a apuração, foi dada a Alagoas a seguinte população:

Total 348.009	Livres 312.268	Homens	155.584	Solteiros	102.729
				Casados	47.865
				Viuvos	4.490
		Mulheres	156.684	Solteiros	99.772
				Casados	46.743
				Viuvos	10.169
	Escravos 35.741	Homens	17.913	Solteiros	15.757
				Casados	1.787
				Viuvas	369
		Mulheres	17.828	Solteiros	16.033
				Casados	1.396
				Viuvos	399

Livres 312.268	Homens 155.584	Brancos	45.343		
		Pardos	98.916	Nacion.	154.606
		Pretos	8.220	Estran.	978
		Caboclos	3.105		
	Mulheres 156.684	Brancos	43.345		
		Pardos	101.343	Nacion.	146.271
		Pretos	8.687	Estran.	363
		Caboclos	3.259		
Escravos 35.741	Homens 17.913	Pardos	5.072	Nacion.	16.466
		Pretos	12.841	Estran.	1.447
	Mulheres 17.828	Pardos	5.531	Nacion.	16.898
		Pretos	12.297	Estrang.	930

Quanto ao gráo de instrução, o inquerito apurou o seguinte:

	Sabiam ler e escrever:	Eram analfabetos:
Homens livres	26.046	129.538
Mulheres livres	15.814	140.870
Homens escravos	32	17.881
Mulheres escravas	21	17.807
	41.913	306.096

A população escolar, de 6 a 15 anos, era de 78.470, sendo 39.716 meninos e 38.754 meninas.

Frequentavam a escola 9.483, sendo: 5.455 meninos e 4.028 meninas. Ficavam sem escola 68.987.

Existiam na Provincia 57.924 casas habitadas e 2.030 deshabitadas com 60.253 fogos.

O recenseamento, como se vê deste resumo, foi feito cuidadosamente. Dele se verifica a insignificancia da população estrangeira livre: 978 homens e 363 mulheres, numa epoca em que predominava no Brasil o elemento português.

De 1872 até a proclamação da Republica pararam os inqueritos censitarios. A Republica, porém, logo ao nascer, quiz saber o numero de habitantes do paiz e estabeleceu que, de dez em dez anos, far-se-ia um recenseamento geral.

A primeira contagem fez-se em 1890. O trabalho correu, mancando entre mil tropeços, que atravancaram a marcha regular e a exatidão dos inqueritos.

Dizia-se que o fim dessa contagem era um recrutamento em massa para as fileiras do exercito, balela que os adversarios do regimen exploraram fartamente. Só em 1898 foi publicada uma sinopse desse recenseamento e nela Alagoas figurava com 518.756 habitantes.

Os totais desse inquerito resentiam-se naturalmente das consequencias daquelas dificuldades e não puderam, por isso, dar uma idéa exata da realidade.

A contagem distribuia assim, pelos 34 municipios então existentes, a população do Estado:

Agua Branca	6.980	Piranhas	3.497
Alagoas	12.220	Piassabussú	6.425
Anadia	24.293	Porto Calvo	28.403
Atalaia	28.420	Porto Real do Colegio	7.494
Belo Monte	2.034	Porto de Pedras	9.065
Coruripe	6.958	Poxim (4)	5.000
Limoeiro	15.747	Santana do Ipanema	10.525
MACEIO'	31.498	Santa Luzia do Norte	12.924
Maragogí	18.529	São Braz	10.525
Muricí	25.039	São Luiz do Quitunde	16.790
Palmeira dos Indios	15.910	São José da Lage	15.425
Paraíba (1)	16.409	São Miguel dos Campos	19.991
Passo de Camaragibe (2)	22.696	Traipú	13.342
Paulo Afonso (3)	8.072	Triunfo (5)	7.654
Pão de Assucar	11.421	União	27.664
Penedo	12.421	Vitoria (6)	11.948
Pilar	13.348	Viçosa	35.643
		Total	518.756

De acordo com o dispositivo constitucional, que mandava fazer decenalmente o recenseamento da população do paiz, em 1900 fez-se o segundo inquerito nacional.

Esse recenseamento apurou em Alagoas os totais seguintes:

Sexos	Homens	333.141
	Mulheres	316.132

(1) E' o atual municipio de Capela.
(2) A denominação do municipio é Camaragibe; Passo é a sua séde.
(3) Atualmente denomina-se Mata Grande.
(4) Foi extinto.
(5) Chama-se atualmente Igreja Nova.
(6) E' atualmente o municipio de Quebrangulo.

Estado civil	Solteiros	452.779
	Casados	166.911
	Viuvos.	29.583
Nacionalidade	Brasileiros	645.865
	Estrangeiros..	3.408
Instrução	Sabiam ler	129.563
	Analfabetos	519.710

Total geral 649.273

Não se fez o terceiro recenseamento; mas fez-se o quarto, em 1920, sob a orientação e direção do eminente sr. Dr. Bulhões Carvalho, a quem deve o Brasil o serviço mais perfeito e vasto que, no genero, já se realizou entre nós.

Esse recenseamento deu ao Estado 978.748 habitantes, população superior á dos Estados de Amazonas, Espirito Santo, Goiaz, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe.

Relativamente á densidade, dando-se a Alagoas uma superficie territorial de 30.000 quilometros quadrados, o Estado contava uma população igual a de São Paulo e só era excedida pela do Distrito Federal.

A população recenseada estava assim distribuida:

Quantos aos sexos:

Homens	479.303
Mulheres.	499.445

Quanto á nacionalidade:

Brasileiros	978.055
Estrangeiros	693

O inquerito, quanto á nacionalidade, evidencia um fato singular — a quasi inexistencia de estrangeiros em Alagoas. Para 978.748 habitantes, apenas 693 estrangeiros e 337 individuos de nacionalidade ignorada. O mesmo fato observara-se nos recenseamentos anteriores. Verifica-se que a colaboração estrangeira em o nosso desenvolvimento economico tem sido quasi nula: o que possuimos é obra exclusiva da atividade e da iniciativa alagoanas, creada e desenvolvida com capitais alagoanos.

Quanto ao estado civil, o recenseamento de 1920 apurou as cifras seguintes:

Solteiros	676.798
Casados	250.213
Viuvos	49.003
Ignorado	2.734

Relativamente á idade, as cifras são as que se seguem:

Dias	1.449
Mêses	20.165
De 1 a 9 anos	266.657
De 10 a 14	131.334

De 15 a 20	143.636
De 21 a 24	56.986
De 25 a 29	75.217
De 30 a 39	111.604
De 40 a 49	79.610
De 50 a 59	47.809
De 60 a 69	25.807
De 70 a 79	10.791
De 80 a 89	3.466
De 90 a 99	1.023
De 100 e mais	234
De idade ignorada	2.960

A situação intelectual de Alagoas, em 1920, registra esclarecimentos lamentaveis, que vale a pena registrar:

Sabiam ler e escrever	144.535
Eram analfabetos	834.213

Excluidos do numero de analfabetos 200.828 individuos de idade inaccessivel a qualquer gráo de instrução, de dias de nascimento até 6 anos, aquele total alarmante de analfabetos fica reduzido a 633.385; mesmo assim um total desprimoroso para o nosso estado de civilização. A cifra é, na verdade, impressionante, mas, infelilzmente, é assim em todo o Brasil, havendo Estados que, neste particular, estão inferiores a Alagoas.

Quanto aos defeitos fisicos mais resaltantes havia no Estado:

1.240	cegos
362	surdos-mudos

A população recenseada estava distribuida pelos 35 municipios então existentes da maneira seguinte:

Municipios	Homens	Mulheres	Total
Agua Branca	9.645	10.716	20.361
Alagoas	9.323	9.493	18.816
Anadia	25.396	25.754	51.150
Atalaia	33.745	30.290	64.035
Belo Monte	3.934	4.183	8.117
Coruripe	7.632	7.933	15.625
Junqueiro	4.881	5.212	10.093
Leopoldina	12.208	12.737	24.945
Limoeiro	13.570	14.741	28.555
MACEIO'	33.570	40.596	74.166
Maragogí	7.992	8.601	16.593
Murici	19.374	19.084	38.458
Palmeira dos Indios	19.261	20.010	39.287
Pão de Assucar	10.415	11.397	21.812
Paraíba	14.402	14.356	28.758
Passo de Camaragibe	11.916	12.841	24.747
Paulo Afonso	10.570	10.946	21.516
Penedo	10.851	14.208	29.060
Piassabussú	3.382	3.933	7.315

Municipios	Homens	Mulheres	Total
Piranhas	1.583	1.893	3.467
Pilar	8.282	8.481	16.763
Porto Calvo	11.547	11.673	23.220
Porto de Pedras	8.312	10.490	18.802
Porto Real do Colegio	6.072	6.690	12.762
Santana do Ipanema	20.038	20.196	40.234
Santa Luzia do Norte	11.170	12.243	23.413
São Braz	6.806	7.116	13.922
São José da Lage	24.857	22.872	47.729
São Luiz do Quitunde	12.715	13.354	25.069
São Miguel dos Campos	14.565	15.576	30.141
Traipú	9.892	10.463	20.355
Triunfo	8.124	8.834	16.958
União	28.889	27.505	56.394
Viçosa	27.147	28.643	55.790
Vitoria	16.992	17.325	34.317
Total	479.303	499.445	978.748

Conhecidos os resultados dos diversos recenseamentos feitos no Estado, podemos perfeitamente apurar a base da proporcionalidade da população em 1931.

Censos	Totais	Aumento (%)
1810	89.589	—
1820	111.973	24,98 em 10 anos
1846	207.294	85,12 em 26 anos
1856	249.714	20,45 em 10 anos
1872	312.268	25,05 em 16 anos
1890	511.440	63,78 em 18 anos
1900	649.273	26,95 em 10 anos
1920	978.748	50,74 em 20 anos

Verifica-se que em 110 anos, ou 11 decenios, a população do Estado teve um crecimento de 26,70 %, em cada periodo de 10 anos.

Conhecida esta base de aumento, e na impossibilidade atual de um recenseamento direto, póde-se avaliar a população em 1931, distribuindo-a, segundo os sexos, pelos 36 municipios então existentes, adotando a contagem oficial de 1920.

O calculo dará uma população de 1.240.072 habitantes, sendo 607.276 homens e 632.796 mulheres.

A distribuição dessa população pelos municipios, de conformidade com as zonas topograficas em que os mesmos se acham situados, é a seguinte:

ZONA MARITIMA

Municipios	Homens	Mulheres	Total
Alagoas	11.811	12.027	23.838
Camaragibe	15.097	16.279	31.366
Coruripe	9.669	10.887	20.556

Municipios	Homens	Mulheres	Total
MACEIO'	**48.968**	**54.962**	**103.930**
Maragogí	10.125	10.897	21.022
Piassabussú	4.284	4.982	9.266
Pilar	10.493	10.705	21.198
Porto de Pedras	10.531	12.620	23.151
Santa Luzia do Norte	14.152	15.511	29.663
São Luiz do Quitunde	16.109	16.919	33.038
São Miguel dos Campos	18.453	19.734	38.187
Total	235.207	231.737	466.944

ZONA MONTANHOSA OU DA MATA

Municipios	Homens	Mulheres	Total
Atalaia	38.419	38.377	76.796
Capela	18.247	18.189	36.436
Leopoldina	15.467	16.137	31.604
Muricí	24.546	24.179	48.725
Porto Calvo	14.630	14.789	29.419
Quebrangulo	21.528	21.950	43.478
São José da Lage	31.493	26.978	58.471
União	36.502	34.848	71.350
Viçosa	34.375	36.290	70.665
Total	169.692	185.523	355.215

ZONA SANFRANCISCANA

Municipios	Homens	Mulheres	Total
Belo Monte	4.984	5.299	10.283
Igreja Nova	10.293	11.193	21.486
Penedo	13.748	16.001	29.749
Piranhas	2.005	2.398	4.403
Porto Real do Colegio	7.693	8.476	16.169
Pão de Assucar	13.195	14.439	27.634
São Braz	8.623	9.015	17.638
Traipú	12.533	13.256	25.789
Total	73.074	80.077	153.151

ZONA SERTANEJA

Municipios	Homens	Mulheres	Total
Agua Branca	12.220	13.577	25.797
Anadia	32.176	32.630	64.806
Arapiraca	5.700	6.100	11.800
Junqueiro	6.184	6.603	12.787
Limoeiro	13.841	14.741	28.582
Mata Grande	13.392	13.868	27.260
Palmeira dos Indios	22.402	23.352	45.754
Santana do Ipanema	23.388	24.588	47.976
Total	129.303	135.459	264.762

RESUMO

Zona Montanhosa ou da Mata	466.944
Zona Maritima	355.215
Zona Sertaneja	264.762
Zona Sanfranciscana	153.151
Total	1.240.072

Confrontando-se a população de Alagoas com a das demais unidades da federação, adotadas as cifras recentes do Departamento Nacional de Comercio (BRASIL ATUAL, 1931), fica o nosso Estado em decimo primeiro lugar, acima do Maranhão (1.140.635), Paraíba .. .. (974.273), Santa Catarina (948.398), Piauí (809.508), Rio Grande do Norte (738.889), Goiaz (712.210), Espirito Santo (661.416), Sergipe (547.965), Amazonas (433.777), Mato Grosso (449.857), Territorio do Acre (113.725).

Quanto á densidade da população, Alagoas é sobrepujada somente pelo Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro. A densidade da população das zonas topograficas do Estado é a seguinte:

Zona Maritima	6.773 Kms.²	52,44 %
Zona Montanhosa ou da Mata.. ..	6.506 "	71,77 %
Zona Sanfranciscana	7.091 "	21,59 %
Zona Sertaneja	9.630 "	27,49 %
Do Estado	30.000 "	41,33 %

Não entram nos calculos do aumento da população os fatores regulares de contagem; adotamos unicamente o criterio da proporcionalidade do crecimento, acompanhando a curva da percentagem dos recenseamentos num longo periodo de 11 decenios.

Não se póde mesmo contar com os fatores normais do crecimento ou diminuição da população.

O registro civil, que poderia ser uma excelente fonte para a apuração de nacimentos e obitos, só tem execução, mais ou menos regular, na capital e numa ou noutra séde de municipio. O grosso da população, esparsa pelo interior do Estado e desconhecedor da necessidade do registro civil, não dá execução á exigencia da lei que instituiu este importante serviço publico, por ignorancia e, mais das vezes, por impossibilidade material.

Para os nacimentos contenta-se a população do interior, e mesmo as classes humildes da capital, com a formalidade religiosa do batismo. Uma medida que impuzesse aos parocos a obrigação de só efetuar o batizado mediante a apresentação da certidão do registro do nacimento, e, ao mesmo tempo, dilatasse o mais possivel o praso para esse registro, seria um remedio.

Para os obitos, porém, não ha medida possivel por maiores que pudessem ser as penas que a legislação estabelecesse. Quem morre nos sitios, nas propriedades rurais, nos povoados distantes do registro civil, é sepultado á revelia da autoridade, no local onde o obito se verifica. As distancias, as dificuldades de comunicação, o pauperismo dominante no seio da população rural, impossibilitam qualquer providencia que imponha a obrigatoriedade do registro.

Nestas condições, não se pode contar com o registro civil como fonte subsidiaria do calculo exato da natalidade e mortalidade.

O movimento da população, por entradas e saídas, pouco altera a estimativa para a determinação do numero de habitantes em 1931. Não ha, nunca houve no Estado, correntes imigratorias que viessem aumentar a população. O numero de estrangeiros no Estado sempre foi insignificante. O crecimento, pois, opera-se exclusivamente pela natalidade.

A população do interior locomove-se atraída pelo urbanismo para aumentar o numero de desocupados na capital, ou movimenta-se para outros Estados sem a preocupação de por lá se fixar definitivamente. Cessado o motivo determinante da saída — a seca, para a população sertaneja, a procura de melhor salario, nos municipios limitrofes — opera-se o retorno. Em 1929 e 1930 a crise da lavoura do café determinou o regresso de milhares de alagoanos que haviam emigrado para São Paulo.

Estamos convencidos de que uma contagem direta da população, como a que se fez em 1920, apuraria resultado igual ou aproximado ao que obtivemos para 1931"

POPULAÇÃO DO MUNICIPIO DA CAPITAL

Os vagos limites dados á vila de Maceió pelo Alvará de 1815 restringiram-se á proporção que Atalaia avançava pelo interior, constituindo-se, geografica e administrativamente, na imensa região palmarina, definindo a sua jurisdição e fazendo recuar a penetração administrativa de Maceió ás linhas divisorias, que, por fim, se estabeleceram.

A autonomia eclesiastica de Pioca creára a Maceió, ao norte e noroeste, linhas definitivas, como acontecera ao sudoeste, por onde se limitava com a freguezia de Alagoas; a oeste, dilatou-se a jurisdição maceioense e com ela a colonização, que marchou do litoral para o centro, acompanhando os cursos do Paraíba e Mundaú. Branca, hoje povoado do municipio de Atalaia, e Murici, municipalmente autonomo, foram termos da vila de Maceió, não valendo a reclamação da Camara, em 1823, perante o corregedor, para que voltassem á antiga jurisdição. Legalizava-se assim a incorporação, consequente, antes do fenomeno da expansão do povoamento central, que de intuitos e exigencias meramente administrativas.

Definiram-se, por fim, as linhas de fronteira do municipio: o rio Sauassuí, ao N e NO; o riacho Fernão Velho e a lagoa do Norte, a O; o canal e barra da mesma lagoa, ao SO; o Atlantico, a L.

Segundo estimativas da Diretoria Geral de Estatistica, em 1920, dentro desses limites ficaram 366 quilometros quadrados. Solo geralmente plano, com algumas baixadas pantanosas, á beira das lagoas que o margeam e dos cursos fluviais que o cortam, apresenta para o interior elevações, em taboleiros cobertos de vegetação mediocre.

Geograficamente ficou assim constituido o municipio onde se encontra, desde 1839, a capital do Estado.

A gente que fundou o povoado, estabelecendo-se em redor do engenho anonimo, e creou a vila, era mais do comercio que da lavoura. Aqui o fator do povoamento e do progresso local difere de quasi o de todo o Estado. Em geral, os povoados surgiram dos centros agricolas, com o engenho de assucar ou a fazenda pastoril por celula, sob a proteção do sesmeiro, senhor da terra, da escravaria e do gado, que eram os elementos essenciais do trabalho colonial. A expansão do burgo não afastava o engenho e o proprietario passava então a exercer a sua autoridade sobre as atividades que se congregavam para diferentes profissões.

A organização da comarca, em 1711, quebrantou esse prestigio formidavel, pela imposição generalizadora da lei e dominio legal da au-

toridade judiciaria. Já havia no territorio alagoano, desde então, um poder maior a que se podia recorrer dos excessos pessoais. E se bem que esses recursos, que a lei assegurava, fossem morosos e, não raros, ineficazes, por se decidirem sempre a favor do mais forte, a simples presença de uma magistratura togada, estranha ao meio, amparada pelas forças das armas, mais ou menos proximas, a que podia recorrer o ouvidor, serviu para cercear um pouco o poderio dos grandes senhores, deixando-os com as suas arrogancias e violencias nos limites do engenho de assucar ou da fazenda pastoril.

O proprietario do engenho ou da fazenda ficou na Provincia como centro de organização economica e politica, creando oligarquias municipais. O norte, principalmente, era um nucleo de oligarquias rurais, cada qual mais prepotente e avassaladora. Duas ou tres dezenas de familias enriquecidas na lavoura formavam as forças partidarias que se degladiavam para a conquista do poder, dominando a Provincia. Em redor delas gravitavam os satelites, vivendo do calor politico que lhes davam as oligarquias, formigavam os elementos menores, a turba-multa dos anonimos a cuja dedicação o senhor recorria, nos pleitos eleitorais celebres, em que era precizo opôr á força numerica do voto a força decisiva do cacete, ou quando era mistér arredar rebeldias do caminho triunfal do chefe supremo.

Essas familias senhoriais, donas de datas imensas, em que se havia firmado o patrimonio familiar, detendo a posse imemorial de grandes propriedades agricolas, ao norte, e dos latifuudios pastoris, ao sul, baseavam o seu fastigio e a sua propria existencia, na escravidão.

A importancia de cada uma dessas familias derivava do numero de serviçais, que faziam a lavoura da cana e o pastoreio dos rebanhos. O escravo era a musculatura do regimen, o fator maior da riqueza, o elemento primordial da economia publica, e, assim, indiretamente, o esteio do prestigio politico e social do senhor. Por isso a extinção do cativeiro arruinou numerosas familias, que sepultaram o esplendor da aristocracia e o prestigio politico nos escombros da revolução pacifica da abolição — escreveu o sr. Oliveira Viana.

Os nucleos principais dessas oligarquias, que, em propriedades de grande extensão, haviam firmado na lavoura da cana a sua riqueza e o seu poderio, eram Porto Calvo, Porto de Pedras, Maragogí, Pioca, Santa Luzia do Norte, Coruripe, Camaragibe, São Miguel dos Campos, Pilar e Alagoas.

Segundo Tomaz Espindola, em 1870, a população escrava desses dez centros agricolas, era de 32.746 individuos para 116.192 habitantes livres. As dez mencionadas circunscrições constituiam a zona assucareira por excelencia. Nas demais, 18, a organização economica tomara por base a industria pastoril, auxiliada por diversas culturas. Era a zona dos latifundios. O braço escravo não precizava ser tão numeroso. A sociedade no sertão formou-se assim mais democraticamente, e os homens que nela se salientaram pela opulencia não tiveram na politica provincial a mesma acendencia dos senhores de engenho do norte, como observa o professor Moreno Brandão.

A distancia a que ficavam da capital, onde se reuniam os elementos orientadores da politica e onde se faziam as conspirações que levavam ao poder, não permitia a disputa vantajosa das posições. E foram precizamente as dificuldades resultantes dessa distancia que, afastando das altas esferas administrativas os proceres sertanejos, mantiveram-lhes os pendores democraticos.

Para as 18 freguezias do sertão apenas 16.052 escravos, a metade da escravaria das 10 freguezias assucareiras. Por isso, quando, em 1888,

a abolição, abrindo as senzalas e desertando os campos agricolas e pastoris, derrubou as oligarquias, na zona pecuaria a desorganização do trabalho não trouxe os mesmos efeitos economicos, sociais e politicos que abalaram violentamente o norte. A vida economica refez-se mais facilmente e, na politica e na sociedade, os homens sertanejos ficaram quasi todos onde sempre estiveram.

O municipio de Maceió, em 1870, compreendia as freguezias de Maceió, Jaraguá e Pioca, com uma população de 28.630 individuos, em cujo numero se contavam 4.822 escravos.

Das tres circunscrições eclesiasticas era Pioca a maior, a mais antiga e a mais populosa. De fundação imemorial, estendia-se por sete leguas de leste a oeste e cinco de norte a sul, contando 56 engenhos de assucar e uma população de 13.994 pessoas, das quais 3.326 eram escravas.

O povoamento de Pioca foi anterior ao de Maceió. A população que para aí se encaminhou, levantou os engenhos, plantou os canaviais e atirou sobre os hombros do escravo o peso formidavel do trabalho agricola e da industria assucareira.

E' de presumir que, depois do inquerito mandado proceder pelo conde de Linhares e cuja autenticidade se põe em duvida, sejam os calculos do ouvidor Ferreira Batalha os mais remotos e aceitaveis, quanto á população da Provincia. O magistrado apurara em sua comarca 89.589 habitantes. Não conhecemos detalhes desse recenseamento. Maceió era ainda um simples povoado, administrativamente ligado á vila de Alagoas e eclesiasticamente á freguezia de Santa Luzia do Norte. As cifras censitarias não o teriam decerto distinguido.

Do recenseamento de 1820, não sabemos minucias que destaquem a vila do calculo global da população da Provincia. Todavia, pesquizas eclesiasticas no ano seguinte, deram á freguezia de Maceió uma população de 4.784 habitantes. O inquerito, visando o interesse eclesiastico, não alcançou a freguezia de Pioca, canonicamente autonoma.

Os mapas estatisticos de 1846 deram ao municipio a seguinte população:

Freguezias	Livres	Escravos	Total
Maceió.	5.176	957	6.133
Pioca	6.726	3.205	9.931
Total	11.902	4.162	16.064

Seis anos depois verificou-se um decrecimo na população:

Freguezias	Livres	Escravos	Total
Maceió	6.579	1.472	8.051
Pioca	5.280	1.794	7.074
Total	11.159	3.266	15.125

A diminuição afeta somente a freguezia de Pioca. Espindola, a respeito, faz o comentario seguinte: "Não tendo havido guerra, nem grandes epidemias, nem fomes, nem emigração, desde 1876 a 1853, a população do municipio da capital em vez de ter aumentado, vê-se que decreceu, a ponto de contarem-se quasi 1.000 habitantes de menos, havendo progredido a da mesma capital, o que não é admissivel. As informa-

ções que, a este respeito obtivemos, nos levaram a crer que houve falta da parte do delegado, mormente sobre a estatistica da freguezia de Pioca."

Em 1855, por determinação do benemerito presidente Sá e Albuquerque, Espindola, tomando por base, com ele diz, "os preceitos estabelecidos por Alexandre Moreau de Jonnés, no seu tratado **Elementos de Estatistica**, e as opiniões de Carlos Dupin, Boudin e Malthus, sobre o assunto", entregou-se a novas indagações censitarias. O seu trabalho divulgado em 1860, deu ao municipio da capital a população seguinte:

Freguezias	Livres	Escravos	Total
Maceió	11.176	1.160	12.336
Pioca	10.668	3.226	13.994
Jaraguá	1.962	336	2.298
Total	23.806	4.822	28.628

Do recenseamento geral de 1872 não encontramos algarismos referentes ao municipio da capital.

O censo decenal de 1890 deu ao municipio de Maceió 31.498 habitantes, dos quais 30.000 para o distrito da capital, isto é, para a zona urbana. Não é possivel que em 18 anos o aumento da população tivesse sido somente de cerca de 3.000 habitantes.

O recenseamento de 1900, feito atravez de tropeços diversos, apurou para Maceió 36.542 habitantes.

Por fim, o recenseamento de 1920 deu ao municipio 74.166 individuos. Em relação ás 20 capitais brasileiras, Maceió estava acima de Terezina (57.500), Belo Horisonte (55.563), Paraíba (52.990), São Luiz (52.929), Florianopolis (41.338), Aracajú (37.440), Cuiabá (33.678), Nata (30.696), Vitoria (21.866), Goiaz (21.223).

Distritos	Homens	Mulheres	Total
Maceió	17.305	21.539	38.844
Jaraguá	8.122	9.677	17.799
Bebedouro	3.471	4.987	8.458
Meirim	4.672	4.393	9.065
	33.570	40.596	74.166

Viviam na capital 505 estrangeiros, sendo 361 homens e 144 mulheres.

Quanto ao estado civil, eram:

Casados.	19.540	
Solteiros	49.172	
Viuvos	5.355	
Ignorados	99	74.166

Quanto ao grão de instrução eram:

Alfabetizados	34.133	
Analfabetos	40.033	74.166

Segundo os calculos da Diretoria de Estatistica do Estado, em 1931, a população da capital era a seguinte:

Homens	48.968	
Mulheres	54.962	103.930

Esta população estava assim distribuida:

Distritos	Homens	Mulheres	Total
Maceió	23.299	27.960	51.259
Jaraguá	12.345	15.356	27.701
Bebedouro	4.424	6.383	10.807
Meirim	7.040	7.123	14.163
	47.108	56.822	103.930

Em relação as 20 capitais brasileiras, Maceió está em 8º lugar, quanto á população, segundo os calculos recentes do Departamento Nacional do Comercio, como se vê do quadro que segue:

1	São Paulo	879.788	11	Manáos	83.736
2	Recife	340.543	12	João Pessôa	74.104
3	São Salvador	329.898	13	Terezina	64.379
4	Belém	279.491	14	São Luiz	62.895
5	Porto Alegre	273.376	15	Aracajú	49.114
6	Belo Horisonte . . .	108.849	16	Florianopolis . . .	46.520
7	Niteroi	108.233	17	Natal	41.747
8	MACEIO'	103.930	18	Cuiabá	41.148
9	Curitiba	100.848	19	Vitoria	29.243
10	Fortaleza	98.848	20	Goiaz	26.328

DEMOGRAFIA

Os dados demograficos que damos a seguir referem-se á capital do Estado. O serviço do registro civil, mesmo na capital, ainda não foi compreendido pela maioria da população, que, em geral, não observa as exigencias legais, quanto ao registro da natalidade e da mortalidade; de modo que as estatisticas, com os elementos obtidos dos serventuarios do registro civil, estão muito distanciadas da realidade. Tendo sido creada esta repartição em setembro de 1930, não houve oportunidade de atender a esse ramo do servio a seu cargo, estendendo as indagações a todo o Estado. Contentamo-nos com os elementos que pudemos colher relativamente á capital, no quinquenio de 1927-1931, por intermedio do Departamento da Saude Publica.

Com esses elementos pudemos organizar os quadros seguintes:

NATALIDADE

ANOS	Nacidos vivos	Média diaria	Nacidos mortos.	Média diaria	Total
1927	1.170	3,25	193	0,53	1.363
1928	1.162	3,22	175	0,45	1.337

ANOS	Nacidos vivos	Média diaria	Nacidos mortos	Média diaria	Total
1929	1.044	2,90	178	0,49	1.222
1930	1.083	3,00	177	0,49	1.260
1931	1.182	3,28	223	0,61	1.405
Soma.	5.641	3,13	946	0,52	6.587

MORTALIDADE

Anos	Obituario geral	Media Diaria	MORTALIDADE, SEGUNDO A IDADE								
			1 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	Mais 60 anos	Idade ignorada
1927	1.754	4,87	642	161	2-	131	188	176	172	194	62
1928	1.916	5,32	667	150	52	90	246	199	180	279	53
1929	1.692	4,70	553	156	25	56	213	140	115	235	99
1930	1.906	5,20	601	181	66	105	253	190	152	287	71
1931	2.009	5,57	668	217	39	110	190	265	242	272	106
Soma	9.277	5,15	3.131	865	210	492	1.090	970	861	1.267	391

A mortalidade infantil na capital ainda apresenta coeficientes muito elevados: para 5.641 nacidos vivos no quinquenio, uma mortalidade de 3.131 ou 57,45 %, entre 1 a 5 anos.

O quadro a seguir discrimina a proporcionalidade anual entre nacidos vivos e mortos de 0 a 1 ano.

ANOS	Nacidos vivos	Mortos 0 a 1 ano	Porcentagem
1927	1.170	642	54,88
1928	1.162	667	57,40
1929	1.044	553	52,96
1930	1.083	601	55,49
1931	1.182	668	56,51

Póde-se afirmar que, depois da creação dos serviços de assistencia e proteção á infancia, de iniciativa particular, essa mortalidade tem diminuido seguramente 30 %.

Quanto aos sexos, a mortalidade foi a seguinte:

Anos	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
1927	834	920	1.754
1928	899	1.017	1.916
1929	832	860	1.692
1930	913	993	1.906
1931	958	1.051	2.009
Soma	4.436	4.841	9.277

Ainda é elevada a cifra da mortalidade por molestias transmissiveis. Durante o quinquenio o Departamento de Saude Publica do Estado registrou 2.7 92obitos por enfermidades contagiosas, a saber:

Febre tifoide e paratifoide	37
Paludismo	614
Sarampo	18
Coqueluche	43
Difiteria	8
Gripe	2 74
Disenterias	479
Lepra	6
Febre amarela	1
Poliomielite aguda	1
Menigite cerebro-espinhal epidemica	4
Tetano	26
Tuberculose	773
Sifilis	313
Outras molestias infecciosas	197
	2.792

Tendo sido de 9.27 7o numero de obitos no quinquenio, as doenças contagiosas concorreram com 29,03 %, sendo que para as molestias transmissiveis a tuberculose deu 27,86 %.

Durante o quinquenio realizaram-se na capital 1.2 88casamentos, conforme a distribuição a seguir:

1927	232
1928	345
1929	2 70
1930	222
1931	219
Total	1.2 88

O quadro que segue mostra o movimento da população por entradas e saídas pelo porto da capital, durante o ultimo quatrienio. Nos anos de 1928 e 1929 verifica-se um deficit nesse movimento: sairam 1.0 59pessoas a mais das que entraram. Nos dois anos seguintes, porém, registrou-se um excesso: entraram 3.1' 29pessoas a mais das que sairam.

Não conseguimos registrar o movimento da população pelo interior, quanto a entradas e saídas, e mesmo pela capital, por via terrestre.

ANOS	ENTRADAS			SAIDAS		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1928	4.387	1.516	5.309	4.412	2.456	6.868
1929	4.133	1.468	5.596	3.376	1.914	5.690
1930	5.515	1.484	6.999	2.930	1.431	4.361
1931	3.544	1.659	5.: 203	3.247	1.465	4.712
	17.579	6.122	23.701	14.365	7.266	21.631

AGRICULTURA

SITUAÇÃO AGRICOLA

Na distribuição das safras brasileiras, por Estados, em 1930, as estatisticas federais do Departamento Nacional do Comercio davam á Alagoas a seguinte produção:

120.000 toneladas de assucar
18.240 " de algodão
44.000 " de milho
12.000 " de feijão
9.000 " de arroz
1.300 " de café
400 " de fumo
40.000 " de farinha de mandioca
240.000 centos de côcos
95.000 hectolitros de alcool e aguardente

No tocante aos mencionados produtos, Alagoas estava acima do Ceará, Sergipe, Espirito Santo, Maranhão, Paraíba, Pará, Rio Grande do Norte, Piauí, Mato Grosso e Amazonas, como se verifica das cifras arroladas em escala decendente no quadro que se segue:

	Estados	Toneladas	Hectolitros	Centos
1	São Paulo	3.000.539	700.770	—
2	Rio Grande do Sul	1.992.650	1.341.700	—
3	Minas Gerais	1.410.560	243.310	—
4	Paraná	682.421	14.908	—
5	Pernambuco	527.860	290.000	250.000
6	Rio de Janeiro	469.935	287.052	—
7	Baía	449.122	79.530	485.600
8	Goiaz	351.650	1.700	—
9	Santa Catarina	264.878	64.060	—
10	Alagoas	238.574	95.000	240.000
11	Ceará	210.650	15.000	15.000
12	Sergipe	184.739	68.030	183.260
13	Espirito Santo	166.162	6.025	690
14	Maranhão	135.650	48.000	10.000
15	Paraíba	108.102	18.458	230.300
16	Pará	75.433	1.350	988
17	Rio Grande do Norte	49.183	11.500	47.655
18	Piauí	42.748	5.390	360
19	Mato Grosso	34.518	11.934	—
20	Amazonas	28.849	1.350	998
	Total	10.424.223	3.316.727	1.463.851

A coluna centos registra a produção de côcos, a hectolitros a pro-

dução de bebidas, inclusive alcool e aguardente, e a toneladas a dos demais produtos agricolas.

A agricultura sempre foi a base da vitalidade economica do Estado. Nas nossas estatisticas de exportação a classe — vegetais e seus produtos — concorre aproximadamente com 90 % da quantidade e valor da exportação global. Felizmente ainda se não pensou em Alagoas na creação de industrias ficticias destinadas exclusivamente ao consumo interno, pela impossibilidade de suportarem a concorrencia das similares estrangeiras dos velhos paizes industrialistas, como acontece com outros Estados, e tem servido unicamente para o encarecimento da vida popular, pela exorbitancia do custo aquisitivo, e formação de uma plutocracia gananciosa que se alimenta do empobrecimento coletivo. Continuamos sendo o que, realmente, devemos ser — uma população laboriosa que repousa na lavoura toda a sua prosperidade.

Contudo a nossa produção agricola ainda não corresponde, e está longe de corresponder, ás possibilidades das nossas terras, propicias ás mais variadas culturas, e á capacidade de trabalho da nossa sobria e resistente população rural. Não temos ainda o trabalho agricola devidamente organizado em bases solidas, de modo a desenvolver a produção, permitindo exportações muito mais elevadas que as atuais e nos emancipem da escravatura economica em que ainda vivemos, com importações mais volumosas que as transações de venda dos nossos produtos.

A unica cultura organizada e para cujo custeio anual afluem, mais ou menos regularmente os capitais é a da cana de assucar. As demais movimentam as suas plantações e colheitas com o que porventura venha a sobrar do preparo dos canaviais e da fabricação do assucar, quando não ficam de todo entregues ao trato e aos recursos minguados do rude trabalhador braçal.

Vinte e seis anos após o descobrimento do Brasil, a cultura da cana de assucar já se fazia nas terras doadas a Duarte Coelho Pereira e a essa cultura, que deu á população os habitos sedentarios que permitiram a fixação do colono, se ficou devendo a prosperidade da capitania.

Alagoas, parte integrante dessa imensa donataria até 1817, teve, como era natural, na cultura da cana a sua maior fonte de riqueza e os engenhos de outrora foram, até o fim do regimen monarquico, os unicos centros apreciaveis de produção que a Provincia possuia.

A cultura da cana ficou assim tradicional e arraigada e a industria assucareira ficou sendo a nossa grande industria. A principal, a mais antiga, a mais prestigiosa, a que reune maiores capitais e movimenta anualmente maior numero de homens. Era e é a cultura do rico proprietario rural. O algodão, o milho, o feijão, o arroz, a mandiocca ficavam e ficam para o pobre, que sempre carregou sosinho a responsabilidade dessas culturas.

A lavoura da cana creou a industria assucareira. Iniciada no começo do periodo colonial, nos modestos engenhos fundados por Cristovam Lins na sua imensa sesmaria de Porto Calvo, dilatou o seu raio de ação e desenvolvimento e tornou-se, por fim, o mais notavel fator social e economico de Alagoas.

Só e desajudada, contando unicamente com os recursos e a capacidade de iniciativa do senhor de engenho, a industria assucareira chegou, atravez de vicissitudes, aos primeiros dias da Republica, utilizando os mesmos processos coloniais da fabricação do assucar e, até 1888, descançando a sua prosperidade sobre os hombros do escravo.

Depois vieram as usinas, exigindo a inversão de capitais consideraveis na aquisição de maquinismos que permitissem, no aproveitamen-

to da cana, o maior rendimento de sacarose. E o banguê, pouco a pouco, vai cedendo o lugar que conservava, havia tresentos anos, á industrialização moderna da cana.

Se bem que Alagoas não seja um Estado monocultor, como erroneamente se costuma dizer, porquanto muitas outras culturas, ao lado da cana de assucar, se praticam em escala elevada e sempre crecente, com produção suficiente ás necessidades internas do consumo e sobras para o comercio externo, a lavoura canavieira é, todavia, a unica regularmente organizada e a que mais interessa aos grandes proprietarios rurais. Mas, felizmente, não temos insuficiencia de produção, quanto aos produtos agricolas indispensaveis ao sustento da população; o que precisamos é de produções muitissimo mais volumosas, que incrementem o nosso comercio externo e cubram largamente o volume das utilidades que buscamos fóra, ou porque não as produsimos, ou porque as produsimos insuficientemente.

Agricolamente, entretanto, como vimos do quadro estatistico organizado com cifras oficiais do Departamento Nacional do Comercio e do Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas, relativas ao ano de 1930, a situação de Alagoas não é desvantajosa. Nada menos de 10 Estados lhe ficam em posição inferior.

Passemos agora a examinar a situação das diferentes culturas do Estado.

CANA DE ASSUCAR

(Saccharum Officinarum)

Já dissemos que a lavoura canavieira remonta ao alvorecer da colonização portugueza, na capitania de Pernambuco, a cuja jurisdição pertencia o territorio alagoano. Nela se baseou a prosperidade do feudo de Duarte Coelho e, estendendo-se a outras donatarias, de todo o norte do Brasil. Ainda hoje ela é a coluna vertebral do organismo economico-financeiro de Alagoas.

Mas, apezar da sua tradicionalidade e da sua influencia na vida estadual, a cultura da cana resente-se ainda do empirismo colonial. Unicamente para fins experimentais alguns agricultores utilizam adubos quimicos, selecionam as variedades e respectivas sementes e fazem o trato mecanico da terra. No mais é a roçagem, a derrubada da capoeira ou da mata, o encoivaramento, a queima, sendo a foice, o machado e a enxada os unicos instrumentos empregados.

Um ou outro proprietario de vistas mais largas, dono de usina, faz exceção da rotina colonial, praticando a cultura mecanica. Mesmo assim, com a pratica de processos rudimentares, os canaviais, em geral, apresentam belo aspecto e proporcionam elevada porcentagem nas colheitas, sendo comuns as produções de mais de 75 toneladas por hectare, resultado que pode ser obtido mesmo em terras reconhecidamente mediocres, quando favoraveis a influencia dos agentes externos, entre os quais a agua, que é o elemento regulador da produtividade.

Quasi todos os solos, no Estado, se prestam á cultura da cana, uns mais do que outros, desde que suficientemente beneficiados por fatores meteoricos. Por isso a cana é cultivada por toda parte, mesmo em certos terrenos da zona sertaneja.

As terras aluvionais são, todavia, as preferidas por serem as de maior rendimento. Ocupando-se desses terrenos, o Dr. Evaristo Leitão, que por algum tempo dirigiu, com muita operosidade e rara competen-

cia, a Inspetoria Agricola do 9º Distrito, com séde neste Estado, escreveu:

"Tais formações aluvionais, terciarias e quaternarias, se apresentam variadissimas e se comportam diversamente em relação á cultura, segundo o predominio de um dos seus constituintes fisicos. Onde as argilas pouco corrigidas pelos oxidos metalicos se depositaram predominantes e impalpaveis, aí estão as terras conhecidas pela denominação de massapê, as quais existem em vales de muitos municipios assucareiros, principalmente nos do oeste e norte do Estado. Para completar a sua reconhecida fertilidade carecem de boa exposição e de que sejam suficientemente inclinadas, fundaveis. Pela alta porcentagem de argila plastica só poderão ser trabalhadas em um momento unico: quando não seja fraca nem forte a sua embebição.

"Os melhores massapês estão assentes em sub-solo permeaveis, o que não é comum. Os amiudados amanhos lhes são utilissimos, assim como a drenagem e irrigação os tornam admiravelmente produtivos.

"Os heteroctonos em que predominam os detritos vegetais, são fertilissimos, dependendo de corretivos para sua alta acidez. Esses terrenos são proprios da zona litoranea e ocupam vastos tratos nas fozes dos rios, com especialidade nos municipios de Alagoas, Pilar, São Miguel dos Campos e Coruripe.

"Uma outra classe de aluvional são os solos tambem de predominancia feldspatica, em que os corretivos humiferos e quartziferos entram na composição, diminuindo a capacidade da argila. São solos que se encontram em menores extensões, porém bastante disseminados, os quais emprestam a fama de extraordinaria fertilidade aos ricos vales do sul do Estado, sendo muito afamados os de Coruripe. São argilo-silico-humiferos e conhecidos pelo nome de barro preto, talvez o melhor solo para a cana de assucar.

"Dos autoctonos, são preferidos os denominados barro vermelho, predominantes nas encostas e planaltos, constituindo bons solos quando profundos, em Atalaia, Santa Luzia do Norte, Viçosa, Anadia, etc. Esse mesmo barro vermelho quando pouco profundo e lavado pelas aguas de erosão, torna-se improdutivo não oferecendo o das chans vantagens culturais para a cana de assucar, alguns anos depois de explorados.

"Improprias, parece-nos, são as terras ligeiras em declive, notadamente as de sub-solo permeavel, em que a cana não suporta as menores estiagens. A' margem do São Francisco a cana desenvolve-se exuberante nas terras limosas sujeitas ás inundações periodicas. Nessas estreitas faixas marginais ao caudaloso rio, crece ela muito aquosa e com pouca sacarina. O maior obstaculo á lavoura nesse sitio, está no transbordamento das aguas que anualmente, na sua passagem impetuosa para o oceano, tudo destroem, tudo arrastam na corrente caudalosa. Semelhantes terras são vantajosamente destinadas em grande parte ao arroz, que oferece a possibilidade de duas safras francamente compensadoras, dentro de um mesmo ano agricola."

Talvez porque possua o Estado as melhores terras do Brasil para a cultura da cana, os processos culturais, em geral, ao deus-dará da rotina, não visam a maior produção e dispensam o trato mecanico da terra. O agricultor, rotineiro, esgota o terreno ou o entoxica por sucessivas culturas, para abandoná-lo por outro que lhe assegure boa colheita sem grande trabalho e maiores dispendios. Faz-se então a derrubada da mata ou da capoeira e o fogo se encarrega do resto. E' a devastação da riqueza florestal, que já foi das mais opulentas do paiz.

Muitas são as variedades de cana que se cultivam no Estado. As

mais difundidas são a **caiana** e a **demerara**, aquela considerada como das mais ricas em sacarose, esta com este predicado e mais a vantagem de ser pouco sujeita ás molestias e pragas.

"A caiana — observa o Dr. Evaristo Leitão — não se desenvolve bem nos terrenos fortemente inclinados, como não prospera vantajosamente nos altos. E' muito sensivel aos efeitos das soalheiras e exigente em humidade. A podridão das raizes e a gomose são molestias encontradiças nessa variedade, talvez por ser destinada aos solos humidos, onde proliferam certas ordens patogenicas vegetais. Tem, ainda, o inconveniente de, não se desenvolvendo em posição erecta, deitar, tornando, por isso, penosa a colheita. Esse inconveniente traz tambem a desvantagem de dificultar a arrumação dos colmos nos carros de transporte ou na formação de feixes, em vista das sinuosidades de seu pórte."

Ao contrario, a **demerara**, muito cultivada entre nós, se desenvolve erecta, é pouco fibrosa e a analise do seu caldo põe-na em igualdade de riqueza sacarina com aquela sua rival. "Desenvolve-se nos vales, como nas encostas, levando vantagens sobre outras, resistindo melhor ás irregularidades climatericas. Quando pelo estio, sob os fulgores de fortes irradiações solares, toda vegetação parece aniquilar-se á falta dagua, a **demerara** permanece mais resistente, em visivel estado latente, redusindo as trocas com o meio fisico, numa ativa transpiração."

A **manteiga** é a variedade que mais se desenvolve e nem uma alcança maior exuberancia vegetativa. Mas o seu caldo é pobre em assucar cristalisavel. "E', porém, rica em fibras e pobre em sacarose, diz aquele ilustre agronomo conterraneo, que vimos citando. Demonstra-o analise procedida no seu caldo por diversas usinas. Ainda que o seu teor sacarino se apresentasse identico ao das outras variedades, não interessaria ás usinas, porque é uma cana pesada e fibrosa. A cana manteiga não cresce tanto como a **caiana**, mas em compensação o seu colmo alcança um dos maiores diametros da seção transversal, pelo que é preciso regular a sua queda nos esmagadores. E' hoje variedade pouco cultivada, mesmo para **banguês**."

Cultivam-se tambem no Estado as canas roxas ou pretas e as raiadas, cujos representantes principais são a **Bois-rouge** e a **Imperial**. "As canas roxas ou pretas não têm o desenvolvimento das brancas. Por vezes chegam á espessura daquelas, mas geralmente os entre-nós se aproximam, tornando-as inferiores. São pouco exigentes quanto ao solo; perfilham suficientemente e desenvolvem-se erectas. Seu colmo lenhoso, resistente ás moendas, contem pouco caldo, entanto rico em sacarose e bem aceito para a fabricação. As raidas abrangem menores areas."

Além das variedades citadas, a usina Brasileiro, em Atalaia, importou de Barbados as 11.569, a B 208, a **White-transparent**, a B. H. 10-12, a 6.032 e a 625. A Usina Cansanção do Sinimbú, em São Miguel dos Campos, introduziu no Estado as variedades B 3.405, a **São Caetano**, a **Ubá**, a **Bitú** e a **Louzier**.

Sendo como é Alagoas um dos maiores Estados assucareiros do Brasil é de lamentar-se a ausencia de uma estação experimental da cana de assucar que estudasse, não só as variedades já cultivadas, como outras que "por efeito de mutação vegetativa ou de outro fenomeno do dominio eugenico, se distanciam das caracteristicas das variedades atualmente cultivadas."

E' tarefa para especialistas, que escapa, em absoluto, ás preocupações e á competencia dos agricultores, tanto mais quanto, "com os progressos da genetica, Java, Hawai, Luiziania, etc. nos apresentam variedades de alta produção, com outros predicados superiores. Em Hawai

colhem-se 200 toneladas por hectare, conforme atestam as estatisticas que de lá nos chegam. O problema economico ficou aí resolvido: produzem o maximo, fabricam o maximo e gastam o minimo. Podem, pois, vender barato assucar superior."

Ocupando-se do preparo do solo, o estudioso Dr. Evaristo Leitão, numa monografia inedita que deixou em mãos do autor deste livro, e á qual nos estamos recorrendo, não só para suprir a nossa insuficiencia no assunto, como para prestar uma homenagem ao ilustre patricio, divulgando as suas idéas principais; o Dr. Evaristo Leitão, diziamos, toca, de inicio, num ponto muito importante para Alagoas — a devastação da sua riqueza florestal.

"As propriedades agricolas com terras revestidas de florestas, tornam-se dia a dia mais escassas. Em geral, capoeiras mal formadas em que o fogo devorador e impetuoso tudo destruindo deixa apenas manchas negras e cinza. A não ser assim, são terras maninhas que se alongam pelas escarpas a descoberto, sobre as quais dardeja forte sol em céo tropical. O desbravamento reduz-se, portanto, em roçar, aceirar e queimar. O destocamento, operação desconhecida, é processo que se impõe desde que se pretenda a lavoura mecanica, pois, das essencias vegetais antigamente derrubadas restam as raizes por vezes intactas, dificultando o manejo das maquinas agricolas. A lavoura da cana de assucar atingiu vastissima superficie da zona tradicionalmente conhecida com a denominação de mata, mas não logra, senão raramente, terras de mata. A' devastação violenta e consideravel, portanto, podemos culpar a profunda modificação climaterica, parecendo emprestar a feição xerofila onde o polimorfismo vegetal fôra riquissimo. Parece que a caatinga tende a ampliar-se, invadindo o limite botanico de outras formações geograficas.

"O fato é que rios perenes e volumosos são hoje periodicos, sujeitos ás estiagens. As essencias florestais escasseiam rapidamente, sendo muitos os especimens de que não se dão noticias.

"Pelo que se depreende o problema da irrigação se impõe valioso. Em solo resequido pelas rigorosas soalheiras e sujeitos aos ventos quentes e igualmente secos, a cana de assucar sucumbiria se não fosse uma imposta adaptação, facultando ao vegetal um periodo de vida latente cujas trocas com o meio ambiente se reduzem, quasi exclusivamente, aos fenomenos de lenta respiração. Durante esse tempo, que pode ser de varios meses, a planta não evolue. Nesse ponto interviria maravilhosamente a irrigação que, conquanto impraticavel em todos os terrenos onde se estabelece essa cultura, por causas diversas, é vantajosamente aplicavel em grande numero de vales largos. As aguas periodicamente distribuidas em inumeros e extensos divisores correm pelos thalwegs despenhando-se em cachoeiras e esbatendo-se em fraguedos, rumando o oceano, inaproveitadas. Com a irrigação evitar-se-iam as vastas extensões, visando o maior volume, bem assim as enormes despesas com o estabelecimento da lavoura, tratos culturais, colheitas, etc. destinando-se os maiores acidentes topograficos ao reflorestamento."

A lavoura, em geral, é a manual. "Com o machado derruba-se; com a foice bate-se o mato; com a enxada planta-se e extirpam-se as hervas daninhas, amontoando-as." Numa ou noutra propriedade pratica-se a lavoura mecanica. O preparo do solo é rudimentar, excéto nas usinas e nas grandes propriedades.

"Adaptando-se o solo á cultura — escreve o Dr. Evaristo Leitão — principia-se por brocar, isto é, por desembaraçar com auxilio de ganchos de madeira e foice, as hervas e arbustos expontaneos. A brocação é

feita mediante a divisão da area em triangulos ou quadrilateros, pelo sistema de **contas**, empreitadas ou tarefas. E' comum tambem o salario diarista. Trabalhadores ha que tiram duas ou mais **contas** por dia. As folhas semanais são pagas de acordo com o numero de **contas** ou dias de trabalho que cada um conseguiu tirar durante a semana.

"A lavoura mecanica, conquanto iniciada, bem pouco faz, vai encontrando adeptos que a estão utilizando vagarosamente, sendo todavia animador o movimento que visa profunda modificação nos obsoletos metodos agrarios de ha seculos atraz. Embora redusido, o numero dos que abraçam as modernas praticas agronomicas, para nós significativo é o interesse manifesto por quasi todos em conhecer a formula que pode solucionar o problema do barateamento do custo da produção e independencia do braço operario, que dia a dia mais escasseia ou já não é suficiente para atender ás necessidades da cultura extensiva e rotineira. A motocultura vai ganhando terreno, sendo diversas as usinas que a estão adotando no preparo do solo. O arado de aiveca reversivel é bastante usado com o fim exclusivo de abrir sulco para o plantio da cana, em solo nunca dantes revolvido."

O problema do trato da terra envolve o da adubação. Evaristo Leitão ocupou-se dessa parte:

"A unica experiencia de adubação quimica, ao que nos consta, foi feita pelos proprietarios da usina **Brasileiro**, situada no municipio de Atalaia, em 1914. Dessa experiencia nem uma observação digna de nota se colheu em virtude das suas deficientes e falhas tentativas, já se vê, que nos pudessem interessar.

"O estrume de curral, conquanto relativamente abundante nas fazendas anexas ás terras cultivadas, não é aproveitado para cultivar o solo. Desconhecidas são as vantagens da adubação verde. Em algumas usinas, dentre elas a **Brasileiro**, a **Central Leão**, a **Cansanção do Sinimbú** e poucas mais, aproveitam-se as cinzas das fornalhas e os residuos da fabricação de assucar na fertilização do solo, em pequenas áreas. O palhiço está sendo igualmente aproveitado, por todos, como adubo organico e é reconhecido como magnifico fertilizante. Nas varzeas, porém, em terrenos humidos, queimam-no para evitar o azedume dos rizomas e apodrecimento das raizes.

"Se a lavragem fosse uma pratica corrente esse inconveniente desapareceria, podendo incorporar ao solo todos os elementos provenientes da sua, desse modo, mais rapida decomposição.

"Todos reconhecem as vantagens das estrumações, mas a não ser em redusidas areas de terras nessas poucas referidas, que de um certo tempo para cá são por essa forma adubadas, constitue exceção para um redusidissimo numero de senhores de engenhos banguês e não praticadas pelos fornecedores e muito menos pelos simples lavradores foreiros.

"O sistema corrente consiste em explorar a terra durante maior ou menor espaço de tempo, conforme as faculdades da mesma. Não raro aproveitá-las durante 20,30 e mesmo 50 anos ininterruptamente, obtendo-se safras satisfatorias, não obstante os processos mais antiquados que imaginar se possa na pratica da lavoura. Quando tais terras são consideradas **cançadas**, abandonam-nas os lavradores; se houver criação na fazenda, nelas localizarão o gado por espaço de tempo mais ou menos variavel; se não, ficam entregues á vegetação expontanea. A rotação das culturas não é usual.

"Não se póde negar as vantagens da adubação quimica, notadamente em paizes monocultores em que as terras **cançam**, por força de secular exploração agrícola. A adubação quimica para restituir ou man-

ter a fertilidade das terras é todavia pratica que anda ao lado dos processos modernos da lavoura cientifica, guiada por cuidadosa contabilidade agricola. Visando a adubação, como todos sabemos, a maior e melhor produção em solo cuja fertilidade se tem equilibrado, visa conseguintemente á economia. Como, pois, adubar o solo com fertilizantes quimicos industriais geralmente caros para uma lavoura incipientissima? Não resta duvida que se impõe a contingencia de rumarmos outro caminho conducente á boa pratica agricola. O abandono das terras depois de profundamente esgotadas ou entoxicadas, é processo condenavel, sabendo-se que nem lavradas foram.

"Está na memoria de todos, anos atraz, serem comuns as resocas na decima e mais folhas. Hoje geralmente na terceira, ou mesmo na soca, já o produto não compensa o trabalho, necessitando remover o plantio ou abandonar a terra. As areas de terra cançadas ou entoxicadas aumentam dia a dia, enquanto se lança mão das reservas nem sempre situadas em pontos economicamente exploraveis.

"Ao nosso modo de ver, antes da adubação quimica temos de apelar para o arroteiamento do solo, renovando-lhe as camadas subjacentes além das alcançadas pelas raizes da cana. A vasta superficie cultivada com essa graminea, talvez nas suas duas terças partes, comporta eficientemente a lavoura mecanica. Como prefacio á adubação quimica, devemos cuidar das estrumações organicas feitas com materias diversas e abundantes nas fazendas, como sejam o estrume de curral, o palhiço de cana, as cinzas das fornalhas, o bagaço da cana, o adubo verde, as farinhas de cascas de moluscos trituradas, os residuos da fabricação e tantos outros em abundancia. Essas materias, em climas quentes e humidos como o nosso, facilmente se decompõem, resultando a sua incorporação ao solo como fertilizante e corretivo ao mesmo tempo.

"Aconselhamos tambem a rotação que, além de outras vantagens, concorreria para que se cogitasse das demais culturas economicas, que, até agora, entregues a simples lavradores feudalizados, são restringidas a pequeninas areas, quasi sempre mal cuidadas, cuja produção insuficiente, não raro deixa de satisfazer ás necessidades das populações rurais, crecendo a importação de que bons partidos vão tirando os Estados do sul.

"A cana de assucar não é um vegetal esgotante; eis porque permanece por longo tempo em um dado solo, tido por vezes como pobre em elementos de que necessita para a sua alimentação. Aceita a teoria do esgotamento do solo, chegar-se-á á evidencia de que o nosso solo, provindo de rochas geralmente pobres desses elementos, não poderá oferecer um manancial de sais que na sua composição mineralogica entram em quantidade centesimal. Está visto que, adiantando as pesquisas quimicas que devem ser feitas nas diversas manchas e nas primeiras camadas do nosso solo e sub-solo, a proclamada fertilidade por nós reconhecida, é mais a resultante de um conjunto de fatores harmonicamente reunidos, os quais facultam um meio bastante proprio ao exuberante desenvolvimento das culturas tropicais, de que a cana nos serve de magnifico exemplo.

"Para sermos sinceros devemos dizer que encaramos essa questão de adubos quimicos como um dos mais complexos problemas em agronomia. Para a cana de assucar, pelos resultados contraditorios que se têm obtido, onde se tem praticado, a adubação continua carente de bases mais seguras, antes de aconselharmo-la. Ao nosso ver, como acima nos referimos, a fertilidade do solo proprio da cana de assucar em Alagoas, é um fator que ainda está em função de uma ordem de causas oriundas prin-

cipalmente da constituição fisica, do clima, e dependente de processos culturais tanto melhores quanto mais aperfeiçoados. A agua de fato regula essa fertilidade, porque necessitando dos elementos de que se alimenta e uma vez restituindo-se ao solo os despojos não aproveitados na industria já acima referida, amanhando-se-o racionalmente, as nossas terras produsirão suficientemente para julgarmos boas as colheitas. Não para alcançar a mesma produção obtida nas terras de Hawai, porque isso constitue ainda tarefa de que se não desobrigaram as estações experimentais. Devemos, por conseguinte, nos contentar, por ora, com a porcentagem que nos podem dar as nossas terras, desde que sejam exploradas racionalmente. Temos razão de sobra para falar, com flagrante contraste entre a cultura da cana racionalmente plantada nos campos mantidos pela Inspetoria Agricola do 9° Distrito, e a estabelecida pelo agricultor. Nesses campos não foram aplicados adubos quimicos e mesmo assim, sem irrigar a dois deles, a estimativa de produção calculada pelos mais praticos, vem revelar aumento de muito sensivel porcentagem."

Interessa á indole deste trabalho a divulgação da conta cultural daquele técnico, entre a cultura manual e a mecanica.

Cultura manual

Capoeira

10.000 m²

Despesa:		
Juros do capital representado pela terra que se cultiva	19$000	
Roçagem	38$000	
Coivaramento	35$000	
Plantio	55$000	
Tratos culturais	120$000	
Administração	12$000	
Juros de adiantamentos culturais	26$000	
Sementes	30$000	
Despalha, colheita e transporte	160$000	495$000
Receita:		
Pela venda de 45 toneladas		810$000
Lucro		315$000

A produção por hectare é um fator variavel, dependente do grão de fertilidade das terras em harmonia com o clima. Com os atuais processos de cultura do solo, nos de primeira ordem, colhem-se de 50 a 80 toneladas; nos inferiores de 20 a 30; nas boas de 40 a 60. A produção média, portanto, é de 45 toneladas.

Por sua vez o preço da tonelada varia. O Dr. Evaristo Leitão tomou, para a hipotese, o preço da safra de 1926-1927, em cuja tabela predominou o de 18$000. Tendo sido de 11$000 o custo de produção por tonelada e de 18$000 o da venda, o lucro resultante em cada tonelada seria de 7$000.

Na peior das hipoteses á planta sucedem outras colheitas: soca e resoca. Da segunda folha em diante as despesas se redusem aos tratos da cultura, colheita e transporte; o rendimento, porém, é quasi sempre inferior ao do primeiro corte.

Cultura mecanica

Capoeira

10.000 m^2

Despesa:

Juros do capital representado pela terra que se cultiva	19$000	
Roçagem	40$000	
Extirpação de pequenos tocos e raizes	36$000	
Custo de duas araduras	56$800	
Destorroamento	17$170	
Gradagem	12$500	
Plantio	26$150	
Tratos culturais	141$000	
Sementes	30$000	
Colheita e transporte	100$000	
Juros de adiantamentos	21$036	
Administração	12$000	511$656

Preparando-se convenientemente o terreno com o auxilio de maquinas e instrumentos agricolas, em anos de normalidade climatica, isto é, em que as chuvas se distribuem durante as estações das aguas com regularidade, a sua capacidade produtora pode aumentar de duas e mais vezes da média referida. A produção, pois, neste caso, pode ser estimada, sem otimismo, em 75 toneladas. Vejamos o custo de produção de uma tonelada:

511$000—
——— 6$822
75 —

Lucro provavel por tonelada:

Custo da tonelada	12$000
Custo da produção	6$822
	11$178

Vendidas a 18$000 as 75 toneladas produsirão 1:350$000, resultando um lucro de 838$450.

As informações que temos transcrito, da culta inteligencia e infatigavel capacidade do Dr. Evaristo Leitão, são de 1926 e 1927. Daí para cá não tem havido progresso notavel na cultura da cana — os processos continuam os mesmos observados demoradamente por aquele profissional.

Segundo o inquerito federal de 1920, a área cultivada de cana de assucar no Estado era de 31.637 hectares e a cultura fazia-se em todo o territorio alagoano, com exceção apenas de tres municipios sertanejos. Onde não se faz o assucar, fabrica-se a rapadura, que tambem é assucar e tem largo consumo no sertão, dando tambem lugar a regular exportação para municipios circunvizinhos, de Pernambuco e Sergipe.

Para o calculo da produção da cana, a Diretoria de Estatistica do Estado adotou a estimativa da área cultivada em 1920, segundo o inquerito federal desse ano, e a produção de 50 toneladas por hectare, média admitida pelos tecnicos da Inspetoria Agricola do 9º Distrito. Por essas bases a produção de cana, no ultimo ano agricola, foi 1.581.850 toneladas. Essa produção não foi totalmente industrializada no Estado, nas usinas, engenhos e engenhocas; cerca de 100.000 toneladas devem ser deduzidas da industrialização estadual para atender a exportação que se faz da materia prima pelos municipios de Leopoldina, Maragogi e Porto Calvo destinada á fabricação de assucar no Estado de Pernambuco, e ao consumo que da cana faz a população, por diversos modos.

Essas 100.000 toneladas não industrializadas representam, ao preço de 11$000, a importancia de 1.100:000$000.

Os elementos essenciais para o calculo da produção agricola dependem de investigações que a Diretoria de Estatistica do Estado ainda não pôde realizar. Conhecida, porém, a exportação pelos dados oficiais fornecidos pelas coletorias do Estado e adoptada uma base para o consumo interno, *per capita*, foi possivel a organização do quadro seguinte da produção no ultimo decenio:

Anos	Toneladas	Valor	Media da ton.
1922	97.495	27.006:115$000	277$000
1923	69.927	52.864:812$000	756$000
1924	81.078	45.971:226$000	567$000
1925	79.893	37.389:924$000	468$000
1926	76.800	37.785:600$000	492$000
1927	100.402	44.277:282$000	441$000
1928	89.102	49.540:712$000	556$000
1929	114.673	56.630:678$000	494$000
1930	109.042	29.659:242$000	272$000
1931	92.519	30.808:827$000	333$000

Dessa produção, montante, no decenio, a 910.895 toneladas, no valor de 411.934:600$000, vendemos 710.895 toneladas, no valor de...... 319.080:021$000, a saber:

Anos	Toneladas	Valor
1922	77.495	21.438:960$000
1923	49.927	37.771:547$000
1924	61.078	34.676:748$000
1925	59.893	28.056:181$000
1926	56.800	27.855:025$000
1927	80.402	35.498:936$000
1928	69.102	38.420:434$000
1929	94.637	46.792:434$000
1930	89.042	24.172:756$000
1931	72.519	24.299:000$000

Dessa exportação encaminhou-se para o estrangeiro a seguinte:

Anos	Toneladas	Valor
1922	45.222	13.178:530$000
1923	28.138	19.939:829$000

Anos	Toneladas	Valor
1924	3.138	2.613:690$000
1925	400	185:350$000
1926	—	—
1927	4.080	1.368:581$000
1928	4.773	2.736:051$000
1929	1.446	1.455:242$000
1930	6.225	1.143:610$000
1931	—	—

E' notavel o declinio da exportação para o estrangeiro, para onde outrora se encaminhava a maior parte da produção estadual; a exportação tomou o rumo das praças nacionais em todo o decenio.

O inquerito industrial de 1907, o primeiro que se realizou no paiz por iniciativa do Centro Industrial do Brasil, destinado á comemoração do primeiro centenario da abertura dos portos brasileiros á navegação mundial, apurou a existencia de 6 usinas assucareiras em Alagoas, com um capital de 3.140:000$000, uma producão estimada em 3.236:500$000 e 828 operarios.

Em 1920, o numero de usinas elevava-se a 15, o valor da produção foi calculado em 13.027:455$000 e o capital invertido nessas 15 fabricas montava a 12.063:841$000. O numero de trabalhadores era de 941. Verificava-se, pois, um aumento de 283,0 % no capital, de 302,5 % no valor da produção e de 13,6 % no numero de operarios.

O desenvolvimento da industria assucareira em Alagoas, segundo os resultados do censo de 1920, só foi sobrepujado, relativamente á inversão de capitais, por Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que Sergipe acusava o maior numero de usinas em todo o Brasil, mas empregava um capital inferior ao de Alagoas, 10.832:500$000, sendo tambem inferior o valor de suas fabricas, 10.137:617$000.

Em 1931 o numero de usinas no Estado subira a 27, das quais funcionaram nesse ano 24; o valor do capital subira para 81.158:150$000; o numero de operarios aumentara para 6.284, montando o valor da produção a mais de 27.000 contos, verificando-se assim os aumentos seguintes:

no numero de usinas	80,0 %
no numero de operarios	567,7 %
no capital	499,0 %
no valor da produção	112,6 %

As usinas assucareiras estão assim localizadas, por municipios: 5 em Murici, 4 em Atalaia, 3 em Camaragibe, 3 em São Luiz do Quitunde, 2 em Capéla, 2 em São José da Lage, 2 em Santa Luzia do Norte, 1 em Coruripe, 1 em São Miguel dos Campos, 1 em União, 1 em Maragogí, 1 em Pilar, 1 em Leopoldina.

Quanto á maneira da organização das emprezas proprietarias dessas fabricas, 10 são de firmas individuais, 10 de firmas sociais e 7 de sociedades anonimas.

Relativamente á inversão de capital nessas usinas á distribuição, por municipios, é a seguinte:

Santa Luzia do Norte	23.732:643$000
São José da Lage	14.547:000$000

Atalaia	11.830:000$000
Murici	9.188:507$000
Camaragibe	5.400:000$000
São Luiz do Quitunde	4.000:000$000
São Miguel dos Campos	3.000:000$000
Capéla	2.700:000$000
Coruripe	2.660:000$000
Leopoldina	1.500:000$000
União	1.400:000$000
Pilar	600:000$000
Maragogí	600:000$000

A lavoura da cana e a industria do assucar são rudemente alcançadas pela exorbitancia das tarifas e taxas da **The Great Western of Brasil Railway Co. Ltd.**, que traz na sua dependencia os destinos economicos de Alagoas, Pernambuco, grande parte da Paraíba e Rio Grande do Norte, em virtude de seu trafego de 1.628 quilometros de via ferrea, não sendo, portanto, para esses Estados uma realidade o "conceito de que as estradas de ferro são um fator do desenvolvimento agricola, comercial e industrial dos povos, porque proporcionam transporte rapido e barato, facilitam a circulação dos produtos e aumentam a capacidade produtiva do homem", porque a Great Western apresenta efeitos inteiramente opostos a esse conceito, como documentadamente demonstrou, em recente trabalho, o sr. dr. Alfredo de Maia.

As usinas alagoanas são as seguintes:

1 Brasileiro — Atalaia — Vandesmet & Cia.
2 Ouricuri — Atalaia — M. Tenorio de Albuquerque Lins.
3 Rio Branco — Atalaia — União Agricola S/A.
4 Uruba — Atalaia — C. Assucareira Alagoana, S/A.
5 Capricho — Capéla — Clovis Tenorio.
6 João de Deus — Capéla — José Otavio.
7 Coruripe — Coruripe — Usina Coruripe S/A.
8 Santa Felisberta — Maragogí — Dr. Jorge de Sales.
9 Alegria — Murici — Pedro Cansanção & Cia.
10 Campo Verde — Murici — Usina Campo Verde S/A.
11 Esperança — Murici — Esperança Agricola S/A.
12 Mucurí — Murici — Pedro Cansanção & Cia.
13 São Semeão — Murici — Lopes Omena & Cia.
14 Agua Comprida — Camaragibe — José H. Fernandes.
15 Bom Jesus — Camaragibe — L. Paturi & Cia.
16 Camaragibe — Camaragibe — Luiz de Mascarenhas.
17 Central Leão — Santa Luzia do Norte — Leão Irmãos.
18 Páu Amarelo—Santa Luzia do Norte—The Geo, L. Squier Inf. Co
19 Apolinario — São José da Lage — Carlos Lira & Cia.
20 Serra Grande —- São José da Lage — Carlos Lira & Cia.
21 Conceição do Peixe — São Luiz do Quitunde—Dr. Enéas Pontes.
22 Pindoba — São Luiz do Quitunde — João P. da Costa Pinto.
23 Santo Antonio — São Luiz do Quitunde — S. Pragana & Cia.
24 Terra Nova — Pilar — Dr. Eusinio Medeiros.
25 Laginha — União — Usina Laginha S/A.
26 Porto Rico — Leopoldina — Ezequiel Siqueira Campos.
27 Cansanção do Sinimbú — S. Miguel dos Campos — Companhia Cansanção do Sinimbú S/A.

Relativamente á produção, na ultima safra, as usinas registraram os totais seguintes, aproximados, em sacos de 60 quilos:

PRODUÇÃO DAS USINAS — SAFRA DE 1930-1931

Central Leão	234.000	sacos
Serra Grande e Apolinario	183.015	"
Brasileiro	90.000	"
Sinimbú	47.173	"
Uruba	44000	"
Coruripe	43.000	"
Esperança Agricola	36.160	"
Alegria e Mucurí	30.000	"
São Semeão	29.270	"
Ouricurí	22.000	"
Campo Verde	20.161	"
João de Deus	19.000	"
Santo Antonio	15.000	"
Peixe	15.000	"
Capricho	14.600	"
Camaragibe	7.500	"
Agua Comprida	6.500	"
Bom Jesus	6.000	"
Porto Rico	6.000	"
Pindoba	1.960	"
Santa Felisberta	1.920	"
Terra Nova	1.916	"
Total	873.175	"

Funcionam no Estado cerca de 1.000 engenhos, aproximadamente, que fabricam assucar e rapadura, em quasi todos os municipios. Desses engenhos, 618 estão situados na zona propriamente assucareira, distribuidos pelos seguintes municipios:

Alagoas	7
Anadia	32
Atalaia	70
Camaragibe	61
Capéla	50
Coruripe	14
Leopoldina	13
Limoeiro	5
Maceió	17
Muriçí	42
Maragogí	23
Porto Calvo	55
Porto de Pedras	18
Pilar	29
São Luiz do Quitunde	56
São José da Lage	11
São Miguel dos Campos	34
Santa Luzia do Norte	29
União	42
Viçosa	10

Desses engenhos cerca de 40 % estão de **fogo morto**, isto é, não fabricam assucar, limitando-se á cultura da cana para fornecimento ás usinas que lhes ficam proximas.

A producção de assucares inferiores produzidos nos engenhos **banguês**, pode ser avaliada em 400.000 sacos, dos quais cerca de 300.000 deram entrada nos armazens e trapiches de Jaraguá, para, devidamente beneficiados, serem exportados com a denominação comercial de **mascavado**.

O tipo **somenos**, que figura no quadro da exportação alagoana, é um composto, formado nos trapiches e armazens exportadores, do tipo de usina chamado **demerara**, numa proporção de 70 a 80 %, e do mascavado.

A produção de rapadura é grande em todo o Estado e o produto é consumido internamente, principalmente pela população sertaneja, havendo entretanto sobras a exportar para os Estados limitrofes.

Da safra de 1930-1931 foram exportados pelo porto de Jaraguá:

Tipos	Sacos de 60 k.
Usina	42.530
Cristal	271.705
Demerara	225.924
Somenos	239.407
Mascavado	382.468
Total	1.162.034

As cifras ultimamente divulgadas pelo "Monitor Mercantil", que se publica no Rio de Janeiro, demonstram a decadencia da exportação do assucar brasileiro para os diferentes paizes estrangeiros que outrora se abasteciam do produto nacional. O pouco que ainda se encaminha para fóra do paiz representa grande sacrificio para os cofres publicos em consequencia da isenção de impostos, isenção que permite a saida a preços vis, afim de que se valorisem os **stocks** internos.

Esse processo dá lugar a que o consumidor nacional obtenha o assucar mais caro do que o consumidor estrangeiro.

Mesmo assim, a exportação para o estrangeiro expressa-se em cifras assinaladoras de sua decadencia. No decenio de 1921-1930, aquela revista economico-financeira registrou os algarismos seguintes:

Anos	Toneladas	Contos de réis	Libras esterlinas
1921	172.093	94.168:814$000	3.292.503
1922	252.112	115.248:572$000	3.332.581
1923	153.174	141.903:073$000	3.171.292
1924	34.466	30.276:069$000	769.229
1925	3.182	2.558:000$000	54.571
1926	17.169	8.656:203$000	226.046
1927	48.464	26.087:735$000	636.277
1928	30.037	20.831:233$000	510.581
1929	14.877	9.028:131$000	221.538
1930	84.456	25.218:541$000	576.566

O declinio é evidente. Paginas atraz demos o quadro da exporta-

ção alagoana para o estrangeiro: em 1926 e 1931 nada exportamos; em 1925 apenas exportamos 400 toneladas.

Pode considerar-se perdido para o nosso assucar o mercado estrangeiro. O produto de Alagoas encaminha-se para o sul, especialmente Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. São Paulo procura libertar-se, desenvolvendo a sua produção, que já é superior á nossa. Quando nos faltar este mercado, que faremos do excesso de nossa produção?

A limitação da lavoura da cana de assucar ás imposições comerciais da colocação de assucar nos mercados de que ainda dispomos, livrando-a dos sacrificios anuais da valorização artificial, é uma medida que se está impondo cada ano que passa com maior intensidade. Essa limitação daria lugar á expansão de outras lavouras, financiadas e orientadas diretamente pelos grandes lavradores da cana de assucar.

Ao lado da cana circunscrita a safras modestas, intensificar-se-ia a cultura do algodão, do milho e da mamona. O algodão e a mamona são produtos que dariam ouro para o paiz porque se encaminham facilmente para os mercados estrangeiros, aquele na sua forma principal de fibra e sua semente ricamente oleoginosa, este como produtor de oleos indispensaveis á aviação, á lubrificação e á terapeutica.

A intensificação da cultura do milho daria lugar ao desenvolvimento da criação de suinos para a produção de banha, toucinho e outras derivações de alto valor na industria da alimentação, que constituem generos de abundante importação anual.

A pecuaria deveria merecer maiores cuidados para que nos fosse possivel a emancipação economica. Somos escravos dos Estados do sul, pela importação do xarque, da manteiga, do queijo, do leite condensado e outros produtos que compramos anualmente em alta escala.

Possuindo magnificas terras para a cultura do fumo e sendo o produto alagoano de excelente qualidade, já tendo sido considerado o melhor do Brasil, perdemos essa situação privilegiada e nas nossas listas de exportação anual o fumo quasi que não aparece.

A lavoura canavieira e a sua industria do assucar inverteram nas grande fabricas quasi cem mil contos em detrimento de outras culturas, creando-nos uma situação de falsa prosperidade, cujos efeitos estamos sentindo.

E' preciso dar á economia alagoana outra orientação, produzindo o que possamos vender ao estrangeiro e nos baste ás necessidades indeclinaveis do consumo interno.

A cultura da cana ainda dá lugar á fabricação do alcool e da aguardente em grande escala.

O Decreto Federal n. 19.717, de 20 de fevereiro de 1931, tornou obrigatorio aos usineiros o desnaturamento do alcool na proporção minima de 50 % da respectiva produção de cada usina e a aquisição desse liquido pelos importadores de gasolina. Ha alguns anos a usina Serra Grande, situada no municipio de São José da Lage, propriedade de Carlos Lira & Cia., fabrica um sucedaneo da gasolina, denominado USGA, que ia tendo regular aceitação. Grande parte do alcool fabricado nessa importante usina era destinado á fabricação da USGA. Com a imposição contida no Decreto citado, a produção do carburante nacional aumentou consideravelmente, trasendo como consequencia a diminuição da importação da gasolina.

Em 1930 a produção de alcool e aguardente montou a 6.244.018 litros; em 1931 a produção deceu a 3.027.786 litros, sendo, porém, a produção de alcool-motor de 2.050.037 litros.

No ultimo ano, pois, a produção de alcool e aguardente ficou assim distribuida:

Alcool e aguardente potaveis	3.027.768	litros—	2.998:920$000
Alcool-motor	2.050.037	"	1.470:000$000
	5.077.805	"	4.468:920$000

A cultura da cana, em 1931, apresenta os valores seguintes:

Cana não industrializada	1.100:000$000
Assucar	30.808:827$000
Alcool e aguardente	2.998:920$000
Alcool-motor	1.470:000$000
	36.377:747$000

ALGODÃO

(Gossipium hirsutum)

O cultivo dessa preciosa malvacea deve-se, em Alagoas, ao ouvidor José Antonio de Mendonça Matos Moreira, que jurisdicionou a comarca de 1779 a 1798. Mas a cultura do algodoeiro participou entre nós dos mesmos impecilhos que se lhe impuseram, oficialmente, em todo o paiz. De começo, promissora e relativamente prospera pela montagem de pequenas fabricas de tecidos, logo decaiu, quando o vice-rei, Marquez do Lavradio, mandou fechar as fabricas, tolerando apenas a fabricação de tecidos grosseiros, para vestimenta de escravos e sacaria.

Com D. João VI no Brasil a industria fabril do algodão foi permitida, mas logo, em 1810, proibida, em virtude do tratado de comercio com a Inglaterra, que, além de amplos favores alfandegarios, mesmo excepcionais, exigiu o fechamento das modestas fabricas brasileiras, livrando-se de uma concorrencia considerada um tanto perigosa.

Os pro-homens da independencia, sob a pressão britanica, renovaram o monopolio e estenderam-no á França. Era o pesado de reconhecimento da nossa autonomia politica.

Os estadistas da maioridade revogaram esses tratados comerciais da nossa diplomacia, emancipando a industria manufatureira da fiação e tecelagem do algodão. Só então, a começar de 1846, a lavoura algodoeira tomou impulso em todo o paiz e, quando a guerra da secessão nos Estados Unidos paralizou, na parte setentrional do continente, a lavoura algodoeira, Alagoas já figurava vantajosamente na exportação da rica fibra, vendendo tipos bem cotados pela sua superior qualidade.

As nossas estatisticas alcançam até 1878. No primeiro decenio, a partir daquele ano, a exportação pelo porto de Jaraguá foi de 495.670 fardos, decendo a 311.086 no segundo, a 301.470 no terceiro, a 263.239 no quarto e daí por diante o decrecimo se vem acentuando.

O grande surto da manufatura de tecidos no Estado tem determinado a diminuição da exportação do algodão em rama, porque as nossas fabricas consomem quasi toda a produção estadual. As sobras para a exportação não são vultosas. Em compensação, a exportação dos nossos variados tecidos alvejados, tintos e crús substitue a saída que se fazia da materia prima.

Ao lado dessa exportação verifica-se a do caroço de algodão e outros sub-produtos.

Em todo o Estado cultiva-se essa preciosa malvacea, em varias sortes de terreno, preferidos, porém, os silico-argilosos. A cultura resente-se do empirismo colonial, sem a escolha e o expurgo previos das sementes e trato mecanico da lavoura. E' uma das culturas que os grandes proprietarios rurais deixam ao pobre lavrador. Somente nos municipios de União, Sant'Ana do Ipanema e Porto Real do Colegio se vai notando um certo apuro agrario devido á influencia do Serviço Estadual do Algodão, que nesses municipios mantem fazendas de sementes e campos de demonstrações praticas.

Nas zonas litoraneas e da mata os plantadores preferem o herbaceo, sendo as variedades popularmente conhecidas por *verdão* e *quebradinho* as mais cultivadas. Na zona do agreste e sertaneja, de clima quente e seco, com uma temperatura média de 25 gráos, é o algodoeiro a cultura mais importante.

Os principais centros produtores de algodão são: Viçosa, Quebrangulo, Palmeira dos Indios, Capéla, União, São José da Lage, Sant'-Ana do Ipanema, Anadia, Junqueiro, Pão de Assucar, Traipú, Agua Branca, Porto Real do Colegio e Mata Grande.

O beneficiamento do produto tem melhorado depois que foram condenadas as antigas bolandeiras de serras e substituidas por maquinismos modernos e postas em pratica as exigencias tutelares da classificação oficial.

O governo do Estado mantem, auxiliado pelo federal, um serviço especial para o trato e desenvolvimento da cultura algodoeira, com tres campos experimentais e um serviço regular de aperfeiçoamento das propriedades industriais da fibra.

Todo o produto destinado á exportação é previamente classificado, de acordo com os tres tipos oficiais de cada uma das tres classes adotadas: *fibra curta*, de 22 a 28 m/m; *fibra média*, de 29 a 34 m/m, e *fibra longa*, que corresponde ao algodão de fibra além de 34 m/m.

Alagoas figura na produção nacional de algodão com uma média anual de 5.300 toneladas, ou seja uma produção superior a dos Estados de Sergipe, Baía, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiaz e outros de produção ainda inferior.

A produção média por hectare é de 203 quilos de algodão em rama, avaliando-se em 29.000 hectares a área cultivada no Estado.

Possue o Estado 9 fabricas de tecidos e 1 de fiação que consomem 75 % da produção anual.

No ultimo quinquenio a produção de algodão em pluma foi a seguinte:

Anos	Toneladas	Valor
1927	4.902	12.416:340$000
1928	4.884	12.149:900$000
1929	6.407	23.446:900$000
1930	4.898	17.927:390$000
1931	5.540	12.520:000$000

O consumo acusado pelo Serviço Estadual do Algodão, no mesmo periodo, expressou-se pelas cifras que se seguem:

Anos	Toneladas	Valor
1927	4.485	11.353:220$000
1928	4.287	10.846:950$000

Anos	Toneladas	Valor
1929	4.126	15.099:350$000
1930	4.036	14.770:810$000
1931	4.325	9.173:640$000

O confronto da produção com o consumo interno deixa claro que a cultura do algodoeiro não tem tido desenvolvimento no Estado, mantendo-se a produção quasi indispensavel á movimentação das fabricas de tecidos, havendo uma pequena sobra para a exportação.

No quinquenio a exportação apresenta algarismos significativos da necessidade indeclinavel do aumento da produção, para um maior volume do comercio externo:

Anos	Quilos	Valor
1927	991.632	1.977:316$000
1928	585.738	1.626:827$000
1929	1.247.354	2.931:709$000
1930	593.720	1.649:346$000
1931	543.905	970:781$000

Para a exportação apenas 25 % da produção. Alagoas precisa, por todos os meios, incrementar a cultura do algodoeiro, pois bem poucos Estados possuem zonas tão apropriadas ao plantio dessa malvacea e com a vantagem da continuidade de terras proprias á cultura.

Além da produção do algodão em rama, ha a produção de sementes, para a qual, além das diferentes utilizações internas, ha uma exportação já consideravel para o paiz e o estrangeiro.

No decurso do citado quinquenio, segundo a estimativa da Diretoria de Estatistica do Estado, a produção de sementes foi a que se segue:

Anos	Toneladas	Valor
1927	14.706	1.470:526$000
1928	14.651	1.465:049$000
1929	19.222	1.922:182$000
1930	14.649	1.469:488$000
1931	16.620	1.661:957$000

Dessa produção verificou-se, no mesmo quinquenio, a exportação seguinte:

Anos	Toneladas	Valor
1927	2.515	163:742$000
1928	3.612	212:471$000
1929	5.933	916:606$000
1930	4.803	414:785$000
1931	2.591	326:490$000

Ha ainda regular produção de outros sub-produtos.

A lavoura do algodoeiro proporcionou ao Estado, em 1931, os valores seguintes:

Algodão em rama	12.520:000$000
Caroço de algodão	1.661:957$000
Sub-produtos	250:000$000
Total	14.431:957$000

Os principais Estados produtores de algodão, na safra de 1929-1930, são os que se seguem, segundo os dados estatisticos do Departamento Nacional do Comercio:

Estados	Toneladas
Paraíba	29.000
Ceará	22.000
Rio Grande do Norte	18.420
Maranhão	9.160
Alagoas	5.874
Sergipe	5.115
Minas Gerais	4.500
São Paulo	3.934
Baía	2.500
Pará	1.665
Piauí	1.291
Outros	432

FEIJÃO

(Phaseolus vulgaris)

Já se disse que o feijão é a carne do pobre. Rico em substancias azotadas e proteinas, constitue, realmente, uma alimentação de primeira ordem e o brasileiro não o dispensa á mesa, principalmente o trabalhador braçal.

Sua cultura em Alagoas data dos primeiros dias coloniais e, desde então, ela exubera em todas as terras humosas do Estado, batidas de sol. Cultiva-se o feijão em todo o territorio alagoano, principalmente nas terras que constituem a zona chamada da mata. No sertão, em terras apropriadas de Agua Branca, Mata Grande, Sant'Ana do Ipanema, Palmeira dos Indios e outras cultiva-se o feijão, não só para o consumo local, como tambem para exportação.

Mas, carne do pobre, é principalmente o pobre que o cultiva para o seu sustento, plantando diversas variedades, umas rasteiras, outras trepadeiras, predominando a cultura da variedade **mulatinho**, excelente pelas suas qualidades nutritivas e agradavel paladar. Em geral o feijão proporciona duas safras.

A safra brasileira do feijão, no ano agricola de 1929-1930, segundo a apuração do Serviço de Inspeção Agricola, foi de 659.364 toneladas, cabendo a Alagoas uma contribuição de 12.000 toneladas, ou uma produção superior a dos seguintes Estados:

Rio de Janeiro	10.155
Sergipe	9.155

Rio Grande do Norte.	6.615
Pernambuco	4.700
Paraíba	4.450
Piauí	4.248
Acre	2.720
Espirito Santo	2.700
Maranhão	2.500
Mato Grosso	2.468
Amazonas	983
Pará	478

Os calculos da Diretoria de Estatistica do Estado, retificados depois da publicação do seu Boletim n. 4, não estão longe daquela estimativa. Esses calculos obedecem á media do consumo, per capita, e o movimento de importação e exportação do produto.

No ultimo quinquenio, a estimativa da produção de feijão no Estado, apresenta os valores seguintes, por ano agricola, ou safras:

Anos	Toneladas	Valor
1926/27..	10.860	8.253:690$000
1927/28..	10.160	6.522:720$000
1928/29..	11.070	7.822:700$000
1929/30..	11.970	8.103:690$000
1930/31..	11.370	5.571:300$000

No decurso do quinquenio as importações foram nulas; as safras locais bastaram ás exigencias da alimentação popular. Em 1931, porém, registrou-se uma importação consideravel: 1.140.844 quilos no valor de 570:422$000, sendo Maceió, Penedo e União os municipios que fizeram maiores importações, respectivamente, 825.279, 164.460 e 73.800 quilos.

No ultimo decenio a exportação acusa as cifras seguintes:

Anos	Quilos	Valor
1922	57.585	24:795$000
1923	7.908	11:988$000
1924	120.979	139:320$000
1925	165.632	174:240$000
1926	11.879	18:360$000
1927	190.887	121:980$000
1928	594:736	960:498$000
1929	549.997	394:731$000
1930	385.765	260:645$000
1931	267.935	111:401$000

Os municipios que maiores exportações tiveram em 1931 foram Agua Branca, Pão de Assucar, Mata Grande e Sant'Ana do Ipanema.

ARROZ

(Oriza sativa)

Ha talvez mais de um seculo que se pratica a cultura do arroz em Alagoas, principalmente nas terras marginais e ilhas do São Francisco,

anualmente renovadas de humus pelas enchentes periodicas. São, porém, abundantes no Estado os terrenos apropriados a essa cultura, tais os vales dos outros rios, as terras baixas nas proximidades das lagoas, as terras pretas e fôfas, o massapê, os banhados e lagadiços que, devidamente drenados, se prestam admiravelmente á cultura. Esses terrenos não são, todavia, cultivados, dando-se-lhes outra utilidade agricola, quando não ficam abandonados, como geralmente acontece.

Além das boas terras existentes no Estado, as condições meteorologicas favorecem a cultura desse rico cereal, mesmo nas terras altas. Mas a cultura ficou tradicional nas margens do São Francisco e somente nos municipios por esse rio banhados o arroz é cultivado intensamente. Parece que nos demais lugares firmou-se a convicção de que as terras não têm o mesmo poder retentivo da humidade necessaria ao desenvolvimento vegetativo do cereal. E, talvez, por isso, a cultura se faça em pequena escala, mesmo em terrenos otimos para grande lavoura.

Em geral é tambem o pequeno lavrador quem se encarrega da cultura do arroz, mesmo nas margens do São Francisco; em todo o caso a produção dá margem a uma exportação consideravel.

A produção brasileira de arroz, na safra de 1929-1930, foi de 956.497 toneladas, tendo o Departamento Nacional do Comercio dado a Alagoas uma contribuição de 9.000 toneladas, ou o nono lugar entre os Estados produtores.

Os calculos da Directoria de Estatistica do Estado dão á produção do decenio de 1921/1922 a 1930/1931 os seguintes totais:

Safras	Toneladas	Valor
1921/22..	9.630	1.725:023$000
1922/23..	8.620	3.606:922$000
1923/24..	8.774	2.211:048$000
1924/25..	8.950	3.497:130$000
1925/26..	9.030	6.772:500$000
1926/27..	9.340	4.742:751$000
1927/28..	10.760	4.486:920$000
1928/29..	10.910	7.935:390$000
1929/30..	11.520	7.464:960$000
1930/31..	10.020	4.519:020$000

A importação limita-se a tipos especiais e melhor beneficiados para o consumo na capital. No decenio a maior importação verificou-se em 1931, montante a 107.909 no valor de 86:327$000, cabendo á capital 86.557 quilos. O Estado, pois, abastece-se a si proprio de arroz.

A exportação, no decenio, foi a seguinte:

Anos	Toneladas	Valor
1922	1.183	486:553$000
1923	1.182	298:124$000
1924	1.797	658:496$000
1925	3.797	2.366:377$000
1926	1.318	674:170$000
1927	2.947	1.202:085$000
1928	2.442	1.799:920$000
1929	2.561	1.659:633$000
1930	2.260	1.022:222$000
1931	1.682	683:178$000

MILHO

(Zéa Mais)

Os indigenas de toda a America tinham o milho como um presente dos deuses. Lineu, acatando a veneração dos primitivos povos americanos, ao classificá-lo botanicamente, consagrou-o a Jupiter —**Zéa Mais.**

Modernamente, se não o protegem divindades invisiveis, amparam-lhe a cultura os cuidados do homem, desenvolvendo-a em todos os quadrantes da terra pela necessidade da transformação desse cereal em carne e trabalho, dando-lhe pernas, como dizem os americanos. "Porque com o seu uso o boi adquire mais força, a vaca aumenta o leite, o cavalo corre mais, a galinha duplica os ovos. O homem precisa dele para resistir aos mais pesados trabalhos e os animais para a engorda e reserva de energia."

Cerca de duzentas e cincoenta industrias buscam no milho a materia prima. Entra até na fabricação da polvora sem fumo e outros explosivos de grande poder destruidor, nas paredes dos couraçados para amortecimento de choques, nos isoladores de calor e eletricidade. Nele nada se perde. Por isso mesmo os inglezes lhe deram o nome de **corn is king** e para os americanos do norte ele é o **cereal de ouro.**

Se bem que, entre nós, o milho seja um elemento muito importante na alimentação das populações rurais, ainda não o produsimos em escala que permita o desenvolvimento racional da industria pastoril, aplicando-o principalmente na engorda de suinos. E muito menos procuramos tirar dele o proveito industrial que generosamente oferece ao homem civilizado.

Plantamo-lo para o consumo local, como, aliás, se fez em todos os Estados do Brasil, com sobras insignificantes para a exportação.

A nossa produção de milho crece anualmente; mas não atingiu á proporção que seria para desejar como fator poderoso do nosso comercio e elemento consideravel na industria da alimentação, nas suas inumeras formas.

Durante o ultimo decenio, pelos calculos da Diretoria de Estatistica do Estado, a nossa produção acusa os seguintes valores:

Safras	Toneladas	Valor
1921/22..	29.372	2.995:944$000
1922/23..	29.814	1.609:956$000
1923/24..	30.540	2.046:180$000
1924/25..	31.440	5.219:040$000
1925/26..	35.256	6.064:032$000
1926/27..	43.256	8.883:265$000
1927/28..	29.374	2.908:026$000
1928/29..	42.530	6.168:155$000
1929/30..	38.350	4.141:800$000
1930/31..	43.735	8.757:120$000

A exportação no mesmo periodo foi de 67.709 toneladas no valor de 10.082:709$000, discriminadamente:

Anos	Toneladas	Valor
1922	3.313	327:987$000
1923	2.800	285:500$000

Anos	Toneladas	Valor
1924	2.731	147:474$000
1925	2.946	107:382$000
1926	3.335	553:610$000
1927	7.640	1.314:080$000
1928	14.106	2.891:730$000
1929	12.901	1.870:645$000
1930	8.201	885:708$000
1931	9.736	1.608:493$000

Vê-se que, a partir de 1926, a exportação do milho entrou em uma fase comercial bastante animadora: continuamos, entretanto, como um Estado sem relevo tanto na produção como no comercio do milho, ou, pelo menos, sem o relevo que poderiamos ter como centro produtor de primeira ordem, dada a excelencia das nossas terras, em qualquer das zonas topograficas do Estado.

Em todo o caso, na produção nacional do milho, Alagoas coloca-se em decimo primeiro lugar, pelos calculos do Departamento Nacional do Comercio, que coincidem com os da Diretoria de Estatistica do Estado, acima da Paraíba, Maranhão, Sergipe, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Pará e Amazonas, na ordem decrecente em que se acham enumerados.

Conclue-se que precisamos voltar a nossa atenção para a intensificação da cultura do cereal de ouro, tornando-o uma fonte copiosa de prosperidade estadual, porque não é sem razão que os inglezes o chamam o rei dos vegetais e os yankees nele buscam uma parte consideravel da sua opulencia agricola e do seu formidavel poder industrial.

MAMONA

(Ricinus Communis)

Em todo o Estado e em qualquer terreno, mesmo átôa, nas ruas dos povoados e nos beirais dos passeios, encontra-se a mamona vegetando exuberante e quasi expontaneamente.

Nos terrenos silico-argilo-humosos essa rica euforbeacea vive admiravelmente, permitindo, com cuidados rudimentares, uma produção média de 1.800 a 2.000 quilos por hectare.

Somente nos dois ultimos anos do decenio de 1922 a 1931 a cultura da mamona se tem desenvolvido um pouco no Estado, sendo entretanto ainda praticada sem metodo algum.

Como se sabe as bagas da mamona valem ouro, quer sejam aplicadas na terapeutica, quer utilizadas nas industrias como lubrificante, sendo o seu oleo preferido pela aviação por ser o unico que não congela nas grandes alturas. Não só a sua semente tem valor; a sua haste dá fibra bem cotada para diversas industrias textis, o seu bagaço é forragem para o gado e adubo para a terra e a casca que envolve as sementes é combustivel para as caldeiras.

Cultura facilima, precisa ser desenvolvida em Alagoas, como se está fasendo em outros Estados, porque a sua exportação se encaminha facilmente para a Europa e Estados Unidos, podendo, assim, ser uma importante fonte de riqueza agricola e um manancial de canalização de ouro.

A exportação de mamona nos ultimos dez anos foi a seguinte:

Anos	Quilos	Valor
1922	127.238	30:323$000
1923	159.325	65:922$000
1924	415.137	269:280$000
1925	600.107	340:172$000
1926	537.276	718:880$000
1927	739.328	245:914$000
1928	723.080	390:442$000
1929	1.415.277	591:611$000
1930	1.099.851	890:752$000
1931	1.083.395	794:324$000

Essa exportação teve o destino seguinte:

Anos	Estrangeiro	Outros Estados
1922	4.920	122.318
1923	2.073	157.252
1924	365.517	49.620
1925	—	600.107
1926	404.791	132.485
1927	636.597	102.730
1928	696.160	126.920
1929	1.213.508	201.796
1930	1.099.851	—
1931	954.033	129.362

Resalta a importancia que a mamona póde ter na vida economica do Estado, principalmente como amparo do pequeno lavrador. Foi o unico genero da nossa produção agricola que, em 1930, não experimentou os efeitos da baixa formidavel de todos os nossos produtos, tendo sido toda a exportação encaminhada para o estrangeiro.

Cotada no primeiro ano do decenio a razão de $239 o quilo, teve sempre uma alta sensivel em relação áquele ano, encerrando-se o periodo com uma média de $501.

O recenseamento agricola de 1920 calculou a área cultivada de mamona no Estado em 1.830 hectares. Admitida essa avaliação para 1931 e uma produção de 1,200 quilos por hectare, que é uma base minima, a safra de mamona foi de 2.196.000 quilos, no valor de 1.537:200$000, sendo a produção não exportada consumida no proprio Estado pelas fabricas de oleo e varios usos domesticos.

CAFE'

(Coffea arabica)

Possue o Estado excelentes terras para a cultura do cafeeiro, principalmente nos municipios de Viçosa, Quebrangulo, Palmeira dos Indios, Sant'Ana do Ipanema, União, São José da Lage e Mata Grande. Os recenseadores federais de 1920 contaram no Estado 2.372 hectares cultivados com essa rubeacea e mais de 2.000.000 de pés em plena frutificação.

A cultura, se bem que não praticada com metodo, tem tido algum desenvolvimento, pois a importação é relativamente pequena, o que quer dizer que a cultura no Estado supre o consumo, que é geral. O matuto póde privar-se de outra cousa, menos do café.

Em 1931 a importação foi de 247.054 quilos, tocando a cada habitante 200 gramas por ano, de café em grão. Essa importação destina-se principalmente ao consumo na capital; nos municipios interiores, maximé nos sertanejos e sanfranciscanos, o café que se bebe é produto da lavoura alagoana.

Queremos demonstrar que já existe no Estado uma consideravel produção, pelo menos suficiente ás exigencias internas, registrando-se, nos ultimos anos, alguma exportação. Em 1930 exportamos 74.581 quilos e em 1931 a exportação atingiu a 76.526 quilos.

A estimativa da Diretoria de Estatistica do Estado dá para a safra de 1930/31 uma produção de 5.050.000 quilos em casca no valor de 2.525:000$000.

CÔCOS

(Côcos nucifera)

Das palmeiras existentes no Estado, quer silvestres, quer cultivadas, nem uma excede ao coqueiro em valor economico.

Seu fruto, cuja procura comercial aumenta diariamente, pelas suas variadas aplicações industriais, "salientando-se o oleo e a manteiga, sendo esta considerada superior á sua congenere de origem animal", já muito usada na Inglaterra, Belgica, Holanda, Alemanha e outros paizes do Velho e do Novo continentes, constitue uma das mais vultosas e remuneradoras culturas do Estado.

E' sabido que o côco brasileiro é mais rendoso que o asiatico, donde a sua preferencia para as diferentes industrias em que entra como materia prima. "De 300 côcos obtem-se 95.800 gramas de copra, o que dá para cada fruto 191 gramas, enquanto que os côcos asiaticos dão geralmente, no maximo, 161 gramas, sejam 15 % menos. Além disto, 300 côcos do Brasil dão 80 litros de oleo ou 63 %, quando dos outros o rendimento é de 54 %, ou sejam 9 % menos."

"A manteiga do côco representa a base industrial da sua exploração, pois ela contem mais de 90 % de materia graxa, sendo um produto alimenticio de incomparavel pureza."

Por todas essas grande vantagens a exploração agricola do coqueiro representa uma incomparavel fonte de riqueza.

O coqueiro é cultivado em toda a extensa faixa do litoral alagoano e nas regiões batidas peias auras marinhas, numa zona de penetração até 30 quilometros, aproximadamente.

Segundo a contagem de coqueiros feita pelas estações fiscais do Estado em 1931, para o lançamento do respectivo imposto, existiam 554.009 coqueiros em plena frutificação e cerca de 100.000 ainda novos, nos municipios de Porto de Pedras, Camaragibe, Maragogí, São Luiz do Quitunde, Maceió, Alagoas, Piassabussú, Coruripe, Santa Luzia do Norte, Porto Calvo, São Miguel dos Campos e poucos outros.

A média anual da produção no Estado é de 40 côcos por pé, havendo, porém, pés que dão 200 e 300 côcos por ano. Segundo a média adotada, a produção em 1931 foi de 22.521.560 frutos, no valor de 2.252:156$, admitida a média do ano de 110$000 por milheiro.

Durante o ultimo decenio exportamos:

Anos	Côcos	Valor
1922	1.458.000	278:945$000
1923	2.000.000	393:869$000
1924	4.551.000	527:781$000
1925	5.810.000	1.624:519$000
1926	8.536.000	1.117:561$000
1927	4.860.000	790:603$000
1928	7.709.000	1.956:991$000
1929	8.747.000	1.780:927$000
1930	9.538.000	1.453:425$000
1931	11.703.000	1.291:983$000

O coqueiro é um dos maiores elementos de riqueza que possuimos, mas, infelizmente, para ele ainda se não voltaram as atenções dos nossos agricultores e mesmo os cuidados que devia merecer dos poderes publicos, atravez de uma serie de providencias que incrementassem a cultura e favorecessem a exploração industrial do seu fruto.

São atualmente conhecidas as propriedades alimenticias do oleo do côco demonstradas praticamente na manufatura da margarina e outras gorduras comestiveis. Essa aplicação está sendo dada á copra proveniente dos coqueirais do Ceilão, da peninsula de Malaia, das ilhas Filipinas e das Indias Orientais Holandezas, onde existem grandes usinas para o aproveitamento da copra como materia prima daquelas preciosas gorduras.

Nós ainda exportamos o côco no fruto, apenas com ligeiro beneficiamento, que consiste na operação do descascamento. A copra, de dois anos para cá, tem figurado nas nossas listas de exportação em quantidade ainda muito diminuta.

Linhas acima acentuamos a superioridade do côco brasileiro sobre o similar asiatico. Apezar dessas vantagens não temos ainda culturas sistematizadas, crecendo os coqueirais á mercê da propria natureza do terreno. As nossas estatisticas não registram a exportação do côco para o estrangeiro. Por toda parte procura-se tirar da riquissima amendoa o maior proveito que ela possa oferecer.

"A França, compreendendo a conveniencia de se emancipar dos mercados estrangeiros, o que, aliás, tem feito nestes ultimos tempos em relação a todos os produtos tropicais, estimula intensamente as plantações de coqueiros. O governo de Dahomey, por exemplo, desde 1906, prepara cada ano uma sementeira de 5 a 10.000 plantas, que distribue gratuitamente, no ano seguinte, aos indigenas. Nas proximidades da cidade de Catanou, cujas ruas são arborizadas de coqueiros, existe uma plantação para estudos, que, entre outras vantagens, tem a de fornecer em larga escala sementes selecionadas aos plantadores. E todas as facilidades são proporcionadas no mesmo sentido nas suas possessões africanas, Cóte d'Ivoire, Guiné, Madagascar, Senegal e Dahomey."

Diz-se no Ceylão, afirma o sr. Hannibal Porto, que o indigena que possue doze coqueiros e duas jaqueiras é um homem independente. Nós precisamos intensificar a cultura do coqueiro, explorar convenientemente o seu fruto e dar nova orientação ao comercio do côco, "de modo a se tirarem todas as vantagens decorrentes da exploração em larga escala, obedecendo, já se vê, a tecnica moderna."

MANDIOCA

(Manihot utilissima)

A mandioca foi encontrada no Brasil pelos portugueses, cultivada por algumas tribus de habitos sedentarios. Introdusida na alimentação do colono, passou a ser cultivada em todos os pontos alcançados pela penetração colonizadora, desenvolvendo-se a cultura a par do desenvolvimento do paiz.

Em Alagoas, desde tempo imemoriais, vem sendo a mandioca cultivada por toda parte, em todos os terrenos, pois as raizes cosidas e utilizadas de varias fórmas, a farinha que dela se faz e a goma que ela produz constituem a base por excelencia da alimentação popular, encontrando-se diariamente em todas as mesas alagoanas.

Existem muitas variedades de mandioca, que, em todo o Brasil, se acham compreendidas em dois grupos: mandioca brava (**manihot utilissima**) de que, preferentemente, se faz a farinha, e mandioca doce (**manihot aipi**), vulgarmente conhecida por macacheira, cujas raizes, cosidas ou assadas, servem á alimentação do povo e proporcionam á cosinha domestica grande variedade de massas e bolos muitos apreciados e de vasto consumo.

O plantio da mandioca é feito ao desamparo de qualquer cuidado cultural, entregue exclusivamente á rudeza do homem do campo. Em qualquer parte encontra-se a mandioca, assegurando a alimentação do pobre. A vegetação atinge o seu desenvolvimento maximo aos dez e dose meses, produsindo, em média, um hectare, 20.000 quilos de raizes, que dão, aproximadamente, além da goma, 6.500 quilos de farinha.

Adotado esse calculo e aceita a avaliação de 10.267 hectares para a área cultivada, segundo o recenseamento de 1920, a produção do ultimo ano agricola foi de 205.340.000 de quilos.

Dessa vultosa produção, que representa um valor excedente de 4.000 contos, 70 % são destinados á fabricação da farinha e os 30 % restantes a varias fórmas de alimentação, ou sejam 61.482.000 quilos no valor de 1.229:640$000.

Existem no Estado mais de 4.000 **casas de farinhas**, pequenas fabricas de sistema colonial, onde se opera a transformação das raizes em farinha alimenticia.

Conhecida a produção média de raizes, por hectare, e sabido que essa produção transformada em farinha proporciona 6.500 quilos, pode se calcular a produção de farinha, no ultimo ano agricola, em 46.618.000 quilos no valor de 10.162:000$000, dedusido o valor médio por tonelada do valor oficial da exportação.

No decenio de 1922 a 1931 verificou-se a seguinte exportação de farinha:

Anos	Toneladas	Valor
1922	186	34:054$000
1923	225	59:218$000
1924	31	21:270$000
1925	138	85:753$000
1926	243	79:647$000
1927	371	156:524$000
1928	1.224	518:707$000
1929	1.211	605:235$000
1930	421	133:474$000
1931	1.213	255:834$000

A fabricação da farinha ainda fornece um sub-produto, a goma, de grande consumo em todo o Estado, pela sua variada utilidade como alimento e o seu aproveitamento na industria de tecidos. A produção de goma, em 1931, segundo calculo da Diretoria de Estatistica do Estado, foi de 2.721.800 quilos no valor de 816:540$000.

A cultura da mandioca, na ultima safra, concorreu para a economia alagoana com os seguintes valores:

Raizes não industrializadas	1.229:640$000
Farinha	10.162:000$000
Goma	816:540$000
	12.208:180$000

FUMO

(Nicotina Tabacum)

O fumo alagoano já foi o melhor do Brasil. Velhas estatisticas comerciais registram uma exportação consideravel desse produto, sendo o seu preço o mais alto em todo o paiz. A exportação do fumo, porém, foi decaindo, até quasi desaparecer o seu comercio externo.

Contudo ainda se cultiva o fumo no Estado, principalmente nos municipios de Viçosa, Anadia, Quebrangulo, União, Murici e Santana do Ipanema, sendo ativo o comercio inter-municipal, do produto em corda.

A área cultivada de fumo, em 1920, pelos calculos da Diretoria Geral de Estatistica, era de 2.815 hectares, e essa área permite uma produção de 1.000 toneladas anualmente, dada a hipotese de não ter aumentado a área cultivada. Esse calculo, aliás, está em harmonia com o do Departamento Nacional do Comercio, que dá a Alagoas uma produção de 900 toneladas, na safra de 1929-1930.

Os calculos da Diretoria de Estatistica do Estado acharam uma produção de 1.134.600 quilos, no valor de 2.272:800$000.

BATATA DOCE

A batata doce é no Estado uma alimentação muito apreciada e de largo consumo no interior, chegando mesmo a rivalizar com o consumo de raizes de mandioca na cosinha domestica. Planta-se a batata por toda parte, principalmente nos terrenos arenosos do litoral, constituindo o produto objeto de largo comercio na capital e nas feiras do interior.

Pelas informações procedentes de diversos municipios pode-se avaliar a produção de batatas, no ultimo ano agricola, em 11.896.000 quilos, no valor de 708:300$000.

OUTRAS CULTURAS

Culturas que muito auxiliam a vida do pequeno lavrador e constituem objeto de vasto e lucrativo comercio são o inhame e o gerimun. Não temos uma base mais ou menos exata para calculo da produção anual, mas não ser exagero avaliar em 300:000$000 a produção dessas duas culturas no ultimo ano agricola.

Outras ainda existem, que, entretanto, não influem na vida economica alagoana, quando, convenientemente desenvolvidas e comercialmente exploradas, poderiam ser fontes magnificas de prosperidade para

os lavradores e de riqueza para o Estado. Queremos nos referir ao amendoim e ao cacáu.

O amendoim (Arachis hypogéa) cultiva-se no Estado em quasi todos os municipios e as suas sementes são consumidas, cosidas ou assadas, por gulodice. Ainda ninguem se lembrou de intensificar essa cultura para exploração comercial, de modo que esse produto de primeira ordem e procura mundial pudesse figurar vantajosamente na nossa lista de exportação, como está se fazendo no Rio Grande do Sul.

E' sabida a riqueza que o amendoim encerra. Sucedaneo perfeito da oliveira na fabricação do azeite que se consome e nós chamamos azeite doce, a manteiga que produz é de primeira qualidade e de grande consumo nos Estados Unidos, onde se gastam anualmente mais de 40 milhões de quilos da materia prima.

Outra cultura, já iniciada experimentalmente, é a do cacáu, com pequenissima exportação esporadica. As experiencias tem demonstrado praticamente que o cultivo adapta-se no Estado em certas regiões e pode constituir uma excelente fonte de riqueza.

Trata-se de um produto de largo consumo mundial, cuja procura tem sido sempre crecente. O cacáu, todos sabem, possue um grande poder nutritivo e é um grande gerador de calor.

E' uma das plantas mais longévas e rendosas. Crecida, vive cincoenta anos, produsindo duas vezes por ano um quilo de amendoas secas por pé.

Alagoas possue terras apropriadas á essa cultura, nos vales do Camaragibe, do Sumauma, do Santo Antonio e em outros.

Aqui deixamos um orçamento para o plantio de um hectare, tal o custo da cultura nessa extensão no municipio de Belmonte, no Estado da Baía:

Derrubada e roçagem	67$100
Balizamento e transporte de 625 balizas, a 300 réis	18$750
Custo de 625 balizas	15$625
Aberturas de trilhos no alinhamento das balizas	50$000
Plantações de 625 balizas, a 3 caroços por baliza	12$500
625 mudas de bananeiras para sombrear o cacaoal	12$000
Custo das sementes	2$600
	291$575

Feita essa despesa, ter-se-á uma plantação a produsir por mais de 50 anos 50 arrobas de sementes secas. Logo na primeira colheita terá o agricultor resgatado o seu capital, sem incluir o rendimento das bananeiras que sombrearam o cacaoal.

FRUTICULTURA

A pomicultura em Alagoas está ainda em plena infancia. Não temos pomares capazes de uma exploração comercial sistematizada. Temos, porém, terras magnificas para a cultura das mais variadas especies frutiferas.

Aqui e ali um ou outro agricultor inteligente ensaia a fruticultura,

plantando mangueiras e laranjeiras, maispara deleite pessoal que como fonte de abastança, elemento de riqueza.

Nas chacaras e sitios suburbanos cultivam-se apreciadas variedades que já fornecem deliciosos pomos de mesa. Nas margens fertilissimas das nossas lagoas, os nossos cautos avós lançaram desordenadamente as sementes das arvores que sombreiam os sitios pitorescos dos canais e mandam continuamente, ha dezenas de anos, á capital os frutos que a população consome. Mas a pomicultura não entrou ainda nas cogitações praticas dos nossos lavradores, no sentido de uma cultura metodizada e de uma exploração comercial vantajosa.

Ha em todo o Estado enorme produção de mangas das mais apreciadas variedades, que dariam margem a um comercio externo consideravel, se dessemos outra orientação ao comercio de frutas, de abacates, sapotis, bananas, laranjas, pinhas, abacaxis, jacas, melancias, melões, etc. Podemos calcular uma produção de mais de 250.000 centos de frutas diversas, que, vendidos a 5$000 cada cento, teria dado 1.250:000$000.

RECAPITULAÇÃO

Resumindo, a safra de 1930-1931 produsiu:

Produtos	Quantidade		Valor
Cultura da cana:			
Assucar	92.519	ton.	30.808:827$000
Cana não industrializada	100.000	"	1.100:000$000
Alcool e aguardente	3.027.768	lit.	2.998:920$000
Alcool-motor	2.050.037	"	1.470:000$000
Cultura do algodão:			
Algodão em rama	5.540	ton.	12.520:000$000
Caroço de algodão	16.620	"	1.661:957$000
Sub-produtos diversos	—		250:000$000
Feijão	11.370	"	5.571:300$000
Arroz	10.020	"	4.519:020$000
Milho	43.735	"	8.757:120$000
Mamona	2.196	"	1.537:200$000
Café	5.050	"	2.525:000$000
Côcos	22.521.560	unid.	2.252:156$000
Cultura da mandioca:			
Raizes não industrializadas	61.842.000	quil.	1.229:640$000
Farinha	46.618.000	"	10.162:000$000
Goma	2.721.800	"	816:540$000
Fumo	1.134.600	"	2.272:800$000
Batatas doces	11.896.000	"	708:300$000
Outras culturas	—		500:000$000
Frutas	250.000	cent.	1.250:000$000
Total			92.910:780$000

AREA AGRICOLA

A área agricola do Estado, recenseada em 1920, é de 1.348.241 hectares, ou 47,2 % da superficie territorial, havendo o recenseamento excluido as propriedades rurais cuja produção anual não atingia a 500$000, os quintais, as chacaras, os viveiros, pertencentes ás casas das cidades e vilas, e bem assim os pequenos sitios da zona rural, desde que a produção

deles se destinasse ao consumo domestico, ou fosse de pequeno valor, não constituindo verdadeiro e especial ramo de negocio.

No recenseamento entraram somente os estabelecimentos rurais, isto é, "toda a extensão de terra sujeita á administração exclusiva de um proprietario, arrendatario, interessado ou administrador, que fizesse diretamente a exploração da lavoura ou da criação, por si ou com auxilio de pessoal remunerado."

De conformidade com esse criterio, a área dos estabelecimentos rurais, compreendendo 8.840 propriedades, das quais 6.107 de menos de 101 hectares e 2.733 de mais de 101, aquelas abrangendo uma área de 187.952 hectares e estas uma superficie de 1.160.289, respectivamente, 13,9 % e 86,1 % da área recenseada, ficou distribuida pelos 35 municipios então existentes da maneira seguinte:

MUNICIPIOS	Area das propriedades	Num. de propriedades	Valor das propriedades
Agua Branca	28.668	688	2.173:805$
Alagoas	22.351	153	4.783:600$
Anadia	74.215	546	4.683:150$
Atalaia	32.576	182	7.464:220$
Belo Monte	16.787	74	502:600$
Camaragibe	51.466	109	5.106:020$
Capéla (Paraíba)	40.622	104	5.829:050$
Coruripe	14.726	403	5.079:900$
Igreja Nova (Triunfo)	16.020	99	1.802:940$
Junqueiro	43.434	84	512:900$
Leopoldina	12.987	52	3.435:700$
Limoeiro	20.640	376	3.277:600$
Maceió	62.549	121	3.558:600$
Maragogí	69.433	163	3.271:625$
Mata Grande (Paulo Afonso)	21.822	294	2.121:520$
Muricí	40.622	157	8.279:200$
Palmeira dos Indios	69.433	1.152	2.656:800$
Pão de Assucar	44.036	204	1.580:990$
Penedo	21.441	57	1.752:600$
Piassabussú	16.604	165	1.378:807$
Pilar	22.041	37	3.456:600$
Piranhas	45.234	59	802:200$
Porto de Pedras	20.551	239	2.236:980$
Porto Real do Colegio	10.865	101	1.071:900$
Quebrangulo (Vitoria)	12.035	400	2.065:556$
Sant'Ana do Ipanema	62.387	715	2.409:164$
Santa Luzia do Norte	25.441	143	5.129:820$
São Braz	11.284	100	635:600$
São José da Lage	48.211	360	4.714:990$
São Luiz do Quitunde	73.275	126	6.285:380$
São Miguel dos Campos	82.765	118	5.663:220$
Traipú	24.238	139	1.052:250$
União	71.831	250	7.130:500$
Viçosa	69.570	788	12.283:150$
	1.348.241	8.840	127.950:162$

O valor das propriedades de menos de 101 hectares era de...... 33.574:268$000 ou 5:498$000 por unidade, e o das que excediam daquele

limite 94.375:894$000 ou 34:532$000 por estabelecimento, sendo o valor médio do hectare dos primeiros 179$000 e dos segundos 81$000.

O valor total dos 8.840 estabelecimentos recenseados estava assim dividido:

Terras	95.977:785$000
Benfeitorias	28.530:072$000
Maquinismos	8.442:305$000

D'esses estabelecimentos, 29, no valor de 2.163:020$000, pertenciam a estrangeiros, assim distribuidos por nacionalidades:

Francezes	13
Portuguezes	12
Italianos	4

Na área dos estabelecimentos rurais estavam incluidos 265.674 hectares ocupados por matas.

Nessas propriedades a agricultura ocupava uma área de 107.872 hectares, insignificante, em relação á extensão das mesmas, abrangendo as seguintes culturas:

Cana de assucar	31.637	hectares
Milho	24.298	"
Algodão	16.974	"
Mandioca	10.267	"
Feijão	8.344	"
Arroz	4.703	"
Coqueiros	4.632	"
Fumo	2.815	"
Café	2.372	"
Mamona	1.830	"
Total	107.872	"

O imposto territorial, creado em 1921, começou a ter execução em 1925. Esse imposto recae sobre a terra, não atingindo os demais imoveis, benfeitorias, maquinismos e semoventes.

Para o efeito do lançamento, enquanto não estiver organizado o cadastro da propriedade rural, o valor da terra será declarado pelo proprio contribuinte, de dois em dois anos, ou será avaliado pela estação fiscal respectiva, em casos especiais.

A lei isenta do imposto: os terrenos da União, do Estado e do Municipio; os terrenos pertencentes a estabelecimentos de caridade, que forem necessarios para os serviços mantidos pelos proprios estabelecimentos; os terrenos de propriedade de casas de cultos religiosos, quando necessarios ao exercicio dos mesmos cultos; os terrenos pertencentes a estrada de ferro, constituindo vias permanentes ou que gosarem de isenções especiais concedidas por leis federais ou estaduais, e, finalmente, os terrenos urbanos e suburbanos, que continuam a ser taxados pelos municipios.

Em 1931, o lançamento desse imposto, nos 36 municipios então existentes, apurou o numero de propriedades alcançadas pelo mesmo imposto, bem como o valor das terras e benfeitorias, na conformidade das declarações dos proprios contribuintes. Recaindo o imposto sobre o valor da terra, é bem possivel tenha sido esse valor diminuido naqueles municipios onde a fiscalização da fazenda estadual não se faz bastante ativa.

O mesmo não acontece em relação ao valor das benfeitorias, sendo,

porém de notar que, em alguns municipios, esse valor está distanciado da realidade. Não ha declarações acerca do valor dos maquinismos e instrumentos agrarios e da extensão das propriedades.

Como se vê, para o efeito de uma apreciação exata do valor e extensão das propriedades rurais, o trabalho feito pelas estações fiscais do Estado resente-se de lacunas muito serias.

A distribuição das propriedades arroladas pelas coletorias estaduais e o respectivo valor é a seguinte:

MUNICIPIOS	Propriedades	Benfeitorias	Terras
Agua Branca	1.520	1.433:370$	965:098$
Alagoas	640	1.433:770$	1.080:398$
Anadia	1.482	358:250$	4.644:692$
Arapiraca	100	—	750:000$
Atalaia	143	3.920:400$	5.133:200$
Belo Monte	274	—	266:190$
Camaragibe	166	1.911:970$	2.231:500$
Capela	129	1.263:050$	5.402:000$
Coruripe.	884	1.511:138$	1.941:028$
Igreja Nova	105	—	1.802:000$
Junqueiro	768	204:045$	571:270$
Leopoldina	190	1.278:740$	1.662:270$
Limoeiro	950	454:140$	696:460$
Maceió	416	994:872$	1.354:592$
Maragogi	612	2.431:430$	2.858:590$
Mata Grande	650	—	956:350$
Muricí	255	1.109:590$	4.428:530$
Palmeira dos Indios	1.350	—	2.229:025$
Pão de Assucar	546	—	534:085$
Penedo	480	229:695$	994:532$
Piassabussú	412	647:515$	379:403$
Pilar	77	490:500$	1.962:000$
Piranhas	61	—	159:084$
Porto Calvo	160	1.632:250$	2.178:199$
Porto de Pedras	535	1.539:580$	1.006:140$
Porto Real do Colegio	156	—	872:500$
Quebrangulo	450	37:200$	2.287:470$
Sant'Ana do Ipanema	1.005	106:000$	2,940:000$
Santa Luzia do Norte	130	367:650$	2.719:300$
São Braz.	190	—	742:000$
São Luiz do Quitunde	222	3.658:550$	2.906:270$
São Miguel dos Campos	504	3.197:610$	2.801:160$
São José da Lage	720	8.558:600$	5.586:098$
Traipú	640	100$	624:810$
União	330	2.032:480$	5.717:894$
Viçosa	540	1.605:460$	4.512:550$
	17.842	40.974:185$	77.857:288$

Comparada a apuração de 1920, pela Diretoria Geral de Estatistica, com a de 1931, pelas estações fiscais do Estado, verifica-se um aumento de 9.002 propriedades rurais. O valor dessas propriedades, apurado pelas declarações dos proprios contribuintes, era de 128.831:473$000, sendo Rs. 77.857:288$000 para as terras e 40.974:185$000 para as benfeitorias.

Do quadro acima verifica-se que ha municipios em que o valor

declarado, quer das terras, quer das benfeitorias, não exprime a verdade da situação das respectivas propriedades. O de Santa Luzia do Norte, por exemplo, onde existe a maior usina assucareira do Brasil — Usina Leão — cujas benfeitorias e maquinismos excedem de 20.000 contos, acusa para todas as benfeitorias existentes no municipio apenas 367:500$000. Assim outros.

CREDITO AGRICOLA

Em 1902, o saudoso alagoano, Dr. Afonso de Mendonça, que foi um dos mais cultos e infatigaveis agricultores do Estado, escreveu: "Precaria e desanimadora é a posição da nossa agricultura perante os tres instrumentos de produção: terra, trabalho e capital. Se o primeiro temo-lo de primeira ordem, o segundo é máo, por sistema e por organização, e o terceiro é deficiente e caro."

Não avançamos. Continuamos a com a mesma desorganização do trabalho e a mesma deficiencia e consequente carestia do capital de que a lavoura carece para a sua movimentação anual.

Os nossos institutos bancarios limitam-se ao jogo de cambiais, descontos e saques á ordem, efetuando operações a curto praso e juros pesados de mais para a função agricola. O agricultor precisa de capitais a longos prasos e juros modicos.

Só nos estabelecimentos de credito popular e agricola a lavoura encontrará o capital de que necessita pelo preço e praso compatíveis com a indole do seu trabalho e das suas necessidades.

Já se está fazendo alguma coisa no Estado neste sentido. Pouco a pouco o credito agricola se vai organizando em estabelecimentos regionais, entre os quais figuram como padrões de organização e eficiente função junto á agricultura o Banco Central de Credito Agricola de Alagoas e o Banco de Viçosa.

Organizações bancarias da mesma natureza já estão funcionando regular e proficuamente nos municipios de São Miguel dos Campos, Palmeira dos Indios, São José da Lage, Penedo, Anadia, Sant'Ana do Ipanema, todos de funcionamento mais recente que o daqueles dois estabelecimentos modelares.

Esses estabelecimentos, em 31 de dezembro de 1931, operavam com um capital de 2.465:700$000, tendo efetuado emprestimos, durante o ano referido, na importancia de 1.757:527$000.

O que já possuimos é ainda muito pouco em relação ás grandes e prementes necessidades da lavoura; todavia já representa alguma coisa como ponto de partida para o que se ha de fazer daqui por diante.

E' de justiça acentuar que para a organização deses estabelecimentos de credito popular e agricola muito concorreu o ex-governador Alvaro Correia Pais, com o seu entusiasmo e o seu interesse pela solução dos nossos problemas economicos.

I — PRODUÇÃO DE PLANTAS ALIMENTICIAS NO ANO AGRICOLA DE 1930-1931

(Produção por tonelada)

MUNICIPIOS	Milho	Feijão	Arroz	Mandioca (Raizes)	Batatas doces
Agua Branca	1.117	741	12	6.440	260
Alagoas	55	70	190	2.180	250
Anadia	5.871	1.331	928	12.870	600
Arapiraca	180	47	147	4.670	200
Atalaia	250	54	21	5.340	930
Belo Monte	205	82	306	240	100
Camaragibe	140	100	11	7.340	310
Capela	630	337	27	1.460	316
Coruripe	374	60	256	10.760	190
Igreja Nova	289	147	1.995	4.080	210
Junqueiro	208	124	16	3.620	119
Leopoldina	183	487	52	5.120	319
Limoeiro	1.177	2	202	16.160	275
Maceió	5	37	—	3.940	210
Maragogí	20	371	59	1.160	200
Mata Grande	1.054	371	59	1.160	200
Muricí	1.395	879	126	7.220	275
Palmeira dos Indios	8.576	225	44	17.520	422
Pão de Assucar	356	43	420	580	446
Penedo	104	6	2.529	1.720	270
Piassabussú	15	10	659	900	320
Pilar	31	40	—	6.060	93
Piranhas	45	36	25	120	44
Porto Calvo	102	14	111	160	297
Porto de Pedras	10	47	23	900	160
Porto Real do Colegio	298	365	424	1.520	439
Quebrangulo	2.577	457	—	3.220	515
Sant'Ana do Ipanema	2.979	55	6	4.680	299
Santa Luzia do Norte	5	48	10	2.100	178
São Braz	167	845	756	1.320	561
São José da Lage	2.763	38	27	4.080	533
São Luiz do Quitunde	70	55	—	2.100	385
São Miguel dos Campos	370	180	55	6.420	260
Traipú	255	78	619	720	144
União	5.066	860	23	2.740	670
Viçosa	6.793	2.328	15	46.480	714
	43.735	11.370	10.020	202.880	11.896

Quadro organizado de acordo com informações regionais e elementos de calculo da Diretoria de Estatistica do Estado.

II — PRODUÇÃO DA CULTURA DE PLANTAS ARBUSTIVAS E ARBORECENTES NO ANO AGRICOLA DE 1930-1931

MUNICIPIOS	COCOS			CAFE'	
	Coqueiros frutificando	Coqueiros novos	Produção Côco	Numero de cafeeiros	Produção Tonelada
Agua Branca	—	—	—	6.199	32
Alagoas	76.075	12.000	3.043.000	43.285	139
Anadia	—	—	—	150.400	451
Arapiraca	—	—	—	—	—
Atalaia	—	—	—	73.150	219
Belo Monte	—	—	—	—	—
Camaragibe	28.723	8.000	1.142.920	68.250	205
Capela	—	—	—	3.150	22
Coruripe	53.950	12.000	2.158.000	105.000	385
Igreja Nova	—	—	—	860	9
Junqueiro	—	—	—	2.750	35
Leopoldina	—	—	—	216.250	659
Limoeiro	—	—	—	6.998	39
Maceió	36.241	15.000	1.452.640	1.000	4
Maragogí	102.505	30.000	4.100.200	—	—
Mata Grande	—	—	—	40.508	176
Muricí	—	—	—	65.645	247
Palmeira dos Indios	—	—	—	42.217	198
Pão de Assucar	—	—	—	3.150	28
Penedo	—	—	—	—	—
Piassabussú	66.684	20.000	2.667.360	799	8
Pilar	1.279	3.000	51.880	—	—
Piranhas	—	—	—	2.020	20
Porto Calvo	2.114	2.000	85.760	433	3
Porto de Pedras	147.368	26.000	5.774.720	—	—
Porto Real do Colegio	—	—	—	25.590	98
Quebrangulo	—	—	—	130.200	390
Sant'Ana do Ipanema	—	—	—	5.600	25
Santa Luzia do Norte	12.600	9.000	744.000	—	—
São Braz	—	—	—	—	—
São José da Lage	—	—	—	261.625	779
São Luiz do Quitunde	20.537	9.000	821.480	3.000	20
São Miguel dos Campos	8.815	5.000	352.600	2.878	18
Traipú	—	—	—	—	—
União	—	—	—	25.000	91
Viçosa	—	—	—	271.961	744
	557.009	151.000	22.521.560	1.518.316	5.050

A contagem de coqueiros foi feita pelas coletorias estaduais para o lançamento do respectivo imposto em 1931 e o de cafeeiros foi registrado pelo recenseamento federal de 1920. A produção de côcos obedece á média de 40 frutos por coqueiro e a de café é baseada em informações municipais e outros elementos da Diretoria de Estatistica do Estado.

III — PRODUÇÃO DA CULTURA DE PLANTAS INDUSTRIAIS NO ANO AGRICOLA DE 1930-1931

MUNICIPIOS	Algodão em rama Ton.	Fumo em corda Ton.	Mamona Ton.	Cana de assucar Ton.
Agua Branca	113	7	—	300
Alagoas	—	—	7	7.729
Anadia	608	74	318	36.919
Arapiraca	25	5	30	—
Atalaia	34	10	20	353.179
Belo Monte	81	3	—	—
Camaragibe	—	30	10	97.816
Capela	96	15	9	140.454
Coruripe	32	20	—	127.249
Igreja Nova	72	16	—	1.219
Junqueiro	78	6	—	4.794
Leopoldina	20	12	31	83.334
Limoeiro	297	18	39	69
Maceió	—	—	—	32.233
Maragogi	—	3	—	45.489
Mata Grande	92	6	—	15.885
Muricí	9	117	60	550.299
Palmeira dos Indios	684	14	321	—
Pão de Assucar	138	3	—	—
Penedo	—	—	10	840
Piassabussú	—	—	—	2.239
Pilar	—	—	5	41.649
Piranhas	30	2	—	—
Porto Calvo	—	2	—	110.413
Porto de Pedras	—	—	—	44.340
Porto Real do Colegio	58	—	5	240
Quebrangulo	462	368	219	7.453
Sant'Ana do Ipanema	257	75	151	559
Santa Luzia do Norte	—	—	—	76.663
São Braz	34	8	—	—
São José da Lage	281	16	42	44.473
São Luiz do Quitunde	—	—	—	199.290
São Miguel dos Campos	79	8	30	35.659
Traipú	58	4	—	—
União	283	16	450	42.990
Viçosa	1.618	268	489	79.990
	5.539	1.136	2.196	2.183.772

IV — PRODUÇÃO DE DERIVADOS DA CANA DE ASSUCAR NO ANO AGRICOLA DE 1930-1931

MUNICIPIOS	N. de estabelecimentos produtores	Rapadura Tonelada	Assucar Tonelada	N. de estabelecimentos produtores	Aguardente Lit.	Alcool potavel Lit.	Alcool motor Lit.
Agua Branca	69	300	—	—	—	—	—
Alagoas	8	—	382	3	15.600	—	—
Anadia	60	500	1.346	5	20.000	—	—
Arapiraca	—	—	—	—	—	—	—
Atalaia	71	—	12.709	12	514.408	—	—
Belo Monte	—	—	—	—	—	—	—
Camaragibe.	61	150	5.604	10	45.000	10.000	20.0 00
Capela	52	—	6.363	21	80.000	30.000	—
Coruripe	15	23	7.530	9	106.755	26.507	15.508
Igreja Nova	3	22	—	2	3.000	—	—
Junqueiro	15	206	40	—	—	—	—
Leopoldina	14	166	4.200	4	6.000	—	—
Limoeiro	4	5	6	2	5.000	—	—
Maceió	22	—	1.612	2	3.008	—	—
Maragogí	24	—	2.275	2	3.000	—	—
Mata Grande	30	600	194	1	2.030	—	—
Murici	37	—	9.600	16	72.000	—	—
Palmeira dos Indios	—	—	—	—	—	—	—
Pão de Assucar	—	—	—	—	—	—	—
Penedo	—	—	—	—	—	—	—
Piassalnassú	5	10	115	—	—	—	—
Pilar	26	—	2.082	5	17.000	—	—
Piranhas	—	—	—	—	—	—	—
Porto Calvo	36	150	5.371	7	4.000	—	—
Porto de Pedras	11	200	2.017	—	—	—	—
Porto Real do Colegio	2	15	—	—	—	—	—
Quebrangulo	21	72	250	—	—	—	—
Sant'Ana do Ipanema	—	—	—	—	—	—	—
Santa Luzia do Norte	12	—	14.140	1	1.350.000	400.000	120.000
São Braz	—	—	—	—	—	—	—
São José da Lage	8	600	10.980	5	455.142	714.968	1.890.311
São Luiz do Quitunde	54	—	9.980	8	28.924	68.442	4.218
São Miguel dos Campos . ..	33	200	2.470	5	20.800	204.550	—
Traipú	—	—	—	—	—	—	—
União	67	1.150	2.050	5	15.000	—	—
Viçosa	72	1.200	2.640	10	45.000	—	—
	824	5.563	103.956	135	2.811.629	1.454.467	2.050.037

Quadro deduzido de informações municipais e de outros elementos da Directoria de Estatistica do Estado.

V — PRODUÇÃO DE DERIVADOS DA MANDIOCA NO ANO AGRICOLA DE 1930-1931

MUNICIPIOS	Numero de estabelecimentos produtores	Farinha Ton.	Polvilho Ton.
Agua Branca	180	1.200	150
Alagoas	102	161	16
Anadia	410	3.540	187
Arapiraca	225	620	46
Atalaia	132	3.696	98
Belo Monte	85	745	15
Camaragibe	250	3.000	150
Capela	124	328	14
Coruripe	190	380	2
Igreja Nova	250	150	2
Junqueiro	98	240	11
Leopoldina	130	1.200	160
Limoeiro	360	2.360	20
Maceió	60	530	331
Maragogi	250	148	6
Mata Grande	300	1.200	10
Muricí	150	3.400	25
Palmeira dos Indios	262	3.590	98
Pão de Assucar	60	250	30
Penedo	35	1.600	5
Piassabussú	23	69	3
Pilar	30	700	30
Piranhas	18	40	2
Porto Calvo	65	272	15
Porto de Pedras	80	235	19
Porto Real do Colegio	180	692	65
Quebrangulo	25	940	41
Sant'Ana do Ipanema	350	3.950	50
Santa Luzia do Norte	130	630	12
São Braz	150	200	4
São José da Lage	162	2.100	60
São Luiz do Quitunde	300	936	30
São Miguel dos Campos	149	550	48
Traipú	45	36	4
União	512	2.930	528
Viçosa	210	5.000	535
	5.952	46.618	2.722

Quadro organizado de acordo com informações procedentes dos municipios e elementos da Diretoria de Estatistica do Estado.

No Estado existe apenas um estabelecimento produtor de farinha provido de maquinismos, em Quebrangulo; os demais são fabricas rudimentares.

VI — AREA CULTIVADA NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS RECENSEADOS EM 1920

(Hectares)

	Arroz	Milho	Feijão	Mandioca	Algodão	Canna de assucar	Fumo	Mamona	Café	Côco
Agua Branca	6	621	544	322	337	27	26	3	9	1
Alagoas	52	31	51	109	—	85	7	2	62	556
Anadia	447	3.262	977	643	1.895	369	185	265	215	16
Arapiraca (1) . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Atalaia	10	139	40	267	63	3.072	26	—	101	—
Belo Monte	146	114	40	—	185	—	—	1	—	—
Camaragibe	5	78	60	367	33	1.284	52	3	97	148
Capela	13	350	73	73	316	2.491	38	12	4	—
Coruripe	122	208	247	555	52	862	76	2	150	1.217
Igreja Nova	926	161	44	204	143	13	41	8	1	—
Junqueiro	8	116	108	181	171	51	16	1	4	—
Leopoldina	25	102	92	256	41	802	31	26	309	1
Limoeiro	96	654	393	808	1.416	102	45	33	10	3
Maceió	1	4	2	197	—	310	—	—	1	214
Maragogi	28	10	27	58	—	531	2	—	1	590
Mata Grande . . .	—	558	272	239	205	167	18	15	58	—
Muricí	171	775	559	361	—	12.963	268	56	213	—
Palm. dos Indios .	21	4.820	645	876	3.255	26	35	270	94	—
Pão de Assucar . .	159	198	175	29	359	—	8	5	3	—
Penedo	1.159	58	32	86	9	13	1	—	—	6
Piassabussú . . .	290	13	6	45	—	55	—	—	—	581
Pilar	—	18	8	403	—	401	—	—	1	4
Piranhas	12	25	29	6	6	—	1	2	—	—
Porto Calvo . . .	53	57	23	80	4	997	6	—	3	—
Porto de Pedras .	11	6	10	45	—	427	6	—	1	919
P. Real do Colegio	202	163	35	76	73	112	1	—	—	—
Quebrangulo . . .	1	432	268	161	1.800	119	971	183	186	—
S. A. do Ipanema.	3	655	336	239	579	11	189	126	37	1
S. L. do Norte . .	5	3	40	116	—	734	—	—	1	30
São Braz	360	93	35	64	62	—	3	3	—	—
S. José da Lage ..	13	502	620	239	859	701	40	35	374	—
S. L. do Quitunde.	1	42	28	105	—	2.278	—	5	5	277
S. Mig. dos Campos	26	206	132	321	177	709	10	12	4	64
Traipú	271	142	57	36	88	—	1	1	—	—
União	—	798	631	137	496	1.104	40	400	36	—
Viçosa	7	3.829	1.705	2.324	3.850	931	672	366	389	—
	4.650	19.243	8.344	10.028	17.974	31.637	2.815	1.829	2.369	4.628

A area cultivada no Estado tem augmentado consideravelmente, talvez na razão de 50 °|° ; damos este quadro para que ALAGOAS EM 1931 registre este elemento oficial, na falta de dados mais recentes e positivos.

(1) Não existia o municipio de Arapiraca.

VII — PRODUÇÃO DE VARIAS CULTURAS NO ANO AGRICOLA DE 1930-1931

ESPECIE	Area cultivada Hectaras	PRODUÇÃO				
		Unidade	Quantidade	Unidade	Quantidade	Valor da produção
Cereais						
Milho	19.243	Ton.	43.735	Saco	728.916	8.757:120$
Arroz	4.650	"	10.020	"	167.000	4.519:020$
Total	23.893					13.276:140$
Outras plantas alimenticias						
Feijão	8.344	Ton.	11.370	Saco	189.500	5.571:300$
Mandioca	10.028	"	262.880	—	—	4.057:600$
Batatas	—	"	11.896	—	—	708:300$
Total	18.372					10.337:200$
Plantas industriais						
Algodão:						
Rama	17.074	Ton.	5.539	Arb.	369.272	12.520:000$
Caroço		"	10.020	Saco	277.009	1.061:957$
Fumo	2.815	"	1.136	—	—	2.272:800$
Mamona	1.829	"	2.193	Saco	33.600	1.537:200$
Cana de assucar	31.637	"	183.772	—	—	34.621:492$
Total	53.355					52.013:449$
Plantas arbustivas e arborecentes						
Côco	4.628	Ton.	15.750	Côco	22.521.000	2.252:156$
Café	2.369	"	5.050	Saco	84.166	2.525:000$
Total	6.997					4.777:156$
Total geral	102.617					80.403:945$

VIII — CULTURA DE ABELHAS NO ESTADO, SEGUNDO O RECENSEAMENTO FEDERAL DE 1920

MUNICIPIOS	Num. de estabeleci-mentos	Num. de colmeias	PRODUÇÃO	
			Mel Lit.	Cêra Quil.
Agua Branca	5	23	82	11
Alagoas	1	2	10	3
Anadia	191	1.540	5.189	589
Arapiraca (1)	—	—	—	—
Atalaia	3	122	245	66
Belo Monte	4	169	230	42
Camaragibe	13	417	921	142
Capela	14	123	336	31
Coruripe	64	813	2.767	288
Igreja Nova	1	44	60	12
Junqueiro	40	456	605	75
Leopoldina	20	426	653	67
Limoeiro	130	1.650	4.909	952
Maceió	1	10	40	5
Maragogi	6	7	32	3
Mata Grande	4	16	25	6
Murici	—	—	—	—
Palmeira dos Indios	102	850	1.701	293
Pão de Assucar	30	699	741	68
Penedo	17	633	1.340	213
Piassabussú	3	30	43	14
Pilar	1	2	5	1
Piranhas	—	—	—	—
Porto Calvo	3	26	32	11
Porto de Pedras	—	—	—	—
Porto Real do Colegio	2	7	16	2
Quebrangulo	214	2.560	1.128	380
Sant'Ana do Ipanema	96	1.237	1.397	140
Santa Luzia do Norte	1	6	20	2
São Braz	18	246	466	104
São José da Lage	107	1.719	2.182	243
São Luiz do Quitunde	—	—	—	—
São Miguel dos Campos	21	248	684	79
Traipú	30	329	626	40
União	66	798	2.487	182
Viçosa	153	1.169	2.340	285
	1.361	16.377	31.342	4.349

A apicultura tem se desenvolvido no Estado; no Seminario Episcopal, em Maceió, existe uma cultura já consideravel, tendo produsido, em 1931, 5.000 litros de mel.

(1) Não exsitia em 1920.

IX — CRIAÇÃO DE AVES DOMESTICAS, SEGUNDO O RECENSEAMENTO FEDERAL DE 1920

MUNICIPIOS	Num. de estabelecimentos	Galinhas	Perús	Patos	Total
Agua Branca	251	15.681	1.740	80	17.501
Alagoas	39	7.192	1.084	1.096	9.372
Anadia	470	88.377	12.786	4.244	105.407
Arapiraca (1)	—	—	—	—	—
Atalaia	167	26.952	3.762	3.691	34.405
Belo Monte	63	5.736	368	120	6.225
Camaragibe	61	16.766	2.035	[illegible].270	20.[illegible]71
Capela	91	23.035	2.791	2.285	28.111
Coruripe	221	21.311	5.220	2.585	29.116
Igreja Nova	70	5.688	853	229	6.770
Junqueiro	76	8.812	1.464	341	10.617
Leopoldina	47	16.294	2.286	1.326	19.906
Limoeiro	323	54.287	9.750	2.069	66.106
Maceió	41	4.380	258	415	5.053
Maragogí	47	3.716	396	306	4.418
Mata Grande	130	9.044	1.217	276	10.537
Muricí	147	41.466	4.433	9.332	55.231
Palmeira dos Indios	1.021	102.079	16.560	1.809	120.448
Pão de Assucar	109	8.917	1.040	223	10.180
Penedo	29	3.273	295	183	3.751
Piassabussú	57	7.443	211	101	7.755
Pilar	33	3.518	266	109	3.893
Piranhas	9	465	22	20	507
Porto Calvo	43	5.392	449	667	6.508
Porto de Pedras	26	2.826	281	323	3.430
Porto Real do Colegio	29	2.121	430	63	2.614
Quebrangulo	380	87.124	11.487	4.972	103.583
Sant'Ana do Ipanema	359	35.458	4.856	95	40.409
Santa Luzia do Norte	62	3.859	163	170	4.192
São Braz	41	5.454	576	93	6.128
São José da Lage	291	53.853	4.773	3.476	62.095
São Luiz do Quitunde	11	2.563	402	200	3.165
São Miguel dos Campos	93	21.571	3.032	1.397	26.000
Traipú	85	7.531	901	178	8.630
União	182	17.007	2.562	1.169	20.738
Viçosa	736	191.671	24.362	3.163	219.196
	5.840	910.862	121.781	48.076	1.087.489

A avicultura, em setembro de 1920, representava o valor minimo de Rs. 1.205:160$000.

(1) Não existia o municipio de Arapiraca.

INDUSTRIA

INDUSTRIA TEXTIL

Alagoas não é um Estado industrial. A agricultura sempre foi a base da sua prosperidade economica, sendo a lavoura da cana de assucar a sua principal fonte de riqueza. Tem contudo algumas industrias, entre as quais predomina a da fiação e tecidos de algodão. Esta influe na prosperidade alagoana.

A industria fabril dos tecidos foi iniciada em Alagoas pela Companhia União Mercantil, que fundou no povoado Fernão Velho uma pequena fabrica, devendo-se essa iniciativa ao Barão de Jaraguá, José Antonio de Mendonça. Essa fabrica data de 1857 e começou com um capital muito modesto, apenas 150:000$000. Logo após á montagem da fabrica ficou reconhecida a insuficiencia do capital e houve necessidade de contrair-se emprestimos como tambem de aplicar-se o produto dos dividendos na aquisição de novos maquinismos e outras despesas. O governo geral veio em auxilio da Companhia, elevando-lhe o capital para 300:000$000 e mandando que fossem emittidas ações no valor de...... 50:000$000 correspondentes aos dividendos devidos aos acionistas.

A primeira produção da fabrica data de 1865 e constou de 6.511 peças de tecidos de algodão grossos, que deram um lucro de 15:515$000, ou 6 % por ação. O valor primitivo da fabrica era de 229:658$000, representado por imoveis, maquinismos e outros bens.

Em 1901, a fabrica da Companhia União Mercantil tinha ainda o seu capital primitivo, de 300:000$000, limitando a sua produção a tecidos grossos. Nesse ano a produção montou a 29.179 peças, no valor de 358:037$000, tendo trabalhado com 145 operarios.

A remodelação e ampliação dessa fabrica, hoje uma das maiores do Brasil, data de 1906 e deve-se ao espirito organizador e ativo do comendador José Antonio Teixeira Machado, que encontrou em seus filhos seguidores inteligentes da sua grande obra industrial.

Em 1888 foi constituida a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, com um capital de 300:000$000, elevado a 1.500:000$000, em 1901. Essa empreza montou no logar denominado Cachoeira, no municipio de Santa Luzia do Norte, á margem do rio Mundaú, uma fabrica de grandes proporções, iniciando seus trabalhos com 260 teares e maquinismos necessarios á fiação, tecelagem e acabamento da produção, tendo construido uma grande vila operaria.

Em 1901 o valor das vendas realizadas pela fabrica foi de...... 1.140:608$000, verificando-se um lucro de 374:660$000. A fabrica nesse ano trabalhou com 600 operarios. E' atualmente uma das maiores emprezas fabris do paiz.

Por iniciativa do comendador José Antonio Teixeira Basto foi constituida em 1892 a **Companhia Progresso Alagoano**, com o capital de 650:000$000, logo depois elevado para 850:000$000. Essa empreza instalou no lugar denominado Rio Largo, á margem da estrada de ferro e proximidade da Cachoeira, uma excelente fabrica, com 120 teares e maquinismos completos e aperfeiçoados para fiação, tinturaria e acabamento, além de uma seção de ponto de malha.

Em 1901 sua produção foi vendida por 1.174:581$870, tendo ficado um **stock** no valor de mais de 160 contos. O lucro deste ano foi de 374:660$000.

No mesmo ano foi organizada a **Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos** que inaugurou os seus trabalhos no ano seguinte, tendo montado uma grande fabrica na cidade do Pilar, á margem da lagoa Manguaba. Seu capital inicial foi de 400:000$000 e o seu fim o fabrico de tecidos brancos e de cores.

O surto da industria textil no Estado ainda se acentuou nessa época com a fundação da **Companhia Industrial Penedense**, com o capital de 500:000$000, logo elevado para 700:000$000. Essa companhia fundou, á margem do São Francisco, na cidade de Penedo, uma fabrbica aparelhada dos mais modernos maquinismos.

Em 1901 existiam no Estado 5 fabricas de tecidos, representando um valor de 4.862:228$000, em predios, maquinismos e outros bens, sendo o capital de acionistas 3.550:000$000. Os predios e maquinismos propriamente ditos estavam avaliados em 4.205:947$000. O valor das vendas fôra de 3.547:441$434 e o dos lucros de 1.105:597$846. Essas 5 fabricas davam trabalho a 1.860 operarios, adquirira 20.229 fardos de materia prima, da qual consumira 18.106. O valor da materia prima montara a 1.231:254$114 e o dos salarios e mão de obra a 606:316$682.

Em 1911 os industriais João Antonio Loureiro e Manoel Teixeira Guimarães montaram na capital uma fabrica para exploração da industria de linhas em novelos, sob a denominação de fabrica **Alexandria** e a razão social de Loureiro & Guimarães. Essa firma manteve-se até 1913, quando os comerciantes Luiz Zagalo Rodrigues Cardoso e Joaquim Cordeiro Zagalo compraram a fabrica, que abandonou a fabricação de linhas, sendo o estabelecimento adaptado á industria de tecidos. Em 1920 a fabrica passou á firma M. Lobo & Cia., sociedade em comandita por ações, com o capital de 1.000:000$000, fazendo aquisição de novos maquinismos e ampliando extraordinariamente a sua capacidade de produção.

Outras emprezas destinadas á exploração da industria de fiação e tecidos foram montadas depois, duas em São Miguel dos Campos e uma na capital.

A' iniciativa de Delmiro Gouveia ficou devendo Alagoas a organização da **Companhia Agro Fabril**, que fundou, em pleno sertão, nas proximidades da cachoeira Paulo Afonso, no lugar denominado Pedra, no municipio de Agua Branca, uma grande fabrica de linhas em carritel e fios diversos, movida por energia hidro-eletrica captada daquela cachoeira.

Pela admiravel organização do trabalho nesse centro fabril e vastidão do plano industrial que Delmiro Gouveia se propunha realizar no sertão alagoano, ampliando a capacidade produtiva da fabrica, creando um grande estabelecimento de tecelagem, intensificando a cultura do algodoeiro, fazendo a irrigação da zona adusta com a agua do São Francisco e desenvolvendo o aproveitamento do potencial hidraulico da cachoeira, a Companhia Agro Fabril representava um fator poderoso de civilização.

Emquanto viveu o benemerito brasileiro, a sua empreza andou prospera, triunfando de todas as concorrencias e vencendo todos os obstaculos. A morte tragica do grande industrial, colhido em plena atividade de seu genio creador pelo bacamarte de profissionais do crime, abalou profundamente a empreza, que, por fim, passou a outros proprietarios e obedeceu a orientação diversa.

Ha dois anos a fabrica da Pedra encerrou a fabricação de linhas em carritel, vencida pela **Machine Cotton**, ante a pressão de crise formidavel, limitando-se á produção de fios diversos. Os maquinismos da fabricação de linhas foram então destruidos...

Os inqueritos federais de 1907, 1912 e 1920, relativamente á industria de fiação e tecelagem no Brasil, acusaram, em Alagoas, os resultados seguintes:

Anos	Num. de fabricas	Capital
1907	5	5.489:887$000
1912	6	8.450:000$000
1920	10	15.293:870$000

A diferença entre o capital empregado na industria em 1907 e 1912 era de 53,9 %, e entre 1912 e 1920 de 81,0 %.

Em 1931 o capital invertido na industria fabril de tecidos e fiação, no Estado, é de 57.633:832$240, ou um aumento de 375,5 % em relação a 1920. Esse capital está assim distribuido:

Fabrica Cachoeira	13.879:458$340
Fabrica União Mercantil	12.000:000$000
Fabrica Agro Fabril	8.113:287$020
Fabrica Alexandria	5.287:159$680
Fabrica Norte Alagoas	5.141:975$990
Fabrica Progresso Alagoano	3.811:423$580
Fabrica Industrial Penedense	2.918:000$000
Fabrica São Miguel	2.500:000$000
Fabrica Pilarense	2.132:527$630
Fabrica Vera Cruz	1.850:000$000
Total	57.633:832$240

Essas fabricas, em 31 de dezembro de 1931, trabalhavam com 3.116 teares e 5.978 operarios.

A produção de tecidos, crús, alvejados e tintos, foi a que se segue:

União Mercantil	8.001.144	7.754:979$000
Cachoeira	7.605.991	8.378:311$000
São Miguel	4.438.825	2.500:000$000
Penedense	3.514.122	3.427:657$000
Alexandria	2.612.210	3.405:808$000
Norte de Alagoas	2.760.456	2.001:347$000
Progresso	2.316.914	2.303:525$000
Pilarense	2.003.966	2.151:090$000
Vera Cruz	1.050.384	730:000$000
Total	34.304.012	32.652:717$000

As fabricas Cachoeira e Alexandria produsiram mais 641.709 toalhas para banho e rosto, e a Progresso 59.316 camisas de malhas, tendo havido ainda uma produção de 23.100 lenços.

A produção de fios diversos, da fabrica Agro Fabril representou uma valor de 1.252:892$000.

Os tecidos das fabricas alagoanas — brins, bramantes, morins,

cretones, algodões diversos — têm larga aceitação em todos os Estados. Nos ultimos 10 anos registrou-se a seguinte exportação:

Anos	Toneladas	Valor oficial
1922	1.498	3.099:895$000
1923	1.758	7.392:787$000
1924	3.443	7.855:689$000
1925	2.757	6.568:555$000
1926	1.932	4.568:053$000
1927	2.242	5.817:106$000
1928	2.096	7.197:329$000
1929	2.041	4.812:231$000
1930	2.073	3.959:739$000
1931	1.532	2.209:489$000
Total	21.372	53.480:873$000

A fabrica de linhas da Companhia Agro Fabril, que era a unica deste genero independente do **trust** americano dirigido pela **Machine Cotton**, acabou, como ficou dito, subordinando-se á poderosa organização industrial e paralizando a fabricação de linhas em carritel.

No ultimo quinquenio a exportação de linhas dessa fabrica foi a seguinte:

Anos	Quilos	Valor oficial
1927	114.321	332:049$000
1928	145.406	423:157$000
1929	176.950	498:286$000
1930	60.092	149:947$000
1931	130	390$000

A consequencia dessa subordinação expressa-se eloquentemente na diminuição da quantidade exportada, em 1931, apenas 130 quilos. Ainda se faz sentir na importação do produto, cujas compras passaram a ser feitas, em alta escala, da produção estrangeira. As cifras da importação no ultimo quinquenio são bastantes significativas:

Anos	Valor
1927	73:083$000
1928	62:541$000
1929	167:552$000
1930	134:064$000
1931	978:397$000

A diferença acusada na importação, entre 1930 e 1931, é enorme. Passamos, assim, a depender, nessa industria que Delmiro Gouveia deixara solidamente organizada, da produção estrangeira.

Outras industrias textis, aproveitando diversas fibras, especialmente o coroá, se praticam no Estado, mas em escala que não lhe dão vulto nos quadros da nossa produção industrial.

INDUSTRIA DE COUROS, DE PELES E DE OUTRAS MATERIAS DURAS DO REINO ANIMAL

A industria de couros e peles exercita-se no Estado de dois modos: um consiste na extração de couros e peles, que constitue importante co-

mercio na zona criadora, o outro no beneficiamento desses produtos animais, havendo para isso, em diversos municipios, cortumes rudimentares, contando-se dois dotados de modernos maquinismos, representando esse aparelhamento mecanico e demais accessorios um capital de...... 1.500:000$000.

Essas duas fabricas estão situadas nos municipios de Viçosa e Piranhas, o primeiro preparado para a fabricação de solas de diversos tipos, raspas, vaquetas pretas e de cores, couros envernisados, quadras para tamancos, com uma capacidade média de producção de 25.000 couros por ano, e a segunda, de menor proporção, aparelhada para a fabricação de solas laminadas de superior qualidade.

A estimativa da producção de couros e peles, no ultimo trienio, é a seguinte:

	Couros		Peles	
Anos	Quilos	Valor	Quilos	Valor
1929	442.497	1.098:177$	204.369	656:024$
1930	323.225	559:178$	712.778	1.140:444$
1931	294.217	590:656$	303.871	1.224:600$

Dessa producçãoã verificou-se, em igual periodo, a exportação seguinte:

	Couros		Peles	
Anos	Quilos	Valor	Quilos	Valor
1929	340.383	845:012$	157.207	504:998$
1930	248.635	413:046$	548.291	879:802$
1931	226.363	449:640$	233.747	943:912$

Existem no Estado 47 fabricas de artefatos de couros, todas classificadas como de pequena capacidade, assim localizadas:

9 em Maceió
5 em Penedo
3 em São José da Lage
3 em Camaragibe
3 em União
3 em Palmeira dos Indios
2 em Anadia
2 em Viçosa
2 em Porto Real do Colegio
2 em Mata Grande
2 em Porto Calvo
2 em Pilar
2 em Coruripe
1 em Piassabussú
1 em Muricí
1 em Atalaia
1 em Santa Luzia do Norte
1 em Quebrangulo
1 em Capela
1 em São Miguel dos Campos

No ultimo ano esses estabelecimentos produsiram :

3.232 malas
14 carteiras
9.450 cintos
226 chicotes
123 cabeças
112 selas

O valor da produção, em 1931, póde ser calculado francamente em 3.000:000$000 para couros, peles e artefatos.

INDUSTRIA DE MADEIRAS

Existem no Estado algumas serrarias a vapor, que aparelham madeiras para varios misteres, sendo, porém, mais usada a serragem de tóros, nas proprias matas, por processo manual.

A madeira aparelhada mais comum, em taboas, ripas, vigas, pranchões, etc., destina-se ás construções civis, ao trabalho de carpintaria, á utilização na marcenaria, no proprio Estado, sendo sem peso na economia interna a exportação das nossas essencias devidamente aparelhadas.

As matas e capoeiras grossas alagoanas, devastadas dia a dia, além de dormentes para estradas de ferro e de madeiras para aqueles misteres, fornecem combustivel ás fabricas, usinas, engenhos, estradas de ferro, padarias, refinarias, etc., havendo enorme consumo de madeiras para esse fim, consumo que movimenta anualmente vultoso capital e concorre para o empobrecimento da nossa riqueza florestal e sensivel modificação no nosso regimen climatico.

Segundo informações colhidas de algumas usinas e fabricas pela Diretoria de Estatistica do Estado, o consumo de lenha póde ser avaliado em 250.000 metros cubicos anualmente no valor de 2.500:000$000. Juntando-se a essa produção a de madeira aparelhada para diversos fins, teremos para as diferentes industrias de madeira no Estado uma produção anual, aproximada, no valor de 3.500:000$000.

INDUSTRIA METALURGICA

Em 1920 existiam no Estado 3 estabelecimentos destinados á industria metalurgica, com um capital de 300:000$000. Todas as usinas e fabricas importantes fazem a fundição e laminação do ferro, ha, porém, diversos estabelecimentos especialistas da pequena metalurgia, dos quais 5 na capital, que, além da fundição e laminação, fazem obras diversas, como sejam: cofres, bombas hidraulicas, engenhos, alambiques, caixas dagua, grades e qualquer peça accessoria, existindo tambem uma pequena fabrica de pregos de arame.

O capital empregado nessa industria é, atualmente, de 1.000:000$, sendo a sua produção estimada em 800:000$000.

CERAMICA

A ceramica, em 1920, contava no Estado 36 estabelecimentos. Tem havido certo incremento nessa industria, quanto ao numero de estabelecimentos e o montante do capital neles empregado. Não podemos registrar, porém, cifras exatas.

Os estabelecimentos existentes são ainda de aparelhamento incompleto adotando a maioria processos antiquarios de fabricação.

Não ha no Estado a fabricação de vidros e louças comuns. Uma fabrica de vidros que foi montada na capital e chegou a funcionar por algum tempo, teve vida efemera. Apenas a fabricação de mosaicos é feita com perfeição, em estabelecimento existente na capital.

Em grande escala fabricam-se obras de barro, nos municipios de Maceió, Santa Luzia do Norte, Penedo e outros, sendo grande a produção de moringues, talhas com filtros, vasos para diversos misteres, alguidares, panelas, potes, utensilios domesticos, apareihos sanitarios, canos de manilha, ladrilhos, tijolos, telhas e varios produtos de cimento armado, sendo muito apreciadas as variedades de marmorite que se fazem no Estado.

Essa industria dá trabalho a grande numero de operarios e a sua produção anual póde ser avaliada em 2.000:000$000.

PRODUTOS QUIMICOS PROPRIAMENTE DITOS E PRODUTOS ANALOGOS

De produtos quimicos, propriamente ditos, não ha fabricação no Estado; existe, porém, a industria de produtos analogos, como especialidades farmaceuticas, perfumaria, sabão comum e sabonete, explosivos, velas de cera e esteariana, oleos vegetais, etc.

De especialidades farmaceuticas estavam registradas no Estado, em 1930 dez estabelecimentos, considerados pequenos pelas coletorias federais, sendo 7 em Maceió, 1 em Alagoas e 2 em Pão de Assucar. Esses estabelecimentos fabricaram 3.470 duzias de produtos diversos no valor de 104:000$000.

Em 1931, o numero caiu para 6, todos localizados na capital, tendo igualmente caído a produção para 2.448 duzias no valor de 73:440$000.

Estabelecimentos destinados á fabricação de perfumaria existiam, em 1930,8, todos localisados na capital, sendo um de grande proporção e os demais de pequena capacidade. A produção foi de 20.530 duzias de produtos diversos. Em 1931 abriram-se em Penedo 2 estabelecimentos e mais 2 na capital, todos considerados pequenos, ficando elevado a 12 o numero dessas pequenas fabricas. A produção subiu a 37.479 duzias no valor de 200:000$000.

A fabricação de sabão comum é feita na capital em 4 fabricas bem montadas, as quais tiveram uma produção de 1.346.644 quilos, no valor de 1.699:045$310.

A fabricação de oleos vegetais que mais avulta nesse ramo industrial é a do caroço de algodão, havendo uma fabrica na capital perfeitamente aparelhada, que teve uma produção de 595.953 quilos no valor de 207:279$000.

Existem fabricas de velas de cera e prepara-se o oleo de côco e mamona em escala bastante animadora.

O valor dessa industria póde ser avaliado em 2.600:000$000.

INDUSTRIA DA ALIMENTAÇÃO

Nesse ramo industrial faz-se no Estado o beneficiamento do arroz e do milho e a sua transformação em fubás; fabrica-se a farinha e a goma de mandioca, de que já nos ocupamos noutro capitulo; fazem-se massas alimenticias diversas com o aproveitamento das varias materias primas locais e da farinha de trigo, balas e confeitos, conservas de peixes e sururús, carne de sol de gado vacum e suino com largo consumo no Estado e sucedaneo de primeira ordem do xarque, banha de porco,

toucinho, queijos, vinagres, vinhos e licores de frutas regionais, xaropes e gasosas diversas, torrefação e moagem do café e refinação do assucar, etc.

O beneficiamento do arroz é feito em 9 estabelecimentos: 1 na capital, 5 em Penedo, 2 em Porto Real do Colegio e 1 em Pão de Assucar.

São em numero de 43 os estabelecimentos de torrefação e moagem do café e refinação de assucar, ocupando-se alguns deles da fabricação de fubás de milho e arroz. Esses estabelecimentos estão assim distribuidos pelos municipios:

16 em Maceió
7 em Penedo
5 em Viçosa
4 em Santa Luzia do Norte
4 em São Miguel dos Campos
2 em Pilar
2 em Palmeira dos Indios
1 em Alagoas
1 em Murici
1 em Pão de Assucar

A produção desses estabelecimentos, em 1931, foi, aproximadamente:

Café	462.000	quilos	1.524:000$000
Assucar	5.600.000	"	3.360:000$000
Fubás	632.000	"	316:000$000
	6.694.000	"	5.200:000$000

Estão arrolados no Estado para o efeito do pagamento do imposto federal de consumo, 16 pequenas fabricas de queijo, situadas: 3 em São José da Lage, 1 em Maragogí, 2 em Quebrangulo, 1 em Murici, 7 em Pão de Assucar, 1 em União e 1 em Maceió. A produção foi de 8.684 quilos.

Classificadas como pequenas fabricas contam-se 3 estabelecimentos destinados á fabricação de conservas diversas, todas, na capital, tendo fechado, em fins do ano passado, uma. O exagero dos impostos aniquila todas essas pequenas industrias. A prova está na produção de conservas:

Em 1930	12.836	quilos
Em 1931	7.310	"
Menos	6.526	"

Existem 79 fabricas de vinagre, todas de pequena capacidade, assim localizadas: 26 em Maceió, 5 em Penedo, 4 em São José da Lage, 4 em Atalaia, 4 em Murici, 4 em União, 4 em Palmeira dos Indios, 3 em Capela, 3 em São Miguel dos Campos, 3 em Quebrangulo, 3 em Pão de Assucar, 3 em Viçosa, 2 em Santa Luzia do Norte, 2 em Pilar, 2 em Porto Real do Colegio, 2 em São Luiz do Quitunde, 1 em Alagoas, 1 em Piassabussú, 1 em Traipú, 1 em Agua Branca, 1 em Limoeiro.

Essas pequenas fabricas produsiram 913.688 litros, no valor de 275:000$000.

Contam-se no Estado 10 salinas: 1 em Maragogí, 6 em Alagoas e 3 em Coruripe, as quais, em 1931, produsiram 582.000 quilos de sal.

Com um grande litoral, Alagoas podia dar um grande desenvolvimento á industria do sal, produsindo pelo menos para o consumo interno. Em 1931 entraram em Alagoas, de diversas procedencias, 2.876.480 quilos, tendo sido vendidos 2.665.900 quilos.

Os estabelecimentos de bebidas são em numero de 249, inclusive os grandes produtores de alcool e aguardente. Esses estabelecimentos estão assim localizados e classificados:

LOCALIZAÇÃO	Grandes	Médios	Pequenos	Total
Alagoas	—	—	2	2
Anadia	—	—	5	5
Atalaia	2	—	20	22
Camaragibe	—	2	12	14
Capela	2	—	24	26
Coruripe	1	8	—	9
Limoeiro	—	—	2	2
Maceió	—	—	38	38
Maragogí	—	—	9	9
Mata Grande	—	—	1	1
Murici	—	2	11	13
Penedo	—	1	7	8
Pilar	—	2	5	7
Piassabussú	—	—	2	2
Pão de Assucar	—	—	1	1
Porto Calvo	—	—	12	12
Palmeira dos Indios	—	—	1	1
Porto Real do Colegio	—	—	4	4
Quebrangulo	—	—	4	4
Santa Luzia do Norte	1	1	7	9
São José da Lage	1	—	3	4
São Miguel dos Campos	1	—	12	13
Sant'Ana do Ipanema	—	—	2	2
São Luiz do Quitunde	2	—	4	6
Traipú	—	—	2	2
União	1	—	9	10
Viçosa	—	—	23	23
Total	11	16	222	249

Excluido o alcool e a aguardente, a produção em 1931 foi a que se segue:

16.079 litros de vinhos de frutas — Nectar
52.766 " de vinhas naturais sem alcool
20.249 " de refrescos gasosos
124 " de genebra
462 " de cognac

A produção geral da industria da alimentação póde ser calculada em 5.500:000$000.

INDUSTRIA DO MOBILIARIO

Existem no Estado 72 estabelecimentos destinados á fabricação

de moveis de madeira, vime e ferro, colchões, travesseiros e alcochoados, etc.

Esses estabelecimentos estão assim distribuidos:

18 em Maceió
7 em Penedo
7 em Coruripe
6 em São Miguel dos Campos
6 em Anadia
6 em União
5 em Santa Luzia do Norte
3 em Viçosa
2 em São José da Lage
2 em Pilar
2 em Porto Real do Colegio
2 em Pão de Assucar
1 em Capela
1 em Quebrangulo
1 em Atalaia
1 em Muricí
1 em Palmeira dos Indios
1 em São Luiz do Quitunde

A produção desses estableecimentos foi de 5.706 peças no valor de 663:310$000.

INDUSTRIA DO VESTUARIO

Essa industria compreende chapeos de diversas especies, roupas de qualquer natureza, coletes para senhoras, cintas, carteiras, polainas, bolsas, calçados, gravatas, flores artificiais, luvas, chapeos de sol e bengala, capas de borracha, lenços, pentes, botões, etc.

Desse ramo industrial existem no Estado diversos estabelecimentos. São em numero de 166 os de calçados, assim distribuidos, relativamente á produção: 1 de grande capacidade, 7 de capacidade média e 158 de pequena capacidade.

A localização é a seguinte:

LOCALIZAÇÃO	Grande	Media	Pequena	Total
Atalaia	—	—	2	2
Alagoas	—	—	2	2
Anadia	—	—	8	8
Agua Branca	—	—	15	15
Camaragibe	—	—	1	1
Coruripe	—	—	2	2
Limoeiro	—	—	3	3
Maceió	1	6	23	30
Maragogí	—	—	1	1
Mata Grande	—	—	11	11
Murici	—	—	4	4
Penedo	—	1	9	10
Pilar	—	—	4	4
Palmeira dos Indios	—	—	10	10
Piassabussú	—	—	3	3

LOCALIZAÇÃO	Grande	Media	Pequena	Total
Porto Calvo	—	—	2	2
Porto Real do Colegio	—	—	2	2
Pão de Assucar	—	—	7	7
Quebrangulo	—	—	10	10
São José da Lage	—	—	3	3
Santa Luzia do Norte	—	—	2	2
São Miguel dos Campos	—	—	11	11
Sant'Ana do Ipanema	—	—	7	7
São Luiz do Quitunde	—	—	2	2
Traipú	—	—	1	1
União	—	—	3	3
Viçosa	—	—	10	10
Total	1	7	158	166

A produção desses estabelecimentos foi a seguinte nos dois ultimos anos:

1930 . . .	78.686	pares no valor de	1.260:000$000
1931 . . .	76.832	" " " "	1.050:000$000

Fabricam-se no Estado chapeos para senhoras e para homens, gorros e bonés para crianças e chapeos de sol e sombrinhas de diversos tipos. Essa industria exercita-se em 10 estabelecimentos, dos quais 9 na capital e 1 na cidade de Pilar, tendo fechado em 1930 um em Maceió e outro em Penedo. Em 1931 esses estabelecimentos produsiram:

8.688 chapeos de sol e sombrinhas
540 chapeos para senhoras
105 gorros e bonés

O valor dessa produção foi 250:000$000. Ha ainda em grande escala a fabricação de chapeos de palha de ouricuri e similares, fabricação inteiramente domestica, exercida pelas classes pobres do interior e pelos presos da penitenciaria da capital.

Os diversos artefatos de tecidos fazem-se em 25 estabelecimentos, dos quais 2 de grande capacidade, 1 de capacidade média e 22 de pequena capacidade.

Esses estabelecimentos produsiram nos dois ultimos anos:

Produtos		**1930**	**1931**
Toalhas de banho	(unidade)	292.782	378.342
Toalhas de rosto	"	267.102	339.053
Lenços diversos	"	577.134	508.597
Guardanapos	"	2.246	6.901
Lençóes	"	636	—
Camisas	"	1.065	737
Cuécas	"	1.606	1.107
Echarpes	"	36	—
Pijames	"	109	220
Gravatas	"	2.782	2.278
Paninhos	"	—	501
Colarinhos	"	—	276

A produção em 1931 teve um valor de 1.642:000$000.

A industria de vestuario teve no ultimo ano uma produção no valor seguinte:

Calçados	1.050:000$000
Chapeos	250:000$000
Artefatos de tecidos	1.642:000$000
Diversos	200:000$000
Total	3.142:000$000

INDUSTRIA DA EDIFICAÇÃO

Fabrica-se no Estado a cal de marisco e de pedras, ornatos de cimento e de gesso, pedras para lavatorios, mesas, balcões, escadas, bancos para jardins em cimento armado. A Diretoria de Estatistica do Estado avalia essa produção, em 1931, em 500:000$000.

INDUSTRIA DO TRANSPORTE

Compreende essa ramo industrial a construção de aparelhos de transporte de qualquer natureza, como sejam: carros, carroças, vagões e veículos terrestres de qualquer especie; arreios e artigos de selaria; construção de barcos,etc. Não é grande o movimento anual, no Estado, dessa industria; mas a sua produção, segundo indagações procedidas pela Diretoria de Estatistica, não deve ter sido inferior a 200:000$000.

INDUSTRIA DE TRANSMISSÃO DE FORÇA FISICA

A fabricação do gelo faz-se atualmente apenas na capital, onde existem quatro fabricas, que vão suprindo as necessidades do consumo e tiveram, em 1931, a seguinte produção:

Fabrica Santa Laura	182.500	quilos	36:500$000
" Chalita	105.000	"	21:000$000
" Santa Madalena ...	18.000	"	2:700$000
Frigorifico do Matadouro ..	140.000	"	21:900$000
Total	445.500	"	82:100$000

INDUSTRIA RELATIVA ÁS CIENCIAS, LETRAS E ARTES E INDUSTRIA DE LUXO

Essa industria, que compreende larga sub-divisão, é ainda, no Estado, exercida em proporções modestas, tendo somente algum desenvolvimento a que diz respeito a artigos de papelaria e objetos escolares. A sua produção foi estimada em 150:000$000.

INDUSTRIA DA PESCA

Não existe no Estado, como não existe no Brasiil, devidamente organizada, a industria da pesca. O Atlantico, em toda a extensa costa alagoana, as nossas grandes lagoas e o São Francisco, de sua foz á vila de Piranhas, num desenvolvimento de 310 quilometros, são viveiros

inesgotaveis de uma imensa riqueza itiologica. Entretanto essa copiosa opulencia com que a natureza, prodigamente, dotou o Estado, não constitue uma fonte de riqueza industrial, inteligentemente aproveitada nas suas diferentes modalidades.

A pesca é feita ainda pelos processos mais rudimentares e, por isso mesmo, mais condenaveis, porque atenta contra o desenvolvimento e a propria conservação das numerosas familias itiologicas existentes.

Com a creação das colonias de pescadores a situação em que se encontrava a pesca, no Estado, melhorou um pouco; mas persiste a inobservancia das exigencias da Capitania dos Portos, postergadas antes pela ignorancia popular que pelas imposições da ambição.

Pratica-se a pesca por meio de rêdes, anzóis, currais, tarrafas e outros processos, apanhando-se e aproveitando-se o peixe miudo, e o graudo, em sua fase de procreação, para a venda das ovas.

Ao lado da abundancia de peixes, os mais saborosos e das mais variadas especies, a população das margens das lagoas, do Atlantico e dos cursos fluviais, exploram em larga escala, para alimento proprio e mercancia, a apanha do carangueijos, camarões, sururús e uma grande variedade de crustaceos e moluscos, dos quais se faz vasto consumo interno.

E' uma industria paralela á da pesca, exercida por quasi toda a população ribeirinha.

A Diretoria de Estatistica do Estado calcula que essa industria tenha dado, em 1931, uma produção no valor de 1.500:000$000.

A industria da pesca seria uma das mais lucrativas, entre nós, se lhe dessem uma organização racional e os capitalistas se lembrassem de nela empregar o capital necessario a essa organização. E porque ainda ninguem no Brasil se lembrou da pesca como uma industria, estamos, apezar de toda a nossa riqueza itiologica, na dependencia da Europa, importando em larga escala o bacalháu. Em 1931, sairam do Estado mais de 4.000 contos para pagamento de mais 1.600 toneladas desse artigo, que encontra no **pirarucú** um sucedaneo de primeira qualidade, e que nós o dispensariamos se tivessemos organizada a industria da pesca.

RECAPITULAÇÃO

O valor total da produção industrial do Estado, em 1931, fica assim discriminado:

Industria textil ...	33.905:000$000
Industria de couros e peles ...	3.000:000$000
Industria de madeiras ...	3.500:000$000
Industria metalurgica ...	800:000$000
Industria ceramica ...	2.000:000$000
Industria da alimentação ...	6.500:000$000
Industria do mobiliario ...	663:310$000
Industria do vestuario ...	3.142:000$000
Industria da edificação ...	500:000$000
Industria do transporte ...	200:000$000
Industria de transmissão de forças fisicas ..	82:100$000
Industria relativa ás ciencias, letras e artes.	150:000$000
Industria da pesca ...	1.500:000$000
Industria de produtos quimicos ...	2.600:000$000
Total ...	58.542:410$000

COMERCIO

INTERCAMBIO COMERCIAL

Anteriormente a 1857 não conhecemos estatisticas que documentem a importancia comercial do Estado, em relação aos valores das suas operações com o estrangeiro e mesmo com outras praças nacionais.

Apezar do estabelecimento das repartições aduaneiras e fiscais consequentes da autonomia administrativa e politica da antiga comarca, o nosso comercio, por muitos anos, continuou dependente das praças de São Salvador e Recife, que foram decadas adiante, o centro de abastecimento da Provincia, por Maceió, e portos secundarios, servidos frequentemente por veleiros de pequena cabotagem.

A vassalagem em que viveu Alagoas por mais de 300 anos não podia deixar de, comercialmente, crear raizes profundas e tenazes. Essa dependencia não se rompia assim, de chofre, pela simples publicação do decreto de autonomia administrativa. A libertação teria de operar-se vagarosamente, sob a ação persistente de elementos comerciais mais esclarecidos, agindo concientemente no sentido da emancipação comercial.

As estatisticas mais remotas que conhecemos, a começar daquele ano, relativamente ao volume da exportação e importação pelo nosso principal escoadouro maritimo, vão, pouco a pouco, traçando indices seguros de independencia mercantil.

Em 1857 as nossas relações comerciais já se não limitavam á Baía e Pernambuco; transigiamos diretamente com as principais praças nacionais, vendendo-lhes a nossa produção e comprando o que careciamos ao consumo interno. Ao porto de Jaraguá afluiam navios de varias procedencias estrangeiras, notadamente ingleses e portugueses, com cujos paizes tinhamos relações diretas, quer para a exportação, quer para a importação.

A importação direta limitava-se a poucos artigos: bacalhau, tecidos de linho, sedas e algodão, vinhos, azeites e alguns outros artigos, especialmente os de luxo. As relações comerciais com o paiz representavam um volume muito maior. A Inglaterra quasi que absorvia todo o nosso comercio externo, comprando-nos assucar, algodão e couros.

Em 1864, o nosso intercambio montara a 10.434:000$000, sendo:

Importação direta	46:000$000	
Importação de cabotagem	1.841:000$000	1.887:000$000
Exportação direta	6.593:000$000	
Exportação de cabotagem	1.954:000$000	8.547:000$000
		10.434:000$000

Só a Inglaterra comprara-nos 6.582:000$000. O restante da exportação se encaminhara para Portugal, Suecia e Noruega. Nessa exportação o que mais avultara fôra o algodão, com 5.576:000$000.

Nesse ano o saldo da balança comercial foi de 6.660:000$000, ou

uma capitalização de 62,8 %. "o que nem uma outra Provincia tem demonstrado nestas comparações estatisticas, pelo que se pode afirmar que o estado das Alagoas é sobremaneira lisongeiro e prospero", dizia o dr. Sebastião Ferreira Soares, em seu ELEMENTOS DE ESTATISTICA, publicado em 1865.

Podemos acompanhar o movimento da exportação dos nossos principais produtos, ou melhor dos que constituiam o nosso principal comercio externo, a partir de 1878, quanto ao algodão, assucar e peles, e de 1888, quanto ao caroço de algodão, milho e aguardente.

Anos	Assucar Ton.	Algodão Ton.	Peles Ton.
1878	23.338	1.902	36
1879	23.018	2.690	12
1880	40.693	4.171	8
1881	31.450	5.402	14
1882	17.503	2.812	7
1883	48.458	4.920	11
1884	39.886	3.642	7
1885	11.948	2.125	7
1886	39.484	6.861	6
1887	50.769	4.177	9
Total	326.547	38.702	117

A exportação de assucar corresponde a 4.272.000 sacos de 60 quilos, o que dá uma média de 427.000 sacos por ano. Em 1885 as listas de exportação começaram a registrar a saída do caroço do algodão e em 1887 do milho e da aguardente.

No decenio seguinte a exportação acusou as quantidades seguintes:

Anos	Assucar Ton.	Algodão Ton.	Peles Ton.	Milho Sac.	Caroço Ton.	Aguardente Pipas
1888 . . .	43.915	2.236	40	8.326	58	1.618
1889 . . .	30.647	3.627	59	1.595	36	1.379
1890 . . .	40.350	2.230	100	24.757	33	1.676
1891 . . .	35.287	2.837	81	84.925	37	586
1892 . . .	36.905	2.574	29	87.683	37	945
1893 . . .	55.250	5.582	17	51.614	99	1.778
1894 . . .	54.858	916	48	10.271	27	4.166
1895 . . .	46.929	847	—	3.680	39	3.517
1896 . . .	28.705	1.300	92	10.632	29	1.973
1897 . . .	44.890	246	33	3.099	42	2.264
	417.736	22.495	499	286.582	437	19.902

Temos neste decenio, frisante e nitida, a transição do regimen monarquico para o republicano. O comercio não sofreu colapsos com a mudança como não foi afetado com a supressão do elemento servil. Os indices da exportação elevaram-se para o assucar, mais 121.000 sacos que no decenio anterior. Caiu a exportação do algodão, mas a queda

deve ter sido proveniente de fenomenos climatericos, influindo na cultura algodoeira.

Vejamos outro decenio:

Anos	Assucar Ton.	Algodão Ton.	Peles Ton.	Milho Sac.	Caroço Ton.	Aguardente Pipas
1898 . . .	32.466	1.011	12	7.548	32	3.425
1899 . . .	34.013	2.257	18	10.167	59	3.899
1900 . . .	62.216	976	6	16.555	37	1.811
1901 . . .	53.194	3.135	34	23.728	64	1.903
1902 . . .	31.851	1.777	4	91.903	37	1.776
1903 . . .	28.386	2.500	4	15.042	52	3.597
1904 . . .	31.833	1.126	665	31.078	44	3.368
1905 . . .	47.945	4.153	452	27.108	48	5.037
1906 . . .	31.310	3.916	578	66.992	68	4.270
1907 . . .	23.216	2.165	756	3.076	53	2.522
	376.430	23.016	2.529	393.197	494	31.608

Começa neste decenio o crecimento do comercio de peles, devido aos favores concedidos pelo governo estadual a Delmiro Gouveia. Elevaram-se as quantidades da exportação de assucar, caroço de algodão, milho, aguardente e algodão.

Examinemos o decenio seguinte:

Anos	Assucar Ton.	Algodão Ton.	Peles Ton.	Milho Sac.	Caroço Ton.	Aguardente Pipas
1908 . . .	36.985	1.729	797	94.470	52	4.130
1909 . . .	45.261	4.599	1.072	117.595	107	5.206
1910 . . .	35.893	2.121	566	2.520	54	5.180
1911 . . .	37.768	1.268	734	19.194	50	2.890
1912 . . .	42.178	2.570	678	21.582	64	4.809
1913 . . .	35.408	3.718	735	34.446	85	3.306
1914 . . .	47.388	2.351	847	150	29	1.894
1915 . . .	40.230	1.648	1.152	21.082	26	1.113
1916 . . .	51.771	739	565	50.302	35	860
1917 . . .	50.333	130	255	9	11	658
	423.215	20.873	7.401	361.350	513	30.046

Aumentou a exportação de assucar, caroço de algodão e peles; a dos demais produtos acusa diminuição. O grande aumento, porem, verifica-se na exportação de peles.

Delmiro Gouveia foi o grande impulsionador do comercio de couros e peles no Estado. Antes de sua vinda para o sertão alagoano, por onde o seu genio comercial semeiou a fartura, o trabalho e o progresso, o

comercio de peles e couros era acanhado. Delmiro elevou a nossa exportação a milhões de quilos, canalizando para Alagoas grande parte da produção sertaneja dos Estados limitrofes.

As cifras dos decenios anteriores dispensam divagações. Antes de Delmiro, de 1878 a 1904, sejam 17 anos, a exportação foi de 206.815 quilos; depois de Delmiro, de 1905 a 1918, sejam 14 anos, a exportação elevou-se a 10.027.285 quilos. A exportação continuou assim nos anos posteriores.

Até aquii temos acompanhado as estatisticas organizadas pela importante firma comrecial de Macció, Williams & Co. De 1918 a 1931 os quadros da exportação observam as cifras oficiais, que consultamos. Nesse periodo exportamos:

Produtos principais	Quantidade		Valor
Assucar	891.643	toneladas	388.829:331$000
Tecidos	25.104	"	129.873:090$000
Algodão	15.189	"	28.053:379$000
Arroz	25.989	"	11.796:661$000
Côcos	70.767	milheiros	11.732:561$000
Milho	69.677	toneladas	10.188:693$000
Peles	4.659	"	8.783:379$000
Alcool	156.980	hectolitros	8.155:569$000
Caroço de algodão	47.205	toneladas	5.157:225$000
Mamona	7.400	"	3.476:510$000
Aguardente	75.690	hectolitros	2.270:794$000
		Total	608.317:192$000

O comercio externo do assucar foi sempre para Alagoas o seu ponto de apoio. Durante muitos anos a exportação desse produto não apresentou aumento sensivel, mantendo, de 1878 a 1918, seja num periodo de 40 anos, uma média anual de 558.988 sacos. Nos ultimos anos, porém, de 1918 a 1931, essa média elevou-se a 825.600 sacos.

O comercio externo de algodão, que por muitos anos concorreu em segundo lugar para o volume da exportação, no mesmo periodo de 40 anos, apresenta uma média anual de 34.286 fardos. Essa média, entretanto, nos ultimos 13 anos, caiu para 12.904 fardos. O declinio da exportação, que cada vez mais se acentua, é proveniente do desenvolvimento do consumo dessa materia prima pelas fabricas de tecidos que se hão fundado no Estado. A produção, todavia, tem ficado estacionaria.

O comercio de peles e couros tambem apresenta uma baixa consideravel no indice da sua exportação, pois reduziu-se de 255.849 quilos, média anual a que haviamos atingido, para 12.914 quilos, parecendo que voltamos á epoca anterior ao surto de progresso sertanejo devido ao genio comercial de Delmiro Gouveia.

O assucar tem perdido o comercio externo, limitando-se suas vendas quasi que exclusivamente ás praças do sul, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O quadro abaixo mostra muito claramente a posição atual do assucar alagoano no comercio exterior do assucar nacional. Por esse quadro vêr-se-á que a exportação do nosso assucar para o estrangeiro tem sempre decrecido, sendo de notar-se que em 1926 não se registrou a saída de um unico saco. Os chamados lotes de sacrificio, consequentes dos convenios realizados para a valorização artifi-

cial do produto, é que tem forçado a pequena exportação, de 1924 em diante.

Anos	EXPORTAÇÃO NACIONAL				CONTRIBUIÇÃO DE ALAGOAS		
	Tonel.	Valor	Val. med. ton.	Equival. ££	Tonel.	Valor	% sobre o peso
1920....	109.141	86.590:390$000	790$000	6.147.000	11.492	7.978:000$000	10.5
1921....	172.094	88.972:328$000	517$000	3.293.000	30.958	10.973:000$000	18.5
1922....	252.112	115.215:184$000	457$000	3.323.000	45.226	13.179:000$000	11.5
1923....	153.175	141.840:050$000	926$000	3.171.000	28.136	19.927:000$000	18.5
1924....	34.466	30.261:148$000	878$000	769.292	3.137	2.532:000$000	9.0
1925....	3.182	2.259:220$000	710$000	55.571	400	186:000$000	12.0
1926....	17.169	8.653:176$000	504$000	226.046	—	—	—
1927....	43.461	23.382:018$000	538$000	636.000	4.079	1.368:000$000	9.0
1928....	30.037	20.819:641$000	693$000	511.000	4.779	2.746:000$000	17.0
1929....	14.877	9.045:216$000	608$000	222.000	1.465	1.444:000$000	9.5

Aliás essa queda da exportação do assucar nacional para o estrangeiro não afeta somente o Estado de Alagoas; ela representa um fenomeno que alcançou o produto em todos os Estados assucareiros. Mas, dado o volume da nossa produção, a porcentagem que alcançamos nos anos mencionados está abaixo da nossa capacidade de exportação. Temos preferido colocar o nosso assucar nos mercados brasileiros do sul.

O desenvolvimento da produção brasileira e o surto industrial do paiz nos ultimos anos, que passou a produzir grande quantidade de artigos que, anualmente importavamos do estrangeiro, tiveram como consequencia natural o aumento do comercio inter-estadual.

Alagoas, sofrendo os efeitos inevitaveis desse desenvolvimento, ampliou o volume do seu comercio interno, diminuindo o do exterior, quer para as importações, quer para as exportações.

Nos ultimos tres anos, segundo as cifras do Departamento Nacional de Estatistica, do Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio, as nossas transações inter-estaduais, registraram os totais seguintes:

Exportação

Anos	Nacionais	Nacionalizadas	Total
1929	120:096:000$	961:000$	121.057:000$
1930	82.550:000$	1.139:000$	83.689:000$
1931	83.756:000$	1.632:000$	85.388:000$

Importação

Anos	Nacionais	Nacionalizadas	Total
1929	42.764:000$	11.719:000$	54.483:000$
1930	33.352:000$	8.096:000$	41.448:000$
1931	36.232:000$	8.632:000$	44.864:000$

Nestes tres anos o comercio de cabotagem apresenta saldos animadores para a nossa exportação:

1929	66.574:000$
1930	42.241:000$
1931	40.424:000$

No mesmo periodo o nosso comercio exterior acusou as cifras que se seguem:

Exportação

Anos	Toneladas	Valor
1929	6.314	3.133:799$
1930	8.716	3.946:847$
1931	1.500	1.823:299$

Importação

Anos	Toneladas	Valor
1929	5.842	5.372:000$
1930	7.954	6.019:000$
1931	8.770	7.827:000$

As nossas exportações para o estrangeiro não cobriram o valor das aquisições em nem um dos anos do referido periodo, verificando-se os seguintes deficits:

1929	2.238:000$
1930	2.072:153$
1931	6.003:701$

Esses deficits, porém, não desequilibram a balança comercial estadual, em vista dos saldos provenientes do comercio de cabotagem.

MOVIMENTO MARITIMO

O ancoradouro da capital, dos melhores do norte e o unico porto vantajoso que possuimos para o nosso intercambio comercial, é ainda o mesmo dos tempos coloniais, o que nos coloca numa lamentavel situação de inferioridade, contra a qual é preciso protestar sempre pela razão que se funda no desenvolvimento da nossa atiividade comercial e sua consequencia e indispensavel autonomia e na que se baseia no acumulo de reservas que o Estado possue em poder do Governo Federal, para as obras de que carece o nosso porto.

Alagoas contribue para o volume comercial do paiz com uma cifra muito mais elevada do que outros Estados já dotados de bons serviços portuarios, entretanto, comercialmente inferiores.

Em 1921, algarismos de procedencia oficial colocavam o porto de Maceió em nono lugar, entre os 38 portos principais do paiz, ficando-lhe somente á frente Rio de Janeiro, Santos, Recife, Porto Alegre, Fortaleza, Baía, Rio Grande e Belem, na ordem em que se acham, sendo de notar que o de Fortaleza sobrepujava o de Maceió em virtude da grande importação que o Governo Federal fizera naquele ano para as obras do nordeste.

Ainda não perdemos essa situação; mas continuamos com o nosso porto inteiramente desaparelhado para o movimento comercial do Estado, que tem sido sempre crecente.

A construção do nosso porto constitue um problema capital para o progresso de Alagoas. Algumas vezes tem sido essa construção tentada pelo governo Federal e outras tantas tem sido malogradas.

Essa construção foi objeto de uma concessão feita em 1890, com planos e orçamentos aprovados em 1892, transferida á **The Nacional Brazilian Harbour Company Ltd.**, em 1896. Esta companhia iniciou os trabalhos preliminares, interrompendo-os em seguida por desinteligencia entre ela e o Governo Federal sobre a natureza da moeda em que devia ser paga a garantia de juros. Essa concessão, por fim, foi recindida mediante uma indenização de novecentos contos, que foi paga á companhia em 1905.

Em 1910 foi creada uma comissão de estudos do porto de Jaraguá sob a chefia do engenheiro Alfredo Lisba. Os trabalhos desta comissão terminaram com a elaboração de um projeto cujas obras foram orçadas na importancia de 15.607:914$000 e "avaliada a receita liquida, proveniente da cobrança das taxas aplicadas na exploração industrial de outros portos, segundo o regimen da lei de 1869, e do imposto de 2 % ouro, sobre a importação do exterior, e deduzidas as despesas do custeio e da administração, em Rs. 797:600$000, quantia esta que representa 5,11 % sobre o capital equivalente ao orçamento".

Esse plano foi depois modificado, ficando, em virtude dessa modificação, o orçamento das obras reduzido a 11.700:171$000.

O Governo chamou concurrentes para a execução das obras do nosso porto. Foi aceita a proposta de Euripedes Coelho de Magalhães e Horacio Mario Meanda. O Governo, porém, opinou pelo adiamento das obras, visto a impossibilidade, no momento, de serem elas custeadas pela Caixa Especial dos Portos. Os proponentes não se conformaram com a decisão do Governo e, depois de ter sido o assunto largamente debatido, teve o Governo de pagar uma indenização de 628:169$048, conforme laudo da comissão de arbitragem de 27 de outubro de 1917.

De modo que essas duas tentativas de construção do porto de Maceió deram ao paiz um prejuiso de 1.528:169$048, continuando a capital do Estado com o seu porto inteiramente desaparelhado de qualquer melhoramento.

De um trabalho do Dr. Alfredo Lisboa extraímos os dados seguintes referentes ao movimento do porto de Jaraguá:

Tonelagem bruta e valores das mercadorias

Anos	T. M.	Lbs.	T. M.	Lbs.
1915	19.086	356.833	24.518	392.549
1916	4.224	196.655	17.630	441.516
1917	10.474	200.500	12.974	445.942
1918	6.803	272.773	9.677	463.032
1919	8.487	243.416	17.007	726.687
1920	12.390	814.525	21.512	1.175.404

Entradas de embarcações

	Nacionais		Estrangeiras		Todos os pavilhões	
Anos	Nº.	Tn. reg.	Nº.	Tn. reg.	Nº.	Tn. reg.
1913	528	478.798	98	179.510	626	658.306
1914	465	429.258	68	126.209	533	555.467
1915	522	409.652	54	96.728	576	506.380
1916	584	438.372	38	62.524	622	500.896

Anos	Nacionais Nº.	Tn. reg.	Estrangeiras Nº.	Tn. reg.	Todos os pavilhões Nº.	Tn. reg.
1917	508	421.360	38	62.484	546	483.844
1918	465	436.330	30	35.069	495	471.399
1919	547	491.823	44	95.236	591	587.049
1920	543	491.829	68	139.027	611	630.856

São ainda do mesmo ilustre profissional as observações em seguida transcritas:

"Como em todos os portos do Brasil o comercio com o exterior e a frequencia de embarcações estrangeiras decreceram consideravelmente de 1913 até 1918, para tenderem a voltar ao que era antes da guerra mundial; quanto ao movimento de cabobtagem, tendo diminuido um pouco no decurso daquele periodo, voltou a crecer, excedendo a frequencia dos navios nacionais em 1919 e em 1912 a de 1913.

"E' para notar-se que no exercicio de 1913 o imposto de 2 %, ouro, sobre a importação do exterior, produziu em Maceió 163:366$000, ouro, colocando a Alfandega de Alagoas então em setimo lugar, entre aquelas em que se cobra o dito imposto; de 1910 a 1919 o total dessa renda em Maceió importou em Rs. 964:742$000, ouro. Além disto, a tonelagem de arqueação dos navios de longo curso e de cabotagem entrados no porto de Jaraguá em 1920 foi de 630.856 toneladas de registro, ocupando este porto atualmente o setimo lugar entre os portos do Brasil, sob o ponto de vista de navegação. E se houve declinio na tonelagem bruta das mercadorias importadas do exterior ou exportadas para portos estrangeiros, isto é devido em parte ás dificuldades de baldeação das mercadorias em Jaraguá e á preferencia dada ao porto de Recife, ao qual está ligado o Estado de Alagoas por estrada de ferro, e onde os serviços portuarios se tornaram mais economicos, desde que aí foi iniciada a exploração industrial dos novos cais."

Essa preferencia que o ilustre engenheiro assinalava, em 1920, como uma das causas da depressão do nosso volume de importação e exportação, persiste. Por intermedio do porto de Recife continuamos a importar e exportar grande quantidade de mercadorias, saindo tambem muitos dos nossos produtos, em grande escala, por esse porto como de produção pernambucana.

De 1920 a 1931 não se cogitou da construção das obras portuarias do nosso excelente ancoradouro. As administrações estaduais, absorvidas antes pelos interesses subalternos da politica que pelos assuntos vitais do Estado ligados ao seu desenvolvimento economico, tiveram a construção do porto de Jaraguá por carecedora de importancia. Somente agora, sob a administração do sr. Tasso de Oliveira Tinoco, o Governo Federal voltou a sua atenção para essa obra, autorizando novos estudos e tomando outras providencias que deixam parecer que o assunto entra agora numa fase segura de realidade.

O esforço do sr. Interventor Federal nesse sentido demonstra e comprova a sua visão administrativa, o seu patriotico interesse pelos negocios dependentes diretamente da sua alçada ou adstritos á sua influencia perante o Governo Federal. Somente essa sua preocupação em tirar do esquecimento a solução de um problema capital para o nosso Estado o tornaria credor da gratidão alagoana, se outros assuntos de igual relevancia, até então descurados, já não tivessem constituido pontos essenciais da sua administração.

Em sua exposição ao Governo Federal, o Sr. Interventor Federal,

ocupando-se do momentoso assunto, rematou assim as suas considerações:

"V. Exa. teve as suas atenções voltadas para ele e determinou-me que o prometesse ás suas classes laboriosas, como uma das mais sabias e eficientes aspirações administrativas revolucionarias. Com as ponderações que uma promessa dessa natureza exige, fiz sentir ás classes conservadoras os magnificos propositos de V. Exa. e do seu governo, em trazer-lhes, dentro das possibilidades economicas do momento, o seu contingente, em favor da justa e ambicionada solução.

"O quadro anexo da arrecadação do imposto de 2 %, ouro, desde 1910 até fevereiro de 1932, soma a importancia de 2.248:869$491 que, a uma taxa média de 4$500 por mil réis ouro, equivale a 10.119:912$709 com os quais, por parcelas, em quatro ou cinco anos, se efetivará a maior e a mais ingente das necessidades economicas do Estado.

"Esta construção continua sendo protelada indefinidamente, quando é certo estar sendo Alagoas sacrificada desde 1910, para a construção de portos em outros Estados, canalizando a eles grande parte de sua produção. E' tempo de reparar tão clamorosa injustiça a este pedaço do territorio nacional, tão brasileiro quanto os que mais o sejam."

Ainda, sobre o assunto, ninguem se tinha dirigido ao Governo Federal com esta sinceridade e esta franqueza patriotica.

No ultimo quinquenio o porto de Jaraguá teve o seguinte movimento de entrada de embarcações:

	Nacionais		Estrangeiras		
Anos	A' vela	A vapor	A' vela	A vapor	Tonelagem
1927..	1.168	486	11	72	1.017.356
1928..	1.336	462	1	87	1.101.435
1929..	1.454	497	2	90	1.097.819
1930..	1.132	449	—	95	1.063.550
1931..	1.186	458	—	69	1.010.041

As embarcações estrangeiras procederam da Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Suecia, Belgica, França e Noruega, predominando as embarcações de procedencia britanica.

No mesmo periodo o movimento de passageiros pelo mesmo porto foi o que se segue:

Anos	Entrada	Saída	Em transito
1927	5.329	5.872	18.956
1928	5.903	6.868	19.246
1929	5.596	5.609	20.377
1930	6.999	4.361	22.168
1931	5.203	4.712	24.269

Pelo quadro abaixo podemos acompanhar a renda do imposto 2 %, ouro, pela Alfandega de Maceió, determinada pelo Decreto n. 7.810, de 12 de janeiro de 1910:

1910..	127:515$215
1911..	119:611$652
1912..	126:645$222
1913..	163:366$644
1914..	107:160$088
1915..	77:338$278
1916..	77:818$549

1917..	66:626$888
1918..	53:162$970
1919..	98:554$219
1920..	113:118$925
1921..	218:113$450
1922..	76:618$400
1923..	75:506$391
1924..	110:938$428
1925..	96:888$716
1926..	129:195$022
1927..	86:214$136
1928..	96:569$931
1929..	110:215$756
1930..	63:710$617
1931..	42:774$044
Total	2.237:643$541

Feita a conversão, a razão da taxa média de 4$500, ouro, por 1$000 papel, teremos 10.069:485$934, contribuição do povo alagoano para a construção do seu porto, renda essa que tem sido aplicada em beneficio de outros Estados mais felizes.

MOVIMENTO BANCARIO

Funcionam no Estado 12 bancos regionais, 2 agencias do Banco do Brasil, uma na capital e outra na cidade de Penedo, e uma agencia do **Bank of London & South America Limited**, em Maceió.

Dos bancos regionais 9 seguem o regimen cooperativista, para o desenvolvimento do credito agricola, e são todos de fundação recente, 1, a Caixa Comercial, o mais antigo estabelecimento de credito do Estado, tem as suas operações limitadas a emprestimos mediante hipotecas, desconto de titulos e outras garantias, e 2, o Banco de Alagoas e o Banco Norte do Brasil, operam sobre todas as transações bancarias.

Dos bancos de credito agricola o mais importante é o Banco Central de Credito Agricola de Alagoas, com séde em Maceió, logo seguido pelo Banco de Viçosa, instituto dirigido com proficiencia e de organização modelar.

Para constituição do Banco de Credito Agricola de Alagoas, a Lei n. 1.094, de 25 de junho de 1926, creou uma sobre-taxa de duzentos réis por volume de quaisquer produtos agricolas exportados, a qual é destinada á formação do capital desse estabelecimento e fixada a sua arrecadação pelo praso de vinte anos. O total da sobre-taxa paga pelos produtores é, anualmente, convertido em ações que são distribuidas aos mesmos produtores na proporção da soma paga por cada um. E' o unico banco do Brasil com essa organização.

Os estabelecimentos bancarios do Estado, excetuada a agencia do Banco do Brasil em Penedo, da qual não obtivemos informações, apezar da nossa insistencia, tiveram um movimento global de.......... 84.563:257$992, conforme os respectivos balanços encerrados em 31 de dezembro de 1931. Esse movimento fica assim discriminado:

Ativo

Acionistas..	98:253$574
Emprestimos diversos	10.106:303$865
Titulos descontados	20.032:168$200

Efeitos em cobrança	24.178:176$010
Correspondentes e agencias	3.724:248$870
Hipotecas	513:613$000
Valores diversos	16.798:627$000
Moveis e utensilios	166:511$128
Diversas contas	2.363:911$119
Caixa	6.581:445$226
Total	84.563:257$992

Passivo

Capital	6.166:700$000
Fundos de reserva	2.627:868$671
Depositos diversos	25.302:543$756
Efeitos em cobrança	24.178:176$010
Correspondentes e agencias	8.107:863$150
Garantias diversas	13.772:459$340
Diversas contas	3.905:848$576
Dividendos	411:798$439
Total	84.563:257$992

No ultimo trienio o movimento bancario do Estado apresentou os totais seguintes:

1929	101.102:000$000
1930	87.559:000$000
1931	84.563:257$000

A diferença entre 1929 e 1930 é de 13.543:000$000, para menos, e entre 1930 e 1931 de 2.995:743$000. Esse decrecimo de movimento reflete um fenomeno que afetou a quasi todos os estabelecimentos bancarios do paiz. O Departamento Nacional de Estatistica, do Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio, divulgou recentemente o movimento bancario nacional, Estado por Estado, fornecendo-nos dados seguros para um cotejo, relativamente a 1929 e 1930. Desse cotejo verifica-se que das unidades da federação apenas apresentaram maior movimento São Paulo, Pernambuco, Paraná, Sergipe, Goiaz e Rio de Janeiro. Ainda desse confronto apura-se que Alagoas, em 1930, ficara colocada em 11º lugar entre os Estados, acima de Santa Catarina (82.992:000$000), Sergipe (68.829:000$000), Maranhão (58.829:000$000), Ceará......... (58.085:000$000), Amazonas (51.079:000$000), Paraibba......... (34.583:000$000), Rio Grande do Norte (27.086:000$000), Mato Grosso (31.419:000$000), Piauí (15.353:000$000), Goiaz (10.301:000$000).

Para o movimento geral dos estabelecimentos que operaram em Alagoas, em 1931, os bancos nacionais registraram 60.214:800$430 e o unico banco estrangeiro que aqui funciona 24.348:457$560.

No ultimo quinquenio, o total dos emprestimos feitos pelos bancos do Estado, inclusive titulos descontados, foi o seguinte:

1927	25.219:000$000
1928	30.686:000$000
1929	32.822:000$000

1930	30.144:000$000
1931	30.138:472$000

No mesmo periodo, em 31 de dezembbro de cada ano, o encaixe em todos os bancos acusou as cifras seguintes:

1927	6.416:000$000
1928	3.677:000$000
1929	6.579:000$000
1930	5.548:000$000
1931	6.581:445$000

O total dos depositos no referido quinquenio foi o seguinte:

1927	23.209:000$000
1928	21.571:000$000
1929	23.796:000$000
1930	20.580:000$000
1931	25.392:543$000

O encaixe nos bancos, em relação ao total dos depositos, registra as seguintes porcentagens, no quinquenio:

1927	27,7 %
1928	17,4 %
1929	27,5 %
1930	26,5 %
1931	25,7 %

Os emprestimos, em relação ao total dos depositos, deram as seguintes porcentagens:

1927	108,7 %
1928	145,3 %
1929	137,9 %
1930	146,5 %
1931	118,6 %

MOVIMENTO COMERCIAL

O comercio é exercido no Estado por mais de 5.000 individuos estabelecidos e ambulantes, os quais, em 1931, concorreram para o imposto de industria e profissão, de acordo com o giro comercial apurado pelas declarações dos proprios contribuintes perante as estações fiscais, por ocasião do lançamento do referido imposto para o corrente exercicio, por isso que a taxa recai sobre o giro comercial do ano anterior.

O giro declarado em 1931 montou a 265.353:963$000, o qual, apezar do vulto da sua cifra, deve estar ainda um tanto distanciado da exata totalidade do movimento comercial do Estado.

Esse giro ficou assim distribuido:

Agua Branca	1.154:500$000
Alagoas	1.044:000$000
Anadia	3.384:000$000

Arapiraca ...	750:000$000
Atalaia ...	2.808:000$000
Belo Monte ...	489:000$000
Camaragibe ...	2.753:000$000
Capela ...	2.497:000$000
Coruripe ...	764:000$000
Igreja Nova ...	650:000$000
Junqueiro ...	300:000$000
Leopoldina ...	695:000$000
Limoeiro ...	671:000$000
Maceió ...	134.048:066$000
Maragogí ...	1.147:000$000
Mata Grande ...	1.500:000$000
Muricí ...	2.796:000$000
Palmeira dos Indios ...	3.244:000$000
Pão de Assucar ...	1.647:000$000
Penedo ...	35.267:090$000
Piassabussú ...	700:000$000
Pilar ...	3.503:000$000
Piranhas ...	263:000$000
Porto Calvo ...	2.238:200$000
Porto de Pedras ...	1.537:000$000
Porto Real do Colegio ...	858:700$000
Quebrangulo ...	5.638:000$000
Santana do Ipanema ...	4.202:000$000
Santa Luzia do Norte ...	10.627:500$000
São Braz ...	539:800$000
São José da Lage ...	4.708:707$000
São Luiz do Quitunde ...	2.630:200$000
São Miguel dos Campos ...	5.443:100$000
Traipú ...	1.966:000$000
União ...	6.425:100$000
Viçosa ...	16.465:000$000
Total ...	265.353:963$000

CAPITAL COMERCIAL

Em 31 de dezembro de 1931 estavam registradas na Junta Comercial do Estado 635 firmas comerciais com o capital de 50.646:482$603, assim discriminadas:

Firmas individuais ...	381	9.260:339$360
Firmas sociais ...	254	41.386.143$243
	635	50.646:582$603

RENDA DA ALFANDEGA

A importancia comercial de Alagoas ainda póde ser apreciada pela renda da Alfandega de Maceió. Essa renda, em 1930, foi de...... 5.412:175$000, maior do que a das alfandegas de São Luiz do Maranhão (4.326:568$000), Vitoria (3.887:470$000), Natal (3.663:000$000), Florianopolis (3.446:790$000), São Francisco (3.410:056$000), Livramento (2.691:764$000), Corumbá (2.176:641$000), Aracajú.........

(1.951:683$000), Parnaíba (1.350:392$000), Uruguaiana (1.072:879$). Em 1931 a renda da Alfandega foi de 2.422:176$300, papel, e.... 481:917$000 ouro. Feita a conversão da renda ouro em papel, a razão de 5$000 ouro por 1$000 papel, teremos 2.409:585$000, ou um total de 4.831:761$300. Verifica-se uma diferença de 580:413$700, para menos, entre a renda de 1930 e a de 1931.

EXPORTAÇÃO GERAL DO ESTADO

1930-1931

PRODUTOS E DESTINOS	Quantidade (k°.)		Valor Oficial	
	1930	1931	1930	1931
CLASSE I — Animais e seus produtos:				
a) Artigos para alimentação:				
Aves				
Para portos nacionais	56	174	106$	174$
Gado				
Para portos nacionais	194.000	178.988	121:231$	95:132$
Banha de porco				
Para portos nacionais	2.250	380	1.767$	607$
Carne de sol				
Para portos nacionais	30	2.965	83$	5:930$
Mel de abelhas				
Para portos nacionais	—	7.560	—	[illegible]:268$
Peixes				
Para portos nacionais	6.012	8.233	31:168$	21:870$
Não especificados				
Para portos nacionais	279	2.607	519$	1:009$
b) Materias primas:				
Couros de boi				
Para portos nacionais	21.540	20.615	[illegible]:494$	39:756$
Para portos estrangeiros	227.095	205.750	314:452$	409:884$
Peles de cabra				
Para portos nacionais	50.400	21.477	77:507$	75:794$
Para portos estrangeiros	497.891	212.270	802:295$	808:118$
Penas de ema				
Para portos nacionais	15	14	150$	140$
c) Produtos industriais:				
Calçados				
Para portos nacionais	1.098	1.122	1:960$	2:533$
Sabão				
Para portos nacionais	1.185	11.141	552$	3:342$
Sabonetes				
Para portos nacionais	17.154	14.079	8:001$	7:302$
Sola				
Para portos nacionais	205	252	460$	504$
Total da classe I	1.019.210	687.627	1.458:745$	1.534:364$

PRODUTOS E DESTINOS	Quantidade (kº.)		Valor Oficial	
	1930	1931	1930	1931
CLASSE II — Minerais e seus produtos:				
a) Artigos para alimentação:				
Sal				
Para portos nacionais	—	24.000	—	2:400$
b) Materias primas:				
Cal				
Para portos nacionais	25.000	61.694	6:277$	16:458$
c) Produtos industriais:				
Filtros de pedra				
Para portos nacionais	200	—	110$	—
Louças de barro				
Para portos nacionais	3.000	—	3:173$	—
Mosaicos				
Para portos nacionais	—	8.798	—	1:740$
Tijolos				
Para portos nacionais	9.000	—	205$	—
Telhas				
Para portos nacionais	—	6.750	—	1:200$
Taxos de cobre				
Para portos nacionais	77	—	410$	—
Não especificados				
Para portos nacionais	43.491	—	14:736$	—
Total da classe II	80.768	101.242	24:911$	21:798$
CLASSE III — Vejetais e seus produtos:				
a) Artigos para alimentação:				
Arroz				
Para portos nacionais	2.260.276	1.681.508	1.022:222$	683:178$
Bolachas				
Para portos nacionais	3.100	812	6:000$	1:216$
Batatas				
Para portos nacionais	640	1.190	221$	357$
Café				
Para portos nacionais	74.581	76.526	189:364$	187:316$
Cebolas				
Para portos nacionais	600	—	209$	—
Frutas				
Para portos nacionais	2.335	36.758	7:152$	26:066$
Feijão				
Para portos nacionais	385.170	267.935	260:700$	111:401$
Goma de araruta				
Para portos nacionais	1.616	—	3:485$	—
Milho				
Para portos nacionais	7.561.771	9.736:026	809:730$	1.608:493$
b) Materias primas:				
Algodão				
Para portos nacionais	352.634	482.787	912:407$	801:503$

PRODUTOS E DESTINOS	Quantidade (k°.)		Valor Oficial	
	1930	1931	1930	1931
Para portos estrangeiros	266.975	61.118	736:939$	168:678$
Côcos				
Para portos nacionais	6.676.600	8.190.382	1.453:425$	1.291:738$
Para portos estrangeiros	—	1.400	—	245$
Copra				
Para portos nacionais	20.956	37.986	2:794$	5:054$
Para portos estrangeiros	—	40.626	—	5:417$
Caroço de algodão				
Para portos nacionais	4.802.749	2.599.273	414:785$	326:490$
Coroá				
Para portos nacionais	10.219	4.532	5:177$	2:226$
Carão				
Para portos nacionais	2.940	6.664	1:568$	4:436$
Para portos estrangeiros	—	1.220	—	1:620$
Farelo de caroço de algodão				
Para portos nacionais	195.060	282.000	11:376$	16:920$
Farelo de arroz				
Para portos nacionais	180	2.120	59$	217$
Farelo de côco				
Para portos nacionais	—	42.249	—	2:701$
Fumo em corda				
Para portos nacionais	7.000	9.326	8:299$	10:017$
Madeiras				
Para portos nacionais	120.000	335.735	14:258$	65:951$
Mamona				
Para portos nacionais	11.585	129.365	18:836$	60:120$
Para portos estrangeiros	1.083.266	954.033	871:916$	[illegible]:195$
c) Produtos industriais:				
Assucar				
Para portos nacionais	82.816.687	72.519.555	23.029:146$	24.299:012$
Para portos estrangeiros	6.225.060	—	1.145:610$	—
Alcool				
Para portos nacionais	1.892.632	960.648	416:932$	427:488$
Para portos estrangeiros	—	23.375	—	15:142$
Aguardente				
Para portos nacionais	1.332.708	599.915	128:852$	179:974$
Bebidas diversas				
Para portos nacionais	246	790	345$	2:237$
Cordas de coroá				
Para portos nacionais	2.172	3.834	1:118$	3:917$
Chapéos de palha				
Para portos nacionais	300	630	656$	1:475$
Esteiras				
Para portos nacionais	1.650	—	1:457$	—
Fios de algodão				
Para portos nacionais	148.737	86.398	155:064$	129:583$
Farinha alimenticia				
Para portos nacionais	—	490	—	980$
Farinha de mandioca				
Para portos nacionais	420.334	1.212.655	133:474$	355:834$

CLASSIFICAÇÃO	Quantidade (k°.)		Valor Oficial	
	1930	1931	1930	1931
Goma de mandioca				
Para portos nacionais	25.140	—	8:838$	—
Linter				
Para portos nacionais	4.221	10.422	2:252$	8:636$
Lenços				
Para portos nacionais	10.841	16.300	20:153$	32:740$
Linha de carritel				
Para portos nacionais	60.092	130	194:947$	390$
Obras de madeira				
Para portos nacionais	9.100	11.872	15:750$	26:979$
Obras de palha				
Para portos nacionais	1.226	—	1:401$	—
Oleos diversos				
Para portos nacionais	201.783	158.991	131:157$	107:037$
Páus para tamancos				
Para portos nacionais	1.535	—	867$	—
Rapaduras				
Para portos nacionais	11.750	38.723	9:506$	17:745$
Sacos de estopa				
Para portos nacionais	—	3.595	—	7:631$
Tecidos diversos				
Para portos nacionais	1.947.618	1.531.756	7.382:726$	11.047:442$
Lenha				
Para portos nacionais	3.100	256.400	531$	23:625$
Não especificados				
Para portos nacionais	8.981	218.431	16:467$	86:556$
Total da classe III	119.619.586	102.635.472	39.625:804$	42.889:987$

RESUMO POR CLASSE

Animais e s/produtos				
Artigos para alimentação	202.627	200.907	154:874$	126:991$
Materias primas	796.941	460.126	1.292:898$	1.393:692$
Produtos industriais	19.642	26.594	10:973$	13:681$
	1.019.210	687.627	1.458:745$	1.534:364$
Minerais e s/produtos:				
Artigos para alimentação	—	24.000	—	2:400$
Materias primas	25.000	61.694	6:277$	16:458$
Produtos industriais	55.768	15.548	18:634$	2:940$
	80.768	101.242	24:911$	21:798$
Vejetais e s/produtos:				
Artigos para alimentação	10.938.569	11.800.755	2.376:710$	2.618:027$
Materias primas	13.555.104	13.179.807	4.451:839$	3.497:537$
Produtos industriais	95.125.913	77.654.910	32.797:249$	36.774:423$
	119.619.586	102.635.472	39.625:804$	42.889:987$

CLASSIFICAÇÃO	Quantidade (k°.)		Valor Oficial	
	1930	1931	1930	1931
RESUMO POR SUB-CLASSE				
Artigos para alimentação:				
Animais	202.627	200.907	154:874$	126:991$
Minerais	—	24.000	—	2:400$
Vejetais	10.938.569	11.800.755	2.376:716$	2:618:027$
	11.141.196	12.025.662	2.531:590$	2.747:418$
Materias primas:				
Animais	796.941	460.126	1.292:898$	1.393:692$
Minerais	25.000	61.694	6:277$	16:458$
Vejetais	13.555.104	13.179.807	4.451:839$	3.497:537$
	14.377.043	13.701.627	5.751:014$	4.907:687$
Produtos industriais:				
Animais	19.642	26.594	10:972$	13:681$
Minerais	55.768	15.548	18:634$	2:940$
Vejetais	95.125.913	77.654.910	32.797:249$	36.774:423$
	95.201.323	77.697.052	32.826:856$	36.791:044$
RESUMO GERAL				
Artigos para alimentação	11.141.196	12.025.662	2.531:590$	2.747:418$
Materias primas	14.377.045	13.701.627	5.751.014$	4.907.687$
Produtos industriais	95.201.323	77.697.052	32.826:856$	36.791:044$
	120.719.564	103.424.341	41.109:460$	44.446:149$
RESUMO POR DESTINOS				
Para portos nacionais	111.768.797	101.924.545	37.160:615$	42.622:850$
Para portos estrangeiros	8.950.767	1.499.796	3.948:845$	1.823:299$
	120.719.564	103.424.341	41.109:460$	44.446:149$

PECUARIA

A PECUARIA NO ESTADO

O Dr. Nicolau Athanassof, professor de Zootecnia da Escola Agricola "Luiz de Queiroz", de Piracicaba, comissionado pelo governo de Pernambuco para estudar a situação da pecuaria no vizinho Estado e indicar os meios praticos do seu desenvolvimento, ocupando-se da organização e instalação das fazendas de criar, ali, diz que o que "predomina no sertão é o tipo da fazenda primitiva, com terras indivisas, compreendendo o curral e um ou mais cercados para roçados." E acrecenta: "Aí o gado vive em comum, sem separação de especie alguma, achando-se assim o criador na impossibilidade de melhorar e explorar racionalmente os seus rebanhos. As vezes ele não conhece ao certo os limites da sua propriedade e o gado passa livremente para as fazendas vizinhas. Surgem frequentemente questões de limites de terras, que se desenvolvem lentamente, são dispendiosas e ás vezes ficam até sem solução pratica. Os mais cordatos, que melhor compreendem as coisas neste mundo, conseguem demarcar amigavelmente suas terras, as quais são em seguida homologadas pelo juiz competente, tendo em tais condições a propriedade um valor real e definitivo".

Essas observações aplicam-se integralmente á maneira de organizar e instalar as fazendas de criar em Alagoas. Aqui, como em Pernambuco, predomina a mesma mentalidade sertaneja nesse ramo industrial de todo entregue á rudeza de vaqueiros broncos.

Na fazenda, por unicas benfeitorias, existem a casa rustica do vaqueiro e o curral. Naquela o desconforto, neste a negação dos preceitos mais rudimentares da industria pastoril.

A cerca do roçado, de páu a pique, faxina, varas ou pedras, separa o gado das plantações de inverno. O gado solto em terras indivisas, tresmalha-se, passando para fazendas vizinhas. Quando isso acontece, o vaqueiro, escreveu o Dr. Tomaz Pompeu, "reune seus auxiliares e convida os vaqueiros vizinhos, em cujas fazendas ha tambem falta de rezes, e sae em longa viagem, que pode durar muitos dias. Vae de fazenda em fazenda, leguas e leguas, juntando aqui uma, ali outra rez."

E' este o maior trabalho que o gado dá ao vaqueiro e com esse pouco, quasi nada, se contenta o proprietario, que de tempos em tempos tem vagas noticias dos seus rebanhos.

A agua e a alimentação do gado são as que a natureza inclemente dos sertões nordestinos póde fornecer. São raros os açudes particulares e raramente a fazenda está preparada para as agruras das estiagens. A alimentação o proprio gado procura nas plantas forrageiras dos arredores, das caatingas, dos agrestes, dos carrascais e campinas, que, em geral, "possuem bom numero de gramineas, leguminosas e outras especies uteis nos vales e leitos dos rios, além das ramagens e grande numero de cactaceas e bromeliaceas". Essa alimentação não falta no inverno. Mas quando vem a seca, esse recurso natural desaparece e o gado entra a sofrer o suplicio da sede e da fome. Recorre-se então ao mandacarú, ao xique-xique, á cabeça de frade, á palmatoria de espinhos, que são aproveitados, queimando-se-os previamente.

Fazendas inteiras despovoam-se. Os prejuisos são as vezes totais. E' o quadro geral.

Os processos de criar e explorar a industria pastoril são ainda os introduzidos nos primeiros dias da colonização. Quando um proprietario mais inteligente pretende introduzir inovações no sentido da adoção de metodos e providencias tendentes á seleção, á engorda, ao aproveitamento industrial dos rebanhos, encontra a resistencia da ignorancia secular dos vaqueiros, que é, na realidade, quem manda na fazenda, "especie de gerente interessado nos lucros, recebendo um quarto ou um quinto dos bezerros nacidos e parte do leite, quando este se destina para o fabrico de queijos."

A pecuaria no Estado, pois, ainda se encontra em plena infancia.

RECENSEAMENTO DO GADO

Os inqueritos censitarios federais de 1920 acusaram a existencia de um capital vivo em Alagoas no valor de 75.956:559$000 representado em 957.634 cabeças de animais de diversas especies de gado, das qdais 861.526, no valor de 69.659:523$000, encontradas nos 8.840 estabelecimentos recenseados e 96.108, no valor de 6.297:036$000, existentes fóra dos mesmos estabelecimentos, em currais, estabulos e pastagens diversas, nas cidades, vilas e povoados do Estado.

Esses rebanhos, conforme á sua localização e valor, distribuem-se por especies na sinopse seguinte:

ESPECIES	Nas propriedades	Fóra das propriedades	Valor
Bovina	360.367	28.004	48.127:161$000
Equina	75.831	9.167	12.378:955$000
Asinina e muar	11.805	2.300	2.876:200$000
Ovina	145.909	18.301	2.208:433$000
Caprina	190.181	28.900	4.521:458$000
Suina	77.433	9.436	5.844:352$000
Total	861.526	96.108	75.956:559$000

Já então tinhamos um rebanho maior que muitos Estados: em bovinos estavamos acima do Amazonas (222.195), Espirito Santo..... (152.890), Rio Grande do Norte (292.138), Sergipe (290.802); em equinos superiores ao Amazonas (16.043), Espirito Santo (43.476), Pará (59.913), Rio Grande do Norte (41.245) e Sergipe (41.496); em asininos e muares superiores a Mato Gronsso (7.436), Pará (3.865) e Sergipe (10.959); em ovinos ultrapassavamos ao Amazonas (11.192), Espirito Santo (10.284), Goiaz (35.840), Maranhão (35.678), Mato Grosso..... (34.395), Pará (46.883), Rio de Janeiro (27.749), Rio Grande do Norte (145.903), Santa Catarina (44.794), São Paulo (79.964) e Sergipe.... (110.546); em caprinos só estavamos inferiores á Baía, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul e São Paulo; em suinos só eramos superiores ao Amazonas (31.768), Rio Grande do Norte (26.824) e Sergipe (46.746).

De 1920 para cá, decorridos já 11 anos, não se fez outra contagem do gado existente no Estado. As administrações estaduais, que precederam e as que se seguiram áquele recenseamento, sempre se desinteressaram do assunto, quer do ponto de vista puramente estatistico, quer do ponto de vista economico, quanto á propria situação da criação e industrias correlatas, as quais sempre viveram e estão vivendo ao desamparo da proteção oficial, entregues aos cuidados rudimentarissimos dos proprietarios rurais e á ignorancia secular dos vaqueiros.

Sem elementos mais recentes para um cotejo entre a situação da pecuaria em Alagoas em 1920 e o seu estado atual, temos que admitir aqueles algarismos, tirando deles as deduções que comportarem, o que, aliás, ainda não se fez entre nós.

O gado recenseado, no total de 957.634 animais de todas as especies, estavam assim distribuidos pelos municipios e em relação ás zonas toopograficas adotadas neste trabalho:

ZONA DO LITORAL

MUNICIPIOS	Bovina	Equina	Asinina	Ovina	Caprina	Suina
Alagoas	2.638	631	396	584	301	253
Camaragibe	7.745	2.215	126	2.969	1.608	1.926
Coruripe	16.839	4.572	233	3.952	2.102	3.515
Maceió	3.578	910	159	850	321	619
Maragogí	3.035	724	95	1.114	702	333
Piassabussú	4.780	831	242	1.047	1.245	589
Pilar	5.908	1.233	218	1.238	239	276
Porto de Pedras	2.507	391	35	1.183	248	395
Santa Luzia do Norte	5.009	1.046	436	1.391	58	103
São Luiz do Quitunde .. .	7.262	1.990	200	3.298	253	1.134
São Miguel dos Campos ..	5.787	1.936	493	2.810	2.458	824
	65.088	16.497	2.633	20.436	9.529	10.167

Na zona do litoral, o municipio de Coruripe reunia a maior quantidade de bovinos, 25,87 % do gado dessa especie existente no litoral, sendo que a zona em relação á quantidade de bovinos encontrados, possuia 18,06 % da totalidade.

ZONA DO S. FRANCISCO

MUNICIPIOS	Bovina	Equina	Asinina e muar	Ovina	Caprina	Suina
Belo Monte	10.746	524	259	3.512	3.977	290
Igreja Nova	11.882	1.806	285	3.625	2.264	818
Pão de Assucar	18.390	1.406	302	6.882	10.781	635
Penedo	7.446	1.030	219	506	136	248
Piranhas	7.196	285	214	1.940	4.014	205
Porto Real do Colegio	6.511	871	109	1.808	1.939	505
São Braz	7.042	1.160	126	4.807	4.358	1.918
Traipú	16.457	1.378	221	3.435	7.077	1.050
	85.070	8.460	1.735	26.515	34.546	5.669

Nesta zona havia 23,77 % dos bovinos existentes no Estado, sendo o municipio de Pão de Assucar o que possuia maior rebanho dessa especie, logo seguido por Traipú, Igreja Nova e Belo Monte.

ZONA DA MATA

MUNICIPIOS	Bovina	Equina	Asinina e muar	Ovina	Caprina	Suina
Atalaia	9.802	3.209	1.430	4.368	1.534	1.927
Capela	5.066	1.993	288	3.857	1.731	1.033
Leopoldina	4.734	2.461	202	2.189	2.202	1.410
Murici	17.849	6.086	380	8.994	4.582	9.663
Porto Calvo	4.425	1.153	94	1.925	552	706
Quebrangulo	11.744	4.204	489	4.117	5.889	5.059
São José da Lage	12.140	4.222	694	2.742	4.488	2.770
União	21.075	5.096	350	2.750	1.477	4.206
Viçosa	25.209	8.354	409	1.212	3.522	10.904
	112.043	36.778	4.336	32.154	25.977	37.578

A zona da mata tinha 31,09 % dos bovinos, sendo Viçosa o municipio maior criador. O maior numero de suinos estava na zona da mata.

Zona agricola por excelencia, devido á fertilidade de seu solo e ás condições climatericas que lhe são peculiares, está todavia pouco distante da zona sertaneja, na pecuaria, oferecendo porcentagem diminuta na totalidade do gado das diversas especies.

ZONA SERTANEJA

MUNICIPIOS	Bovina	Equina	Asinina e muar	Ovina	Caprina	Suina
Agua Branca	11.881	1.946	1.490	7.283	25.232	3.214
Anadia	16.132	5.598	794	5.968	7.351	4.476
Arapiraca	4.000	600	200	3.000	1.238	1.006
Junqueiro	5.571	611	103	1.351	1.309	584
Limoeiro	15.231	4.106	473	18.113	25.167	9.132
Mata Grande	11.961	1.137	334	4.100	10.785	1.240
Palmeira dos Indios	37.592	6.315	1.165	30.583	42.358	8.693
Santana do Ipanema	23.202	2.922	939	16.356	35.518	5.116
	125.570	23.281	5.401	85.105	149.029	33.455

A zona sertaneja possuia 37,62 % do gado bovino e reunia a maior quantidade de ovinos e caprinos. O municipio de Palmeira dos Indios é o maior criador dessa zona.

Considerando a distribuição dos rebanhos pelas quatro zonas topograficas relativamente á superficie territorial de cada uma, para obtenção da densidade da população pecuaria, o resultado é o que se segue:

Zonas	Superficie (Km.2)	Pop. Pecuaria	Densidade (%)
Litoral.	6.778	124.332	18,06
São Francisco	7.091	162.595	39,94
Mata	6.506	248.866	38,25
Sertão	9.625	421.841	43,79
	30.000	957.634	31,90

Quanto ao valor dos rebanhos, a distribuição por zonas topograficas é a seguinte:

Litoral	11.615:996$000
São Francisco	13.606:828$000

Mata	22.985:474$000
Sertão	27.748:061$000
Total	75.956:359$000

Distribuido o gado por especie e respectivo valor de cada rebanho, pelos municipios do Estado, teremos devidamente discriminada a riqueza pecuaria de cada uma das circunscrições municipais, conforme os quadros que damos a seguir para completa elucidação destas informações.

BOVINOS

MUNICIPIOS	Quantidade	Valor
Palmeira dos Indios	36.592	4.500:816$000
Viçosa	25.209	3.100:707$000
Santana do Ipanema	23.202	2.844:846$000
União	21.075	2.592:225$000
Pão de Assucar	18.390	2.261:970$000
Muricí	17.849	2.196:427$000
Limoeiro	17.231	2.119:413$000
Coruripe	16.839	2.071:197$000
Anadia	16.132	1.984:236$000
Traipú	15.132	1.901:211$000
S. José da Lage	12.140	1.493:220$000
Mata Grande	11.961	1.471:203$000
Igreja Nova	11.882	1.461:486$000
Agua Branca	11.881	1.461:363$000
Quebrangulo	11.744	1.494:512$000
Bélo Monte	10.746	1.371:758$000
Atalaia	9.802	1.255:646$000
Camaragibe	7.745	1.002:635$000
Penedo	7.446	965:858$000
S. Luiz do Quitunde	7.262	943:226$000
Piranhas	7.196	900:176$000
São Braz	7.042	866:166$000
Porto Real do Colegio	6.511	800:853$000
Pilar	5.908	726:684$000
S. Miguel dos Campos	5.787	711:801$000
Junqueiro	5.571	685:233$000
Capela	5.066	623:118$000
Santa Luzia do Norte	5.009	116:107$000
Piassabussú	4.780	587:940$000
Leopoldina	4.733	582:159$000
Porto Calvo	4.425	544:675$000
Arapiraca	4.000	492:000$000
Maceió	3.578	440:094$000
Maragogí	3.035	373:365$000
Alagoas	2.638	324:474$000
Porto de Pedras	2.507	308:361$000

Total: 388.371 — 48.127:161$000

EQUINOS

MUNICIPIOS	Quantidade	Valor
Viçosa	8.354	1.211:330$000
Palmeira dos Indios	6.115	886:675$000
Muricí	6.086	882:470$000
Anadia	5.598	811:710$000
União	5.096	738:920$000
Coruripe	4.572	662:940$000
Limoeiro	4.506	653:370$000
S. José da Lage	4.222	612:190$000
Quebrangulo	4.204	609:580$000
Atalaia	3.209	465:305$000
Santana do Ipanema	2.932	425:140$000
Leopoldina	2.461	356:845$000
Camaragibe	2.215	321:175$000
Capela	1.993	288:985$000
S. Luiz do Quitunde	1.990	288:550$000
Agua Branca	1.946	282:170$000
S. Miguel dos Campos	1.936	280:720$000
Igreja Nova	1.806	261:870$000
Traipú	1.378	241:895$000
Pilar	1.233	178:795$000
Pão de Assucar	1.206	174:870$000
Mata Grande	1.173	170:085$000
São Braz	1.160	168:200$000
Porto Calvo	1.153	167:185$000
Santa Luzia do Norte	1.046	151:670$000
Penedo	1.030	149:350$000
Maceió	910	140:140$000
Porto Real do Colegio	871	126:295$000
Piassabussú	831	124:495$000
Maragogí	724	104:980$000
Alagoas	631	91:495$000
Junqueiro	611	88:595$000
Arapiraca	600	87:000$000
Bélo Monte	524	75:980$000
Porto de Pedras	391	56:695$000
Piranhas	285	41:325$000

Total: 84.998 = 12.378:995$000

ASININOS E MUARES

MUNICIPIOS	Quantidade	Valor
Agua Branca	1.490	303:960$000
Atalaia	1.430	291:720$000
Palmeira dos Indios	1.165	237:660$000
Santana do Ipanema	939	201:556$000

MUNICIPIOS	Quantidade	Valor
Anadia	749	161:976$000
S. José da Lage	694	141:576$000
S. Miguel dos Campos	493	100:572$000
Quebrangulo	489	99:756$000
Limoeiro	476	93:104$000
Santa Luzia do Norte	436	85:944$000
Viçosa	409	81:430$000
Alagoas	396	80:084$000
Muricí	380	77:020$000
União	350	71:400$000
Mata Grande	334	68:036$000
Capéla	288	58:700$000
Igreja Nova	285	58:700$000
Belo Monte	259	52:836$000
Piassabussú	242	49:368$000
Coruripe	233	47:530$000
Traipú	221	45:084$000
Penedo	219	44:676$000
Pilar	218	44:400$000
Piranhas	214	43:650$000
Leopoldina	202	41:200$000
Pão de Assucar	202	41:200$000
Arapiraca	200	40:800$000
S. Luiz do Quitunde	200	40:800$000
Maceió	159	32:430$000
São Braz	126	25:700$000
Camaragibe	126	25:700$000
Porto Real do Colegio	109	22:230$000
Junqueiro	103	21:012$000
Maragogí	95	19:380$000
Porto Calvo	94	19:170$000
Porto de Pedras	35	7:140$000

Total: 14.105 = 2.876:200$000

OVINOS

MUNICIPIOS	Quantidade	Valor
Palmeira dos Indios	30.583	397:579$000
Limoeiro	17.464	277:032$000
Santana do Ipanema	16.356	222:628$000
Muricí	8.994	116:922$000
Agua Branca	7.283	97:679$000
Anadia	5.968	87:584$000

MUNICIPIOS	Quantidade	Valor
Pão de Assucar	5.882	76:466$000
São Braz	4.807	62:491$000
Atalaia	4.386	57:719$000
Quebrangulo	4.117	53:521$000
Mata Grande	4.100	53:300$000
Coruripe	3.952	51:376$000
Capela	3.875	50:141$000
Igreja Nova	3.625	47:125$000
Belo Monte	3.512	45:656$000
Traipú	3.435	44:655$000
S. Luiz do Quitunde	3.280	42:640$000
Arapiraca	3.000	39:000$000
Camaragibe	2.969	38:697$000
S. Miguel dos Campos	2.810	36:530$000
União	2.750	35:750$000
S. José da Lage	2.742	35:646$000
Leopoldina	2.189	28:457$000
Piranhas	1.940	25:220$000
Porto Calvo	1.925	25:025$000
Porto Real do Colegio	1.808	23:504$000
Santa Luzia do Norte	1.391	18:083$000
Junqueiro	1.351	17:563$000
Pilar	1.238	16:096$000
Viçosa	1.212	15:756$000
Porto de Pedras	1.183	15:379$000
Maragogí	1.114	14:482$000
Piassabussú	1.047	13:611$000
Maceió	850	11:050$000
Alagoas	584	7:592$000
Penedo	506	6:578$000

Total: 164.210 = 2.208:433$000

CAPRINOS

MUNICIPIOS	Quantidade	Valor
Palmeira dos Indios	42.587	846:700$000
Santana do Ipanema	35.518	720:360$000
Agua Branca	25.232	514:640$000
Limoeiro	24.476	499:520$000
Mata Grande	10.787	225:740$000
Pão de Assucar	10.781	225:720$000
Anadia	8.051	171:020$000
Traipú	7.149	152:980$000

MUNICIPIOS	Quantidade	Valor
Quebrangulo	5.889	127:780$000
Murici	4.582	91:640$000
S. José da Lage	4.488	89:760$000
São Braz	4.358	87:160$000
Piranhas	4.004	80:080$000
Belo Monte	3.977	79:540$000
Viçosa	3.522	70:440$000
S. Miguel dos Campos	3.258	59:160$000
Igreja Nova	2.264	55:280$000
Leopoldina	2.202	49:040$000
Coruripe	2.102	47:040$000
Porto Real do Colegio	1.929	43:780$000
Capela	1.731	39:620$000
Camaragibe	1.602	36:040$000
Atalaia	1.534	35:680$000
União	1.477	29:940$000
Piassabussú	1.245	29:900$000
Arapiraca	1.238	29:760$000
Junqueiro	878	17:560$000
Maragogí	702	16:040$000
Porto Calvo	552	13:040$000
S. Luiz do Quitunde	453	9:060$000
Maceió	321	6:820$000
Alagoas	301	6:420$000
Porto de Pedras	248	4:960$000
Pilar	239	4:780$000
Penedo	136	2:790$000
Santa Luzia do Norte	58	1:168$000

Total: 219.081 — 4.521:458$000

SUINOS

MUNICIPIOS	Quantidade	Valor
Viçosa	10.904	730:568$000
Murici	9.663	647:421$000
Limoeiro	9.132	611:844$000
Palmeira dos Indios	8.132	545:144$000
Santana do Ipanema	5.116	342:772$000
Quebrangulo	5.059	338:953$000
Anadia	4.476	299:892$000
União	4.206	281:802$000
Coruripe	3.515	235:505$000
Agua Branca	3.214	215:338$000
S. José da Lage	2.770	173:590$000
São Braz	1.981	132:727$000

MUNICIPIOS	Quantidade	Valor
Atalaia	1.927	129:109$000
Camaragibe	1.926	129:042$000
Leopoldina	1.320	88:440$000
Mata Grande	1.240	83:220$000
S. Luiz do Quitunde	1.134	75:978$000
Traipú	1.050	70:350$000
Capela	1.033	69:211$000
Arapiraca	1.000	67:000$000
S. Miguel dos Campos	924	66:908$000
Igreja Nova	818	59:806$000
Porto Calvo	806	59:002$000
Pão de Assucar	735	48:545$000
Maceió	719	48:173$000
Piassabussú	689	46:163$000
Maragogí	533	40:711$000
Junqueiro	511	39:237$000
Porto Real do Colegio	505	38:835$000
Porto de Pedras	395	26:465$000
Belo Monte	290	25:430$000
Pilar	276	18:492$000
Alagoas	253	16:951$000
Penedo	248	16:616$000
Piranhas	205	13:735$000
Santa Luzia do Norte	164	11:377$000

Total: 86.869 = 5.844:352$000

O municipio de Palmeira dos Indios tem a primasia na criação de bovinos, ovinos e caprinos; o de Viçosa na de equinos e suinos e o de Agua Branca na de asininos e muares.

A distribuição dos rebanhos pela população do Estado, na razão de 1.000 habitantes, é a constante do quadro que se segue:

Distribuição dos rebanhos por 1.000 habitantes

Municipios	População	Numero de animais por especies Por 1.000 habitantes					
		Bovinos	Equinos	Asininos	Ovinos	Caprinos	Suinos
Agua Branca	25.861	456	75	57	280	970	123
Alagoas	24.064	110	26	16	24	13	10
Anadia	64.471	246	86	12	93	12	68
Arapiraca	11.911	333	50	16	250	103	50
Atalaia	81.963	119	39	17	53	18	23

Municipios	População	Numero de animais por especies Por 1.000 habitantes					
		Bovinos	Equinos	Asininos	Ovinos	Caprinos	Suinos
Belo Monte	10.389	980	52	25	352	397	27
Camaragibe	31.688	242	69	4	92	69	60
Capela	36.728	137	54	7	104	54	32
Coruripe	19.922	841	228	11	197	56	175
Igreja Nova	21.705	540	82	13	164	103	37
Junqueiro	11.918	278	30	8	112	73	25
Leopoldina	31.929	148	77	6	68	69	33
Limoeiro	28.582	615	160	18	623	906	324
Maceió	103.930	34	8	1	8	3	7
Maragogí	21.238	144	34	4	53	33	25
Mata Grande	27.539	427	42	12	146	385	44
Murici	49.224	357	121	7	183	92	195
Palmeira dos Indios	46.652	778	130	24	650	906	173
Pão de Assucar	27.923	656	43	7	210	35	24
Penedo	32.075	232	32	6	15	4	7
Piassabussú	9.361	478	83	24	104	124	68
Pilar	21.455	268	56	10	59	10	12
Piranhas	4.422	1.439	57	42	380	800	41
Porto Calvo	29.721	147	38	3	64	18	26
Porto de Pedras	24.070	104	16	1	49	10	17
P. R. do Colegio	16.325	383	55	7	113	114	29
Quebrangulo	43.975	267	95	11	93	134	115
Santa Luzia do Norte	29.978	167	35	14	46	1	5
Santana do Ipanema	51.504	446	56	18	314	868	100
São Braz	17.819	391	64	7	266	242	110
São José da Lage	56.103	217	75	12	49	80	49
São Luiz do Quitunde	33.368	220	60	6	98	13	33
São Miguel dos Campos	38.580	148	49	13	72	63	23
Traipú	26.053	594	53	8	132	275	40
União	67.183	314	76	5	41	22	62
Viçosa	71.411	350	116	5	17	48	151
Estado	1.257.837	308	61	11	130	176	69

Pelos resultados do quadro acima, a proporção dos animais das diversas especies varia, aproximadamente, por 1.000 habitantes, entre os seguintes extremos: **bovinos** 1.439 no municipio de Piranhas e 34 no de Maceió; **equinos** 228 no de Coruripe e 8 em Maceió; **asininos e muares** 57 no de Agua Branca e 1 no de Maceió; **ovinos** 650 no de Palmeira dos Indios e 8 no de Maceió; **caprinos** 970 no de Agua Branca e 1 no de Maceió e Santa Luzia do Norte; **suinos** 324 no de Limoeiro e 5 no de Santa Luzia do Norte.

Em todo o Estado correspondem, aproximadamente, a cada 1.000 habitantes, 308 da especie bovina, 67 da equina, 11 da asinina e muar, 130 da ovina, 176 da caprina e 69 da suina.

Em geral, a maior quota proporcional, por 1.000 habitantes, é fornecida pela especie bovina (308 o/oo), logo seguida, na ordem em que se acham pelas especies caprina (176 o/oo), ovina (130 o/oo), suina (69 o/oo), equina (67 o/oo) e asinina e muar (11 o/oo).

Quanto á quota por 1.000 habitantes, Alagoas, relativamente á especie bovina, está superior a Espirito Santo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Territorio do Acre; quanto á equina a Amazonas, Districto Federal, Pará, Rio de Janeiro e Territorio do Acre; quanto á asinina e muar, a Amazonas, e Pará; quanto á ovina, a Amazonas, Distrito Federal, Espirito Santo, Goiaz, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Territorio do Acre; quanto á caprina, a Amazonas, Distrito Federal, Espirito Santo, Goiaz, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Territorio do Acre; quanto á suina, ao Distrito Federal e Rio Grande do Norte.

PRODUÇÃO DO GADO EM 1931

O Decreto n. 1.154, de 11 de novembro de 1925, que manda observar o regulamento para a execução do imposto sobre produção das diversas especies de gado, isenta de qualquer onus a produção até 25 crias de bovinos, equinos, asininos e muares, e até 30, de ovinos e caprinos, ficando os suinos inteiramente livres de qualquer taxa, pertencentes aos proprietarios de usinas e engenhos de fabricar assucar. De modo que, a verificação anual da produção, para o efeito do lançamento do respectivo imposto, não alcança seguramente a um terço da produção de cada ano das mencionadas especies e exclue totalmente o gado suino.

A verificação consiste na aceitação da nota declaratoria apresentada pelo criador ás coletorias estaduais, não havendo registro nem outro qualquer processo pelo qual se possa ter uma cifra exata do gado existente e respectiva produção anual.

Mesmo assim, em 1931, as coletorias apuraram a seguinte produção:

Bovinos..	26.384
Equinos	2.232
Asininos e muares	504
Ovinos	9.159
Caprinos	13.459
Total	51.738

Essa produção ficou assim distribuida pelos municipios:

Municipios	N°. de criadores	Bovino	Equino	Asinino	Ovino	Caprino	Total
Agua Branca	500	1.227	218	72	317	1.366	3.200
Alagoas	81	289	30	8	80	10	417
Anadia	458	1.446	217	73	154	76	1.966
Arapiraca	—	—	—	—	—	—	—
Atalaia	70	254	53	—	102	—	409

Municipios	Nº. de criadores	Bovino	Equino	Asinino	Ovino	Caprino	Total
Belo Monte	297	2.291	44	25	743	1.156	4.259
Camaragibe	57	591	18	—	116	83	808
Capela	40	435	3	—	—	—	438
Coruripe	94	319	8	5	50	29	411
Igreja Nova	—	—	—	—	—	—	—
Junqueiro	288	414	55	1	264	372	1.106
Leopoldina	210	190	15	—	66	382	653
Limoeiro	468	722	110	11	555	798	2.196
Maceió	100	469	—	—	15	—	484
Maragogí	38	271	11	—	68	—	350
Mata Grande	—	—	—	—	—	—	—
Muricí	68	529	8	—	211	14	772
Palmeira dos Indios .	972	1.324	287	63	518	312	2.501
Pão de Assucar	525	2.129	144	10	1.209	1.753	5.255
Penedo	170	1.051	69	11	61	2	1.194
Piassabussú	80	368	43	23	489	98	1.021
Pilar	41	305	11	21	113	11	461
Piranhas	130	809	12	10	242	835	1.908
Porto Calvo	72	339	12	—	143	88	582
Porto de Pedras	24	145	9	—	77	8	239
P. R. do Colegio	—	—	—	—	—	—	—
Quebrangulo	226	734	73	3	34	67	911
Santana do Ipanema .	1.050	2.747	225	110	1.746	2.953	7.781
S. L. do Norte	80	549	8	3	138	20	718
São Braz	460	1.124	244	18	780	1.688	3.845
S. José da Lage	120	1.073	21	—	—	—	1.094
S. L. do Quitunde . .	73	730	8	—	267	—	1.005
S. Miguel dos Campos	304	337	105	3	112	314	871
Traipú	340	1.066	62	17	383	854	2.382
União	250	942	73	11	91	167	1.248
Viçosa	190	1.148	41	6	15	3	1.213
	7.876	26.384	2.232	504	9.144	13.459	51.738

Calculando em um terço a producão alcançada pelas isenções da lei e avaliando a produção de quatro municipios cujas coletorias não deram informações, teremos, aproximadamente, que a produção de 1931 alcançou os algarismos seguintes:

Bovinos	39.178
Equinos	3.279
Asininos e muares	752
Ovinos	18.192
Caprinos	21.945
Total	83.346

Ha a considerar que a produção, principalmente de bovinos, nas zonas do São Francisco e sertaneja, foi, no ultimo ano, grandemente diminuida em virtude da prolongada estiagem, havendo municipios em que a mortandade do gado foi enorme, e ainda a ausencia de informações acerca da produção dos municipios criadores de Arapiraca, Igreja Nova, Mata Grande e Porto Real do Colegio, cujos coletores não atenderam ás solicitações da Diretoria de Estatistica do Estado, nem remeteram os livros respetivos á Diretoria da Fazenda, no praso determinado, por onde, diretamente, pudessemos colher os elementos necessarios á organização completa desse quadro.

INDUSTRIA PASTORIL

A quantidade de gado de todas as especies existentes no Estado representa um capital vivo de quasi 80.000 contos, estando o numero de animais muito proximo de um milhão.

Entretanto, os metodos seguidos na gestão das fazendas pastoris, geralmente entregues á inteligencia rudimentarissima do vaqueiro, em completo antagonismo, quando não francamente hostil, com os metodos racionais praticados modernamente em estabelecimentos semelhantes, e os processos adotados na criação e na exploração dos rebanhos, não permitem a libertação do Estado da sua atual condição de tributario dos Estados do sul, onde a industria pastoril se encontra em pleno desenvolvimento.

A nossa pecuaria destina-se quasi exclusivamente ao consumo das populações urbanas e ao comercio de couros e peles. A industria de laticinios não tem influencia na economia das fazendas, restrita á produção de manteiga para uso domestico de alguns proprietarios e á fabricação do queijo e um comercio local, ou, quando muito, inter-municipal, sem peso na balança comercial do Estado.

A propria carne de sol, de grande consumo nas zonas criadoras do São Francisco e do sertão, ainda não despertou a iniciativa da xarqueada, nem mesmo é produzida em quantidade sobejante a uma exportação volumosa. Ao contrario, o Estado consome, nos seus municipios das zonas da mata e do litoral, a carne de sol que se fabrica em Pernambuco, notadamente em Garanhuns, Glicerio, Palmares e outras circunscrições pernambucanas mais proximas das fronteiras.

No ultimo ano a nossa situação de dependencia economica, relativamente áqueles produtos, foi bastante significativa e reproduziu, aliás, o quadro que anualmente se apresenta á consideração dos estudiosos desses problemas.

Importação

Xarque	7.691:734$000
Manteiga	1.359:012$000
Queijo, banha, leite condensado e conservas diversas, aproximadamente . .	1.000:000$000
Couros	832:576$000
Sebo	462:398$000
	11.365:720$000

Para fazer face a essas aquisições de produtos de origem animal, tivemos uma exportação de pouco mais de 1.500 contos, a saber:

Exportação

Peles de cabra e carneiro	943:912$000
Couros de boi	449:640$000
Gado em pé	95:133$000
Produtos diversos	50:000$000
Carne de sol	5:930$000
Banha	507$000
Sola	504$000
	1.545:726$000

Verifica-se que a importação de generos que podiamos produzir, excedeu á exportação em 9.819:994$000, excesso que se refletiu, forçosamente, na economia do Estado.

Não ha, felizmente, em Alagoas importação de bovinos para o consumo interno, mesmo da população da capital, cujo matadouro se abastece das fazendas do interior, o que, sem duvida, representa uma consideravel vantagem, contrariamente ao que sucede a Pernambuco, que importa dos Estados limitrofes, inclusivve Alagoas, 20 % do gado que se consome em Recife.

Se juntarmos á cifra da exportação de produtos de origem animal o valor aproximado do gado consumido, da exploração comercial do leite, da produção de crias nas fazendas e de operações mercantis de outra natureza praticadas pelos criadores, e se elevarmos todas essas especulações a 10.000 contos, não teremos ainda um total suficiente á cobertura das aquisições feitas em outros Estados para o nosso consumo.

Precisamos, pois, encaminhar a nossa pecuaria em direção a novos horisontes, para podermos tirar resultados iguais aos que essa industria proporciona a outros Estados. E para isso é necessario "melhorar o meio em que o gado vive, fornecendo-lhe boa alimentação e boa agua"; cuidar com inteligencia dos rebanhos, fazendo cuidadosamente a seleção, visando a produção de novilhos para córte e de bois para carro; explorar a industria de laticinios, da xarqueada, do cortume e desenvolver na mais alta escala a criação de suinos e exploração comercial que essa especie proporciona.

FINANÇAS

FINANÇAS ESTADUAIS

A Lei n. 1.094, de 17 de agosto de 1889 deu o ultimo orçamento da Provincia, no regimen monarquico — 829:050$202, receita, 822:092$834, despesa.

A administração publica, nesse tempo, tinha na taxa proporcional sobre todos os volumes que transitassem pela Provincia, qualquer que fosse o seu destino e procedencia, a fonte principal da renda provincial. Essa taxa estava avaliada, naquela lei, em 540:000$000, ou 65 °|° da receita total. A importação e a exportação eram assim, de um só golpe, atingidas.

E' curioso rever a aplicação dessa receita, segundo a citada Lei. O corpo legislativo custava 32:000$000; a Secretaria do Governo 40; a fiscalização e arrecadação das rendas 115; a caridade publica 65; as subvenções 52; as classes inativas 58; a iluminação da capital e mais tres localidades do interior 10; as obras publicas 35; a força publica 130; a divida provincial 51; a instrução publica 239, dos quais 206 para o ensino primario ministrado em 193 escolas.

A Lei n. 1.094 foi derrogada pelo Decreto n. 2, de 25 de janeiro de 1890 do governo provisorio, sob o fundamento de "não haver consultado os interesses do Estado, por não representar a cifra provavel da receita". Então o governo provisorio traçou novo orçamento para o exercicio de 1890: receita — 739:647$000, despesa — 654:308$000.

Na elaboração da receita o governo provisorio modificou o regimen tributario até então vigorante, passando a exigir do assucar 110 contos: 45 reis por 15 quilos do bruto, 55 do mascavo purgado, 65 do somenos, 90 do branco e 1$000 por carga do que fosse exportado pelo interior. O algodão concorreria com 90 contos, na razão de 300 reis por 15 quilos do que fosse exportado pela capital e 2$000 por fardo do que saisse pelo interior.

Na fixação da despesa, a força publica sofreu uma redução consideravel — de 130 contos para 65.

De 1890 a 1931 vão quarenta anos de vida administrativa sob o regimen republicano. Tem prosperado o Estado, não se póde negar, embora as agitações politicas houvessem emperrado o evoluir das forças economicas, entregues ao seu proprio destino. Mas, mesmo assim, se tem avançado.

Detenhamo-nos numa rapida perquirição em torno das finanças estaduais, nesses quatro decenios.

No primeiro decenio da administração republicana, de 1890 a 1899, as possibilidades da receita foram estimadas em 13.804:825$000; as arrecadações, porém, canalizaram para o Tesouro a importancia de 16.548:782$000.

As despesas foram fixadas em 13.623:719$000, mas as despesas pagas elevaram-se a 15.881:742$000.

Esse decenio deixou um saldo de 667:043$000.

O quadro que se segue discrimina os exercicios do decenio:

Anos	RECEITA		DESPESA		DIFERENÇAS	
	Orçada	Arrecadada	Fixada	Paga	Saldo	Deficit
1890....	829:050$	822:886$	822:902$	822:672$	214$	—
1891....	785:983$	884:973$	748:868$	884:899$	74$	—
1892....	785:988$	1.142:511$	748:868$	1.140:613$	1:898$	—
1893....	1.121:102$	1.893:382$	1.107:380$	1.464:616$	428:766$	—
1894....	1.160:298$	1.649:586$	1.142:707$	1.494:803$	154:783$	—
1895....	1.160:298$	1.781:008$	1.142:707$	1.776:068$	4:940$	—
1896....	2.010:280$	1.992:660$	1.932:923$	1.989:261$	3:399$	—
1897....	2.116:007$	1.829:708$	2.088:371$	1.829:550$	158$	—
1898....	2.002:290$	2.180:884$	1.990:450$	2.108:566$	72:318$	—
1899....	1.882:524$	2.371:184$	1.826:503$	2.370:691$	493$	—
	13.804:825$	16.548:782$	13.623:709$	15.881:739$	667:043$	—

Ao fim do decenio, a divida flutuante do Estado, considerada liquida até 31 de dezembro de 1899, era de 332:138$878. A divida consolidada montava a 1.065:600$000, representada em titulos de 5 e 7 °|°, cuja maior parte constituia patrimonio de instituições de caridade. A divida consolidada representava-se assim, nas cifras componentes da sua totalidade e na sua origem:

315:600$000 em apolices, ao juro de 5 °|°, proveniente de divida legada pelas administrações do regimen monarquico, desde 1886;

250:000$000 apolices, ao juro de 7 °|°, emitidas a titulo de auxilio ao aperfeiçoamento da fabricação do asucar, alcool e aguardente, aproveitando-se desse insignificante e primeiro favor oficial á industria assucareira, a usina Vanderlei de Mendonça e a Companhia Vinicola Industrial;

500:000$000 em apolices de pequenos valores (500,200 e 100 reis), emitidas com o intuito de levantar capitais destinados a melhoramentos no Estado e que passaram a ter curso no comercio como dinheiro legal, sem que se fizesse melhoramento algum.

No segundo decenio, 1900-1909, as rendas foram orçadas em... 22.806:501$000 tendo, porem, havido uma arrecadação de . . . . 27.930:662$000, seja um exceso de Rs. 5.124:661$000. Esse excesso, entretanto, não significa propriamente, na sua totalidade, um aumento de arrecadação: ele foi resultante, em grande parte, das entradas realizadas no Tesouro em 1906, 1907, 1908 e 1909, na importancia de . . . . . 3.765:059$000, do emprestimo externo de £ 500.000, escrituradas como receita extraordinaria.

A arrecadação propriamente orçamentaria foi de 24.165:603$000, ou um excesso, sobre a previsão, de 1.359:102$000.

A despesa fixada para esse decenio foi de 22.750:630$000 e a realizada montou a 27.392:664$000, resultando uma diferença para mais de 4.642:034$000.

O quadro abaixo pormenoriza o movimento financeiro do Estado no referido decenio:

Anos	RECEITA		DESPESA		DIFERENÇAS	
	Orçada	Arrecadada	Fixada	Paga	Saldo	Deficit
1900....	2.033:324$	2.533:158$	2.024:310$	2.524:172$	8.986$	—
1901....	2.187:495$	2.411:693$	2.170:995$	2.388:555$	23:138$	—
1902....	2.305:617$	2.194:107$	2.297:321$	2.192:135$	1:972$	—
1903....	2.248:907$	2.219:597$	2.234:539$	2.217:559$	2:038$	—
1904....	2.185:387$	2.385:493$	2.183:734$	2.366:951$	18:542$	—
1905....	2.239:495$	2.166:435$	2.239:266$	2.123:135$	43:300$	—

Anos	RECEITA		DESPESA		DIFERENÇAS	
	Orçada	Arrecadada	Fixada	Paga	Saldo	Deficit
1906....	2.311:733$	3.482:027$	2.309:833$	3.472:083$	9:944$	—
1907....	2.483:554$	3.315:725$	2.474:458$	3.226:611$	89:114$	—
1908....	2.361:632$	2.744:861$	2.360:679$	2.698:419$	46:442$	—
1909....	2.449:345$	4.477:565$	2.455:495$	4.183:044$	294:522$	—
	22.806:501$	27.930:662$	22.750:636$	27.392:664$	537:992$	—

O terceiro decenio da vida financeira do Estado teve receitas orçadas em 29.926:514$000 e arrecadações no montante de 40.596:000$000, verificando-se excesso, sobre a estimativa orçamentaria, de . . . . . 10.669:486$000. Em 1910 o excesso foi proveniente de mais uma entrada do emprestimo externo; dai por deante o aumento foi consequencia da alta comercial dos produtos e da agravação dos impostos.

A despesa do decenio foi fixada em 29.696:349$000, elevando-se, porem, as realizações a 37.965:719$000, mais 8.269:370$000.

O quadro abaixo menciona a receita e a despesa do decenio:

Anos	RECEITA		DESPESA		DIFERENÇAS	
	Orçada	Arrecadada	Fixada	Paga	Saldo	Deficit
1910....	2.632:170$	3.312:700$	2.628:721$	2.901:001$	411:699$	—
1911....	2.674:779$	3.216:873$	2.672:192$	3.171:063$	45:810$	—
1912....	2.744:846$	3.035:375$	2.743:496$	2.991:788$	43:587$	—
1913....	2.744:846$	3.788:016$	2.743:496$	3.768:468$	19:548$	—
1914....	2.744:846$	3.200:419$	2.743:496$	3.188:947$	11:472$	—
1915....	2.744:846$	3.951:662$	2.743:496$	3.895:651$	56:012$	—
1916....	3.334:620$	4.122:203$	3.200:990$	3.764:682$	357:521$	—
1917....	3.380:229$	4.787:698$	3.379:289$	4.507:230$	280:468$	—
1918....	2.311:019$	5.271:629$	3.226:502$	5.033:110$	238:519$	—
1919....	3.614:313$	5.909:424$	3.514:531$	4.743:779$	1.165:645$	—
	29.926:514$	40.596:000$	29.696:349$	37.965:719$	2.630:272$	—

Nesse decenio, a partir de 1912, iniciou-se no Estado uma fase de realizações verdadeiramente notaveis. Construiram-se predios para grupos escolares, abriram-se no interior mais de 400 quilometros de estradas de rodagem, fizeram-se 21 pontes de cimento armado, abriram-se e calçaram-se avenidas na capital, foram aumentadas as subvenções das instituições pias, a saude da população foi acudida pelos serviços Rockfeller e Sanitaria Federal, foi resgatada grande parte da divida consolidada do Estado, foi reduzido de 8 para 2 °|° o imposto sobre a exportação de uma parte da safra do assucar demerara, para descongestionamento do mercado, obteve o algodão uma redução de 12 para 5 %, ao mesmo tempo que o governo abria no Banco de Alagoas um credito de 500 contos para pequenos emprestimos a proprietarios de engenhos banguês.

O movimento financeiro do quarto decenio fica evidenciado do quadro seguinte:

Anos	RECEITA		DESPESA		DIFERENÇAS	
	Orçada	Arrecadada	Fixada	Paga	Saldo	Deficit
1920....	3.877:679$	7.633:109$	3.672:982$	6.299:275$	1.333:834$	—
1921....	4.460:000$	4.874:232$	4.459:421$	5.935:182$	—	1.060:950$
1922....	5.338:703$	5.567:683$	4.563:667$	5.369:580$	198:103$	—

Anos	RECEITA		DESPESA		DIFERENÇAS	
	Orçada	a Arrecadada	Fixada	Paga	Saldo	Deficit
1923....	5.488:310$	7.621:840$	4.716:067$	7.100:490$	521:350$	—
1924....	5.592:169$	9.242:605$	5.592:169$	9.348:287$	—	105:682$
1925....	6.228:785$	10.181:502$	5.720:214$	10.526:546$	—	345:044$
1926....	9.018:334$	9.246:294$	9.000:059$	10.093:145$	—	846:851$
1927....	10.659:356$	10.812:680$	10.639:356$	11.018:746$	—	206:066$
1928....	9.401:500$	12.074:593$	9.401:413$	12.635:553$	—	580:960$
1929....	11.012:000$	14.455:559$	10.993:202$	13.739:592$	715:967$	—
	71.076:836$	91.710:097$	68.858:550$	92.066:296$	2.769:254$	3.125:553$

As cifras do decenio demonstram que, para receitas montantes a 71.076:836$000, pela estimativa orçamentaria. houve arrecadações no total de 91.710:097$000, ou 20.633:261$000, para mais.

As despesas fixadas pelo Poder Legislativo tiveram um total de 68.858:550$000, elevando-se as despesas pagas a 92.066:296$000, ou um excesso de 23.208:746$000, o que deu lugar a que se verificasse no decenio um deficit de 3.125:553$000.

Seis exercicios do decenio foram encerrados com deficits, 1921, devido a forte depressão comercial do assucar, 1924, 1925, 1926, 1927 e 1928, por excesso de despesas.

Balanceadas as diferenças, apura-se um deficit de 356:219$000, no decenio, apezar das magnificas arrecadações que se efetuaram, sem exemplo na historia financeira do Estado.

Esse deficit, porém, é apenas o resultado do jogo entre a arrecadação das rendas e as despesas pagas, não exprimindo a realidade da situação financeira do Estado, porque não inclue o montante das despesas efetuadas que não foram pagas e ficaram constituindo enorme divida flutuante.

Resumindo esses quatro decenios financeiros, teremos:

	Rendas arrecadadas	Despesas pagas
1°. decenio	16.548:782$000	15.881:739$000
2°. decenio	27.930:662$000	27.392:664$000
3°. decenio	40.596:000$000	37.965:719$000
4°. decenio	91.710:097$000	92.066:296$000

O unico decenio em que se verifica deficit é o ultimo, exatamente aquele em que a arrecadação excedeu do duplo do decenio anterior, tendo ainda esse decenio deixado, dos seus quatro ultimos exercicios, uma divida flutuante, por contas a pagar, superior a quatro mil contos.

Para 1930 a estimativa da receita foi de 14.893:000$000, mas a arrecadação deixou patente o otimismo legislativo, pois montou apenas a 10.739:541$000. A despesa que fôra fixada em 14.878:621$000 teve que se limitar ás possibilidades do Tesouro, resumindo-se a 10.990:008$000, verificando-se, mesmo apezar da compressão sofrida, um excesso de.... 250:467$000, no fim do exercicio.

Coube á Revolução liquidar o exercicio de 1930. O Interventor Dr. Freitas Melro, em junho de 1931, informava ao Sr. Ministro da Fazenda que, ao assumir a interventoria a situação que se lhe deparara era de insolvencia, "corolario inevitavel da imprudencia com que as duas ultimas administrações agravaram anualmente os encargos da administração, passando a exigir da população uma receita que a capacidade tributaria das nossas fontes de produção não podia suportar.

Por esse absurdo processo de majoração da receita — acrescentava — sem a menor atenção ás possibilidades da produção, o orçamento do Estado, que em 1924 era de 5.529:169$918, numa quadra de alta consideravel dos produtos de exportação, foi elevado em 1930 a 14.893:000$000, sem ter-se em vista a situação de estacionamento das fontes produtoras e o periodo da mais intensa depressão de preços a que atingiram os nossos produtos comerciaveis."

Esse aumento, contrario a todas as regras da ciencia economico-financeira, "procurava corresponder á excessiva elevação das despesas, adotada de 1925 em deante, seguindo-se daí para cá, apezar das arrecadações cobrirem as estimativas orçamentarias, um regimen de deficits anuais consecutivos."

E o Dr. Freitas Melro justificava as suas asseverações, mostrando as cifras das rendas arrecadadas de 1924 a 31 de outubro de 1930, num total de Rs. 72.443:289$396. "A essa enorme arrecadação, muito acima das possibilidades dos contribuintes, deve-se juntar cerca de 2.000 contos, saldo deixado pela administração que findou em junho de 1924 e mais: 1.000 contos tomados por emprestimo ao Banco do Brasil; 2.480 contos de fundos especiais desviados; 631 contos de apropriação indevida de rendas pertencentes ao Banco Central de Credito Agricola de Alagoas; 177 contos pertencentes á Associação Comercial de Maceió; 214 contos de rendas pertencentes ao Montepio dos Servidores do Estado, além de diversas operações de credito na importancia de 592 contos, sejam cerca de oitenta mil contos de que dispuzeram as duas ultimas administrações.

O encerramento desse exercicio deu o resultado exato da situação financeira do Estado.

A receita, que tivera uma estimaeiva de 14.893:000$000, produziu apenas Rs. 10.739:541$144, registrando-se uma diferença de........ 4.153:458$856, proveniente não só da depressão comercial dos nossos produtos de exportação, como tambem do otimismo do extinto Poder Legislativo na previsão da capacidade tributaria das nossas fontes economicas.

Quanto á despesa, fixada em 14.970:121$000 e acrecida de creditos adicionais num total de 1.625:379$308, que elevaram a autorização da despesa a Rs. 16.595:501$108, a contenção imposta pelo governo revolucionario restringiu-a a 12.893:584$245, tendo o Tesouro efetuado pagamentos na importancia de Rs. 10.990:008$077, ficando por pagar 1.869:576$168, despesas realizadas pela administração anterior.

A herança deixada á Revolução, ao findar do referido exercicio, estava representada numa divida interna de 8.103:282$698, havendo apolices em circulação no valor de 558:300$000 com atrazo no resgate das que haviam sido sorteadas e juros a pagar num total de 92:062$068.

Os fundos especiais desviados para pagamento de despesas ordinarias elevavam-se a 2.480:115$589, sendo que da receita reservada para o serviço da divida externa haviam sido consumidos 1.997:502$140 e mais 302:112$774 pertencentes a instituições pias. As administrações anteriores se haviam apropriado de 631:987$000 da sobre-taxa pertencente ao Banco Agricola, procurando, posteriormente regularizar esse desvio emitindo notas promissorias sujeitas a um juro de 8 %. Foram igualmente desviadas as rendas da sobre-taxa da Associação Comercial, as rendas do Montepio dos Servidores do Estado, tendo havido apelos vultosos aos caixas de depositos e cauções.

Da divida externa, resultante da ruinosa operação de 500.000 libras, lançada em Paris em 1906, e da qual foi uma parte, de libras

280.000 transferida para Londres em 1909, apurara o governo revolucionario que, em 31 de dezembro de 1930, existiam em Londres obrigações vencidas na importancia de £ 89.124-17.7 e em Paris no total de Frs. 840.000, obrigações que, reduzidas a moeda nacional ao cambio de então, excediam de 6.500 contos.

A responsabilidade interna e externa do Estado era superior a 15.000 contos.

A receita do Estado, orçada para o exercicio de 1931 em........ 10.068:000$000, elevou-se a 10.074:518$532, havendo uma arrecadação maior de 6.518$532.

A despesa autorizada por creditos orçamentarios e adicionais foi, respetivamente, de 10.064:122$000 e 661:427$959, no total de...... 10.725:549$959. A despesa paga importou em 7.870:996$329.

Essa despesa para menos não exprime economia, pois o balanço da receita e despesa ainda em 1931 apresenta somente a entrada e saida de dinheiro.

A partir de outubro de 1930, o produto das arrecadações especiais não foi aplicado nas despesas propriamente do Estado. Assim, para determinação do resultado do exercicio, deve-se fazer abstração da renda destinada á aplicação especial, da qual o governo revolucionario não lançou mão para fins ordinarios, conservando-a em deposito nos bancos.

Assim, ter-se-á o resultado seguinte:

Renda do Estado:

Arrecadada	7.851:000$185

Despesa do Estado:

Paga.	7.208:621$035
Saldo	642:379$150

Ha, porém, despesas não pagas pelo Tesouro, do mesmo exercicio, na importancia de 1.239:698$522, a qual, comparada com aquele saldo, apresenta uma diferença de 597:319$372, que é o **deficit** do exercicio financeiro.

A analise da receita expressa-se do seguinte modo:

Titulos orçamentarios	Orçada	Arrecadada		Diferença
Renda do Estado:				
Renda ordinaria . . .	7.899:000$000	7.427:432$028	—	471:567$972
Renda patrimonial . .	261:000$000	287:131$535	+	26:131$535
Renda industrial . . .	260:000$000	319:206$330	+	59:206$330
Renda extraordinaria	223:000$000	556:041$834	+	333:041$834
	8.643:000$000	8.589:811$727	—	53:188$273
Menos 25 % do imposto de exportação destinados á amortização da divida externa . . .	710:000$000	738:811$542	+	28:811$542
	7.933:000$000	7.851:000$185	—	81:999$815

Renda especial:

25 % do imposto de exportação	710:000$000	738:811$542 +	28:811$542
Renda com aplicação especial	1.425:000$000	1.484:706$805 +	59:706$805
	2.135:000$000	2.213:518$347 +	88:518$347
	10.068:000$000	10.074:518$532 +	6:518$532

A divida externa do Estado data de 1906 e foi contraida em virtude de autorização legislativa que permitia uma operação de credito até £ 500.000.

O emprestimo foi negociado em Paris por intermedio de um banco que faliu após o pagamento da segunda prestação. Parte desse emprestimo foi transferida para Londres. Foi uma operação ruinosa para o Estado e cheia de escandalosas fraudes.

A situação atual, presumivel, dessa divida pode ser assim resumida:

Parte ingleza: divida inicial de £ 280.000, juro de 5 %

Amortizações a vencer . . .		£ 222.040.00.00
Amortizações vencidas . .	£ 35.700.00.00	
Juros vencidos	£ 62.845.00.00	
Comissões bancarias	£ 282.16.00	£ 98.827.16.00
Divida atual		£ 320.867.16.00

Parte franceza: divida inicial de £ 220.000, juro de 5 %

Em virtude do acordo de outubro de 1927 essa divida teria ficado reduzida, sem juros e onus de qualquer natureza, a	Frs. 13.500.000
Remessas feitas na forma do acordo, Frs. 120.000 mensais	3.960.000
	Frs. 9.540.000

O governo do Estado suspendeu em 1928 as remessas para o serviço da divida em Londres, precizando, em 31 de dezembro de 1931, de £ 98.827.16.00 para normalizar sua situação perante os credores britanicos.

As remessas para o serviço da divida franceza estão suspensas desde outubro de 1930. Ao fim do mesmo ano o Tesouro precizaria de 1.680.000 francos para se por em dia com os contratantes de 1927.

Os fundos especiais destinados ao serviço da divida externa, a partir de outubro de 1930 estão intactos. O governo revolucionario tem respeitado essa aplicação, recolhendo aos bancos as arrecadações dessas taxas especiais e, em dezembro de 1931, dispunha de 2.418:959$864 para o serviço da divida externa.

O resultado do exercicio de 1931 fica suficientemente esclarecido pelos balanços de receita e despesa e de ativo e passivo, a saber:

BALANÇO DE RECEITA E DESPESA DO ESTADO EM 1931

Receita

Orçamentaria			
Renda do Estado:			
Ordinaria	7.427:432$028		
Patrimonial	287:131$535		
Industrial	319:206$330		
Extraordinaria . . .	556:041$834		
	8.589:811$727		
Menos: 25 % do imposto de exportação (Dec. n. 407, de 12 de março de 1907	738:811$542	7.851:000$185	
Renda Especial:			
25 % do imposto de exportação. . . .	738:811$542		
Com aplicação especial	1.484:706$805	2.223:518$347	10.074:518$532
Extra-orçamentaria			
Operações de credito:			
C. Alagoana Fiação e Tecidos, c| de emprestimo . . .		50:000$000	
Depositos Especiais:			
A. Comercial de Maceió c|sobre-taxa.	166:430$599		
Banco Central de Credito Agricola de Alagoas c|sobre-taxa	337:475$800		
Caixa Escolar . . .	16:160$539		
Caixa de Depositos c|suprimentos . .	1:009$128		
Montepio dos Servidores do Estado .	425:094$567		
Quotas Lotericas . .	14:544$647		
Taxa de 7$000 por saco de assucar .	28:882$000	989:597$280	1.039:597$280
Receita total . . .			11.114:115$812

Saldos de 1930:			
Caixa Geral	629:072$524		
Recebedorias, c| Exat.	10:958$009	640:030$533	
Menos: Exercicio de 1931, c|Liquidação		317:449$738	322:580$795
			11.436:696$607

Despesa

Orçamentaria			
Despesa do Estado.		7.208:621$035	
Aplicação da Renda Especial		662:375$294	7.870:996$329
Extra-orçamentaria			
Operações de Credito:			
C. Força e Luz Nordeste do Brasil (liq. do emprestimo de 1930) . .	100:000$000		
Depositos Especiais, c|velha Caixa de Depositos, c|suprimento	51:516$520		
Amortização Caixa de Cauções c|suprimento, amortização . . .	4:496$000	156:012$520	
Depositos Especiais			
A. Comercial de Maceió, c|sobretaxa	117:800$395		
Banco Central de Credito Agricola de Alagoas, c|sobre-taxa	317:153$300		
Caixa Escolar . . .	2:500$479		
Montepio dos Servidores do Estado.	385:974$123		
Quotas Lotericas . .	14:544$647		
Taxa de 7$000 por saco de assucar .	28:882$000	866:854$944	
Governo Federal			
Importancia credi-			

tada á Renda Extraordinaria. . .	123:872$950	1.146:740$414
Total da despesa . .		9.017:736$743
Saldos para 1932:		
Caixa Geral	2.021:143$963	
Recebedorias, c| Exatores	366:428$896	
Agentes Responsaveis	31:387$005	2.418:959$864
		11.436:696$607

BALANÇO DE ATIVO E PASSIVO DO ESTADO EM 1931

Ativo

Bens do Estado			
Imoveis		7.096:509$894	
Moveis		2.588:325$748	
Semoventes		29:361$500	9.714:197$142
Valores pertencentes ao Estado			
Apolices Federais .		8:000$000	
Ações da C. das Aguas de Maceió		50:000$000	58:000$000
Creditos do Estado			
Diversos responsaveis		234:281$874	
Divida Ativa		738:177$548	972:459$422
Saldos para 1932			
Caixa Geral (em moeda corrente .		2.021:143$963	
Recebedorias, c| Exatores		366:428$896	
Agentes Responsaveis		31:387$005	2.418:959$864
			13.163:616$428
Contas de Compensação			
Adeantamentos . .			574:960$233
Remessas para o serviço dos emprestimos			1.395:292$000
Recebedorias, c| Estampilhas. . .	26:925$500		
Recebedorias, c| selos consumo retangulares . . .	51:577$520		

Recebedorias, c| selos consumo cintas	58:774$320		
Recebedorias, c| selos caridade . .	6:084$200	143:361$540	
Caixa de Estapilhas	2.586:545$400		
Caixa de Selos de Consumo Retangulares	4.514:678$180		
Caixa de Selos de Consumo Cintas.	3.877:357$020		
Caixa de Selos de Caridade	288:177$500	11.266:758$100	11.410:119$640
Caixa de Depositos —Moeda	208:859$225		
Suprimentos com o Caixa de Depositos	83:401$863	292:261$088	
Caixa de Depositos —Valores		122:455$420	414:716$508
Caixa de Cauções-- Moeda	375$000		
Suprimentos com o Caixa de Cauções	172:571$723	172:946$723	
Caixa de Cauções-- Valores		133:149$139	306:095$862
			27.264:800$671

Passivo

Divida Fundada

Apolices de 1886, juros 5 %	82:400$000	
Apolices de 1906, juros 5 %	228:900$000	
Apolices de 1921, juros 5 %	169:000$000	420:300$000

Divida Flutuante

Interna:
Exercicios findos:

Vencimentos não reclamados e contas de serviços e fornecimentos:		
até 1930 . . .	1.027:485$954	
de 1931 . . .	1.168:446$082	2.195:932$036

Restituições diversas:			
contas até 1930	36:774$594		
contas de 1931	3:373$495	40:148$089	
Apolices sorteadas:			
até 1930 . . .	34:600$000		
em 1931	25:000$000	59:600$000	
Juros de Apolices a Pagar:			
até 1930 . . .	68:047$068		
em 1931	24:015$000	92:062$068	
Banco do Brasil:			
saldo em 1930	199:787$351		
juros em 1931	18:863$945	218:651$296	
Dr. José Cortes Sigaud: (Conta dependente de revisão)		1.397:111$727	
Dr. Luiz da Rocha Holanda Cavalcanti: (Conta dependente de revisão)		748:039$570	
C. Alagoana de Fiação de Tecidos: c|Emprestimo		50:000$000	
Banco Central de Credito Agricola Alagoas: c|Emprestimo		631:987$000	
Depositos Especiais:			
c|Nova	2.079:426$385		
c|Velha	2.643:920$627	4.723:347$012	10.156:878$798
			10.637:178$798

Patrimonio do Estado

(Dependente do montante da divida externa . .	2.526:437$630
	13.163:616$428

Contas de Compensação

Serviços diversos .	574:960$233
Serviço da Divida Externa	1.395:292$000
Emissão de selos e estampilhas:	11.410:119$640

Depositos-moeda .	255:748$787		
Depositos-valores .	81:280$420	337:029$207	
Depositos, antigos.		77:687$301	414:716$508
Cauções, moeda . .	72:937$500		
Cauções, valores .	101:200$000	174:137$500	
Cauções, antigas .		131:958$362	306:095$862
			27.264:800$671

O TRABALHO DA POPULAÇÃO E OS IMPOSTOS

Como ponto de partida da estimativa da producção agricola e industrial do Estado, no decenio de 1922 a 1931, adotamos, em falta de dados oficiais positivos, os algarismos apurados pelo recenseamento de 1920, atendendo, porém, o movimento da população e o valor oficial da exportação de cada ano.

Com esses elementos podemos apreciar, no quadro abaixo, o montante daquela produção no citado decenio.

Quadro da produção agricola e industrial do Estado

Anos	Valor da Produção	Num. indices	Média da produção por hab.	Média da produção por km.²
1922	152.651:923$000	100	127$200	5:004$650
1923	172.854:240$000	113	144$040	5:667$350
1924	172.529:502$000	113	143$770	5:656$700
1925	177.130:650$000	116	147$600	5:807$560
1926	160.148:666$000	105	133$450	5:250$740
1927	172.649:917$000	113	143$870	5:660$650
1928	180.084:682$000	118	150$160	5:904$410
1929	187.197:605$000	123	155$980	5:137$620
1930	158.197:605$000	103	132$430	5:210$410
1931	151.453:190$000	101	127$870	5:048$430

Os algarismos acima dão uma idéa, senão rigorosamente exata, ao menos aproximada, do valor anual da nossa produção agricola e industrial no referido decenio. Pelos numeros indices verifica-se que o aumento não tem sido grande, sendo para notar-se que esse aumento é consequencia, não de um crecimento normal da produção pelo desenvolvimento das fontes de riqueza agricola e industrial, mas da valorização comercial dos proprios produtos.

Todavia não decaimos do nivel em que ficámos no censo federal de 1920, que dava para Alagoas uma média de 5:119$095 por kms.², abaixo somente do Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo, e de 148$411 por habitante, acima da Paraiba, Goiaz, Pará, Baía, Maranhão, Ceará, Piauí, Mato Grosso, Amazonas e Territorio do Acre.

A média da produção no decenio foi de 168.000 contos, ultrapassada em 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928 e 1929. O recenseamento federal desse ano registrara uma produção no valor de 146.257 contos.

Enquanto essas fontes de produção ficam sem desenvolvimento

apreciavel, as rendas publicas provenientes da tributação federal, estadual e municipal tiveram um aumento excedente da capacidade tributaria da produção. E' o que nos vai demonstrar o quadro abaixo:

Quadro das rendas federais, estaduais e municipais

Anos	Federais	Estaduais	Municipais	Total	Média por habit.
1922	6.097:494$	6.123:859$	1.200:000$	13.421:353$	12$040
1923	7.854:515$	8.381:158$	1.300:000$	17.535:673$	14$690
1924	10.961:100$	10.163:343$	1.400:000$	22.524:443$	18$770
1925	10.843:223$	11.189:652$	1.500:000$	23.532:875$	19$610
1926	11.305:849$	10.170:923$	1.700:000$	23.176:772$	19$810
1927	10.921:964$	13.081:013$	1.900:000$	25.902:977$	21$580
1928	11.998:331$	14.457:111$	2.000:000$	28.455:442$	23$710
1929	14.362:551$	14.455:559$	2.300:000$	31.118:110$	25$760
1930	10.967:577$	10.739:541$	2.600:000$	24.307:118$	19$920
1931	9.574:466$	10.074:518$	2.709:091$	22.358:075$	18$621

De relance, verifica-se o aumento consideravel da tributação no decenio, e tem-se logo a impressão de que essa majoração não foi consequencia logica do desenvolvimento progressivo da produção, mas da elevação dos impostos. A renda federal, de 6.097 contos, em 1922, atingiu em 1929 a 14.362 contos, caindo um pouco nos dois ultimos anos, não pela suavização do regimen tributario, mas pela diminuição do movimento nesse bienio. A renda estadual, compreendendo no seu computo, a arrecadação das taxas adicionais com aplicação especial, elevou-se de 6.123 contos, em 1922, a 14.455 contos, em 1929. A tributação municipal, por sua vez, acompanha essa vertiginosa ascenção tributaria.

Entretanto as fontes de produção não se desenvolveram; na melhor das hipoteses estacionaram. Se considerarmos a média do lucro da produção (15 %), por habitante, e a média, tambem per capita, do total dos impostos, podemos chegar as conclusões que resaltam do quadro abaixo:

Anos	Lucro da produção	Média dos impostos	Diferenças
1922	19$800	12$180	+ 8$620
1923	21$600	14$690	+ 6$910
1924	21$560	18$770	+ 2$790
1925	22$140	19$610	+ 2$530
1926	20$010	19$810	+ $200
1927	21$570	21$580	— $010
1928	22$520	23$710	— 1$190
1929	23$390	25$760	— 2$370
1930	19$860	19$920	— $060
1931	19$180	19$630	— $550

A média dos impostos excedeu do lucro da produção, per capita, de 1927 a 1931, isto é, foi insuficiente para cobrir as exigencias da tributação.

Finanças Municipais

Nos tres ultimos exercicios financeiros os municipios do Estado tiveram as arrecadações seguintes:

1929	2.849:876$000
1930	2.736:579$000
1931	2.709:091$000

verificando-se as diferenças de 113:269$000, para menos, entre 1930 e 1929 e de 27:487$000, tambem para menos, entre 1930 e 1931.

Excluido o municipio da capital ,tivevram receitas excedentes de cem contos—Penedo, União, Viçosa e Santa Luzia do Norte. Os que acusaram menor arrecadação foram Junqueiro, Belo Monte e São Braz, que arrecadaram menos de 12:000$000.

Arrecadação dos Municipios nos exercicios de 1929, 1930 e 1931

Municipios	1929	1930	1931
Agua Branca	40:501$865	68:106$320	49:118$400
Alagoas	32:664$000	40:234$590	35:062$190
Anadia	60:000$000	46:562$390	38:341$100
Arapiraca	21:668$800	22:197$650	17:600$000
Atalaia	37:862$320	33:750$000	27:000$019
Belo Monte	15:323$220	8:689$300	11:456$036
Camaragibe	33:049$337	54:505$[illegible]	40:950$104
Capela	52:016$650	45:679$840	41:220$100
Coruripe	32:861$780	32:754$890	34:368$760
Igreja Nova	19:052$200	13:232$490	15:855$100
Junqueiro	7:918$000	10:522$575	11:497$100
Leopoldina	22:204$900	21:896$110	25:417$030
Limoeiro	18:168$932	13:300$000	12:815$690
Maceió	1.130:333$810	1.091:812$630	1.102:283$610
Maragogí	34:843$265	23:117$964	27:485$330
Mata Grande	30:153$640	29:773$244	31:105$892
Murici	97:260$856	72:846$694	56:324$405
Palmeira dos Indios	96:924$985	89:139$400	5[illegible]:203$269
Pão de Assucar	46:066$700	52:000$000	42:659$550
Penedo	176:014$650	166:665$580	158:785$357
Piassabussú	17:562$496	28:273$365	33:566$643
Pilar	65:935$449	63:009$640	67:820$184
Piranhas	18:612$920	15:830$110	18:237$340
Porto Calvo	39:527$440	23:898$210	49:631$370
Porto de Pedras	15:345$513	14:518$761	20:751$561
Porto Real do Colegio	14:207$110	11:176$026	15:507$702
Quebrangulo	53:061$700	52:279$800	51:645$500
Santana do Ipanema	36:834$634	47:182$200	57:158$745
São Braz	8:570$238	7:147$100	7:775$760
São José da Lage	91:529$770	76:557$198	70:768$890
Santa Luzia do Norte	100:472$550	88:091$610	101:740$270
São Luiz do Quitunde	43:985$080	54:996$440	46:457$515
São Miguel dos Campos	109:276$682	91:623$720	84:446$799
Traipú	21:699$060	27:070$620	29:292$837
União	93:551$240	82:917$859	113:180$622
Viçosa	132:214$400	123:820$386	108:560$900
	2.849:876$252	2.736:579$955	2.709:091$981

Quadro da Receita arrecadada e da Despesa paga durante o exercicio de 1931 pelos municipios do Estado de Alagoas

Municipios	Receita arrecadada	Despesa realizada	Saldo	Deficit
Maceió	1.102:283$610	1.050:581$210	51:702$400	—
Penedo	158:785$357	166:530$415	—	7:745$058
União	113:180$622	103:391$912	9:788$710	—
Viçosa	108:560$900	107:747$344	813$554	—
Santa Luzia do Norte .. .	101:740$270	101:536$270	204$000	—
São Miguel dos Campos .	84:446$799	79:546$132	4:900$667	—
São José da Lage	70:768$890	68:826$614	1:942$276	—
Pilar	67:820$184	65:496$750	2:323$434	—
Santana do Ipanema	57:158$745	54:622$783	2:530$012	—
Muricí	56:324$405	53:394$780	2:929$625	—
Palmeira dos Indios	53:203$269	52:343$456	859$813	—
Quebrangulo	51:645$500	48:954$020	2:691$480	—
Porto Calvo	49:631$370	40:996$027	8:635$343	—
Agua Branca	49:118$400	49:059$785	58$615	—
São Luiz do Quitunde .. .	46:457$515	43:429$359	3:028$156	—
Pão de Assucar	42:659$550	36:166$930	6:492$620	—
Capela	41:220$100	41:334$240	—	114$140
Camaragibe	40:950$104	39:108$661	1:841$443	—
Anadia	38:341$100	38:373$329	—	32$229
Alagoas	35:026$490	34:740$853	321$637	—
Atalaia	27:000$019	23:952$264	3:047$755	—
Coruripe	34:368$760	34 230$669	138$091	—
Piassabussú	33:566$643	25:233$931	8:332$712	—
Mata Grande	31:105$892	29:700$031	1:405$861	—
Traipú	29:292$837	27:470$485	1:822$352	—
Maragogí	27:485$330	26:798$638	686$692	—
Leopoldina	25:417$030	25:132$970	284$060	—
Porto de Pedras	20:751$561	18:735$800	2:015$761	—
Piranhas	18:237$340	16:975$255	1:262$085	—
Arapiraca	17:600$000	17:694$610	—	94$610
Igreja Nova	15:855$100	11:362$944	4:492$156	—
Porto Real do Colegio .. .	15:507$703	10:299$064	5:208$639	—
Limoeiro	12:815$690	12:066$477	749$213	—
Junqueiro	11:497$100	7:084$900	4:412$200	—
Belo Monte	11:456$036	12:506$460	—	1.050$424
São Braz	7:775$760	5:449$457	2:326$303	—
	2.709:091$981	2.580:874$777	137:253$665	9:036$461

Resumo:

Receita arrecadada	2.709:091$981
Despesa paga	2.580:874$777
Saldo	128:217$204

INSTRUCÇÃO PUBLICA

ENSINO PRIMARIO

A primeira organização do ensino primario em Alagoas data de 6 de março de 1836 e visava exclusivamente regularizar o funcionamento das escolas, quanto ao provimento das cadeiras, o tempo escolar e outras medidas de carater administrativo.

A' chegada de D. João VI no Brasil existiam no territorio alagoano, então pertencente á capitania de Pernambuco, duas escolas de primeiras letras, uma na então vila de Alagoas e outra na vila de Santa Luzia do Norte. Daí até 1836 crearam-se outras aulas de ensino primario oficial; mas os beneficios decorrentes da difusão do ensino, que o governo pretendia, fracassavam em virtude da incapacidade do pessoal nomeado para o magisterio.

O regulamento de 1836 não pôz termo ao descalabro. Dele apenas resaltava "a triste necessidade de proteger a instrução, ou antes combater o escandalo dos professores, que arrastavam mesmo todas as censuras, todas as recriminações", informava em 1856 o ilustre Silva Titára.

No ano seguinte foi mandado adotar o metodo de Lancastre. A providencia ficou apenas no papel oficial, documentando um certo interesse administrativo pelo ensino popular. Porque não havia na Provincia um só professor capaz de praticar o metodo pedagogico recomendado.

Em 1838 o proprio governo derrogava o regulamento de 1836, fazendo o provimento de cadeiras independente de qualquer prova de habilitação. Bastava ao exercicio do magisterio primario que o candidato notoriamente soubesse ler e escrever, fosse versado em doutrina cristã e um pouco dextro nas quatro operações fundamentais da arimetica. E tais foram os escandalos que, em 1843, houve mistér de uma lei mandando submeter a exame os professores em exercicio que aspirassem á efetividade.

Em 1843 houve nova reforma no aparelho administrativo do ensino publico e cinco anos mais tarde o presidente Nunes de Aguiar reclamava da Assembléa Legislativa uma reorganização completa nos dois ramos da instrução, o primario e o secundario, em vista da comprovada ineficiencia da organização então vigorante.

Contava Alagoas, em 1848, uma população de 207.249 individuos, sendo o numero de alfabetizados 59.775, ou 29 % da totalidade dos habitantes.

Avaliava-se em 23.000 a população escolar, para a qual existiam 44 escolas com 2.083 alunos matriculados, ou 9 % da população em idade escolar.

Em 27 de junho de 1853 foi expedido novo regulamento á instrução publica e em 1857 ensaiava-se na capital da Provincia o metodo chamado de **leitura repentina**, de Antonio Feliciano de Castilho. Praticava-o o professor José Francisco Soares, que, comissionado pelo governo provincial, fôra ao Rio de Janeiro estudá-lo.

As administrações provinciais não se descuidavam do ensino popular e a prova é que, em 1854, Alagoas dispendia mais com a instrução publica do que Minas Gerais e Rio de Janeiro, mantendo maior numero de escolas primarias que essas duas grandes Provincias.

A reforma decretada em 8 de julho de 1876 tornára o ensino primario obrigatorio. Era apenas mais uma louvavel exteriorização do bom desejo oficial, condenado á inexequibilidade, porque a Provincia não podia manter escolas em numero suficiente para a imposição da obrigatoriedade.

Mais ou menos assim, chegou o ensino primario ao advento da Republica. A ultima lei orçamentaria da Provincia consignava á instrução 238:703$960. Era a quarta parte da receita global. Não se mostravam aváros os poderes publicos. De prodigalidade até podiam ser acusados, pesados e medidos os resultados reais desse serviço publico.

A ação oficial, como dantes e como depois, se limitava á creação da escola e á nomeação do professor. O mais ficava a cargo do pobre mestre: a localização da escola, o predio escolar, o mobiliario, o material do ensino...

Vejamos as estatisticas imperfeitas e contraditorias desse periodo de 54 anos de ensino primario. As cifras que elas mencionam, são pelo proprio governo consideradas, umas exageradas pelos professores, outras deficientes, quanto ao numero de escolares. Notam-se entre as informações das autoridades do ensino, divergencias de numeros, prova da insegurança das fontes informativas e dos processos estatisticos seguidos. Mas, quer de uma, quer de outra forma, são cifras oficiais.

Anos	Num. de escolas	Num. de alunos
1835	15	715
1840	38	1.096
1845	38	1.953
1850	45	2.490
1855	60	4.095
1860	62	4.572
1865	114	4.437
1870	177	6.026
1875	213	6.609
1880	188	8.057
1885	226	8.177
1889	209	6.928

Ao advento do regimen republicano, a situação de Alagoas, relativamente ao ensino primario, resalta do quadro seguinte organizado com elementos da Diretoria Geral de Estatistica (**Estatistica da Instrução, 1 vol., 1916, pag. 228**).

Estados e Distrito Federal	Escolas Total	Escolas Por 10.000 habitantes	Alunos Total	Alunos Por 1.000 habitantes
Alagoas	209	4	6.928	14
Amazonas	122	8	3.546	24
Baía	671	3	22.131	12
Ceará	237	3	9.497	12

Estados e Distrito Federal	Escolas		Alunos	
	Total	Por 10.000 habitantes	Total	Por 1.000 habitantes
Distrito Federal	280	5	18.696	36
Espirito Santo	105	8	2.582	19
Goiaz	95	4	2.108	12
Maranhão	170	4	6.545	15
Mato Grosso	51	5	1.830	20
Minas Gerais	1.757	6	46.997	15
Pará	336	10	11.904	36
Paraíba	92	2	2.531	6
Paraná	213	9	6.968	28
Pernambuco	747	7	19.742	19
Piauí	84	3	2.129	8
Rio de Janeiro	852	10	31.091	35
Rio Grande do Norte . . .	159	6	5.443	20
Rio Grande do Sul	499	6	24.287	27
Santa Catarina	174	6	7.508	26
São Paulo	1.098	8	21.989	16
Sergipe	206	7	3.750	12
	8.157	6	258.802	18

Apreciando as gradações que o quadro precedente focaliza, verifica-se que Alagoas, quanto ao numero de escolas, estava em 11º lugar, mas distribuia por 10.000 habitantes apenas 4 estabelecimentos de ensino elementar, em todo caso mais do que a Baía, Ceará, Paraíba, Piaui, e tantas quantas Goiaz e Maranhão.

Relativamente ao numero de alunos matriculados nas suas 209 escolas, ocupava o 12º lugar, mas apresentava um coeficiente de 14 para cada grupo de 1.000 habitantes, mais do que Baía, Ceará, Goiaz, Paraíba, Piauí e Sergipe.

A obra educacional das massas populares do periodo colonial e do Imperio, foi assim deficiente em todo o Brasil. Em 1889 existiam no Brasil 6 escolas primarias para cada 10.000 habitantes e 18 alunos para cada 1.000.

Alagoas não podia fazer mais do que fez nesse longo periodo nacional. Sob o regimen republicano, até 1930, o ensino primario, se bem que se tenha desenvolvido, não constitue ainda a pedra angular da educação do povo. Em 40 anos, a instrução publica sofreu os embates mais ou menos violentos de 12 reformas completas — duas em 1890, uma em 1892, uma em 1894, duas em 1895, uma em 1901, uma em 1904, uma em 1906, uma em 1915, uma em 1917, uma em 1924, para mencionar somente as que afetaram integralmente o mecanismo do ensino publico, sem referir as reformas parciais, invalidando, ás vezes, disposições essenciais á vitalidade organica do ensino.

Dados oficiais resumiam a situação da instrução nos algarismos seguintes:

1896	9.075	alunos e	236	escolas
1899	9.972	”	151	”
1904	10.407	”	243	”

A Diretoria Geral de Estatistica iniciou em 1908 um inquerito sobre o ensino em todo o Brasil, relativamente ao ano de 1907. Somente em 1916 foi divulgado, em volume, o resultado completo desse inquerito, que deu á Alagoas, quanto ao ensino primario, os algarismos seguintes:

População em idade escolar:		
Sexo masculino.	94.630	
Sexo feminino	79.068	173.698
Matricula das escolas:		
Sexo masculino	6.496	
Sexo feminino	7.424	13.920
Frequencia das escolas:		
Sexo masculino	5.180	
Sexo feminino	6.348	11.528
Matricula por 1.000 habitantes em idade escolar:		
Sexo masculino	69	
Sexo feminino	94	80
Frequencia por 1.000 habitantes em idade escolar:		
Sexo masculino	55	
Sexo feminino	80	66

O recenseamento de 1900, tendo apurado em Alagoas 649.273 habitantes, déra para essa população 519.710 analfabetos, ou 800 por grupo de 1.000 habitantes. Esse coeficiente só nos colocava acima da Paraíba. (832 por 1.000 habitantes), Pernambuco (807) e Paraná (827).

Em 1907 a população do Estado foi calculada em 765.862 individuos, dos quais 173.698 estavam em idade escolar. Destes, apenas 8 % (13.920) estavam matriculados nas escolas alagoanas, juntando-se 115.280,22 % da população escolar, á massa formidavel dos analfabetos adultos.

O recenseamento de 1920 contou no Estado 978.748 habitantes, dos quais sabiam ler e escrever apenas 144.535. A porcentagem de analfabetos crecera — de 80 % em 1900 para 86 %, a admittir os algarismos do ultimo recenseamento.

Nesse ano contavam-se no Estado:

Escolas publicas	365	
Escolas particulares ..	163	528
Matricula nas escolas:		
Escolas publicas	11.467	
Escolas particulares ..	4.592	16.059

Para cada grupo de 10.000 habitantes, 5 escolas, e para cada grupo de 1.000 habitantes, 16 alunos matriculados.

Com os subsidios fornecidos pelo Departamento Geral de Instrução Publica e os que pôde a Diretoria de Estatistica do Estado coligir de outras fontes, podemos determinar a situação do ensino em Alagoas, em 1931, em todos os seus setores.

No referido ano, o ensino primario foi ministrado por escolas e cursos estaduais, municipais, federais e particulares. Os quadros que seguem pormenorizam a situação desse ramo do ensino no Estado.

Quadro das escolas do ensino primario existentes no Estado

Municipios	Estaduais			Municipais			Federais			Particulares			Total
	Mas.	Fem.	Mixt.	Mas.	Fem.	Mixt.	Mas.	Fem.	Mixt.	Mas.	Fem.	Mixt.	
Agua Branca	5	5	3	–	–	2	–	–	–	–	–	1	16
Alagoas	–	–	10	1	–	–	–	–	–	1	1	–	13
Anadia	2	2	4	–	–	3	–	–	–	–	–	1	12
Arapiraca	1	1	3	–	–	1	–	–	–	–	–	–	6
Atalaia	1	1	9	–	–	–	–	–	–	–	–	3	14
Belo Monte	2	1	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	5
Camaragibe	2	2	5	1	–	–	–	–	–	–	–	1	11
Capela	2	2	3	–	–	–	–	–	–	–	–	1	8
Coruripe	1	1	7	1	–	–	–	–	–	–	–	1	11
Igreja Nova	2	2	2	–	–	1	–	–	–	–	–	–	7
Junqueiro	1	1	4	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6
Leopoldina	–	–	3	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3
Limoeiro	1	1	6	–	–	–	–	–	–	–	–	1	9
Maceió	4	4	33	–	–	–	1	–	–	39	52	91	224
Maragogí	1	1	6	–	–	–	–	–	–	–	–	–	8
Mata Grande	2	1	5	–	–	3	–	–	–	–	–	2	13
Murici	3	3	7	–	–	–	–	–	–	–	–	2	15
Palmeira dos Indios	2	2	6	1	–	–	–	–	–	–	–	2	13
Pão de Assucar	2	2	5	–	–	1	–	–	–	–	–	2	12
Penedo	1	2	7	–	–	5	–	–	–	2	3	2	22
Piassussú	1	1	2	–	–	–	–	–	–	–	–	6	10
Pilar	–	–	6	–	–	–	–	–	–	–	–	1	7
Piranhas	1	1	2	–	–	1	–	–	–	–	–	–	5
Porto Calvo	3	1	4	–	–	1	–	–	–	–	–	2	11
Porto de Pedras	2	2	3	–	–	–	–	–	–	–	–	2	9
Porto Real do Colegio	3	1	2	–	–	1	–	–	–	–	–	1	8
Quebra angulo	2	2	3	–	–	5	–	–	–	–	–	6	18
Santana do Ipanema	1	1	5	–	–	9	–	–	–	–	–	3	19
Santa Luzia do Norte	4	4	10	1	1	–	–	–	–	3	2	3	28
São Braz	1	1	4	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6
São José da Lage	2	2	2	1	–	–	–	–	–	–	–	–	10
São Luiz do Quitunde	2	2	4	–	–	–	–	–	–	–	–	1	9
São Miguel dos Campos	4	4	3	1	–	1	–	–	–	–	–	4	17
Traipú	1	1	6	–	–	–	–	–	–	–	–	1	9
União	1	1	6	–	–	–	–	–	–	–	–	4	12
Viçosa	2	2	10	–	–	5	–	–	–	1	–	6	26
	65	60	202	7	1	39	1	–	–	46	58	153	632

Ao findar do ano de 1931, existiam no Estado 632 escolas e cursos de ensino primario, os quais eram assim mantidos:

pelo governo do Estado 327
pelo governo da União 1

pelos municipios 47
por particulares 257

Verifica-se que o contingente particular na difusão do ensino primario é consideravel, correspondendo a 78 % das escolas mantidas pelo governo estadual.

Avaliada a população escolar em 124.890 individuos, ou 10 % da população total do Estado, havia 5 escolas para 1.000 crianças.

Quadro da matricula realizada nas escolas e cursos primarios em 1931

Municipios	% de Mat. sobre a pop. escolar	População escolar	Estaduais		Municipais		Federais		Particulares		Total
			Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	
Agua Branca	24	2.586	251	249	54	36	–	–	20	16	626
Alagoas	30	2.406	233	267	50	–	–	–	40	40	630
Anadia	6	6.447	131	164	46	33	–	–	25	13	412
Arapiraca	19	1.191	100	96	15	23	–	–	–	–	234
Atalaia	6	8.197	184	242	–	–	–	–	70	56	552
Belo Monte	13	1.038	88	53	–	–	–	–	–	–	141
Camaragibe	13	3.168	163	198	26	–	–	–	29	17	433
Capela	14	3.672	225	245	–	–	–	–	35	6	511
Coruripe	19	1.992	226	182	30	–	–	–	16	23	3'77
Igreja Nova	12	2.170	112	115	25	20	–	–	–	–	272
Junqueiro	16	1.191	105	86	–	–	–	–	–	–	191
Leopoldina	3	3.192	45	54	–	–	–	–	–	–	99
Limoeiro	10	2.858	120	134	–	–	–	–	15	22	291
MACEIO'	89	10.393	1.412	1.987	–	–	368	–	3.047	2.459	9.273
Maragogi	9	2.123	96	113	–	–	–	–	–	–	209
Mata Grande	12	2.773	122	97	43	49	–	–	20	16	347
Murici	9	4.922	184	188	–	–	–	–	35	19	426
Palmeira dos Indios	9	4.665	132	154	80	–	–	–	17	36	419
Pão de Assucar	11	2.792	123	128	10	12	–	–	19	28	320
Penedo	41	3.207	340	486	118	96	–	–	159	127	1.326
Piassabussú	35	936	99	109	–	–	–	–	40	73	321
Pilar	22	2.145	161	201	–	–	–	–	20	13	485
Piranhas	29	442	33	56	25	17	–	–	–	–	131
Porto Calvo	9	2.072	108	87	13	8	–	–	24	17	257
Porto de Pedras	12	2.407	157	145	–	–	–	–	13	19	334
Porto Real do Colegio	16	1.632	123	85	17	23	–	–	–	–	248
Quebrangulo	17	4.397	95	137	72	128	–	–	145	186	763
Santana do Ipanema	14	5.150	135	152	166	196	–	–	30	45	724
Santa Luzia do Norte	40	2.797	282	362	57	5	–	–	254	175	1.135
São Braz	11	1.781	127	79	–	–	–	–	–	–	206
São José da Lage	6	5.610	139	97	44	–	–	–	48	31	359
São Luiz do Quitunde	13	3.336	194	220	–	–	–	–	12	11	437
São Miguel dos Campos	19	3.858	230	224	114	16	–	–	65	49	704
Traipú	12	2.605	130	150	–	–	–	–	16	14	310
União	10	6.718	264	327	–	–	–	–	39	46	576
Viçosa	14	7.141	262	307	105	95	–	–	194	55	1.018
	20	124.890	6.827	8.066	1.110	757	368	–	4.447	3.612	25.187

Matricularam-se nas escolas e cursos de ensino primario, 25.187 crianças, sendo:

nas escolas estaduais 14.893
nas escolas particulares 8.059

nas escolas municipais 1.867
nas escolas federais 368

cujo total dá uma média de 40 alunos para cada escola e de 202 por grupo de 1.000 crianças em idade escolar, o que já é um coeficiente bastante animador.

Quadro do pessoal docente no Estado em 1931

Municipios	Estaduais		Municipais		Federais		Particul.		Total
	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	
Agua Branca	2	11	2	–	–	–	–	1	16
Alagoas	–	19	1	1	–	–	–	2	23
Anadia	–	7	1	2	–	–	–	1	11
Arapiraca	–	5	–	1	–	–	–	–	6
Atalaia	–	11	–	–	–	–	1	2	14
Belo Monte	1	4	–	–	–	–	–	–	5
Camaragibe	–	12	–	1	–	–	–	1	14
Capela	–	19	–	–	–	–	–	1	20
Coruripe	–	9	1	–	–	–	1	–	11
Igreja Nova	1	5	–	–	–	–	–	–	6
Junqueiro	–	5	–	–	–	–	–	–	5
Leopoldina	–	6	–	–	–	–	–	–	6
Limoeiro	–	8	–	–	–	–	–	1	9
Maceió	–	116	–	–	4	3	41	62	226
Maragogí	1	6	–	–	–	–	–	–	7
Mata Grande	1	7	1	2	–	–	1	1	13
Murici	–	13	–	–	–	–	1	2	16
Palmeira dos Indios	–	8	–	1	–	–	–	2	11
Pão de Assucar	–	7	–	1	–	–	1	1	10
Penedo	–	9	1	4	–	–	4	7	25
Piassabussú	–	4	–	–	–	–	2	4	10
Pilar	–	16	–	–	–	–	–	1	17
Piranhas	–	3	–	1	–	–	–	–	4
Porto Calvo	2	5	–	1	–	–	1	1	10
Porto de Pedras	1	6	–	–	–	–	1	1	9
Porto Real do Colegio	2	3	–	1	–	–	–	1	7
Quebrangulo	–	6	1	4	–	–	2	4	17
Santana do Ipanema	1	6	1	8	–	–	1	2	19
Santa Luzia do Norte	1	13	1	1	–	–	2	10	28
São Braz	–	5	–	–	–	–	–	–	5
São José da Lage	–	5	–	1	–	–	1	2	9
São Luiz do Quitunde	1	13	–	–	–	–	–	1	15
São Miguel dos Campos	1	10	–	2	–	–	1	3	17
Traipú	1	6	–	–	–	–	–	1	8
União	–	16	–	–	–	–	2	2	20
Viçosa	–	14	–	6	–	–	4	6	29
	16	418	8	39	4	3	67	123	678

O numero de docentes elevou-se a 678, distribuidos na seguinte ordem: pagos pelo Estado—434, pelos municipios—47, pela União—7 e por particulares—190.

Quanto aos sexos, o numero de professoras sobrepujava o de professores—583 do sexo feminino e 95 do masculino, sendo que o maior numero de professores exerciam o magisterio particularmente.

O magisterio, em Alagoas, tornou-se uma profissão sem interesse para os homens.

Resultado do ano escolar de 1931

MUNICIPIOS	Frequencia Total	Frequencia %	Alunos que concluiram o curso Total	Alunos que concluiram o curso %
Agua Branca	413	70	27	6
Alagoas	400	63	20	5
Anadia	230	61	33	14
Arapiraca	147	60	18	13
Atalaia	411	72	16	4
Belo Monte	92	64	5	5
Camaragibe	269	69	20	8
Capela	356	76	28	8
Coruripe	211	62	22	10
Igreja Nova	190	69	21	11
Junqueiro	127	68	12	9
Leopoldina	61	61	3	5
Limoeiro	154	60	13	9
Maceió	7.913	86	561	6
Maragogí	140	69	16	11
Mata Grande	197	60	23	11
Muricí	272	73	25	9
Palmeira dos Indios	258	70	20	8
Pão de Assucar	184	68	20	11
Penedo	840	70	91	11
Piassabussú	231	69	18	5
Pilar	358	62	26	8
Piranhas	84	64	6	7
Porto Calvo	142	66	11	8
Porto de Pedras	216	71	22	10
Porto Real do Colegio	143	57	11	8
Quebrangulo	613	80	25	4
Santana do Ipanema	492	75	29	6
Santa Luzia do Norte	854	74	42	5
São Braz	150	72	15	10
São José da Lage	221	79	17	8
São Luiz do Quitunde	270	61	29	10
São Miguel dos Campos	489	69	32	7
Traipú	159	59	10	8
União	429	66	34	8
Viçosa	811	79	35	5
	18.528	69	1.356	7

No numero das escolas mantidas pelo Estado figuram 13 grupos escolares, dos quais 6 estão localizados na capital e receberam 2.099 alunos, e 7 no interior que tiveram uma matricula de 2.039.

Com a manutenção das suas 327 escolas, nas quais estiveram matriculados 14.893 e foram frequentes 10.002 alunos, dispendeu o governo a importancia de 965:421$900, ou 2:952$360 por escola e 64$219 por aluno matriculado.

ENSINO SECUNDARIO

O ensino secundario em Alagoas precedeu ao primario. Encontramo-lo remotamente nos conventos, como base de formação intelectual. Oficializou-se depois. Em 1835, contavam-se na Provincia 5 aulas de latim, 2 de francês, 1 de retorica, 1 de filosofia e 1 de arimetica.

Dez cadeiras de ensino secundario existiam destinadas aos rapazes ricos, frequentadas por cento e poucos alunos.

Nesse ano, a Assembléa Provincial, que se reunia pela primeira vez, abandonou por completo o ensino primario e cuidou do secundario, creando duas cadeiras em Penedo, uma de filosofia e outra de francês. Era, aliás, o criterio da época.

Em 1849, o governo pretendeu centralizar o ensino secundario, creando para isso o Liceu Alagoano (Lei n. 424, de 18 de junho) e extinguindo as cadeiras avulsas da capital. O Liceu começou a funcionar com 8 cadeiras: gramatica nacional e analise dos classicos portugueses; francês; latim; arimetica; algebra; geometria; geografia; cronologia e historia; retorica e poetica; filosofia racional e moral.

O Liceu foi vivendo vida precaria. No governo da Provincia, o presidente Sá e Albuquerque pretendeu transforma-lo em internato, tendo da Assembléa a necessaria autorização. Em 1855, frequentavam o estabelecimento 201 rapazes, caindo a matricula, no ano seguinte, para 144.

A Lei n. 370, de 4 de julho de 1861 extinguiu o Liceu, continuando somente na capital as cadeiras de português, francês e latim. O estabelecimento foi, entretanto, reaberto em 1863 com as cadeiras de português, francês, latim, inglês, geometria e geografia.

O Dr. Tomaz do Bonfim Espindola, Inspetor Geral dos Estudos, em 1866, em seu relatorio desse ano, dizia: "Não ha ainda estudos sistematicos; não ha ainda cursos propriamente ditos: a propagação deste ramo de ensino continua a ser feita ao talante dos professores—sem plano regular e uniformidade de estudos."

Espindola propunha então um plano de estudos em harmonia com o do Colegio Pedro II, em um curso de quatro anos, pedindo a transformação do Liceu em colegio, sob o regimen de internato.

Em 1866 frequentavam o Liceu 97 alunos e estudavam avulsamente 7 rapazes.

Vivia o Liceu, ainda em 1869, sob o regimen do seu primitivo regulamento, o de 1849. Não se avançara. Nesse ano contavam-se em toda a Provincia 297 alunos de ensino secundario, dos quais 35 habilitados para exames.

Em relação a esse ramo do ensino, somente as Provincias da Baía e Pernambuco apresentavam maior numero de alunos que Alagoas.

Entretanto a instrução secundaria, por causas diversas, arrastava-se penosamente e quasi infrutiferamente. E mais ou menos assim chegou até aos ultimos dias da monarquia.

A Republica, procurando remodelar a obra educativa do Imperio, voltou sua atenção para o nosso Liceu. Em 1893 (Decreto n. 37, de 30 de novembro) pôs o seu curso de acordo com o do Ginasio Nacional e, em 1896, reorganizou o ensino secundario existente na cidade de Penedo.

Com o pensamento de alargar a esféra educativa da mocidade, proporcionando-lhe outra aspiração que não fosse o bacharelato em ciencias juridicas e sociais, em 1897, foi creado, anexo ao Liceu, um curso de Agrimensura e no ano seguinte foi expedido novo regulamento ao curso de ciencias e letras. Mais tarde creou-se tambem, no mesmo estabelecimento, um curso Comercial.

Em 1899 a estatistica escolar relativa ao ensino secundario, acusava as cifras seguintes:

Liceu Alagoano:

Curso de Agrimensura	12 alunos	
Curso Normal	79 "	
Curso Comercial	7 "	
Curso de Ciencias e Letras	7 "	
Materias avulsas	80 "	185

Liceu de Penedo:

Materias avulsas	122 "	122
Total		307

Reorganisado em 1911, foi remodelado, quanto aos programas, e, em 1915, foi reformado para os efeitos da equiparação com o Colegio Pedro II, sob cujo regimen ainda hoje se mantem.

Concorrendo com o estabelecimento oficial de ensino secundario, existem diversos colegios, igualmente equiparados, uns, sem os privilegios da equiparação, outros.

Em 1931 a instrução secundaria foi ministrada na capital, em Penedo, em Pilar e em Atalaia.

O quadro estatistico que damos a seguir diz respeito ao numero de alunos matriculados e frequentes nos diversos estabelecimentos publicos e particulares.

Municipios	Matriculas		Frequencias		Concluiram o curso	
	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.
Maceió	431	46	381	41	34	2
Penedo	25	10	20	8	—	—
Pilar	10	—	8	—	—	—
Atalaia	1	—	1	—	—	—
	467	56	410	49	34	2

O Liceu Alagoano teve de matricula 187 alunos, sendo 168 do sexo masculino e 19 do feminino, e de frequencia 158. Concluiram o curso nesse estabelecimento 23 alunos do sexo masculino e 2 do feminino.

Com o Liceu dispendeu o Estado 157:109$426, ou 935$170 por aluno matriculado.

ENSINO NORMAL

A reforma da instrução publica de 1854 ocupou-se seriamente da formação do professorado primario e, para isso, creou, anexo ao Liceu, um curso normal. Esse curso, porém, só teve regulamento em 1869, quando passou a funcionar.

O curso de professores era dado em dois anos, sendo as materias do ensino distribuidas por duas cadeiras para cada ano. Os professores eram os mesmos do Liceu. Os alunos faziam uma pratica, no segundo ano, em uma das escolas publicas da capital.

O magisterio, porém, não seduzia. As aspirações dos moços, principalmente dos abastados, voltavam-se de preferencia para os cursos juridicos.

Mais ou menos com a mesma organização, encontramos a escola normal em plena Republica.

O regulamento que baixou com o Decreto n. 601, de 11 de novembro de 1912 e foi o melhor, do ponto de vista pedagogico, ampliou o curso para quatro anos, tendo em vista o melhor preparo intelectual, moral e tecnico dos candidatos ao magisterio.

O curso normal foi desanexado do Liceu, dando o governo casa propria á Escola Normal.

Outras reformas têm havido com o fim louvavel de melhorar sempre o preparo do professor.

O Decreto n. 1.429, de 1º de dezembro de 1930, creou o curso rural, anexo a cada um dos grupos escolares do interior. O fim desse curso foi evitar a continuação de nomeações de pessoas inedoneas para o professorado extranumerario.

Esse curso, feito em dois anos, exige para matricula o exame do 4º ano dos grupos escolares, e consta, no primeiro ano, do desenvolvimento do ensino de português, arimetica, geografia geral e corografia do Brasil, etc., e no segundo, além da revisão do primeiro ano, pedagogia, didatica elementar e pratica de organização escolar.

Tres desses cursos já funcionaram em 1931, um em Penedo, outro em Capela e outro ainda em Pilar.

No referido ano, matricularam-se na Escola Normal 180 alunos, 11 do sexo masculino e 169 do feminino, tendo sido registrada uma frequencia média de 8 do sexo masculino e 120 do feminino.

No mesmo ano concluiram o curso normal, no estabelecimento oficial do Estado, 11 alunos.

Nos tres referidos cursos rurais matricularam-se 42 alunos, sendo — 25 em Capela, 10 em Penedo e 7 em Pilar.

Com a Escola Normal dispendeu o Estado em 1931 a importancia de Rs. 112:955$088 ou 632$113 por aluno matriculado.

ENSINO PROFISSIONAL

O ensino profissional é ministrado em Alagoas em um estabelecimento federal, a Escola de Aprendizes Artifices, um estadual, o Aprendizado Agricola de Satuba, e diversos estabelecimentos particulares, dos quais dois largamente subsidiados pelo Estado — o Asilo de Nossa Senhora do Bom Conselho, para meninas e o Orfanato São Domingos, para meninos.

O movimento desse ramo de ensino nos diferentes estabelecimentos e respectivos cursos foi o seguinte:

Comercial	92	alunos
Musica	124	"
Pintura	96	"
Artistico-industrial	468	"
Desenho	143	"
Datilografia	97	"

Sacerdotal	54	"
Agricola	50	"
Escultura	1	"
Total	1.125	"

ENSINO SUPERIOR

No correr do segundo semestre do ano de 1931, foi creada uma Escola Livre de Direito na capital do Estado, a qual está funcionando. Não tivemos, porém, informações do seu movimento naquele ano.

Quadro de evolução do ensino primario mantido pelo Estado

Anos	População Escolar	Numero de Escolas	Alunos matriculados	Alunos por escola	Porcentagem sobre a popul. esc.
1835	16.800	15	715	47	4,2 %
1844	20.000	38	1.953	51	9,7 %
1854	23.000	56	3.589	64	19.9 %
1864	24.000	85	3.885	45	16,1 %
1874	35.000	113	6.667	59	19,0 %
1884	40.000	162	6.826	42	17,0 %
1889	46.000	193	6.321	32	13,0 %
1896	50.000	236	9.075	38	18,1 %
1899	55.000	151	9.972	66	18.0 %
1904	60.000	243	10.407	42	17.0 %
1907	62.000	292	10.984	38	17,7 %
1920	95.000	365	11.467	31	12,0 %
1931	124.890	327	14.893	45	11,9 %

Receita e despesa estaduais, em relação ás despesas com o ensino

Ano	Receita arrecadada	Despesa paga	Despesa com o ensino	Porcentagem em relação á receita
1922	5.567:145$000	5.369:580$000	816:291$180	15,2 %
1923	7.619:234$000	7.100:400$000	793:915$560	10,5 %
1924	9.239:403$000	9.342:874$000	817:800$000	9,5 %
1925	10.181:302$000	10.860:643$000	995:620$000	9,6 %
1926	9.246:294$000	10.355:726$000	1.259:880$000	13,5 %
1927	10.819:177$000	11.018:746$000	1.546:440$000	14,0 %
1928	12.047:593$000	12.635:553$000	1.384:980$000	10,9 %
1929	14.455:559$000	14.568:720$000	1.367:710$000	9,5 %
1930	10.739:541$000	10.990:008$000	1.511:380$000	13,7 %
1931	10.064:122$000	7.870:996$000	1.332:497$000	13,2 %

Quadro das despesas com o Liceu Alagoano

Ano	Alunos matriculados	Despesas anuais	Despesa por aluno
1924	48	109:400$000	2:379$000
1925	55	101:000$000	1:800$000
1926	80	124:220$000	1:552$000
1927	93	173:060$000	1:860$000
1928	100	171:060$000	1:710$000
1929	94	171:060$000	1:819$000
1930	112	183:680$000	1:640$000
1931	187	157:109$000	933$170

Quadro demonstrativo da despesa com o ensino normal no decenio de 1922 - 1931

Ano	Matricula	Alunos diplomados	Despesa com o Ensino Normal	Despesa por aluno
1922	198	43	52:400$000	264$640
1923	234	46	46:200$000	197$410
1924	214	15	46:200$000	217$700
1925	225	15	53:000$000	235$500
1926	63	19	69:800$000	1:107$800
1927	53	16	122:180$000	2:353$000
1928	51	12	117:580$000	2:305$500
1929	45	2	119:980$000	2:666$600
1930	61	8	133:400$000	2:186$800
1931	180	11	112:955$000	627$500

Aparelhamento Economico

VIAÇÃO FERREA

As estradas de ferro que servem ao Estado pertencem ao grupo arrendado pela **Great Western of Brasil Railway Limited** e são as duas antigas vias ferreas Paulo Afonso e Alagoas Railway.

A primeira é a mais antiga do Estado. Teve a sua construção autorizada em 1878, pertencendo a iniciativa dessa obra ao grande estadista alagoano Visconde do Sinimbú.

Essa estrada teve em vista estabelecer a ligação social e comercial entre o baixo e o alto São Francisco, na conformidade dos estudos e planos do engenheiro norte-americano W. M. Roberts.

Os trabalhos foram iniciados naquele ano, ficando a exploração do terreno a cargo do engenheiro alemão Reinaldo von Kruger, sendo contratante do assentamento da via permanente e da construção das obras de arte e edificios o engenheiro Jean Guillaume Monthier.

Em 25 de fevereiro de 1881 foram entregues ao trafego provisorio 28 quilometros e, em julho do ano seguinte, foram abertos ao trafego publico 54 quilometros. Em 2 de agosto de 1883, foi inaugurada a estação terminal em Jatobá, no Estado de Pernambuco.

A estrada corre em geral na direção NO, tendo seu ponto inicial na vila de Piranhas, neste Estado, á margem esquerda do rio São Francisco e a 230 quilometros de sua foz. Em Piranhas a altitude é de 46,50 metros, aumentando as quotas daí por deante: 242 metros em Umbuseiro, 250 em Olhos d'Agua, 254 em Pedra, 299 em Sinimbú, atingindo o seu ponto culminante do quilometro 74, na serra do Fogo — 358. Em Jatobá, ponto terminal, a altitude é de 298 metros.

A estrada serve, em Alagoas, os municipios de Piranhas e Agua Branca, desenvolvendo um percurso de 83 quilometros, do ponto inicial á fronteira pernambucana, no rio Moxotó.

Do ponto de vista financeiro, a estrada sempre viveu vida precaria, a braços com **deficits** anuais. Essa situação não depende da gestão da estrada, mas do seu pessimo traçado, como está praticamente verificado, ha muitos anos.

Visando ligar comercialmente o alto ao baixo São Francisco, não houve no traçado a preocupação da situação economico-financeira da estrada, que seria a da propria região por ela servida. Os estudos realizados para essa ligação limitaram-se, preferentemente, ao encurtamento da distancia, por isso deixou a linha ferrea de atravessar uma zona rica e fertil, qual seria a dos vales dos municipios de Pão de Assucar, de cuja sede devia ela partir, Mata Grande e Agua Branca. Em atenção a esse encurtamento de traçado a estrada teve o seu ponto inicial em Piranhas, onde termina a navegação do baixo São Francisco, daí seguindo por um terreno acidentado, esteril e de população escassa, com uma produção limitada ás exigencias regionais, sem sobras para exportação.

O ilustre engenheiro, Dr. Melo Neto, quando diretor da Paulo Afonso, sugeriu ao governo a idéa da construção de um ramal, de bitola reduzida, partindo da estação da Pedra, no quilometro 54, que fosse ter

ao coração dos dois mais vigorosos municipios daquelas paragens sertanejas, Agua Branca e Mata Grande, "donde viria infalivelmente o necessario sangue venoso para essa pobre e desalentada via ferrea de junção".

Essa estrada foi incluida no numero das arrendadas á **Great Western of Brasil Railway Limited**, continuando, sob a gerencia ingleza, a mesma existencia precaria dos tempos em que estava sob a administração federal.

A distribuição quilometrica da Paulo Afonso no Estado é a seguinte:

De Piranhas a Olhos d'Agua	27,846	kms.
De Olhos d'Agua a Talhado	12,984	"
De Talhado a Pedra	13,703	"
De Pedra a Sinimbú	15,404	"
De Sinimbú á fronteira	13,063	"
Total	83,000	"

A antiga **Alagoas Railway Company Limited** foi a concessionaria da construção da estrada que, partindo de Maceió, marginando o rio Mundaú, fosse á cidade de União, então Imperatriz.

A esforços do inolvidavel alagoano, coronel Pedro Paulino da Fonseca, quando governador do Estado, fez-se a ligação dessa estrada com a Central de Pernambuco. Embora o entroncamento não se tivesse efetuado na estrada de ferro do Recife ao São Francisco ,a 12 quilometros abaixo da estação de Canhotinho, no lugar denominado Pacavira, como Pedro Paulino julgava mais conveniente aos interesses de Alagoas, todavia a ligação preferida representa um melhoramento consideravel.

Essa estrada, que faz parte da rede explorada, por arrendamento, pela **Great Western**, tem no Estado um desenvolvimento de 129,736 kms., assim distribuido por estações:

De Jaraguá a Maceió	2,608	kms.
De Maceió a Bebedouro	5,901	"
De Bebedouro a Fernão Velho	5,050	"
De Fernão Velho á Satuba	6,969	"
De Satuba á Utinga	5,410	"
De Utinga á Cachoeira	1,950	"
De Cachoeira a Rio Largo	0,962	"
De Rio Largo a Lourenço de Albuquerque	9,698	"
De Lourenço de Albuquerque a Bom Jardim	9,020	"
De Bom Jardim a Itamaracá	10,719	"
De Itamaracá a Murici	6,460	"
De Muricí a Nicho	4,201	"
De Nicho á Branquinha	12,711	"
De Branquinha á União	9,877	"
De União a Barra do Canhoto	15,866	"
De Barra do Canhoto a São José da Lage	5,988	"
De São José da Lage á Serra Grande ...	9,355	"
De Serra Grande á fronteira	7,000	"
Total	129,736	"

para Estados limitrofes, se encaminharia para a capital, aumentando o comercio e tornando maior o volume da nossa exportação.

Contam-se ainda no Estado cerca de 200 quilometros de linhas ferreas particulares, de bitola inferior a um metro, que servem ás usinas **Brasileiro, Apolinario, Serra Grande, Esperança, Central Leão, Páu Amarelo, Pindoba e Coruripe**, com 21 locomotivas e 508 carros.

VIAÇÃO RODOVIARIA

A administração do dr. José Fernandes de Barros Lima deu inicio a construção de estradas de rodagem, fazendo a ligação da capital com as sédes de quasi todos os municipios. Ao fim dessa administração estavam construidos cerca de 300 quilometros, ao norte, ao sul e ao centro do Estado.

As administrações que se lhe seguiram continuaram essa orientação, dotando alguns municipios de boas estradas. Por sua vez, os municipios têm construido centenas de quilometros, procurando ligação rapida com os municipios limitrofes e a capital.

Existem atualmente as estradas seguintes, na sua ordem de classificação:

1ª. Classe

De Maceió á Barra de Santo Antonio	49	kms.	
De Barra de Santo Antonio a São Luiz do Quitunde	4	"	
De Maceió á Itamaracá	43	"	
De Maceió a Pilar	33	"	
De Pilar a São Miguel dos Campos	37	"	
De Pilar a Atalaia	20	"	
De Palmeira dos Indios á Santa Cruz	30	"	216

2ª. Classe

De Barra de Santo Antonio a Camaragibe	22	kms.
De Pessoa a Porto de Pedras	12	"
De Porto de Pedras a Porto Calvo	30	"
De São Miguel dos Campos a Coruripe	88	"
De Sinimbú a Junqueiro	50	"
De Junqueiro a Penedo	54	"
De São Miguel dos Campos á Anadia	40	"
De Anadia á Cana Brava	30	"
De Anadia a Tanque d'Arca	9	"
De Limoeiro a Arapiraca	18	"
De Atalaia á Capela	28	"
De Capela á Viçosa	25	"
De Viçosa a Limoeiro	20	"
De Viçosa a Paulo Jacinto	14	"
De Paulo Jacinto a Quebrangulo	20	"
De Quebrangulo a Mar Vermelho	25	"
De Quebrangulo á fronteira de Bom Conselho	25	"
De Meirús a Pão de Assucar	14	"
De Santana do Ipanema a Poço das Trincheiras	10	"
De Santana do Ipanema á Pedra	103	"
De Pedra á Cachoeira de Paulo Afonso	26	"

De Mata Grande á estrada de Santana	25	"	
De Agua Branca á estrada de Santana	10	"	
De Mata Grande a Capiá	40	"	
De Poço das Trincheiras á Maravilha	15	"	
De Maravilha á fronteira de Aguas Belas	18	"	
De Santa Cruz á fronteira de Bom Conselho	10	"	781

3ª. Classe

De São Luiz do Quitunde a Murici	70	kms.	
De Porto de Pedras a Maragogí	30	"	
De Maragogí a Queimadas	26	"	
De União a São José da Lage	22	"	
De Marcação a Mosquito	25	"	
De Sinimbú a Limoeiro	60	"	
De Furado a Mosquito	25	"	
De Penedo a Piassabussú	30	"	
De Igreja Nova a Colegio	35	"	
De Arapiraca á Palmeira dos Indios	40	"	
De Arapiraca á Lagoa da Canoa	20	"	
De Lagoa da Canoa a Traipú	40	"	
De Quebrangulo á Palmeira dos Indios	32	"	
De Quebrangulo a Mar Vermelho	45	"	
De Sertãozinho a Cacimbinhas	30	"	
De Sertãozinho á Batalha	25	"	
De Batalha a Belo Monte	33	"	
De Batalha a Cacimbinhas	38	"	
De Batalha a Meirús	35	"	
De Piranhas a Olhos d'Agua	25	"	
De Olhos d'Agua á estrada de Agua Branca	35	"	721
Total			1.718

São 1.718 quilometros de estradas de rodagem em trafego no Estado. Estão em construção, quer por conta do governo do Estado, quer por conta dos governos municipais, muitas outras ligações com as linhas troncos e com os diversos povoados e sédes de municipios, de acordo com o plano rodoviario em vigor.

Ultimamente a construção de estradas na zona sertaneja se tem intensificado grandemente, proporcionando ocupação aos sem trabalho, vitimas da seca.

VIAÇÃO AEREA

O serviço de viação aerea, para condução de malas postais e transporte de passageiros, foi iniciado no Estado em 1928 pela **Compagnie Générale Aéropostale**, antiga **Latecoere**, que montou nos arredores da capital um dos melhores aeroportos do Brasil, com oficinas completas para reparos de aviões e uma instalação radio-telegrafica de primeira ordem.

No ano seguinte a **Condor Syndikat**, de Berlim, entrou a explorar o mesmo serviço, logo seguida pela **Panair.**

A cargo destas tres emprezas está atualmente o serviço aéreo em Alagoas.

A **Aéropostale** faz serviço de Natal ao Chile, em comunicação com Dakar, fazendo escalas regulares em Maceió, aos sabados, linha do norte, e aos domingos, linha do sul.

A **Condor** tem linhas norte e sul, de Natal a Porto Alegre, escalando em Maceió e Penedo, ás quartas-feiras, nas viagens do norte, e ás sextas-feiras, nas do sul.

A **Panair,** que explora o serviço da Argentina a America do Norte, tem escalas em Maceió aos domingos, nas viagens do sul, e ás sextas-feiras, nas do norte.

VIAÇÃO MARITIMA

O desenvolvimento sempre crescente do comercio do Estado tem determinado a expansão do serviço de comunicação maritima, entre os portos do paiz e os principais portos estrangeiros.

Esse serviço, no Estado, está a cargo das seguintes emprezas:

Real Lloyd Belga, com agencia na capital;

Lloyd Brasileiro, com agencia na capital e em Penedo;

Lloyd Nacional, com agencia na capital;

Companhia Nacional de Navegação Costeira, idem;

Companhia Comercio e Navegação, idem;

Companhia de Navegação Baiana, com agencia na capital e em Penedo;

Lamport & Hoolt, com agencia na capital;

Royal Mail Steam Packet Ldt, idem;

Chargeurs Réunis, idem;

Booth-Line, idem;

Harrison Line, idem.

Em 1931 registraram-se 1.599 entradas de embarcações brasileiras, no porto da capital, sendo 460 a vapor e 1.139 á vela, de pequena cabotagem, com 828.364 toneladas; 36 inglesas, a vapor, com 102.523 toneladas; 13 alemãs, a vapor, com 20.355 toneladas; 10 americanas, a vapor, com 37.604 toneladas; 6 suecas, a vapor, com 6.790 toneladas; 5 belgas, a vapor, com 13.292 toneladas; 1 norueguesa, a vapor, com 2.113 toneladas, seja um total de 1.670 embarcações e de 1.010.041 toneladas.

O movimento de passageiros foi de 5.203 entradas, 4.712 saidos e 24.269 em transito.

O movimento do comercio entre o porto da capital e os demais, do paiz e do estrangeiro, foi de 144.853 toneladas, no valor de........ 131.520:000$000.

Para a sua viação maritima possue o Estado, além do porto da capital, outros portos e ancoradouros.

Os outros portos do Estado não favorecem á navegação de longo curso; são eles os seguintes:

Barra Grande, na enseada dos riachos dos **Páos, Maragogí** e **Salgado,** constituido por tres interrupções proximas em seus arrecifes — a barreta do **Canindé** ao norte, a **Barra Grande,** ao centro, e a barreta do **Alagado,** ao sul, das quais a segunda é a principal e mede 170 metros de largura, tendo uma profundidade suficiente para navios de grande calado. Ao tempo colonial, era o principal porto de Alagoas;

Porto de Pedras, formado pela interrupção dos arrecifes fronteiros ao rio **Manguaba,** menor que o precedente devido a existencia de duas lages isoladas entre os picões de norte e sul;

Barra de Camaragibe, constituido por uma interrupção nos arrecifes de coral que o guarnecem, com cerca de 45 metros de largura, alguma profundidade e correspondendo á atual foz do respetivo rio. Ao sul

desta e na primitiva direção do mesmo rio fica a **Barra dos Morros de Camaragibe**, com perto de 350 metros de largura sobre 10 de profundidade e magnifico abrigo interno;

Francês, correspondente ao extremo sul da restinga de Massagueira e constituido por uma interrupção de 25 metros de largura nos respetivos arrecifes. Este porto, hoje abandonado, serviu á lagoa do sul, no periodo colonial;

São Miguel, formado por tres barretas — a do sul, a do meio e a do norte, sendo a do meio a mais frequentada. A do norte, que é a melhor, torna-se de dificil acesso, pela existencia de uma pedra denominada **Cachimbáo**, que se atravessa em sua entrada;

Pituba, na foz do rio **Poxim**, raso e de pequena amplitude;

Batel, em frente ao rio **Coruripe**, numa enseada reentrante e guarnecida por diversas lages isoladas. Porto regular para embarcações de pequeno calado;

Peba, fronteira á direção normal do riacho **Marituba**, desabrigado e atualmente seco pelas areias arrastadas do litoral e o coroal do São Francisco;

Penedo, com acesso pela barra do São Francisco, que é ampla, mas pouco funda e de areias movediças. Atualmente intransponivel.

Estas informações são devidas ao saudoso alagoano Dr. Moreira e Silva, e extraidas de sua interessante monografia — **Fisiografia de Alagoas**.

Além destes portos, servem á navegação inter-municipal as seguintes barretas:

Quintas, na enseada do mesmo nome e fronteira á direção normal do rio **Tatuamunha**, bom abrigo, com 240 metros de largura e 6 de profundidade;

Tatuamunha, na atual foz do mesmo rio e fronteira á precedente;

Santo Antonio Grande, fronteira á direção normal do rio do mesmo nome, hoje quasi obstuida pelos recifes de coral;

Sapucaí, em frente ao rio deste nome, interrupção de quasi 240 metros de largura nos arrecifes;

Santo Antonio Mirim, pertencente ao mesmo rio;

Jiquiá, na direção da lagoa do mesmo nome, hoje dificilmente praticavel.

NAVEGAÇÃO FLUVIAL

A navegação fluvial é feita no Estado nos rios **São Francisco**, de sua foz á vila de Piranhas, por vapores adaptados ás condições do rio. Penedo é o porto principal e o maior emporio comercial do baixo São Francisco e o segundo do Estado. O movimento diario de pequenas embarcações entre Penedo e os demais portos é bastante vultoso;

Santo Antonio, por barcaças, até a cidade de São Luiz do Quitunde;

São Miguel, por embarcações á vela, até a cidade de São Miguel dos Campos;

Coruripe, tambem por barcaças, até a cidade do mesmo nome.

Os demais rios que banham o Estado são inavegaveis.

VIAÇÃO LACUSTRE

As duas grandes lagoas — **Norte e Manguaba** — em plena fase de entulho, já foram amplamente navegadas e por meio de sua navega-

ção fazia-se largo comercio entre a capital, as cidades de Alagoas e Pilar e povoações intermediarias.

Em 1925, o governo do Estado mandou fazer o levantamento topohidrografico dos canais de navegação que ligam as duas lagoas e, concluido este, deu começo a um serviço de dragagem, pretendendo o resurgimento da navegação a vapor de calado medio, para cargas e passageiros, o que, de certo, facilitaria o transporte dos produtos da região lacustre e traria o barateamento da vida, na capital. Esse serviço, porém, foi posto de lado, logo depois de iniciado.

A ligação da cidade do Pilar com a capital por estrada de rodagem, tirou a esse meio de comunicação as suas melhores vantagens. A navegação lacustre está limitada á cidade de Alagoas e é feita em pequenas lanchas a vapor, sendo utilizada somente por passageiros e pequena carga.

CORREIO

O serviço postal, a cargo do Governo Federal, é feito no Estado por uma Administração com séde na capital e 89 agencias, sendo 2 de 1ª classe (Jaraguá e Penedo), 39 de 3ª classe e 48 de 4ª classe, assim localizadas nos municipios:

Agua Branca, 2, na séde e em Pedra;
Alagoas, 1 na séde;
Anadia, 3 na séde, em Mar Vermelho e em Tanque d'Arca;
Atalaia, 5, na séde, em Bitencourt, Sapucaia, Urupema e Usina Brasileiro;
Arapiraca, 1, na séde;
Belo Monte, 2, na séde e em Batalha;
Camaragibe, 3, na séde, em Matriz de Camaragibe e Urucú;
Capela, 2, na séde e em Cajueiro;
Coruripe, 2, na séde e em Poxim;
Igreja Nova, 1, na séde;
Junqueiro, 1, na séde;
Leopoldina, 1, na séde;
Limoeiro, 2, na séde e em Cana Brava;
Maceió, 11, em Jaraguá, Bebedouro, Central, Fernão Velho, Jacutinga, Poço, Levada, Pioca, Riacho Doce, Trapiche da Barra e Pajussara;
Maragogí, 1, na séde;
Mata Grande, 1, na séde;
Muricí, 4, na séde, em Bom Jardim, Branquinha e Nicho;
Palmeira dos Indios, 2, na séde e em Cacimbinhas;
Pão de Assucar, 1, na séde;
Penedo, 1, na séde;
Piassabussú, 1, na séde;
Pilar, 1, na séde;
Piranhas, 1, na séde;
Porto Calvo, 2, na séde e em Campestre;
Porto de Pedras, 1, na séde;
Porto Real do Colegio, 1, na séde;
Quebrangulo, 2, na séde e em Lourenço;
Santana do Ipanema, 4, na séde e em Olhos d'Agua das Flores, Poço das Trincheiras e Sertãozinho;
Santa Luzia do Norte, 6, na séde e em Cachoeira, Coqueiro Seco, Satuba, Utinga e Rio Largo;

São Braz, 1, na séde;

São José da Lage, 4, na séde e em Canastra, Piquete e Serra Grande;

São Luiz do Quitunde, 3, na séde e em Barra de Santo Antonio e Flexeiras;

São Miguel dos Campos, 6, na séde e em Barra de São Miguel, Boca da Mata, Campo Alegre e Jiquiá da Praia;

Traipú, 2, na séde e em Lagoa da Canoa;

União, 3, na séde e em Mundaú-mirim e Barra do Canhoto;

Viçosa, 4, na séde e em Pindoba Grande, Anel e Gameleira.

O desenvolvimento do serviço postal no Escado tem sido consideravel. Em 1901 existiam 56 agencias; o numero de mais recebidas foi de 11.364, expedidas 11.322 e em transito 55; a correspondencia com valor montou a 161:176$000 e a importancia de vales emitidos foi..... 169:885$464.

O movimento postal no ultimo quinquenio comprova esse desenvolvimento.

Movimento de malas

Anos	Expedida	Recebida	Em transito	Total
1927	73.386	75.753	12.532	161.671
1928	62.210	71.653	17.957	151.820
1929	78.194	84.963	16.756	179.922
1930	85.111	87.173	18.951	191.235
1931	86.864	86.182	17.466	194.512

Correspondencia simples

Anos	Expedida	Recebida	Em transito	Total
1927	4.583.781	9.455.956	2.375.670	16.415.407
1928	5.168.304	8.974.227	3.290.491	17.433.022
1929	5.927.231	10.074.672	4.090.116	20.092.019
1930	7.214.316	12.451.043	5.118.117	24.783.476
1931	7.468.243	13.194.268	5.435.806	26.098.317

Correspondencia registrada

Anos	Expedida	Recebida	Em transito	Total
1927	147.016	323.504	80.527	551.047
1928	257.846	273.627	101.594	633.067
1929	110.076	118.832	114.608	443.516
1930	291.902	297.797	104.855	694.554
1931	240.988	258.938	86.600	586.526

Correspondencia expressa

Anos	Ordinaria	Registrada	Total
1927	23.794	1.084	24.878
1928	15.120	583	15.703
1929	16.853	165	17.018
1930	18.155	34	18.189
1931	18.535	51	18.686

Encomendas

Anos	Quantidade	Valor
1927	4.834	485:592$371
1928	12.087	1.127:120$067
1929	15.128	2.417:310$081
1930	14.017	1.918:576$195
1931	10.369	1.142:312$653

Vales Nacionaes

Anos	Emitidos		Pagos		Reembolsados	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
1927	2.164	284:668$700	2.130	249:805$900	4	115$000
1928	1.791	255:660$600	1.748	243:237$700	5	209$000
1929	1.901	286:330$500	1.495	245:652$400	1	100$000
1930	1.774	284:176$300	1.677	224:327$000	3	176$000
1931	1.619	289:489$800	1.521	219:530$700	3	665$000

Colis Postaux

Anos	Recebidos	Entregues	Expedidos
1927	477	403	3
1928	678	610	7
1929	768	669	8
1930	517	447	14
1931	200	182	30

Correspondencia com valor declarado

Anos	Expedida		Recebida		Em transito	
1927	23.887	3.645:065$	13.217	4.937:906$	13.364	1.006:583$
1928	22.657	5.339:025$	24.489	4.711:498$	19.847	1.953:596$
1929	31.663	6.902:684$	32.143	5.007:837$	23.118	2.335:357$
1930	36.404	5.782:618$	34.307	8.696:317$	18.604	1.610:369$
1931	49.473	7.190:951$	34.300	5.868:055$	20.360	1.168:523$

Movimento financeiro

Anos	Receita	Despesa
1927	239:655$335	694:162$880
1928	336:157$595	690:744$860
1929	359:593$210	703:118$950
1930	289:058$094	728:277$569
1931	423:246$025	807:540$132

TELEGRAFOS

O serviço telegrafico é feito no Estado pelo Telegrafo Nacional, cuja rêde tem o desenvolvimento de 1.981.068 quilometros e serve a 27 municipios, mantendo 30 estações, das quais 3 são telefonicas (Arapiraca, Limoeiro e Pontal da Barra) e 1 balcão de taxas (Jaraguá); pela **Great Western**, que serve os municipios cortados pela sua rêde ferroviaria, e pela **Western Telegraph**, que explora o serviço telegrafico externo, via submarina.

Os unicos municipios que não possuem comunicações telegraficas são Junqueiro e Leopoldina.

O Telegrafo Nacional faz a ligação telegrafica de Agua Branca, com estações na séde do municipio e no povoado Pedra; Alagoas, Anadia, Arapiraca, Belo Monte, Camaragibe, Coruripe, Porto Real do Colegio, Igreja Nova, Limoeiro, Maragogí Maceió, onde está a séde do Distrito e estações em Jaraguá e Pontal da Barra; Mata Grande, Piranhas, Pilar, Fiassabussú, Pão de Assucar, Porto de Pedras, Porto Calvo, Palmeira dos Indios, Penedo, Quebrangulo, São Luiz do Quitunde, São Miguel dos Campos, Santana do Ipanema, São Braz e Traipú.

O movimento do Telegrafo Nacional nos dois ultimos anos foi o seguinte:

	1930		1931	
	Num. de despachos	Num. de palavras	Num. de despachos	Num. de palavras
Telegramas expedidos:				
Particulares	49.821	584.124	73.381	934.645
Estaduais	3.536	93.749	7.618	282.175
Imprensa	1.576	133.247	3	86
Oficiais	4.598	206.360	6.368	274.332
Urbanos	4.664	76.876	3.846	61.007
Avisos de serviço ..	1.532	3.428	1.429	25.894
Trafego mutuo	2.704	27.841	2.580	27.830
Total	68.431	1.125.625	95.225	1.605.969
Nacionais	66.899	1.122.197	93.805	1.580.075
Estrangeiros	8	98	10	72
Total	66.907	1.122.295	93.815	1.580.147
Telegramas recebidos:				
Particulares	76.303	1.017.771	75.387	1.223.127
Estaduais	3.670	111.712	5.331	144.052
Imprensa	830	68.384	128	10.302
Oficiais	2.908	101.271	4.686	131.801
Urbanos	3.405	54.652	3.287	64.257
Avisos de serviço ..	26.738	826.084	27.438	1.004.079
Trafego mutuo	952	13.551	942	20.057
Total	114.806	2.193.425	117.199	2.597.675
Nacionais	88.068	1.367.341	89.761	1.593.590
Estrangeiros	15	227	12	324
Total	88.083	1.367.568	89.773	1.593.914

O movimento financeiro do Distrito Telegrafico foi o seguinte, nos dois anos citados:

	1930	1931
Receita:		
Renda ordinaria.	337:039$662	289:363$311
Renda do serviço oficial	20:757$750	27:951$750
Total	357:797$412	317:315$061
Despesa:		
Pessoal	787:287$061	721:568$400
Material	73:698$624	38:225$740
Total	860:985$685	759:794$230

O patrimonio do Distrito está representado pelos seguintes valores, segundo o balanço de 1931:

Proprios nacionais	4:620$000
Rêdes telegrafica e telefonica	808:974$900
Aparelhos e instalações	67:305$015
Ferramentas e materiais diversos	180:067$445
Moveis	32:317$548
Total	1.093:284$908

O movimento da Western Telegraph foi o que se segue, nos dois ultimos anos:

	1930		1931	
	Num. de telegramas	Num. de palavras	Num. de telegramas	Num. de palavras
Telegramas expedidos:				
Particulares	41.859	410.118	32.598	251.985
Oficiais	136	7.505	68	5.994
Total	41.995	417.623	32.666	257.979
Nacionais	40.126	392.203	31.529	241.547
Estrangeiros	1.869	25.420	1.137	16.432
Total	41.995	417.623	32.666	257.979
Telegramas recebidos:				
Particulares	39.201	407.401	33.102	312.841
Oficiais	45	1.699	4	326
Nacionais	37.589	391.401	32.023	299.502
Estrangeiros	1.657	17.699	1.083	13.665
Total	39.246	409.100	33.106	313.167

Da Great Western só obtivemos o movimento de telegramas expedidos em 1931, que foi de 5.666 com 84.181 palavras.

Resumindo, o movimento de telegramas foi o seguinte, em 1931:

	Despachos	Palavras
Expedidos por:		
Telegrafo Nacional	93.815	1.580.147
Western Telegraph	32.666	257.979
Great Western	5.666	84.181
Total	132.147	1.922.307
Recebidos por:		
Telegrafo Nacional	89.773	1.593.914
Western Telegraph	33.106	313.167
Total	122.989	1.907.181

Divisão Administrativa

DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

MUNICIPIOS	DISTRITOS POLICIAIS	
	Denominações	Categorias
1 Agua Branca		
O territorio que fórma este municipio foi desmembrado do atual municipio de Mata Grande e creado municipio pela Lei n. 681, de 24 de abril de 1875. Pela Lei n. 805, de 2 de junho de 1919 foi a vila de Agua Branca elevada á categoria de cidade.	Agua Branca Pedra	Cidade Povoado
2 Alagoas		
Creada vila com o nome de Santa **Maria Madalena da Lagoa do Sul** em 12 de abril de 1636. Elevada á cidade pela Lei de 8 de março de 1822, já era, desde 1817, pela sua situação de cabeça da unica comarca, capital da provincia, supremacia que perdeu em 1839.	Alagoas Taperaguá Massagueira Santa Rita	Cidade Povoado " "
3 Anadia		
Foi creada vila em 18 de novembro de 1801 e instalada em 20 de dezembro do mesmo ano, sob a denominação de **São João de Anadia**, desmembrando-se da jurisdição administrativa de São Miguel dos Campos. A Lei n. 86, de 25 de julho de 1895 elevou a séde do municipio á cidade.	Anadia Mar Vermelho Pindoba Tanque d'Arca	Cidade Povoado " "
4 Arapiraca		
Municipio creado pela Lei n. 1.009, de 30 de maio de 1924, com territorios desmembrados dos municipios de Palmeira dos Indios, Porto Real do Colegio, São Braz, Traipú e do antigo distrito de Arapiraca, pertencente á jurisdição do municipio de Limoeiro.	Arapiraca.	Vila
5 Atalaia		
Não se sabe ao certo a data da creação da vila de Atalaia, que Tomaz Espindola colocou entre 1762 e 1765. Atalaia teve diversas denominações — **Vila Real de Bragança, Nossa Senhora das Brotas e Arraial dos Palmares.** Por Decreto n. 88, de 5 de março de 1891 foi elevada á categoria de cidade.	Atalaia Sapucaia Porangaba Ingazeira	Cidade Povoado " "

MUNICÍPIOS	DISTRITOS POLICIAIS	
	Denominações	Categorias
6 **Belo Monte** A séde do municipio chamou-se outrora **Lagoa Funda** e pertencia ao municipio de Traipú. A Lei n. 976, de 9 de junho 1886, instituindo a vila, creou o municipio, que foi suprimido em 1893 e restaurado pela Lei n. 82, de 30 de julho de 1895.	Belo Monte Batalha Riacho do Sertão	Vila Povoado "
7 **Camaragibe** A fundação do povoado que deu origem ao atual municipio data do seculo XVII e foi o atual povoado Matriz de Camaragibe. Antigamente pertenceu á jurisdição de Porto Calvo, juntando-se depois a Porto de Pedras, em virtude do Alvará de 5 de dezembro de 1815, para constituir uma só circunscrição. Pela Lei n. 197, de 28 de junho de 1853, foi o povoado Passo de Camaragibe elevado á vila, sob a jurisdição de Maceió. No ano seguinte, por força da Res. n. 220, de 9 de julho, foi incorporado a Porto Calvo. A lei n. 842, de 14 de junho de 1880 elevou Passo de Camaragibe á cidade.	Passo Matriz Barra Môrros Soledade	Cidade Povoado " " "
8 **Capela** O inicio do povoado Capela é anterior a 1829, ano em que já existia como distrito pertencente á Atalaia. O Dec. n. 52 de 16 de outubro de 1890 elevou o povoado á vila, creando o municipio, com o nome de Paraíba. A Lei n. 427, de 10 de junho de 1904 transferiu a séde do municipio para Cajueiro dando a este povoado o nome de Euclides Malta, que ficou extensivo ao municipio. Pelo Dec. n. 571, de 30 de julho de 1912, a séde do municipio voltou á Capela, restaurando-se a denominação Paraíba. O titulo de cidade foi conferido á Capela pela Lei n. 805, de 2 de julho de 1919. A Lei n. 1.144, de 25 de maio de 1929 restabeleceu a tradicional denominação de Capela para a cidade e o municipio.	Capela Cajueiro Riachão Santa Efigenia	Cidade Povoado " "
9 **Coruripe** O povoado que é hoje a cidade de Coruripe foi antigo pouso dos caétés, que dominavam o litoral; o seu desenvolvimento, porém, data do seculo XIX. A Res. n. 484, de 23 de junho de 1866 elevou o antigo povoado á categoria de vila, extinguindo a do Poxim. Coruripe foi elevada á cidade pela Lei n. 15, de 16 de maio de 1892.	Coruripe Poxim	Cidade Povoado

MUNICIPIOS	DISTRITOS POLICIAIS	
	Denominações	Categorias
10 **Igreja Nova**		
A margem da lagoa Boacica formou-se a povoação **Oitizeiro**, que depois passou a chamar-se popularmente Igreja Nova. Pertencia á jurisdição de Penedo. O Dec. n. 39, de 11 de setembro de 1890 creou o municipio com o nome de Triunfo. O municipio foi suprimido em 1895 e restaurado em 1897. A Lei n. 1.139, de 30 de junho de 1928 restabeleceu a denominação de Igreja Nova para a séde e o municipio.	Igreja Nova Salomé	Vila Povoado
11 **Junqueiro**		
O municipio foi creado pela Lei n. 379, de 15 de junho de 1903, com o territorio do antigo distrito judiciario, pertencente ao municipio de Anadia. Foi instalado em 31 de janeiro de 1904.	Junqueiro	Vila
12 **Leopoldina**		
Seu territorio pertencia ao municipio de Porto Calvo, tendo nele o Governo Imperial creado uma colonia militar com o nome atual, em 1856. A colonia foi extinta em 1867. Elevado á vila pela Lei n. 321, de 10 de junho de 1901, que tambem creou o municipio com o fôro civil e judiciario.	Leopoldina S. Bernardo	Vila Povoado
13 **Limoeiro**		
Os fundamentos da povoação que é atualmente séde do municipio foram lançados nos fins do seculo XIX. Em virtude da Lei n. 866, de 31 de maio de 1882 foi creado o municipio e elevado o povoado do Limoeiro á categoria de vila, desmembrando-se seu territorio do municipio de Anadia.	Limoeiro Cana Brava	Vila Povoado
14 **Macció**		
No meiado do seculo XVIII Maceió era ainda um modesto povoado pertencente á jurisdição de Alagoas. Foi elevado á vila pelo Alvará de 5 de dezembro de 1815, sendo oficialmente investido das prerogativas municipais em 1817. Pela Res. n. 11, de 9 de dezembro de 1893 foi elevado á cidade e capital da Provincia.	Maceió Jaraguá Levada Faról	Cidade Suburbio " "
15 **Maragogí**		
O antigo povoado **Gamela** foi elevado á categoria de vila, com o nome de **Vila Izabel**, pela Lei n. 681, de 24 de abril de 1875. A Lei n. 723, de 3 de julho de 1876 mudou a denominação Vila Izabel para **Maragogí**, que ficou ex-	Maragogí Barra Grande Japaratuba	Cidade Povoado "

MUNICIPIOS	DISTRITOS POLICIAIS	
	Denominações	Categorias
tensiva ao municipio. Maragogí foi elevado á cidade pela Lei n. 15 de 16 de maio de 1892.		
16 **Mata Grande**		
Mata Grande foi o nome primitivo da povoação que se formou na serra do mesmo nome, pertencente á jurisdição de Penedo, passando depois, em 1835, a Traipú, do qual se desmembrou em 1837, por força da Lei n. 18, de março do mesmo ano, que elevou o antigo povoado á vila. Essa prerogativa foi suprimida em 1846 e restaurada em 1852. Pela Lei n. 516, de 30 de abril de 1870 passou a vila e o municipio a chamar-se **Paulo Afonso**. A Lei n. 328, de 5 de junho de 1902 elevou a sede do municipio á cidade. Em virtude da Lei n. 1.144, de 25 de maio de 1929, a cidade e o municipio passaram a denominar-se Mata Grande.	Mata Grande Inhapí	Cidade Povoado
17 **Murici**		
O territorio do municipio de Muricí pertenceu ao de União como distrito judiciario. Pela Lei n. 626, de 16 de março de 1872 foi elevado á vila e, pela Lei n. 15, de 16 de maio de 1892 á cidade.	Muricí Branquinha Curralinho Santo Aleixo	Cidade Povoado " "
18 **Palmeira dos Indios**		
Antigo aldeiamento dos indios chucurús foi elevado á vila pela Lei n. 10 de 10 de abril de 1835. Extinto o municipio em 1846, foi restaurado em 1853. Em 20 de agosto de 1889 foi a séde do municipio elevada á cidade, pela Lei n. 1.107.	Palmeira Olhos d'Agua do Acioli Caldeirões de Cima Cacimbinhas	Cidade Povoado " "
19 **Pão de Assucar**		
O povoado que se formou á margem do S. Francisco desenvolveu-se extraordinariamente devido ao seu intenso comercio com o sertão e Penedo. Foi elevado á vila pela Lei n. 233, de 3 de março de 1854 e á cidade pela Lei n. 759, de 18 de julho de 1877.	Pão de Assucar	Cidade
20 **Penedo**		
Penedo cuja fundação data dos primeiros dias da capitania de Pernambuco, foi elevado á vila em 12 de abril de 1636, com o titulo de **Vila de São Francisco do Penedo**. Em 1842, em virtude da Lei n. 3, de 18 de abril foi elevado á cidade.	Penedo	Cidade

MUNICIPIOS	DISTRITOS POLICIAIS	
	Denominações	Categorias
21 Piassabussú		
Desmembramento do territorio de Penedo, a povoação de Piassabussú, que data de 1670, foi elevada á vila pela Lei n. 866, de 31 de maio de 1882.	Piassabussú	Vila
22 Piranhas		
Creado pela Lei n. 996, de 3 de julho de 1887 com territorios desincorporados de Pão de Assucar e Agua Branca.	Piranhas Entre Montes	Vila Povoado
23 Pilar		
Primeiramente simples aldeia de pescadores creceu e prosperou o povoado á margem da lagoa Manguaba, chegando a ser um grande emporio comercial de Alagoas. Vila pela Lei n. 321, de 1° de maio de 1857, foi elevado á cidade em 1872, em virtude da Lei n. 626, de 16 de março.	Pilar Chã do Pilar Chã do Tangil	Cidade Povoado "
24 Porto Calvo		
As reminicencias historicas do municipio levam suas origens aos primeiros avanços de Duarte Coelho pelo interior da capitania. Foi creado vila em 12 de abril de 1636 e elevado á cidade por Dec. n. 10, de 10 de abril de 1890.	Porto Calvo Jundiá Jacuipe	Cidade Povoado "
25 Porto de Pedras		
O povoado que veiu a servir de séde do municipio data do dominio holandês. Por Alvará de 5 de dezembro de 1815 foi elevado á vila. Suprimido o municipio em 1864 foi restaurado em 1868, pela Lei n. 505, de 26 de novembro. Teve fóros de cidade pela Lei n. 903, de 9 de junho de 1921.	Porto de Pedras Tatuamunha	Cidade Povoado
26 Porto Real do Colegio		
Fundação dos padres jesuitas nos meiados do seculo XVIII. Elevado á vila em virtude da Lei n. 737, de 7 de junho de 1876. Suprimido o municipio em 1889 e anexado o territorio ao de São Braz, foi restaurado no regimen republicano.	Colegio	Vila
27 Quebrangulo		
Creado vila pela Lei n. 624, de 16 de março de 1872. Suprimido o municipio por Dec. n. 4 de 2 de fevereiro de 1890 foi restaurado pelo Dec. n. 47, de 27 de setembro do mesmo ano, com o nome de VITORIA. Foi elevado á cidade pela Lei n. 593, de 6 de junho de 1910. A Lei n. 1.139, de 20 de junho de 1928,	Quebrangulo Lourenço Caldeirões	Cidade Povoado "

	MUNICIPIOS	DISTRITOS POLICIAIS — Denominações	DISTRITOS POLICIAIS — Categorias
	restaurou a denominação tradicional Quebrangulo para a cidade e o municipio.		
28	**Santana do Ipanema** Antigo arraial de indios com o nome de **Santana da Ribeira do Ipanema**, foi elevado á vila por força da Lei n. 681, de 24 de abril de 1875, ano em que foi creado o municipio. A Lei n. 893, de 31 de maio de 1921 deu á séde do municipio os fóros de cidade, em vista do seu desenvolvimento.	Santana Trincheiras Maravilha Sertãozinho Olhos d'Agua das Flores	Cidade Povoado " " "
29	**Santa Luzia do Norte** A antiga povoação de Santa Luzia do Norte foi elevada á vila em 10 de dezembro de 1830. Com o desenvolvimento de Rio Largo decaiu o velho burgo, vindo a perder a sua categoria de séde do municipio pela Lei n. 695, de 13 de junho de 1915, que a transferiu para Rio Largo e deu a esse lugar o foral de cidade.	Rio Largo Coqueiro Seco Santa Luzia Apolonia Utinga Cachoeira Satuba	Cidade Povoado " " " " "
30	**São Braz** Antigo povoado pertencente a Porto Real do Colegio, foi elevado á vila em 1889, por força da Lei n. 1.059, de 28 de junho.	São Braz Olho d'Agua Mucambo	Vila Povoado "
31	**São José da Lage** Antiga povoação pertencente ao municipio de União, com o nome de Lage do Canhoto foi elevada á vila pela Lei n. 737, de 7 de julho de 1879 e á cidade pela Lei n. 861, de 16 de junho de 1920.	São José da Lage Canastra Caruaruzinho Piquete Serra Grande	Cidade Povoado " " "
32	**São Luiz do Quitunde** E' um dos mais novos nucleos de povoação do Estado, pois começou a ser edificado em 1870. Vila pela Lei n. 831, de 23 de junho de 1879 e cidade em virtude da resolução legislativa n. 15, de 16 de maio de 1892.	São Luiz Raiz Flecheiras Barra de Santo Antonio	Cidade Povoado " "
33	**São Miguel dos Campos** O povoado que deu o nome do municipio é contemporaneo da cidade de Alagoas. Em 1832, por deliberação do Conselho Geral da Provincia, foi elevado á vila, outorgando-se-lhe, desde então, a vida municipal. Teve o titulo de cidade em virtude da Lei n. 423, de 18 de junho de 1864.	São Miguel Barra de S. Miguel Campo Alegre Jiquiá da Praia Sinimbú	Cidade Povoado " " "

MUNICIPIOS	DISTRITOS POLICIAIS	
	Denominações	Categorias
34 Traipú		
Com a denominação de **Porto da Folha** começou a florecer á margem do São Francisco, 14 leguas acima de Penedo, a povoação que, em 1876, passou a chamar-se Traipú e recebeu o titulo de vila pela Resolução n. 19, de 28 de abril de 1835. Pela Lei n. 516, de 20 abril de 1876 a vila e o municipio tomaram, oficialmente, o nome atual. Em 1892, em virtude da Lei n. 14, de 16 de maio, obteve as regalias de cidade.	Traipú Belo Horisonte Lagoa da Canoa Mumbaça Capivara	Cidade Povoado " " "
35 União		
Varios os nomes dados ao povoado que, anos depois foi elevado á cidade de União. Primeiramente **Macacos**, depois **Santa Maria Madalena**, ou abreviadamente **Santa Maria**, posteriormente **Imperatriz**. Sua fundação data dos fins do seculo XVIII. Pela Lei de 13 de outubro de 1831 foi creada vila com o nome de **Vila Nova da Imperatriz**. A Lei n. 1.107, de 20 de agosto de 1889 elevou a vila á cidade e o Dec. n. 46, de 25 de novembro de 1890, deu-lhe a denominação atual.	União Barra do Canhoto Mundaú-Mirim Munguba	Cidade Povoado " "
36 Viçosa		
Com a denominação de **Vila Nova da Assembléa**, o Conselho Geral da Provincia, em 13 de outubro de 1831, agraciou o florecente povoado que se formara, lendariamente, á margem do riacho do Meio, com as regalias municipais. O Dec. n. 46, de 25 de setembro de 1890 deu-lhe o nome de **Vila Viçosa** e a Lei n. 14 de 16 de maio de 1892 elevou-a á categoria de cidade.	Viçosa Pindoba Grande Bom Sossego Anel Lage do Caldeirão	Cidade Povoado " " "

Divisão Judiciaria

DIVISÃO JUDICIARIA DO ESTADO

COMARCAS	Termos	Distritos
Agua Branca		
A comarca de Agua Branca foi creada pela Lei n. 35, de 30 de maio de 1893, ficando-lhe anexado o termo de Piranhas. A reforma de 2 de maio de 1931 extinguiu a comarca de Mata Grande, antiga Paulo Afonso, que fôra creada em 1854, anexando-lhe o territorio desta comarca. Superficie .. .. 3.905 kms. População .. .. 57.460 Densidade 17,27	Mata Grande Piranhas	Séde Mata Grande Piranhas Entre Montes
Anadia		
A fundação da comarca é de 22 de janeiro de 1838. A reforma de 1931, manteve-lhe o termo de Anadia e anexou-lhe o de Arapiraca. Superficie .. .. 2.503 kms. População .. .. 105.188 Densidade 42,03	Arapiraca Limoeiro	Séde Mar Vermelho Tanque d'Arca Arapiraca Limoeiro Cana Brava
Atalaia		
Foi uma das quatro comarcas creadas em consequencia da promulgação do Codigo do Processo e em que se dividiu o territorio da antiga comarca de Alagoas, conforme deliberação do Conselho Geral da Provincia, em 22 de abril de 1833. A reforma de 1931 anexou-lhe o territorio de Pilar, cuja comarca, atualmente extinta, datava de 1857. Superficie .. .. 1.169 kms. População .. .. 97.994 Densidade 83,98	Pilar	Séde Pilar
Coruripe		
Esta comarca foi creada pela Lei n. 886, de 31 de maio de 1882, com o termo de Piassabussú, que pertencia á jurisdição de Penedo. A organização de 1931 anexou-lhe o termo de Junqueiro. Superficie .. .. 2.053 kms. População .. .. 42.609 Densidade 20,75	Piassabussú Junqueiro	Séde Poxim Junqueiro Piassabussú

COMARCAS	Termos	Distritos
Maceió Por deliberação do Conselho Geral da Provincia, em 22 de abril de 1833, foi creada esta comarca. Superficie .. .. 366 kms. População .. .. 103.930 Densidade 283,97		Séde Jaraguá Bebedouro Meirim Fernão Velho
Penedo Esta comarca foi creada por deliberação do Conselho Geral da Provincia, em consequencia da divisão do territorio da antiga comarca de Alagoas, por ocasião da execução do Codigo do Processo. Superficie .. .. 1.444 kms. População .. .. 51.235 Densidade 35,48	Igreja Nova	Séde Igreja Nova Salomé
Palmeira dos Indios Comarca creada pela Lei n. 642, de 10 de março de 1872, que a desanexou de Anadia. Superficie .. .. 2.043 kms. População .. .. 89.232 Densidade 43,67	Quebrangulo	Séde Caldeirões de Cima O. d'Agua do Acioli Cacimbinhas Lourenço
Pão de Assucar Comarca creada pela Lei n. 737, de 7 de julho de 1876, tendo sido suprimida por Decreto n. 351, de 13 de dezembro de 1905 e restaurada em 16 de janeiro de 1907. Superficie .. .. 4.485 kms. População .. .. 85.983 Densidade 19.27	Belo Monte Santana do Ipanema	Séde Limoeiro Belo Monte Riacho do Sertão Batalha Santana do Ipanema Poço das Trincheiras Sertãozinho Maravilha
Porto Calvo A fundação da comarca remonta a 22 de abril de 1833. A reforma judiciaria de 1931 anexou-lhe a comarca de Maragogí. Superficie .. .. 1.780 kms. População .. .. 82.045 Densidade 46.07	Maragogí Leopoldina	Séde Jundiá Jacuípe Santana Maragogí Japaratuba Barra Grande Leopoldina São Bernardo
São Luiz do Quitunde A comarca foi creada pela Lei n. 104, de 2 de agosto de 1905. A reforma de	Camaragibe Porto de Pedras	Séde Passo Camaragibe

COMARCAS	Termos	Distritos
1931 anexou-lhe Camaragibe e Porto de Pedras. Superficie .. .. 1.942 kms. População .. .. 87.555 Densidade 45,07		Matriz de Camaragibe Urucú Porto de Pedras Tatuamunha Flecheiras Barra de S. Antonio
Santa Luzia do Norte Data a creação da comarca de 18 de junho de 1900, pela Lei n. 282. A reforma de 1931 anexou-lhe Muricí. Superficie .. .. 1.028 kms. População .. .. 78.358 Densidade 76,22	Muricí	Séde Santa Luzia do Norte Muricí Branquinha
São Miguel dos Campos Esta comarca foi creada pela Lei n. 100, de 1 de agosto de 1895. A reforma de 1931, extinguindo a de Alagoas, cuja fundação datava de 1711, anexou-lhe o territorio da comarca extinta. Superficie .. .. 1.696 kms. População .. .. 62.025 Densidade 36,57	Alagoas	Séde Barra de S. Miguel Campo Alegre Bocca da Mata Alagoas
Traipú A comarca foi fundada em 1877, em virtude da Lei n. 749, de 14 de junho. A reforma de 1931 anexou-lhe Porto Real do Colegio e São Braz. Superficie .. .. 2.416 kms. População .. .. 59.596 Densidade 24,65	Porto Real do Colegio São Braz	Séde Colegio São Braz Belo Horisonte Lagoa da Canoa
União A comarca foi fundada em 1854, pela Lei n. 233, de 3 de março. A reforma de 1931 anexou-lhe o territorio da extinta comarca de São José da Lage. Superficie .. .. 1.671 kms. População .. .. 133.821 Densidade 80,08	São José da Lage	Séde Barra do Canhoto Mundaú-Mirim São José da Lage Canastra Roçadinho
Viçosa A comarca foi creada pelo Decreto n. 23, de 30 de junho de 1893, sendo extinta pelo Decreto n. 349, de 5 de dezembro de 1905 e restaurada pelo Decreto n. 386, de 10 de setembro de 1906. A reforma de 1931 anexou-lhe o territorio da extinta comarca de Capela. Superficie .. .. 1.526 kms. População .. .. 107.101 Densidade 70,05	Capela	Séde Capela Cajueiro Pindoba Grande

A riqueza petrolifera do Estado

Os estudos e observações dos professores Orville Derby, J. C. Branner e Charles Hartt sobre a geologia do territorio alagoano, desenvolvidos, em 1919, pela comissão do Serviço Geologico e Mineralogico do Brasil chefiada pelo Dr. Eusebio Paulo de Oliveira, que se encontram resumidos na interessante monografia deste ilustre geologo, denominada **Rochas Petroliferas do Brasil**, inserta no Boletim n. 1 do referido Serviço, definem tres feições topograficas distintas, das quais já nos ocupamos no capitulo **Aspectos Fisicos** deste trabalho.

Sendo, porém, este livro uma noticia ampla e circunstanciada sobre o Estado de Alagoas, quanto ás suas realizações e ás suas possibilidades, resolvemos consagrar um capitulo especial á sua riqueza petrolifera, que está sendo atualmente explorada com metodo e todas as probabilidades de exito pela COMPANHIA PETROLEO NACIONAL, S/A.

Naquela notavel monografia o Dr. Eusebio de Oliveira dá o quadro sinotico das formações geologicas do solo alagoano, até agora reconhecidas, conforme os estudos daqueles tres eminentes professores e os que o geologo brasileiro realizou, **in loco**, quando chefiava a comissão incumbida de estudar e localizar as rochas petroliferas do Brasil.

Esse quadro classifica as formações geologicas de Alagoas na ordem descendente das series, isto é, das mais novas para as mais velhas, e é o que se segue:

Era	Sistema	Serie	Natureza das Rochas
Psicosoica	Recente	Aluviões	Areias, argilas e cascalhos
Psicosoica	Pleistocenico	Recifes	Arenito e coral
Psicosoica	Pleistocenico	Camadas com mastodontes	Areias e argilas
Cenozoica	?	Formação das barreiras	Arenitos, argilas e conglomerados
Cenozoica	Eocenico	Alagoas	Arenitos, folhelhos bituminosos, calcareo e conglomerados
Mesozoica	Cretaceo	S. Francisco	Arenitos, argilas e calcareos
Eozoica e Azoica	Precambriano	Complexo cristalino brasileiro	Granito, sienito, gneiss calcareo e chistos cristalinos

O sistema eocenico, no Estado, acusando rochas de arenitos, folhelhos bituminosos, calcareo e conglomerato, manifesta-se na região litoranea e apresenta camadas representativas expostas descontinuadamente em toda a extensa costa alagoana, especialmente da foz do riacho Garça Torta, a 14 kms. da capital, á emboradura do rio Maragogí, a 30 kms. da barra do ribeirão Persinunga, que limita o Estado de Alagoas com o de Pernambuco. Em outros lugares tem sido verificada a existencia de aflo:amentos obscuros dessa serie, notadamente no sitio

Leopolis e suas circunvisinhanças, ao sul de Maceió, nas margens do canal que liga as duas grandes lagoas, a do Norte e a Manguaba.

Branner é de opinião que todos esses afloramentos pertencem a camadas da idade eocenica e que a "sedimentação foi iniciada pela desnudação das rochas cristalinas que forneceram os materiais da massa e os blocos de conglomerato que afloram em Riacho Doce, Morros de Camaragibe e Maragogí".

Os folhelhos, segundo o Dr. Eusebio de Oliveira, que os examinou detidamente e estudou toda a região, alternam com calcareo e contem com frequencia nodulos de pirites de ferro. Nesses folhelhos "existe uma substancia preta com aspecto de madeira carbonizada, ardendo com chama fuliginosa, disposta em massas concordantes com os estratos, indicando que sua formação é contemporanea da sedimentação dos folhelhos". Submetida á analise quimica essa substancia, deu a seguinte composição:

Agua hidrometrica	6,37
Materias volateis	51,73
Carbono fixo	35,60
Cinzas	6,30
	100,00
Enxofre	2,52 %

Outra substancia, frequentemente, é encontrada, enchendo as juntas dos folhelhos e calcareos, principalmente em Riacho Doce, com um aspecto de azeviche, mais brilhante que o precedente, da qual tambem difere por fundir e arder sob a ação do calor da chama de uma vela, que, pela composição abaixo, determinada no laboratorio do Serviço Geologico e outras propriedades, deve ser tida como uma variedade de asfalto:

Agua higrometrica	1,02
Materias volateis	58,50
Carbono fixo	38,63
Cinzas	1,85
	100,00
Enxofre	2,1 %

Precisamente essas substancias despertaram o interesse de alguns curiosos. Primeiramente as pesquizas, superficialmente realizadas e sem nem uma base cientifica, deram a impressão da existencia de uma vasta riqueza a explorar. O primeiro a fazer essas investigações foi Caetano Mesquita, que possuia na capital uma pequena oficina metalurgica.

As perquirições do engenheiro José Bach, pelo fundo cientifico que elas apresentavam, autoridade tecnica do perquiridor e resultados mais ou menos positivos obtidos, despertaram grande interesse não só no Estado, como em todo o paiz. Fundou-se uma empreza para a exploração do petroleo, a qual fracassou com a morte do engenheiro e tambem devido a falta de recursos para uma exploração em regra.

Firmou-se, porém, a convicção da existencia do petroleo em Alagoas. O Serviço Geologico e Mineralogico do Brasil, mandou ao Estado

uma comissão para estudar demoradamente toda a região petrolifera, sendo essa comissão chefiada pelo Dr. Eusebio Paulo de Oliveira.

Os estudos abrangeram todo o Estado, especialmente a sua frente atlantica, na qual se apresentavam veementes indicios de uma imensa riqueza petrolifera. Essa frente foi dividida em quatro distritos: o de **Riacho Doce**, onde se encontram os primeiros afloramentos, entre as embocaduras dos riachos Garça Torta e Doce, a 14 kms. a N. E. da capital; o de **Morros de Camaragibe**; o de **Maragogí**, e o de **Bica da Pedra**.

Estudadas as propriedades fisicas e quimicas dos folhelhos que abundam em toda a região litoranea, ficou constatada a existencia de tres tipos bem caracterizados pelo aspecto: folhelho papiraceo, folhelho negro laminado e folhelho negro compacto. Dos tres o mais pobre em substancia bituminosa, é o negro compacto e o mais rico em oleo é o preto laminado de Riacho Doce. O negro compacto é o tipo predominante nos distritos de Camaragibe e Maragogí. Todos eles, porém, "quando submetidos á distilação destrutiva dão origem a oleos pesados de petroleo, aguas amoniacais, gazes permanentes, ficando na retorta um residuo composto de materia mineral e de uma parte de carbono fixo, que é conhecido por coque de folhelho".

Tratando da ocorrencia de lençóes de petroleo em Alagoas, aquele geologo diz que "é muito vulgar a idéa de que a ocorrencia de rochas bituminosas implica a de lençóes de petroleo, especialmente quando, com aquelas, se encontram associados residuos de petroleo, como sejam as diversas variedades de asfalto. **E' o que acontece na região alagoana; a opinião corrente é que uma sondagem profunda encontrará lençóes de petroleo**".

E como a existencia de lençóes de petroleo "originais ou originados por ações metamorficas do calor proprio da terra sobre a materia hidrocarbonacea dos folhelhos", só se podia verificar por meio de sondagens, estas foram mandadas fazer pelo Governo Federal, sendo escolhida a zona de Riacho Doce como a mais apropriada, não só por ser a mais perturbada, como tambem pela menor despesa que a exploração acarretaria.

As sondagens que se fizeram, por conta do Governo Federal, não deram resultado pratico, em virtude da insuficiencia dos aparelhos de perfuração, da penuria de verbas postas á disposição do serviço, de numerosas outras dificuldades, dessas que sempre assaltam os serviços a cargo do Governo Federal e acabam inutilizando-os...

Isto, porém, não desfez a opinião da ciencia sobre a existencia de lençóes de petroleo no Estado.

Em todos os paizes em que se explora esse precioso minerio, tem sido ele encontrado em terrenos de todas as eras; no entanto a sua presença tem predominado nos de formação terciaria. Cientificamente, a grande faixa terciaria do litoral alagoano não difere, a não ser na vegetação, das semelhantes situadas em paizes que são atualmente grandes produtores de petroleo. Os indicios que levaram o homem á descoberta do petroleo nesses paizes são os mesmos que se encontram abundantemente na costa alagoana, especialmente no distrito de Riacho Doce.

A pratica tem demonstrado que o descobrimento de lençóes de petroleo comercial tem sido sempre acompanhado de dificuldades extraordinarias que só a persistencia do homem, amparado pela ciencia e armado de recursos financeiros, tem podido vencer.

Foi assim, por exemplo, no Mexico: E. R. Doheney, ali considerado o grande percursor da industria mexicana do petroleo, teve de en-

frentar e resistir heroicamente á descrença, á desconfiança, ao derrotismo indigena e estrangeiro; soube, porém, persistir na sua fé, no seu grande sonho patriotico, vencendo, por fim, todas as vicissitudes, em muitas das quais teve a dolorosa sensação do completo naufragio. A sua admiravel capacidade de resistencia moral se ficou devendo o prodigio da organização da **Huasteca Petroleum Company**, considerada modelar no Mexico. E o maior impecilho que, em todas as partes do mundo, se depara aos organizadores da industria do petroleo, é o formidavel **trust** constituido pela **Royal Duch Shell**, que representa o grupo industrial inglez, e a **Standart Oil Company**, representante do grupo norte-americano, "verdadeiros polvos que têm os seus tentaculos distendidos sobre todos os pontos do globo onde desconfiam da existencia do petroleo". (**A Industria do Petroleo**, pelo engenheiro Gerson de Faria Alvim, pag. 8).

A industria do petroleo data do aparecimento do motor de combustão interna, 1870; todavia o petroleo sempre foi utilizado desde tempos imemoriais. Atualmente, apezar de organizada essa industria, a pesquiza e a exploração pela sondagem ainda constituem fases muito dificeis. A pesquiza do terreno pertence principalmente ao geologo. Reconhecidos os indicios denunciadores da existencia do precioso minerio, segue-se a exploração pela perfuração do solo á descoberta do lençol. Tudo isso demanda de estudos a realizar, de dificuldades a vencer, de capital a imobilizar.

Relativamente ao petroleo em Alagoas, a geologia já se pronunciou favoravelmente á sua existencia pela afirmação dos mais autorizados cientistas nacionais e estrangeiros. Está vencida, pois, a primeira etapa. A segunda está auspiciosamente iniciada. Ha, sem duvida, grandes dificuldades a vencer. E' assim em toda parte.

Nos Estados Unidos, no Mexico e outros paizes, registra-se a média de um poço para tresentas perfurações, nas zonas em que o petroleo não está geologicamente determinado; nas zonas, porém, previamente estudadas, como é a do Riacho Doce, a média tem sido de um poço vivo para cinco poços secos.

Ultimamente o engenheiro alagoano Edson de Carvalho, com estudos especiais sobre o assunto e observações praticas nos paizes petroliferos, especialmente nos Estados Unidos e no Mexico, tomou a seu cargo a exploração do petroleo em Alagoas. Foi para isso, por iniciativa sua, organizada a COMPANHIA PETROLEO NACIONAL, S/A, com séde no Rio de Janeiro, devidamente autorizada pelo Governo Brasileiro e com favores do Estado de Alagoas, contidos na lei n. 1.195, de 20 de junho de 1930. Patrioticamente, o sr. Interventor Tasso de Oliveira Tinoco, patrocinou essa benemerita iniciativa, concedendo-lhe outros favores para maior facilidade da exploração.

Amparada tambem pelo publico, que está disputando as suas ações, a COMPANHIA PETROLEO NACIONAL, S/A, montou em Riacho Doce duas perfuratrizes de sondagem, uma de percussão com capacidade para 1.650 metros de alcance, e outra, rotativa, capaz de atingir a 800 metros de profundidade.

Essas duas sondas estão trabalhando diariamente, dispondo a Companhia de pessoal tecnico proveto para esse genero de explorações.

O que já está feito representa um esforço formidavel e cada vez mais se arraiga no espirito publico a convicção de que em breve o petroleo em Alagoas será uma esplendida realidade. Para isso a COMPANHIA PETROLEO NACIONAL tem posto em ação todas as suas energias e está aparelhada de material e recursos financeiros suficientes para levar a sua patriotica tentativa á vitoria.

Sinopse estatistica da situação geral de Alagôas, em 1931

TERRITORIO E POPULAÇÃO

	1890	1900	1920	1931
População	312.268	511.473	978.748	1.240.072
Superficie, kms.²	30.000	30.000	30.000	30.000
Habitantes, por kms.² . .	17,04	21,64	32,55	41,33

Territorio em relação ás zonas topograficas:

	Kms.²	Sup. relativa
Zona maritima	6.773	22,57
Zona montanhosa ou da mata	6.506	21,68
Zona sanfranciscana	7.091	23,63
Zona sertaneja	9.630	32,13

População em relação ás zonas topograficas:

	Homens	Mulheres	Total
Zona maritima	169.692	185.523	355.215
Zona montanhosa ou da mata	235.207	231.737	466.944
Zona sanfrancistana	73.074	80.077	153.151
Zona sertaneja	129.303	135.459	264.762
Total	607.276	632.796	1.240.072

População relativa ao territorio das zonas:

	Kms.²	%
Zona maritima	6.773	52,44
Zona montanhosa ou da mata	6.506	21,77
Zona sanfranciscana	7.091	21,59
Zona sertaneja	9.630	27,49

População do municipio de Maceió:

Recenseamento de 1890..	31.498
Recenseamento de 1900	36.542
Reecenseamento de 1920	74.166
Estimativa federal em 1931..	103.930

Natalidade na capital, segundo o registro civil:

Ano	Nascidos vivos	Nascidos mortos	Total
1927	1.170	193	1.363
1928	1.162	175	1.337
1929	1.044	178	1.223

Ano	Nascidos vivos	Nascidos mortos	Total
1930	1.083	177	1.260
1931	1.182	223	1.405
	5.641	946	6.587

Mortalidade e média diaria na capital, segundo o registro civil:

Anos	Mortalidade	Média diaria
1927	1.754	4,87
1928	1.916	5,32
1929	1.692	4,70
1930	1.906	5,29
1931	2.009	5,57
	9.277	5,15

Movimento de entrada e saída da população pelo porto de Jaraguá:

Anos	Entrada	Saída
1928	5.309	6.868
1929	5.596	5.690
1930	6.999	4.361
1931	5.203	4.712
	23.701	21.631

PRINCIPAIS FATORES ECONOMICOS E FINANCEIROS

Instrução primaria, publica e particular, em 1931

População escolar	124.000	
Alunos matriculados	25.187	
Por 1.000, em idade escolar	206	
Numero de escolas e cursos	632	
Numero de professores	678	
Frequencia média	18.528	
Percentagens sobre a matricula	69	
Alunos que concluiram o curso	1.356	
Percentagem sobre a frequencia	7	
Despesa do Estado com a Instrução Primaria .		965:421$900

Instrução secundaria, publica e particular, em 1931

Alunos matriculados	523	
Matriculados no Liceu Alagoano	187	
Matriculados em outros cursos	336	
Média da frequencia	459	
Alunos que concluiram o curso	36	
Despesa do Estado com o Liceu		157:109$426

Ensino Normal em 1931

Alunos matriculados	222	
Alunos que concluiram o curso	11	
Despesa do Estado com o ensino normal ...		112:955$088

Ensino profissional em 1931

Matriculados no curso comercial	92
Idem no curso de musica	124
Idem no curso de pintura	96
Idem no curso artistico-industrial	468
Idem no curso de desenho	143
Idem no curso de datilografia	97
Idem no curso sacerdotal	54
Idem no curso agricola	50
Idem no curso de escultura	1
Total	1.125

Ensino superior em 1931

Matriculados na Escola Livre de Direito	79

Producção Geral do Estado em 1931

Producção agricola	Quantidade		Valor	Total
Cultura do Algodão:				
Algodão em rama	5.540	ton.	12.520:000$	
Caroço de algodão	16.620	"	1.661:957$	
Sub-produtos diversos .	—		250:000$	
Cultura da cana:				
Assucar	92.519	"	30.808:827$	
Alcool e aguardente . .	3.027.768	lit.	2.998:920$	
Alcool-motor...	2.050.037	"	1.470:000$	
Cana não industrializada	100.000	ton.	1.100:000$	
Cultura da mandioca:				
Farinha	46.618	"	10.162:000$	
Polvilho	2.722	"	816:540$	
Raizes não industrializadas	61.842	"	1.229:640$	
Feijão	11.370	"	5.571:300$	
Arroz	10.020	"	4.519:020$	
Milho	43.735	"	8.757:120$	
Mamona	2.196	"	1.537:200$	
Fumo	1.135	"	2.272:800$	
Batatas doces	11.896	"	708:300$	
Côcos	22.521.560	coc.	2.252:156$	
Frutas	250.000	cent.	1.250:000$	
Outras culturas	—		500:000$	
Café	5.050	ton.	2.525:000$	92.910:780$

Produção industrial:

Industria textil	33.905:000$	
Industria de couros e peles	3.000:000$	
Industria de madeiras	3.500:000$	
Industria metalurgica	800:000$	
Industria ceramica	2.000:000$	
Industria da alimentação	6.500:000$	
Industria do mobiliario	663:310$	
Industria do vestuario	3.142:000$	
Industria da edificação	500:000$	
Industria do transporte	200:000$	
Industria de transmissão de forças fisicas.	82:100$	
Industria relativa á ciencia, letras e artes.	150:000$	
Industria da pesca	1.500:000$	
Industria de produtos quimicos e analogos	2.600:000$	58.542:410$
Total		151.453:190$

População pecuaria calculada em 1920:

	Quantidade	Valor
Bovina	388.371	48.127:161$000
Equina	84.998	12.378:955$000
Asinina e muar	14.105	2.876:200$000
Ovina	164.210	2.208:433$000
Caprina	219.081	4.521:458$000
Suina	86.869	5.844:352$000
Total	957.634	75.965:556$000

Relativamente ás zonas topograficas:

	Pop. pecuaria	Valor	Densidade %
Zona maritima	124.332	11.615:996$000	18,06
Zona da mata	248.866	22.985:474$000	38,25
Zona sanfranciscana	162.595	13.606:828$000	39,94
Zona sertaneja	421.841	27.748:061$000	43,79
Total	957.634	75.956:359$000	31,90

Produção da pecuaria em 1931

Bovinos.	26.384
Equinos	2.232
Asininos e muares	504
Ovinos	9.159
Caprinos	13.459
Total	51.738

Valor da propriedade rural

(Calculo de 1920)

Numero de propriedade	8.840
Area das propriedades	1.348.241
Valor das terras	95.977:785$000
Valor das benfeitorias	28.530:072$000
Valor dos maquinismos	8.442:305$000

MOVIMENTO COMERCIAL

Comercio de cabotagem

	Nacionais	Nacionalizadas	Total
Exportação:			
1929..	120.096:000$	961:000$	121.057:000$
1930..	82.550:000$	1.139:000$	83.689:000$
1931..	83.756:000$	1.632:000$	85.288:000$
Importação:			
1929..	42.764:000$	11.719:000$	54.483:000$
1930..	33.352:000$	8.096:000$	41.448:000$
1931..	36.232:000$	8.632:000$	44.864:000$

Comercio Exterior

	Toneladas	Valor
Exportação:		
1929	6.314	3.133:799$
1930	8.716	3.946:847$
1931	1.500	1.823:299$
Importação:		
1929	5.842	5.372:000$
1930	7.954	6.019:000$
1931	8.770	7.827:000$

Movimento maritimo

Embarcações entradas em	1929	1930	1931
a vapor	575	553	531
á vela	1.426	1.050	1.139
Total	2.001	1.603	1.670
Tonelagem	1.097.819	1.063.550	1.010.041

Movimento bancario

Movimento	1929	1930	1931
Total do movimento	101.102:000$	87.559:000$	84.563:257$
Emprestimos	32.822:000$	30.144:000$	30.138:000$
Depositos diversos	23.796:000$	20.580:000$	25.392:000$
Encaixe	6.579:000$	5.548:000$	6.581:000$

Giro comercial em 1931

Numero de comerciantes estabelecidos e ambulantes.	5.052
Total do giro comercial em 1931	284.353:963$000

Capital registrado até 1931

Firmas sociais	254	41.386:143$000
Firmas individuais	381	9.260:339$000
	635	50.646:482$000

Viação

Vias ferreas da Great Western	336,385 kms.
Vias ferreas das usinas	165,000 "
Estradas de rodagem	1.718,000 "
Receita da da Great Western em 1931	4.034:316$550

Finanças estaduais em 1931

Receita orçada	10.068:000$000
Receita arrecadada	10.074:518$000
Despesa fixada	10.725:548$000
Despesa paga	7.870:996$000

Finanças municipais em 1931

Receitas arrecadadas	2.709:091$000

Sinopse da situação dos municipios

AGUA BRANCA

Municipio creado em virtude da Lei n. 681, de 24 de abril de 1875. Comarca desde 1893, a qual pertencem os municipios de Mata Grande e Piranhas, com os distritos judiciarios de Agua Branca, Mata Grande, Piranhas e Entre Montes.

Altitude — 350 metros na séde do municipio, 300 em Sinimbú e 254 no povoado Pedra.

Clima — muito saudavel em todo o municipio. A temperatura média anual é de 26 gráos.

Minerais — Está constatada a existencia de marmore, ferro e grande abundancia de pedra calcarea.

Energia hidraulica — Está situada neste municipio a cachoeira de Paulo Afonso, a maior força hidraulica do norte do Brasil, utilizada, em parte minima, pela Companhia Agro Fabril Mercantil, com uma fabrica de fiação no povoado Pedra.

Viação — Além da estrada de ferro Paulo Afonso, que atravessa uma parte do territorio do municipio, Agua Branca é servido por boas estradas de rodagem em direção aos seus povoados principais, municipios limitrofes e capital do Estado, da qual está distante 318 quilometros. Possue serviço telegrafico fornecido pela linha da E. F. Paulo Afonso e pelo Telegrafo Nacional. Tem serviço postal, com agencias na séde e no povoado Pedra.

População — Conta atualmente 25.797 habitantes, sendo 12.200 homens e 13.577 mulheres. A população relativa é de 19,69 por km.^{2}.

Instrução — A população escolar está calculada em 2.570 crianças e existem no municipio 16 escolas de primeiras letras, das quais 13 mantidas pelo Estado, 2 pelo municipio e 1 particular. Nessas escolas matricularam-se no ultimo ano letivo 626 alunos, ou 24 % da população escolar.

Religião — O territorio do municipio constitue uma freguezia sob a invocação de N. S. da Conceição, com uma bela e vasta matriz, 7 capelas filiais, 5 associações pias, 5 irmandades, registrando-se no ultimo ano o seguinte movimento religioso: 659 batizados e 112 casamentos. Não se exercita no municipio outra religião além da catolica.

Comercio — O movimento comercial declarado, em 1931, pelos 162 contribuintes do imposto de industria e profissão, para o respectivo lançamento, foi de rs. 1.154:590$000. A exportação processada pela Coletoria Estadual montou a rs. 252:489$000 e a importação a 52:779$000. Mantem a população ativo comercio com os municipios limitrofes, alagoanos e pernambucanos.

Agricultura — E' um dos municipios mais produtores da zona sertaneja. Em 1931 foram arroladas para o lançamento do imposto territorial 1.520 propriedades rurais, representando um valor aproximado de 2.389:648$000. No ultimo ano agricola a sua produção teve a estimativa seguinte: 1.117 toneladas de milho, 741 de feijão, 12 de arroz, 1.200 de farinha de mandioca ,260 de batatas, 32 de café, 113 de algodão em rama, 340 de caroço de algodão, 100 de rapadura além de outras representando um valor de 2.000:000$000. As suas principais culturas, em

1920, ocupavam uma area de 1.896 hectares, estando atualmente muito aumentada.

Industria — A fabrica de fiação da Companhia Agro Fabril, estabelecida no povoado Pedra, possue um patrimonio no valor de...... 8.113:287$000 representado em maquinismos, predios, vila operaria e outras benfeitorias. Foi produtora de linha de algodão em carritel, estando hoje limitada á fabricação de varios tipos de fios e redes de dormir. Sua produção, em 1931, foi de 150.675 quilos no valor de 1.252:892$000. Além de outras pequenas industrias, contam-se a do beneficiamento de couros e da fabricação de sola. Houve no municipio uma produção de 8.000 quilos de sola, 1.000 quilos de couros cortidos, 10.000 de toucinho, 5.000 de queijo. Sua produção industrial pode ser calculada em...... 2.500:000$000.

Pecuaria — O municipio é criador por excelencia. Sua população pecuaria, em 1931, era a seguinte, segundo avaliação local:

Bovino	15.000
Equino	8.000
Asinino	5.000
Caprino	30.000
Ovino	15.000
Suino	2.000

O valor dos rebanhos era avaliado em 4.000:000$000. Tomadas em consideração as isenções fiscais para o lançamento do imposto sobre a produção do gado, em 1931, os rebanhos do municipio forneceram ao imposto 3.200 crias, assim discriminadas: bovino 1.227, equino 218, asinino e muar 72, ovino 317, caprino 1.366. A pecuaria produziu 10.000 quilos de couros e peles. São em numero de 500 os criadores no municipio.

Apicultura — Em 1920 existiam no municipio 8 estabelecimentos de apicultura com 23 colmeias, que tiveram uma produção de 82 quilos de mel e 11 de cera. Esses numeros devem estar atualmente muito aumentados.

Avicultura — O recenseamento federal de 1920 contou no municipio 17.501 aves domesticas, sendo 15.681 galinhas, 1.740 perús e 80 patos.

Povoados principais — **Agua Branca**, séde do municipio e da comarca, cidade desde 1919. E' uma das mais pitorescas cidades sertanejas, com 350 predios, muitos dos quais de elegante construção moderna, e uma população de 5.000 almas, aproximadamente. E' iluminada á luz eletrica. **Pedra**, á margem da estrada de ferro Paulo Afonso, o maior centro industrial do sertão, com cerca de 4.000 habitantes. **Varzea do Pico**, situado em terras fertilissimas, **Sinimbú**, tambem á margem da Paulo Afonso, Pariconha e outros.

Finanças — Em 1931 o municipio produziu as rendas seguintes:

Federais	15:313$000
Estaduais	31:671$000
Municipais	49:118$000

O municipio encerrou o ultimo exercicio com saldo.

ALAGOAS

Antigo povoado Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, creado

vila em 24 de abril de 1636. Judiciariamente pertence á comarca de São Miguel dos Campos.

Superficie — 268 kms.^{2}.

Clima — Em geral agradavel; humido no inverno e sujeito a febres intermitentes, nas partes baixas do vale do Sumauma.

Rios — Cortam o municipio o Sumauma, o Utinga, o Nequim e o Riacho Branco.

Ilhas — Santa Rita, Frades, Bois, Maranhão, Assobio e outras, todas muito ferteis e povoadas, especialmente a primeira.

Minerais — Folhelhos bituminosos, acusando a existencia do petroleo, afloram em varios lugares, principalmente no sitio Leopolis.

População — Conta o municipio 23.838 habitantes, sendo 11.811 homens e 12.027 mulheres. A população relativa é de 28.86 % por km.^{2}.

Viação — A principal é a lacustre, feita na grande lagoa Manguaba, com navegação diaria, em lancha a vapor, canoas e barcaças, até a capital, a cidade do Pilar e povoados principais do grande lago. Ha estradas para automovel para São Miguel de Campos e outros municipios. Dista da capital 61 quilometros. O seu porto maritimo, distante 6 leguas da cidade, chamado do Francez, muito frequentado no periodo colonial, é atualmente quasi inaccessivel devido a obstrução que sofreu. Tem serviço telegrafico e postal.

Instrução — A população escolar é de 2.380 crianças, aproximadamente, contando o municipio 1 grupo escolar e 12 escolas isoladas mantidas pelo Estado, 2 pela administração municipal e 5 por particulares, nas quais estiveram matriculados, no ultimo ano letivo, 630 alunos, ou 30 % da população escolar. Funciona na cidade de Alagoas uma sucursal do Asilo das Orfãs, com séde na capital, muito frequentado, que fornece ás educandas educação domestica, literaria e profissional. A Colonia de Pescadores Z 6 "São Pedro" mantem 4 escolas, 3 primarias e 1 de costuras, sendo 3 diurnas e 1 noturna.

Comercio — O movimento comercial, em 1931, segundo declarações de 148 contribuintes do imposto de industria e profissão, foi de 1.044:000$000. O seu intercambio comercial é feito exclusivamente com a capital e municipios limitrofes.

Agricultura — Em 1931 foram arroladas para o pagamento do imposto territorial 640 propriedades rurais, com uma area de 22.000 hectares, aproximadamente e um valor, tambem aproximado, de..... 4.783:000$000. Conta o municipio 7 engenhos de assucar todos funcionando. Grande produtor de côcos, contam-se no municipio 76.075 coqueiros novos frutificando e cerca de 12.000 novos. No ultimo ano agricola á sua produção foi a seguinte: 55 toneladas de milho, 70 de feijão, 190 de arroz, 250 de batatas, 139 de café, 7 de mamona, 382 de assucar, 161 de farinha de mandioca, 16 de polvilho, tendo produzido 3.043.000 côcos e 15.600 litros de aguardente. Sua produção agricola pode ser avaliada em 1.500:000$000.

Industrias — Além da industria da pesca, exercida por grande numero de pessoas na lagoa Manguaba, excessivamente piscosa, as demais são carecedoras de importancia.

Pecuaria — O calculo federal em 1920 apresenta os totais seguintes:

Bovino	2.683
Equino	631
Asinino e muar	396
Ovino	584

Caprino	301
Suino	253

O valor dos rebanhos era de 527:016$000. A produção pecuaria arrolada para o pagamento do respectivo imposto, em 1931, acusou 298 bovinos, 30 equinos, 8 asininos, 80 ovinos, 10 caprinos, no total de 417 crias.

Religião — Freguezia de fundação imemorial, sob a invocação de N. S. da Conceição, conta 6 templos, 5 capelas filiais, 5 associações pias e 3 irmandades. Em 1931 teve o seguinte movimento: 464 batizados e 47 casamentos. Entre os seus templos, destaca-se pela sua ancianidade e recordações historicas o convento de São Francisco, atualmente ocupado pela sucursal do Asilo das Orfãs.

Povoações principais — Alagoas, situada á margem da lagoa Manguaba, capital de Alagoas até 1839. E' uma das mais antigas povoações alagoanas. Conta mais de 1.000 predios, quasi todos coloniais. Possue uma usina de eletricidade que fornece a iluminação publica e particular. **Santa Rita**, grande ilha formada pelo canal da Seriba ao oriente e dos Remedios ao ocidente, muito povoada e cultivada, e outros.

Finanças — Em 1931, a população contribuiu:

Para o Governo Federal	21:806$000
Para o Governo Estadual	49:870$000
Para o Governo Municipal	35:062$000

ANADIA

Municipio creado em 18 de novembro de 1801, sob a denominação de São João de Anadia, desmembrando-se da jurisdição administrativa de São Miguel dos Campos. Comarca creada em 1833, incorpora os municipios de Arapiraca e Limoeiro e conta 6 distritos judiciarios, a saber: Anadia, Mar Vermelho, Tanque d'Arca, Arapiraca, Limoeiro e Cana Brava.

Superficie — 1.115 quilometros.

Altitude — 130 metros na séde e 505 em Mar Vermelho.

Posição astronomica — 9° 41' 00" de latitude e 36° 15' 02" de longitude W. Grw.

Clima — Em geral muito saudavel. Mar Vermelho é considerado um sanatorio para tuberculosos. Temperaturas médias em 1931: maxima 30,1; minima 19,2 gráos. Humidade relativa 82,6. Total das chuvas 1.086, 8 m/m, registrando a estação meteorologica 145 dias de chuvas.

Minerais — Está constatada a existencia de ferro, em Tanque d'Arca e em Mar Vermelho, na serra Pirangussú; aguas marinhas, marmore inferior e cobre.

Viação — Comunica-se com a capital, da qual fica distante 107 quilometros, com os municipios limitrofes e seus principais povoados por estradas de rodagem. Tem serviço telegrafico e postal.

População — 64.806 habitantes, sendo 32.176 homens e 32.730 mulheres. A população relativa é de 58,10 por km.².

Instrução — A população escolar orça por 6.440 crianças, para as quais conta o municipio 8 escolas estaduais, 3 municipais e 1 particular. No ultimo ano essas escolas foram frequentadas por 412 crianças, ou 6 % da população escolar.

Comercio — O movimento comercial em 1931 foi de 3.384:000$000, segundo as declarações de 204 contribuintes do imposto de industria e

profissão. A importação e exportação são feitas por intermedio da capital e dos municipios circunvisinhos, com os quais mantem ativo comercio. Funciona na séde do municipio um banco de credito agricola e popular, recentemente fundado, com o capital de 51:250$000 e um movimento, no ultimo ano, de 213:065$000.

Agricultura — O lançamento do imposto territorial em 1931 arrolou 1.482 propriedades rurais, com uma area excedente de 80.000 hectares e um valor aproximado de 6.000:000$000. Rico municipio agricola, com 32 engenhos de assucar e 410 estabelecimentos produtores de farinha de mandioca, a sua produção no ultimo ano foi a seguinte: 5.871 toneladas de milho, 1.331 de feijão, 190 de arroz, 600 de batatas, 608 de algodão em rama, 1.800 de caroço de algodão, 74 de fumo em corda, 318 de mamona, 451 de café, contando 150.400 cafeeiros, 500 de rapadura, 1.346 de assucar, 3.540 de farinha de mandioca, 187 de polvilho e 20.000 litros de aguardente, podendo ser a sua produção avaliada em....... 6.000:000$000. As suas culturas principais ocupam uma area de 8.274 hectares aproximadamente.

Industria — Funcionam no municipio 5 descaroçadores de algodão, 9 fabricas de calçados, 1 de artefatos de couro, 4 de moveis, 9 cortumes e outros pequenos estabelecimentos. O municipio é grande produtor de couros e peles. A sua produção industrial pode ser estimada em...... 1.000:000$000.

Pecuaria — Calculo federal de 1920:

Bovino ...	16.132
Equino ...	5.589
Asinino e muar ...	749
Ovino ...	5.968
Caprino ...	8.051
Suino ...	4.476

O gado estava avaliado em 3.502:000$000. A produção dos seus rebanhos, em 1931, deduzidas as isenções fiscais, foi a seguinte: 1.446 bovinos, 217 equinos, 73 asininos e muares, 154 ovinos, 76 caprinos, no total de 1.966 cabeças.

Apicultura — Em 1920 existiam 191 estabelecimentos produtores com 1.540 colmeias, uma produção de 5.189 litros de mel e 589 quilos de cera.

Avicultura — No mesmo ano foram contados no municipio 105.407 aves domesticas, sendo 88.377 galinhas, 12.786 perús e 4.244 patos.

Religião — Freguezia sob a invocação de N. S. da Piedade. O movimento religioso em 1931, foi o seguinte: 2.411 batizados e 346 casamentos.

Povoados principais — Anadia, cidade, séde do municipio e da comarca, pelo seu aspecto tristonho não dá a idéa da expansão agricola e florecencia do seu territorio. Possue cerca de 350 predios antigos, destacando-se um ou outro de aparencia mais agradavel. Tem uma usina de eletricidade que fornece a iluminação publica e particular. Mar Vermelho, muito saudavel e futuroso; Pindoba Grande e outros.

Finanças — Para as rendas publicas, em 1931, o municipio concorreu:

Rendas federais ...	24:921$000
Rendas estaduais ...	58:697$000
Rendas municipais ...	38:314$000

ARAPIRACA

Municipio creado em 1926, judiciariamente pertencente á comarca de Anadia.

Superficie — 365 kms.².

População — 11.800 habitantes, sendo 5.700 homens e 6.100 mulheres, ou 33,15 habitantes por km.².

Clima — Seco e temperado.

Altitude — 290 metros na séde.

Viação — Estrada de rodagem entre a séde e a capital, numa distancia de 184 quilometros, os povoados e os municipios limitrofes. Tem serviço telegrafico e serviço postal.

Instrução — A população escolar está calculada em 1.180 crianças para as quais existem 5 escolas estaduais e 1 municipal. Em 1931 matricularam-se 234 alunos, ou 19 % da população escolar.

Comercio — Giro comercial aproximado de 750:000$000. Seu comercio bastante ativo faz-se com os municipios visinhos.

Agricultura — Estimativa da produção agricola em 1931, segundo informações locais e elementos de investigação da Directoria de Estatistica: 180 toneladas de milho, 47 de feijão, 147 de arroz, 200 de batatas doces, 25 de algodão em rama 75 de caroço de algodão, 5 de fumo em corda, 30 de mamona, 620 de farinha de mandioca, 46 de polvilho, no valor aproximado de 700:000$000.

Industria — Conta o municipio 2 beneficiadores de algodão, diversos cortumes e varios pequenos estabelecimentos industriais. Produziu: 3.120 quilos de toucinho, 1.500 de banha de porco, 500 de queijo, 4.160 de sola, 1.230 de couros cortidos.

Pecuaria — Existem no municipio: 4.500 bovinos, 650 equinos, 220 asininos e muares, 2.890 caprinos, 2.400 ovinos e 600 suinos, no valor aproximado de rs. 750:000$000. A produção de couros foi de 10.000 quilos.

Povoados principais — Arapiraca, séde do municipio com a categoria de vila, risonha povoação com cerca de 300 casas, iluminada a luz eletrica, a 60 quilometros do rio São Francisco, para onde se escôa grande parte da produção do municipio. Veados, Riachão, Caraibas e outros.

Finanças — No ultimo ano a população contribuiu:

Para o governo Estadual	23:209$000
Para o governo municipal	17:694$000

A contribuição federal figura na renda das coletorias de Anadia e Limoeiro.

ATALAIA

E' um dos mais antigos municipios do Estado e dos mais prosperos e futurosos. Comarca desde 1832, á qual, pela reforma de 1931, foi anexado o municipio de Pilar. Tem 2 distritos judiciarios.

Superficie — 880 kms.².

Altitude — 58 metros na parte baixa da cidade, 65 em Estrada Branca, 109 em Urupema e 148 em Bitencourt.

Clima — Em geral bastante saudavel.

População — 76.796 habitantes, sendo 38.419 homens e 38.377 mulheres, ou 79,31 por km.².

Finanças — A contribuição da população em 1931 foi a seguinte:

Federal	300:582$000
Estadual	66:504$000
Municipal	27:000$000

BELO MONTE

Municipio creado em 1886, judiciariamente subordinado á comarca de Pão de Assucar.

Superficie — 858 kms.².

População — 10.283 habitantes, sendo 4.984 homens e 5.219 mulheres, ou 11,98 por km.².

Clima — Temperado e em geral saudavel.

Viação — Dista da capital 184 kms. e com ela se comunica por estrada de rodagem. Tem comunicação fluvial, pelo rio São Francisco, até á sua foz. Serviço telegrafico e postal.

Instrução — A população em idade escolar está avaliada em 1.030 creanças, para as quais existem 5 escolas primarias mantidas pelo Estado. Em 1931 estiveram matriculados 141 alunos, ou 13 % da população escolar.

Comercio — O giro comercial declarado em 1931 foi de 489:000$, a importação montou a 12:591$000 e a exportação a 10:649$000. O comercio é feito principalmente com a praça de Penedo.

Agricultura — O lançamento do imposto territorial, em 1931, alcançou 274 propriedades rurais, representando um valor de 500:000$. Sua produção na ultima safra foi calculada em: 205 toneladas de milho, 82 de feijão, 306 de arroz, 100 de batatas, 81 de algodão em rama, 240 de caroço de algodão, 3 de fumo, 745 de farinha de mandioca e 15 de polvilho. Em 1920 sua area cultivada, atualmente muito maior, era de 530 hectares. O valor da sua produção agricola excede de 600:000$000.

Industria — Além do beneficiamento do algodão, feito em 3 descaroçadores, da exploração de couros e peles, as demais carecem de importancia.

Pecuaria — Calculo do recenseamento federal de 1920: bovinos 10.746, equinos 524, asininos e muares 259, ovinos 3.215, caprinos 3.977, suinos 290, no valor de 1.615:500$000.

Religião — Freguezia sob o padroado de N. S. do Bom Conselho, com 1 templo, 5 capelas filiais e 2 associações pias. Movimento religioso em 1931: batisados 310 e casamentos 40.

Povoados principais — Belo Monte, vila, séde do municipio, antigo povoado da Lagoa Funda, á margem esquerda do São Francisco, nas proximidades da confluencia do rio Panema. Tem cerca de 300 predios e uma população de 3.000 almas, aproximadamente. Batalha, centro algodoeiro, Riacho do Sertão e outros.

Finanças — A população contribuiu em 1931 com 25:207$000 para as rendas estaduais e 11:465$000 para as municipais. A contribuição federal incorpora-se á renda arrecadada pela coletoria de Pão de Assucar.

CAMARAGIBE

A fundação do municipio data de 1853. Para os efeitos judiciarios, pela reforma de 1931, foi incorporado á comarca de São Luiz do Quitunde.

Superficie — 578 kms.².

População — 31.366 habitantes, sendo 15.097 homens e 16.279 mulheres, ou 54,25 por quilometro quadrado.

Clima — Quente e humido; alguns casos de impaludismo nas partes baixas do municipio.

Posição astronomica — 9° 14' 48" de latitude e 35° 29' 58" de longitude W. Grw.

Minerais — Afirma-se existir uma jazida de carvão nos Morros de Camaragibe, que foi objeto de estudos do dr. Fernandes Barros, ha mais de 60 anos. Afirma-se igualmente a existencia de outros minerais. Os folhelhos betuminosos afloram no seu litoral, denunciando o petroleo.

Energia hidraulica — A 30 kms. da cidade do Passo, o rio Camaragibe forma uma linda cachoeira, com força potencial de 7.425 H. P.

Viação — O municipio comunica-se com a capital, da qual está distante 62 quilometros, por estrada de rodagem, havendo tambem comunicação maritima e fluvial. Os seus portos principais são de Barra de Camaragibe, com cerca de 45 metros de largura e regular profundidade, correspondendo a atual foz do rio que lhe dá o nome. Ao sul deste fica a primitiva barra do mesmo rio, nos Morros de Camaragibe, excelente abrigo interno, com perto de 350 metros de largura sobre 10 de profundidade. Por esses portos mantem o municipio regular navegação até a capital e Recife, por meio de pequenos veleiros. Por estrada de rodagem está ligado aos municipios circunvizinhos. Tem serviço telegrafico e postal.

Instrução — A população escolar é avaliada em 3.130 almas. Existem no municipio 1 grupo escolar, denominado "Messias de Gusmão", e 10 escolas isoladas mantidas pelo Estado. A municipalidade mantem uma. Em 1931 estiveram matriculados 433 alunos, ou 13 % da população em idade escolar.

Comercio — O movimento comercial, no ultimo ano, acusou um giro de 2.753:000$000. Sua exportação direta foi de 63:072$000 e a sua importação montou apenas em 3:228$000. O comercio é feito com a capital, para onde é exportada a sua produção e onde a população se abastece.

Agricultura — O imposto territorial, em 1931, alcançou 169 propriedades rurais, com uma area de 53.000 hectares e um valor aproximado de 5.106:000$000. O municipio é essencialmente assucareiro, possuindo excelentes terras para a cultura da cana, contando para essa industria 3 usinas com um capital invertido na exploração de 5.400:000$. e 61 engenhos banguês em pleno funcionamento. No litoral cultiva-se intensivamente o coqueiro, existindo atualmente 28.723 pés frutificando e cerca de 8.000 novos. Seus coqueirais produsiram, na ultima safra, 1.142.920 côcos. Sua produção agricola foi assim calculada, em 1931: 3.100 toneladas de farinha de mandioca, 150 de polvilho, 150 de rapadura, 5.604 de assucar, 45.000 litros de aguardente, 10.000 de alcool, 20.000 de alcool-motor, 30 de fumo, 10 de mamona, 140 de milho, 100 de feijão, 11 de arroz, 310 de batatas, além de outras produções. O valor de sua pprodução excede de 3.000:000$000.

Industrias — Existem no municipio, além dos estabelecimentos assucareiros, 250 pequenas fabricas de farinha de mandioca, 10 alambiques, 2 fabricas de vinagre, 2 de artefatos de couro, e outros de menor importancia. Sua produção industrial pode ser calculada em 500:000$000.

Pecuaria — Calculos autorizados dão a seguinte população pecuaria no municipio: bovinos, 6.000; equinos, 1.800; asininos e muares, 300; caprinos, 500; ovinos, 2.000; suinos, 1.500, sendo o valor desses rebanhos estimado em 1.500:000$000. A produção de couros foi de

5.000 quilos. A produção dos rebanhos, dedusidas as numerosas isenções fiscais, em 1931, foi de 409 crias.

Apicultura — Em 1920 existiam 13 estabelecimentos de apicultura com 417 colmeias e uma produção de 921 litros de mel e 142 de cera.

Avicultura — No mesmo ano foram contadas no municipio 20.071 aves domesticas.

Religião — A padroeira da freguezia é N. S. da Conceição, tendo havido, no ultimo ano, 653 batisados e 57 casamentos. Tem a freguezia 7 templos, 6 capelas filiais e 2 associações pias.

Povoados principais — Passo de Camaragibe, cidade, séde do municipio, á margem do rio Camaragibe 612 predios terreos e 6 assobradados, muitos de moderna e bonita arquitetura. A cidade, cuja fundação data do seculo XVII, tem essa categoria desde 1880. Iluminada a luz eletrica. Notam-se o edificio do grupo escolar "Messias de Gusmão", o teatro, a matriz, a ponte de cimento armado sobre o rio Camaragibe, o cais do porto, a Prefeitura e boas habitações particulares. Matriz de Camaragibe, antiga vila, séde do 2º distrito judiciario, com 200 predios aproximadamente, quasi todos coloniais. Barra de Camaragibe, Solcdade, Urucú.

Finanças — Em 1931 a contribuição da população foi a seguinte:

Rendas federais	39:902$000
Rendas estaduais	49:375$000
Rendas municipais	40:950$000

CAPELA

Municipio creado em 1890. Judiciariamente incorporado á comarca de Viçosa.

Superficie — 578 kms.².

Altitude — 78 metros em Capela e 108 em Cajueiro.

Clima — Geralmente saudavel.

Hidrografia — O municipio é banhado pelo Paraíba, o mais importante do territorio, e pelos Satuba e Riachão.

Orografia — Serras do Bananal, Sobrado, Periperi, Tronco e outras.

População — 36.436 habitantes, sendo 18.247 homens e 18.189 mulheres, ou 63,03 habitantes por quilometro quadrado.

Viação — O municipio é servido pela Great Western, com estações em Capela, Cajueiro e Gameleira. Possue boas estradas de rodagem em direção da capital, da qual fica distante 60 kms., municipios limitrofes e povoados principais. Diariamente, além das comunicações pela estrada de ferro, ha serviço de auto-omnibus entre a capital e a séde do municipio, mantendo concorrencia com a Great Western, e serviço postal com agencias em Capela e Cajueiro.

Instrução — A população escolar está calculada em 3.640 almas. Além do grupo escolar "Torquato Cabral", instalado em belo edificio proprio, o governo mantem 6 escolas primarias isoladas. Ha uma escola particular de primeiras letras. Em 1931 a matricula foi de 511 creanças, ou 14 % da população escolar.

Comercio — O movimento comercial, em 1931, foi de 2.753:000$. A importação processada pela Coletoria Estadual, procedente de outros Estados, montou a 35:558$000, sendo de 4:940$000 o movimento de exportação direta. Seu comercio é feito com a capital e municipios circunvizinhos.

Agricultura — O imposto territorial, em 1931, acusou a existencia de 129 propriedades rurais, com uma area excedente de 45.000 hectares e um valor aproximado de 6.665:000$000. Municipio assucareiro, situado na zona da mata e banhado pelo rio Paraíba, possue terras magnificas para todas as culturas especialmente a cana de assucar. Conta 2 grandes usinas, com um valor patrimonial de 3.750:000$000 e 50 engenhos banguês. Sua ultima safra foi assim calculada: 630 toneladas de milho, 337 de feijão, 27 de arroz, 316 de batatas, 96 de algodão em rama, 227 de caroço de algodão, 15 de fumo, 9 de mamona, 6.363 de assucar, 80.000 litros de aguardente, 30.000 de alcool, 328 toneladas de farinha de mandioca, 14 de polvilho, sendo consideravel a sua produção de frutas, inhame, etc., de consumo local. O valor de sua produção excedeu de 4.000:000$000.

Industria — Conta o municipio 5 beneficiadores de algodão, 13 fabricas de bebidas, 3 de calçados, 1 de artefatos de couro, 1 de vinagre, 20 alambiques e outros estabelecimentos de menor importancia para a vida industrial do municipio. Mencionam as estatisticas uma produção de 1.500 quilos de toucinho, 30.000 de banha, 35.000 de couros diversos.

Pecuaria — A população pecuaria do municipio está calculada, em 1931, em 5.000 bovinos, 1.350 equinos, 150 muares, 1.200 caprinos, 400 ovinos, 1.500 suinos, no valor de 1.100:000$000.

Avicultura — Em 1920 foram contadas no municipio 28.111 aves domesticas.

Apicultura — No mesmo ano existiam 123 colmeias que produziram 336 litros de mel e 31 quilos de cera.

Religião — Freguezia sob a invocação de N. S. da Conceição.

Povoados principais — Capela, cidade, séde do municipio, situada á margem direita do rio Paraíba, com 610 predios terreos, muitos de moderna arquitetura, um belo edificio escolar, matriz, Prefeitura, Mercado Publico, com serviço de iluminação eletrica publica e particular. Cajueiro, ex-séde do municipio, com cerca de 400 predios, á margem da linha ferrea, comercio muito desenvolvido, iluminação eletrica. Riachão, centro agricola muito importante. Santa Efigenia e outros.

Finanças — A contribuição da população, em 1931, para as rendas publicas foi a seguinte:

Federal	134:032$000
Estadual	42:600$000
Municipal	41:334$000

CORURIPE

Municipio creado em 1866, atualmente anexado, judiciariamente, á comarca de São Miguel dos Campos.

Superficie — 1.038 kms.².

Altitude — 10 metros na séde do municipio.

Posição astronomica — 10° 08' 00" de latitude e 36° 12' 21" de longitude W. Grw.

Clima — Quente e humido. A estação meteorologica da séde do municipio, em 1931, registrou as médias seguintes: temperatura média das maximas, 29,4; média das minimas, 20.5; maior maxima, 33,0; menor minima 13,9; humidade relativa, 82,9; direção predominante do vento SE; nebulosidade, 5,1; chuvas: numero de dias 195; maior chuva em 24 horas, 39,7 m/m.

Hidrografia — O territorio é banhado pelos rios Coruripe e Fran-

cisco Alves, o primeiro navegavel da foz até a cidade. Contam-se no municipio as lagoas Jiquiá, Poxim, Guaxuma, Santa Luzia, Pescoço e outras.

População — 20.566 habitantes, sendo 9.669 homens e 10.879 mulheres, ou 19,94 habitantes por quilometro quadrado.

Viação — Conta o municipio dous pequenos portos maritimos, o Pituba, na foz do rio Poxim e o Batel, em frente ao rio Coruripe, numa enseada que oferece ancoradouro regular a embarcações de pequeno calado, que fazem a navegação até a capital e até Penedo, regularmente. O rio Coruripe oferece ainda viação fluvial. A viação terrestre é feita em estradas de rodagem, na direção da capital, da qual a séde do municipio está distante 152 kms. e dos municipios circunvizinhos. Tem serviço telegrafico e postal.

Instrução — A população escolar está calculada em 2.050 crianças. Possue o municipio 9 escolas de primeiras letras mantidas pelo Estado, 1 municipal e 1 particular. No ultimo ano letivo matricularam-se 377 alunos, ou 18 % da população escolar.

Religião — Freguezia sob a invocação de N. S. da Conceição, subordinada ao bispado de Penedo. Em 1931 teve o seguinte movimento: 544 batisados e 104 casamentos. Conta 1 templo, 13 capelas filiais e 3 associações pias.

Comercio — Em 1931 o movimento comercial montou a...... 2.497:000$000. O seu comercio é feito com a capital do Estado, por via maritima, principalmente, quer para a exportação, quer para a importação.

Agricultura — O territorio do municipio está no vale fertilissimo do rio Coruripe, onde existem as melhores terras do Estado para a cultura da cana. O imposto territorial, no ultimo ano, contou 884 propriedades rurais, com uma area aproximada de 20.000 hectares e um valor de 5.000:000$000. Grande produtor de assucar e cana, conta o municipio 53.950 coqueiros frutiferos. Possue uma usina de assucar com um valor patrimonial de 2.660:000$000 e 14 engenhos banguês em pleno funcionamento. A sua ultima safra agricola foi assim calculada: 7.530 toneladas de assucar, 23 de rapadura, 106.755 litros de aguardente, 26.507 de alcool potavel, 15.508 de alcool-motor, 32 toneladas de algodão em rama, 100 de caroço de algodão, 30 de fumo em corda, 374 de milho, 60 de feijão, 255 de arroz, 190 de batatas, 380 de farinha de mandioca, 12 de polvilho, 385 de café, 2.158.000 côcos, além de grande produção de frutas e outras culturas, no valor aproximado de 3.500:000$000.

Industria — Conta o municipio 190 pequenas fabricas de farinha de mandioca, 10 de bebidas, 3 salinas, 2 fabricas de artefatos de couro, 2 de oleos, 4 de moveis. A industria de pesca é das mais importantes no municipio, praticada pelas colonias de pescadores Z 9 e Z 10, denominadas, respectivamente, "Homero Galvão" e "Castro Azevedo". O valor da produção industrial excede de 800:000$000.

Pecuaria — Existem no municipio 94 criadores e a seguinte população pecuaria, arrolada pelos recenseadores federais de 1920: 16.839 bovinos, 4.572 equinos, 233 asininos e muares, 3.952 ovinos, 2.102 caprinos, 3.515 suinos, no valor de 5.079:000$000. Em 1931 a produção de banha foi de 3.000 quilos, a de toucinho 15.000 quilos, a de couros 2.260 quilos e a de peles 173 quilos. O arrolamento da produção do gado, para o lançamento do respectivo imposto, em 1931, deduzidas as isenções fiscais, registrou 411 crias.

Avicultura — Em 1920 existiam no municipio 29.113 aves domesticas.

Apicultura — A criação de abelhas, naquele ano, era feita em 64 estabelecimentos com 813 colmeias, registrando-se uma produção de 2.707 litros de mel e 288 quilos de cera.

Religião — Freguezia sob a invocação de N. S. da Conceição, pertencente á diocese de Penedo, com 1 templo, 13 capelas filiais e 3 associações pias. O movimento religioso do ultimo ano registrou 544 batisados e 104 casamentos.

Povoações principais — Coruripe, cidade desde 1892, séde do municipio, á margem esquerda do rio Coruripe, distante do porto maritimo cerca de 6 kms. E' uma linda cidade, com 626 predios, alguns de bom aspecto e solida construção, iluminada a luz eletrica. Poxim, antiga vila, decadente; Camaçari, com uma importante usina assucareira, muito futuroso; Agua de Meninos e outros.

Finanças — Em 1931 a contribuição da população para as rendas publicas foi a que se segue:

Federais	76:100$000
Estaduais	34:329$000
Municipais	34:368$000

IGREJA NOVA

Municipio creado em 1890 e judiciariamente pertencente á comarca de Penedo.

Superficie — 836 kms.².

Altitude — 35 metros.

População — 21.486 habitantes, sendo 10.293 homens e 11.193 mulheres, ou 25,70 habitantes por km.².

Instrução — A população escolar está calculada em 2.170 creanças. Contam-se 12 escolas primarias nas quais se matricularam no ultimo ano 272 alunos, ou 12 % da população escolar.

Viação — Comunica-se com a capital, via Penedo, pelo rio São Francisco, havendo tambem estrada de rodagem. Dista da capital 187 quilometros. Tem serviço telegrafico e postal.

Religião — Freguezia pertencente ao bispado de Penedo, sob a invocação de São João Batista, com uma Ordem 3ª, 1 templo e 20 capelas filiais. O movimento religioso do ultimo ano foi o seguinte: 691 batisados e 101 casamentos.

Comercio — O giro comercial do ultimo ano montou, segundo as respectivas declarações, em 650:000$000. A exportação direta foi de 42:351$000. O comercio é quasi todo feito com a praça de Penedo.

Agricultura — Estão arroladas no municipio 1.227 propriedades rurais com um valor de 1.802:000$000. No ultimo ano agricola a sua safra foi assim calculada: 9 toneladas de café, 150 de farinha de mandioca, 2 de polvilho, 289 de milho, 147 de feijão, 1.995 de arroz, 210 de batatas, 72 de algodão em rama, 210 de caroço de algodão, 16 de fumo, 22 de rapadura, 3.000 litros de aguardente, no valor aproximado de 1.800:000$.

Industria — Existem no municipio 2 alambiques para aguardente, 3 pequenos engenhos de assucar, 250 pequenas fabricas de farinha de mandioca, 1 descaroçador de algodão, 6 fabricas de bebidas, 3 de calçados, 2 de artefatos de couro. Registrou uma produção de 700 quilos de sola e 580 de couros cortidos.

Pecuaria — Existem no municipio, aproximadamente, 11.000 bovinos, 2.000 equinos, 3.000 muares e asininos, 4.000 caprinos, 3.000 ovinos, 2.000 suinos no valor de 1.900:000$000. A produção dos rebanhos

apurada em 1931, dedusidas as isenções, foi a seguinte: 1.188 bovinos, 166 equinos, 19 muares, 623 caprinos e 529 ovinos.

Povoados principais — Igreja Nova, antiga povoação do Oitizeiro, vila, séde do municipio, situada á margem da lagoa Boacica, a 30 kms., da cidade de Penedo, com 380 predios; Salomé, centro agricola e criador.

Finanças — A população contribuiu, em 1931, para as despesas publicas com as seguintes verbas:

Rendas federais	7:000$000
Rendas estaduais	25:231$000
Rendas municipais	15:855$000

JUNQUEIRO

Municipio creado pela Lei n. 379, de 15 de junho de 1903, judiciariamente pertencente á comarca de Coruripe.

Superficie — 487 kms.^{2}.

Hidrografia — O territorio é banhado pelos rios Coruripe e Piauí.

Clima — Excelente.

População — 12.787 habitantes, sendo 6.184 homens e 6.603 mulheres, ou 26,25 habitantes por km.^{2}.

Viação — Comunica-se com a capital, da qual está distante 142 kms., por estrada de rodagem, com a cidade de Penedo e outros municipios. Não tem serviço telegrafico. Tem serviço postal.

Instrução — A população escolar é de 1.190 almas. Existem 6 escolas de primeiras letras mantidas pelo governo do Estado, nas quais estiveram matriculados no ultimo ano letivo 191 creanças, ou 16 % da população escolar.

Religião — Freguezia sob o patronato da Divina Pastora, pertencente á diocese de Penedo, com 1 templo, 5 capelas filiais e 5 associações pias. Movimento religioso: 563 batisados e 44 casamentos.

Comercio — O giro comercial, em 1931, montou a 300:000$000, feito com a praça de Penedo e municipios circunvizinhos.

Agricultura — Estão arroladas no municipio 768 propriedades rurais no valor de 869:000$000. A produção principal é algodão. Na ultima safra a produção agricola acusa os totais seguintes: 200 toneladas de rapadura, 40 de assucar, 78 de algodão, 200 de caroço de algodão, 6 de fumo, 208 de milho, 124 de feijão, 16 de arroz, 119 de batatas, 240 de farinha de mandioca, 11 de polvilho, 35 de café, no valor de 850:000$.

Pecuaria — Calculo do recenseamento federal de 1920: bovinos 5.571, equinos 611, asininos e muares 103, ovinos 1.351, caprinos 887, suinos 511, no valor de 800:000$000.

Industria — Carecem de importancia as existentes no municipio.

Povoados principais — Junqueiro, vila, séde do municipio, situado á margem esquerda do rio Piauí, com 250 predios todos terreos e cerca de 1.500 habitantes.

Finanças — A arrecadação das rendas publicas, em 1931, acusa os totais seguintes:

Renda federal	7:000$000
Renda estadual	10:683$000
Renda municipal	11:497$000

LEOPOLDINA

Municipio creado em 1901 e judiciariamente pertencente á comarca de Porto Calvo.

Superficie — 460 kms.^{2}.

Altitude — 155 metros na séde do municipio.

Clima — Muito salubre.

Hidrografia — Banham o territorio os rios Taquara, Jacuípe, Manguaba e Manguabinha.

Orografia — Serras principais: Teixeira, Gavião, Moças e São João.

População — 31.604 habitantes, sendo 15.467 homens e 16.137 mulheres, 68,69 habitantes por kms.^{2}.

Viação — A séde do municipio dista da capital 136 kms. e com ela se comunica por estrada de rodagem. A estação da estrada de ferro que lhe fica mais proxima para a capital é a de São José da Lage, com a qual se comunica por estrada de rodagem. Não tem serviço telegrafico. Tem serviço postal.

Instrução — A população escolar está calculada em 3.142 creanças, para as quais, no ultimo ano letivo, existiam apenas 3 escolas de primeiras letras. Estiveram matriculados 99 alunos, ou 3 % da população escolar. E' o municipio onde a instrução está menos disseminada.

Comercio — Em 1931 o movimento comercial, segundo o giro declarado ás exatorias, foi de 695:000$000. A importação montou a 296:679$000 e a exportação a 265:714$000. O comercio é quasi todo feito com a praça do Recife e municipios limitrofes.

Agricultura — Municipio assucareiro, situado na zona da mata, possue as melhores terras para a cultura da cana de assucar e outras lavouras. Conta 1 usina de assucar, 13 engenhos, 4 alambiques para a fabricação de aguardente. Em 1931 a coletoria estadual arrolou 190 propriedades rurais no valor de 3.435:000$000. No ultimo ano agricola as suas safras acusaram, aproximadamente, os totais seguintes: 659 toneladas de café, sendo a existencia de cafeeiros, em 1920, avaliada em 216.250 pés, 1.200 de farinha de mandioca, 160 de goma de mandioca, 183 de milho, 487 de feijão, 52 de arroz, 319 de batatas, 20 de algodão, 60 de caroço de algodão, 12 de fumo em corda, 31 de mamona, 166 de rapadura, 4.200 de assucar, 5.000 litros de aguardente. O valor da sua produção excede de 2.500:000$000. O municipio é riquissimo em matas.

Industria — Além da industria assucareira, as demais carecem de importancia.

Pecuaria — O recenseamento federal de 1920 contou no municipio 4.733 bovinos, 2.461 equinos, 1.322 asininos e muares, 2.189 ovinos, 2.202 caprinos e 1.320 suinos, no valor de 1.146:000$000.

Avicultura — Em 1920 existiam no municipio 19.906 aves domesticas.

Apicultura — Os recenseadores federais de 1920 contaram 20 estabelecimentos de apicultura com 426 colmeias, que produsiram 653 litros de mel e 67 quilos de cera.

Povoados principais — Leopoldina, vila, séde do municipio, antiga colonia militar, junto ao rio Jacuípe, com cerca de 250 predios; Jacuípe, Taquara e Munguba.

Finanças — A população concorreu para as despesas publicas, em 1931, com 52:664$000 para o Estado e 25:417$000 para o municipio.

LIMOEIRO

Municipio fundado em 1882, pertencente, judiciariamente, á comarca de Anadia.

Superficie — 1.032 kms.².

Altitude — 46 metros na séde.

Clima — Geralmente muito saudavel.

Minerais — Está mais ou menos constatada a existencia de ferro na serra dos Veados e depositos de hematite magnetico em varios pontos.

População — 28.582 habitantes, sendo 13.184 homens e 14.741 mulheres, ou 27,69 habitantes por km.².

Viação — A séde do municipio dista da capital 151 kms. e com ela se comunica por estrada de rodagem, existentes tambem na direção de seus povoados principais e municipios circunvizinhos. Tem serviço telegrafico e postal.

Instrução — A população escolar é de 2.850 crianças, existindo 9 escolas primarias, nas quais estiveram matriculadas no ultimo ano letivo 291, ou 10 % da população em idade escolar.

Religião — Freguezia sob o patronato de N. S. da Conceição, pertencente á diocese de Penedo, com 1 templo, 13 capelas filiais e 2 associações pias. O movimento religioso, em 1931, foi o seguinte: 1.111 batisados e 236 casamentos.

Comercio — O giro comercial, segundo as declarações feitas perante a respectiva coletoria estadual, foi de 671:000$000. Seu comercio é feito com os municipios limitrofes.

Agricultura — Estão arroladas no municipio 950 propriedades rurais, no valor aproximado de 3.277:000$000. A sua produção agricola foi a seguinte: 5 toneladas de rapaduras, 6 de assucar, 6.000 litros de aguardente, 297 toneladas de algodão em rama, 700 de caroço de algodão, 18 de fumo, 39 de mamona, 1.177 de milho, 2 de feijão, 202 de arroz, 275 de batatas, 2.360 de farinha de mandioca, 20 de polvilho, 39 de café, no valor aproximado de 1.500:000$000.

Industria — A industria principal do municipio é o beneficiamento do algodão, para o que existem 3 estabelecimentos. Contam-se mais 2 alambiques, 320 pequenas fabricas de farinha de mandioca, 17 pequenos engenhos, 3 fabricas de bebidas, 4 de calçados, etc. O municipio explora a industria de couros e peles, sendo a sua ultima produção calculada em 10.800 quilos, 2.000 de sola e 1.000 de couros cortidos. Sua produção industrial excede de 500:000$000.

Pecuaria — Em 1920 contaram-se no municipio: 17.231 bovinos, 4.506 equinos, 467 asininos e muares, 17.464 ovinos, 24.476 caprinos, 9.132 suinos no valor de 4.234:000$000. A industria pastorial produsiu 5.000 quilos de toucinho e 4.000 de banha de porco.

Avicultura — Em 1920 existiam 66.106 aves domesticas, sendo 54.287 galinhas, 9.750 perús e 2.069 patos.

Apicultura — Nos 130 estabelecimentos existentes em 1920 contaram-se 1.650 colmeias que produsiram 4.999 litros de mel e 952 quilos de cera.

Povoados principais — Limoeiro, vila, séde do municipio, fundada no meiado do seculo XIX, situada á margem esquerda do rio Coruripe, muito saudavel, com cerca de 250 predios. A povoação não dá uma idéa da riqueza do municipio. Cana Brava, centro algodoeiro de muita importancia, etc.

Finanças — Em 1931 registraram-se os totais seguintes:

Rendas federais ... ... 10:000$000

Rendas estaduais	20:647$000
Rendas municipais	12:815$000

MACEIÓ

Municipio creado em 1815 e inaugurado em 1817. Comarca desde 1833, atualmente com 3 varas de direito e 5 distritos judiciarios.

Superficie — 366 kms.².

Altitude — 4,50 metros acima do nivel do mar, na parte baixa mais proxima da orla maritima e 47,80 metros no planalto do Jacutinga, onde está edificada a cidade alta.

Posição astronomica — 9° 39' 20" de latitude e 35° 42' 30" de longitude W. Grw.

Clima — Quente e humido. As observações meteorologicas em 1931 apresentaram as médias anuais seguintes: temperatura centigrada á sombra — maior maxima, 32,5; menor minima, 18,6; média das maximas, 30,5; média das minimas, 24,3. Humidade do ar — tensão do vapor, média anual, 18,9; humidade relativa, média anual, 76,7. Chuva em m/m, média anual 107,3; maxima em 24 horas, 71,3.

Hidrografia — O municipio é banhado pelos rios Mundaú, Maceió, que divide a cidade em dois bairros, Jacarecica, Doce, e outros. A lagoa do Norte constitue um dos seus mais importantes acidentes geograficos.

Minerais — Ha muitos anos que se vem falando da existencia de jazidas petroliferas em Alagoas, e desde o Imperio que geologos estrangeiros por aqui passaram e fizeram estudos no litoral alagoano, notadamente em Riacho Doce, a 13 quilometros da capital. Tratando-se porém de um minerio de dificil exploração, devido á maquinaria e ás grandes despesas com as suas pesquizas, esse problema tem ficado retardado, como cifra em branco na economia de Alagoas. As explorações do engenheiro romaico José Bach foram, de certo modo, convincentes. Não dispondo entretanto de capitais para montagem do aparelhamento necessario ás pesquizas mais profundas, o malogrado engenheiro fez copiosa extração de chisto betuminoso e distilou-o, obtendo um excelente combustivel. Mais tarde o Serviço Geologico e Mineralogico do Brasil, despertado por essas mesmas pesquizas, fez estudos mais demorados e procedeu a sondagens, as quais, por não serem, talvez, bastante profundas, não deram resultado. Ficou contudo constatada a existencia de asfalto e outras materias denunciadoras de lençóes petroliferos. As aflorações estendem-se por todo o litoral, principalmente no municipio da capital, nas margens do riacho Doce. Para exploração metodica e intensiva dessa riqueza está organizada a COMPANHIA PETROLEO NACIONAL, S/A. Os terrenos onde se encontram os veementes indicios superficiais do petroleo, no municipio da capital são de formação terciaria, justamente como os em que atualmente existem os poços explorados da California, Mexico, Venezuela, Rumania, Persia, etc.

População — E' de 103.930 habitantes a população do municipio, segundo os calculos do Departamento Nacional do Comercio recentemente divulgados. Desse total 48.968 individuos são do sexo masculino e 54.962 do feminino. A população da zona propriamente urbana é estimada em 80.000 almas. A população relativa apresenta um coeficiente de 283,96 habitantes por km.².

Religião — No municipio, como em todo o Estado, predomina a Religião Catolica. Maceió é séde do arcebispado de Alagoas, creado por decreto consistorial de 3 de fevereiro de 1920, compreendendo os bispados de Penedo e Sergipe. O municipio está dividido em quatro freguezias:

a de N. S. dos Prazeres, a de N. S. das Graças, a de Santo Antonio e a de N. S. Mãe do Povo. Essas freguezias contam 27 templos, sendo deles os mais notaveis, a Catedral e a igreja do Bom Jesus dos Martirios, ambos pertencentes á freguezia de N. S. dos Prazeres, 23 capelas filiais, 28 associações pias e 5 irmandades. No ultimo ano o movimento religioso das quatro freguezias, sem contar com o das capelas filiais, registrou 2.031 batisados e 254 casamentos. O protestantismo, que muito se tem desenvolvido na capital, conta 2 igrejas e numerosas filiais.

Associações — O movimento associativo na capital compreende associações cientificas, literarias, beneficentes, cooperativistas, filantropicas, maçonicas, esportivas, de auxilio mutuo, de classes, etc. O **Instituto Historico de Alagoas** é a associação cientifica mais antiga e importante do Estado. Data de 1869, funciona em predio proprio, mantendo uma magnifica biblioteca, um excelente museu etnografico e de historia natural, numerosas e importantes documentações historicas, etc. A **Sociedade de Medicina e Cirurgia**, embora de fundação recente, se tem afirmado á consideração do mundo cientifico pelos seus trabalhos. A **Academia Alagoana de Letras**, com organização semelhante á sua congenere Brasileira, é a mais importante agremiação literaria do Estado e reune os espoentes das nossas letras e da nossa erudição. A **Associação Comercial de Maceió**, possue o mais magestoso edificio do Estado, senão do norte. A **Sociedade Perseverança e Auxilio dos Empregados no Comercio**, funciona tambem em lindo palacete proprio, e possue excelente biblioteca, magnifico museu, além de manter a Academia de Ciencias Comerciais de Alagoas. A **Previdencia Alagoana**, sociedade de auxilios mutuos, tem um patrimonio de 247:000$000 e já distribuiu auxilios aos seus associados no valor de 2.681:018$000. O **Instituto da Ordem dos Advogados**, fundado em 1919, destina-se ao estudo do direito em geral e das reformas que devem ser introdusidas na legislação brasileira, particularmente na do Estado, contando 78 socios em 31 de dezembro. **Sociedade de Agricultura Alagoana**, fundada em 1901, trata dos interesses dos profissionais da agricultura e industrias rurais em sua mais ampla acepção e conta 167 associados, mantendo o Sindicato Agricola de Alagoas como um dos seus orgãos, particularmente sob o ponto de vista comercial. **Montepio dos Artistas Alagoanos**, fundado em 1883, tem um patrimonio de 80:000$000, difunde a instrução entre artistas e operarios, contando em 31 de dezembro 805 socios efetivos, 15 benemeritos, 65 honorarios e 7 correspondentes. **Montepio dos Servidores do Estado**, fundado em 1879 para socorro ás familias dos funcionarios estaduais, quando estes falecerem, com um patrimonio de 420:850$000 e 1.103 associados. São numerosas as associações de todos os generos que funcionam na capital, proporcionando beneficios aos seus associados e á coletividade em geral.

Imprensa — Circulam diariamente na capital 4 jornais, 2 vespertinos e 2 matutinos. Periodicamente circulam diversos.

Instrução — A população escolar está avaliada em 10.390 creanças. O ensino primario é dado em estabelecimentos mantidos pelo Estado e em escolas e cursos particulares. Funcionam na capital 6 grupos escolares e 125 escolas e cursos de primeiras letras, dos quais 33 mantidos pelo Governo estadual. No ultimo ano letivo estiveram matriculados nessas escolas e cursos 9.273 alunos, ou 98 % da população em idade escolar, o que representa uma porcentagem talvez sem exemplo no paiz. O ensino secundario é ministrado no Liceu Alagoano, instituto mantido pelo Estado, equiparado ao Colegio Pedro II, na Escola Normal e em numerosos estabelecimentos particulares, dos quais o mais importante é o Colegio Diocesano. O ensino profissional é dado na Escola de Apren-

dizes Artifices, na Academia de Ciencias Comerciais de Alagoas, no Seminario Diocesano, na Sucursal da Escola de Comercio do Rio de Janeiro, no Orfanato de S. Domingos, no Asilo das Orfãs, no Aprendizado Agricola de Satuba e muitos outros estabelecimentos particulares. Funciona na capital uma Escola Livre de Direito, de recente fundação.

Museus — Conta a capital 2, um mantido pelo Instituto Historico de Alagoas e outro pela Sociedade Perseverança e Auxilio dos Empregados no Comercio.

Bibliotecas — As duas citadas associações mantem bibliotecas franqueadas ao publico.

Assistencia — Além dos serviços oficiais do Departamento de Saude Publica, mantido pelo Estado, e da Comissão Rocheffeller, existem os seguintes: Hospital de Caridade, Maternidade Sampaio Marques e Asilo de Mendicidade, mantidos pela Irmandade de São Vicente de Paula e largamente subvencionado pelo povo; Asilo de Santa Leopoldina, para loucos, instituto estadual; Orfanato de S. Domingos, instalado em grande e suntuoso edificio proprio, com capacidade para duzentos educandos, mantendo diversas oficinas e ministrando aos internados educação intelectual e moral; Instituto de Assistencia e Proteção á Infancia, com tres dispensarios frequentados diariamente por centenas de crianças e serviços completos de assistencia infantil; Asilo das Orfãs Desvalidas, benemerita instituição que recolhe atualmente mais de 200 meninas, com uma sucursal na cidade de Alagoas; Asilo do Bom Pastor destinado á regeneração moral de mulheres; Escola Domestica Imaculada Concecição para a educação domestica de meninas pobres; Assistencia aos Necessitados; Colonia de Mendigos, etc.

Comercio — Em 1931 o movimento comercial da capital montou, segundo o lançamento do imposto de industria e profissão, a...... 134.048:000$000. Foram importadas 25.805 toneladas de mercadorias diversas e exportadas 86.411, no valor de 112.354:000$000. Funcionam na capital sete bancos, que fizeram um movimento de 80.120:000$000. Durante o ultimo ano entraram no porto de Jaraguá 531 embarcações a vapor, das quais 71 estrangeiras, e 1.139 á vela, com uma tonelagem de registro de 1.010.041 toneladas. A renda da Alfandega de Maceió foi de 2.422:176$000, papel, e 481:917$000, ouro.

Agricultura — O ultimo lançamento do imposto territorial arrolou 416 propriedades rurais no valor de 3.558:600$000. Conta o municipio 8 engenhos de assucar. Na ultima safra a produção foi a seguinte: 1.452.640 côcos, colhidos em 36.341 coqueiros, sendo o numero de coqueiros novos de 15.000; 4 toneladas de café, 530 de farinha de mandioca, 20 de polvilho, 5 de milho, 37 de feijão, 210 de batatas, 1.612 de assucar e 3.000 litros de aguardente, no valor aproximado de 1.000:000$000.

Industria — Existem no municipio: 35 fabricas de bebidas, 32 de calçados, 18 de artefatos de couro, 1 de objetos de adorno, 1 de mosaico, 2 de confeitos, 1 de cigarros e charutos, 4 de sabão, 4 de gelo, 8 de perfufes, 2 de massas alimenticias, 4 de conservas diversas, 20 de vinagre, 13 de café, 17 de moveis, 2 de sabonetes, 3 de tecidos, 7 de chapeos, 5 de especialidades farmaceuticas, 1 de bengalas, 2 de oleos, 5 de colchões, 2 de vassouras, 1 de artigos de cimento armado, etc. A produção industrial do municipio excede de 30.000:000$000.

Pecuaria — O recenseamento federal do gado, em 1920, apurou: 3.578 bovinos, 910 equinos, 159 asininos e muares, 850 ovinos, 321 caprinos e 719 suinos, no valor de 678:700$000. O serviço de abastecimento de carnes verdes á população está a cargo do Matadouro Modelo, estabelecimento particular, instalado com a necessaria aparelhagem mo-

derna para o fim a que se destina. Terminado o praso do contrato para a exploração particular desse serviço o Matadouro Modelo passará a pertencer ao municipio. O gado abatido na capital é todo ele procedente do interior do Estado. No ultimo ano foram abatidos para o consumo da capital 4.785 bovinos, 2.555 suinos, 1.342 ovinos.

Viação — A capital comunica-se com o paiz e o estrangeiro por via maritima, pelo excelente ancoradouro de Jaraguá, e por via aerea. Ainda por via maritima comunica-se com os municipios de Maragogí, Porto de Pedras, Camaragibe, São Luiz do Quitunde, Alagoas, Coruripe, São Miguel dos Campos e Penedo. Tem comunicação direta com todos os municipios por estradas de rodagem. Por via lacustre comunica-se, pela lagoa Manguaba, com os municipios de Alagoas e Pilar, e pela lagoa do Norte com o de Santa Luzia do Norte. Pelas linhas de ferro da Great Western comunica-se diariamente com os municipios de Santa Luzia do Norte, Muricí, União, São José da Lage, Atalaia, Capela, Viçosa e Quebrangulo. A Great Western tem estações, no municipio, em Jaraguá (estação maritima) Maceió (estação Central), Bebedouro e Fernão Velho. A capital centraliza a rêde rodoviaria do Estado numa extensão de 1.718 quilometros, havendo diariamente serviço de auto-omnibus para diversos municipios. O serviço aereo é feito pelas companhias **Condor Syndikat, Panair** e **Aéropostale**, mantendo esta um magnifico aeroporto na capital, com serviço radiografico e aparelhagem completa para reparos de aviões. A viação urbana está a cargo da **Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil**, que mantem regular serviço de bondes eletricos e auto-omnibus, sendo grande o numero de automoveis, caminhões e muitos outros veículos de varias trações no serviço urbano diario.

Povoados principais — Maceió, vila em 1815, cidade e capital em 1839, á orla do Atiantico, compreende os bairros de Jaraguá, Levada, Poço, Bebedouro, Trapiche da Barra, Mangabeiras e Pontal da Barra, Conta 12.750 predios terreos, 450 assobradados e 300 de mais de um andar. Entre os bons edificios da cidade destacam-se: o palacio da Associação Comercial, no bairro de Jaraguá, o mais suntuoso edificio da capital, o Palacio do Governo, a Catedral, o Paço da Prefeitura Municipal, o Teatro Deodoro, o Tribunal Superior de Justiça, o Grupo Escolar "Diégues Junior", os palacetes da Sociedade Perseverança e Auxilio e do Instituto Historico de Alagoas, a Recebedoria Central, os quarteis da Força Policial Militar e da Força Federal, a Alfandega, o Bela Vista, o Banco do Brasil, o Banco de Alagoas, o Tesouro do Estado, o Palacio Episcopal, o Seminario Diocesano, etc. Notam-se os seguintes monumentos: estatua equestre de Deodoro da Fonseca, as estatuas de Floriano Peixoto, Visconde de Sinimbú e D. Pedro II, as hermas de D. Rosa da Fonseca e Braulio Cavalcanti. A cidade possue serviços telefonicos automaticos sendo a segunda cidade do Brasil que adotou este melhoramento, iluminação eletrica, publica e particular, força e luz eletricas diurnas, abastecimento dagua, rede de esgoto em alguns pontos, boas praças e logradouros publicos, nove cinemas, um Mercado Publico, quatro cemiterios, etc. A cultura fisica tem tido grande desenvolvimento no Estado, principalmente na capital, onde, além da educação fisica ministrada oficialmente em todos os estabelecimentos de ensino, praticam-se todos os esportes, atleticos ou não, havendo para isso inumeras associações e bons campos esportivos. Entre os estabelecimentos industriais localizados no perimetro urbano, destaca-se a importante fabrica de tecidos **Alexandria**, de M. Lobo & Cia., sociedade em comandita por ações, com um capital social de...... 2.000:000$000, sendo o seu patrimonio de 5.287:159$000. Trabalha esta

fabrica com 227 teares e 560 operarios, possuindo uma vila com 207 predios perfeitamente higienizados. A produção dessa fabrica em 1931 foi a seguinte: 58.940 metros de tecidos crús, 2.335.830 de tecidos tintos, 217.440 de tecidos brancos, 378.030 toalhas para rosto e banho, no valor de 3.405:808$000. **Fernão Velho**, situado á margem da lagoa do Norte, servido pela Great Western e por estrada de rodagem, é um grande centro industrial e um dos mais pitorescos suburbios da capital. Neste povoado esta localizada a fabrica de tecidos da **Companhia União Mercantil**, a primeira que se fundou no Estado, com um capital de...... 3.000:000$000 e um patrimonio superior a 13.000:000$000. Trabalha essa fabrica com 1.205 operarios, 845 teares, 17.580 fusos, utilizando força motriz de 1.10 H. P. Possue uma vila operaria com 553 casas. Sua produção em 1931 foi a seguinte: 320.300 metros de tecidos crús, 6.027.082 de tecidos alvejados, 1.653.762 de tecidos tintos, no valor de 7.754:979$000. São afamados os seus morins e bramantes. O povoado possue escolas mantidas pela fabrica e pelo Estado, cinema, uma linda igreja consagrada a São José, bela praça, etc. **Cruz de Almas**, a 12 quilometros da cidade, com comunicação por estrada de rodagem, notavel pela sua salubridade. O imponente edificio do Orfanato São Domingos foi aí construido, precisamente pelas excelentes condições sanitarias desse pitoresco povoado. **Pioca**, onde está localizada a fabrica de tecidos **Norte Alagoas**, uma das mais importantes do Estado, á margem do rio Santo Antonio Mirim. A companhia proprietaria desse consideravel nucleo industrial tem um capital de 2.200:000$000 e o valor das suas propriedades era, em 1931, de 5.141:975$000. No ultimo ano a fabrica trabalhou com 250 teares e 383 operarios, produsindo 350.000 metros de tecidos crús e 2.400.000 de tecidos brancos, no valor de 2.001:347$000. A sua vila operaria é de 173 predios. **Riacho Doce**, servido por estrada de rodagem, excelente praia de banhos, onde se estão fazendo as explorações do petroleo.

Finanças — Em 1931 o municipio da capital concorreu para as despesas publicas com os totais seguintes:

Renda federal	5.835:608$000
Renda estadual	6.645:962$000
Renda municipal	1.102:283$000

MARAGOGÍ

Municipio creado com o nome de Vila Isabel em 1875. Termo judiciario da comarca de Porto Calvo.

Superficie — 578 kms.²

Posição astronomica — 9° 02' 24" de latitude e 35° 13' 30" de longitude W. Grw.

Clima — Quente e humido, sujeito, no inverno, nas partes baixas, a febres intermitentes.

População — 21.022 habitantes, sendo 10.125 homens e 10.897 mulheres, ou 36,37 habitantes por kms.².

Minerais — São numerosos os afloramentos betuminosos no litoral, denunciando a existencia do petroleo.

Viação — Dista da capital 110 kms. e com ela se comunica por estrada de rodagem e via maritima. Tambem por estrada de rodagem está em comunicação com o Estado de Pernambuco. Tem serviço telegrafico e postal.

Instrução — A população escolar está avaliada em 2.120 crean-

ças, para as quais o Estado mantem 8 escolas de primeiras letras. No ultimo ano letivo estiveram matriculados 209 alunos, ou 9 % da população escolar.

Comercio — O movimento comercial, em 1931, montou a...... 1.147:000$000, tendo sido arrolados para o pagamento do imposto de industria e profissão 75 contribuintes. A importação de outros Estados foi de 209:236$000 e a exportação direta montou a 714:075$000. Faz o seu comercio quasi que exclusivamente com Pernambuco, com cujo Estado se limita.

Agricultura — O valor das suas propriedades rurais era em 1920 de 5.290:000$000. A cultura principal é a da cana de assucar, contando uma usina e 23 engenhos. Grande produtor de côcos, conta 102.505 coqueiros frutificando e 20.000 novos. A sua ultima safra de côcos foi de 4.100.200 frutos. As demais culturas, na ultima safra, produsiram: 2.275 toneladas de assucar, 3.000 litros de aguardente, 3 toneladas de fumo, 20 de milho, 371 de feijão, 59 de arroz, 200 de batatas, 148 de farinha, 6 de polvilho, 4 de café, no valor de 1.000:000$000, aproximadamente.

Industria — Carecem de importancia as existentes.

Pecuaria — Em 1920 a existencia de gado era a seguinte: 3.055 bovinos 724 equinos, 95 asininos e muares, 1.114 ovinos, 702 caprinos, 533 suinos, no valor de 568:960$000.

Povoados principais — Maragogí, antigo povoado da Gamela, vila em 1875 e cidade em 1892, situada á margem do rio Maragogí e na orla do Atlantico tem 411 predios e cerca de 4.000 habitantes. E' iluminada á luz eletrica. Barra Grande, com bom porto maritimo, São Bento, Japaratuba e Peroba.

Finanças — A contribuição para as despesas publicas em 1931 foi a seguinte:

Rendas federais	37:500$000
Rendas estaduais	141:827$000
Rendas municipais	27:485$000

MATA GRANDE

Municipio creado em 1837. Termo judiciario da comarca de Agua Branca.

Superficie — 1.678 kms.².

Altitude — 635 metros, ponto culminante do Estado.

Clima — Muito saudavel.

População — 27.260 habitantes, sendo 13.392 homens e 13.868 mulheres, ou 16,30 habitantes por quilometro quadrado.

Minerais — Afirma-se a existencia de jazidas de ferro.

Viação — A séde do municipio dista da capital 300 kms. e com ela se comunica por estrada de rodagem. Tem serviço telegrafico e postal.

Instrução — A população escolar está calculada em 2.750 creanças, das quais se matricularam, em 1931, nas 13 escolas primarias existentes 347, ou 12 % da população escolar.

Comercio — O movimento comercial em 1931 montou a...... 1.500:000$000, sendo de 126:057$000 a sua exportação para outros Estados.

Agricultura — Estão arroladas 650 propriedades rurais no valor de 2.121:520$000. A safra do ultimo ano foi assim calculada: 1.200 toneladas de farinha de mandioca, 10 de polvilho, 1.054 de milho, 371 de

feijão, 59 de arroz, 200 de batatas, 92 de algodão em rama, 270 de caroço de algodão, 6 de fumo em corda, 600 de rapaduras, 194 de assucar, 2.000 litros de aguardente 176 toneladas de café, colhidas em 40.508 pés. O valor dessa produção excede de 1.000:000$000.

Industria — A principal é a de couros e peles; as demais carecem de importancia.

Pecuaria — O recenseamento federal do gado em 1920, registrou os totais seguintes: 11.961 bovinos, 1.173 equinos, 334 asininos e muares, 4.100 ovinos, 10.787 caprinos, 1.240 suinos, no valor de........ 2.071:000$000.

Religião — Freguezia sob a invocação de N. S., da Conceição, com 1 templo, 3 capelas filiais e 2 associações pias. O movimento religioso em 1931 foi o seguinte: 552 batisados e 42 casamentos.

Povoados principais — Mata Grande, antiga Paulo Afonso, cidade, séde do municipio, á margem esquerda do rio Cabaças, conta 282 predios e possue iluminação publica e particular eletrica. E' uma das mais risonhas e saudaveis cidades sertanejas. Exú, Mariana, Santa Cruz e Deserto.

Finanças — Rendas em 1931:

Federais	12:288$000
Estaduais	59:588$000
Municipais	31:105$000

MURICÍ

Municipio creado em 1872. Termo judiciario da comarca de Santa Luzia do Norte.

Superficie — 692 kms.^{2}.

Altitude — 71 metros em Itamaracá, 83 na séde, 89 em Nicho e 105 em Branquinha

Posiço astronomica — 9° 19' 04" de latitude e 35° 58' 41" de longitude W. Grw.

Clima — Temperado e muito salubre.

População — 48.725 habitantes, sendo 24.546 homens e 24.179 mulheres, ou 70,41 habitantes por kms.^{2}.

Viação — O municipio é servido pela Great Western, com estações na séde, Branquinha, Bom Jardim, Itamaracá e Nicho. Possue boas estradas de rodagem na direção da capital, dos municipios limitrofes e seus principais povoados. Dista da capital 53 kms. O serviço telegrafico é feito pela Great Western. Tem agencias postais em Murici (séde), Nicho, Bom Jardim e Branquinha.

Instrução — A população escolar é de 4.920 creanças aproximadamente das quais se matricularam, em 1931, nas 15 escolas primarias existentes, 426, ou 9 % da população em idade escolar.

Comercio — O movimento comercial no ultimo ano foi de...... 2.796:000$000, tendo sido arrolados 138 contribuintes do imposto de industria e profissão. O seu movimento de importação de outros Estados montou a 120:584$000. A exportação é feita por intermedio da capital.

Agricultura — O municipio é essencialmente assucareiro, contando 5 usinas com um capital de 9.188:507$000, com uma produção média de 11.500 toneladas, 42 engenhos, 12 dos quais de fogo morto, 16 alambiques para a fabricação de aguardente. Estão arroladas 255 propriedades rurais que declararam um valor de 8.279:200$000, ocupando a cultura da cana cerca de 13.000 hectares. E' o maior produtor de cana de

assucar. A sua ultima safra foi assim calculada: 247 toneladas de café, 9.600 de cana, 72.000 litros de aguardente, 9 toneladas de algodão em rama, 27 de caroço de algodão, 117 de fumo em corda, 60 de mamona, 1.395 de milho, 879 de feijão, 126 de arroz, 275 de batatas, 3.400 de farinha de mandioca, 25 de polvilho, num valor de 5.200:000$000 aproximadamente. E' dos mais importantes municipios agricolas do Estado, possuindo excelentes terras para as mais variadas culturas.

Industria — Além das suas fabricas de assucar, funcionam no municipio 19 estabelecimentos produtores de bebidas, 2 de calçados, 2 de artefatos de couro, 4 de vinagre, 4 de moveis, 2 de ladrilhos, 1 de conservas, 1 de artefatos de tecidos, 1 de queijo.

Pecuaria — Em 1931 a população pecuaria do municipio, segundo informações da Prefeitura Municipal, era a seguinte, aproximadamente: 8.500 vacas e novilhas, 3.200 touros e novilhos, 4.100 bois, 4.000 bezerros, no total de 19.800 bovinos. O maior rebanho existente é o da propriedade "Dois Braços", de José Maia Gomes. Equinos: eguas 190, cavalos 3.500, potros 800, potramas 110, no total de 4.600. O maior rebanho está na propriedade "Alegria", de Pedro Cansanção. Asininos 950, ovinos 6.500, caprinos 3.050, suinos 5.200. O valor dos rebanhos é de 4.000:000$000. Existem no municipio 68 criadores. Durante o ano foram abatidos: bovinos 650, ovinos 550, caprinos 300, suinos 250. A produção de leite fresco foi de 20.080 litros para o consumo local. Registrou o municipio uma produção de 1.205 peles de cabra e 1.300 de carneiro.

Religião — Freguezia sob a invocação de N. S. das Graças, com 3 templos 2 capelas filiais e 3 associações pias. O movimento religioso em 1931 foi o seguinte: 1.273 batisados e 151 casamentos.

Avicultura — Os recenseadores federais de 1920 contaram no municipio 55.231 aves domesticas.

Povoados principais — Murici, séde do municipio, cidade, situada á margem esquerda do rio Mundaú, servida pela Great Western e boas estradas de rodagem. Conta cerca de 8.000 habitantes, 1.010 predios, dos quais 2 assobradados e possue serviços de força e luz eletricas. E' uma das localidades mais florecentes do Estado. Branquinha, á margem da linha ferrea, com uma importante usina de assucar. Nicho, Curralinho, Santo Aleixo, Itamaracá, Bom Jardim, nucleos agricolas de primeira ordem.

Finanças — As rendas arrecadadas no municipio em 1931 foram as seguintes:

Federais	57:582$000
Estaduais	41:925$000
Municipais	56:324$000

PALMEIRA DOS INDIOS

Municipio creado pela Lei n. 10, de 10 de abril de 1835. Comarca abrangendo o municipio de Quebrangulo.

Superficie — 1.508 kms.².

Altitude — 290 metros na séde e 260 em Anun.

Clima — Quente e seco; em geral muito saudavel.

Posição astronomica — 9° 22' 39" de latitude e 36° 32' 51" de longitude W. Grw.

Minerais — Tem sido verificada a existencia no municipio de diversos minerios, principalmente o ferro. Constata-se a presença do ile-

nito, na propriedade de José Belem, de calcito na serra do Bonifacio, marmore inferior, cobre e chistos betuminosos em Olhos d'Agua do Acioli.

População — 45.754 habitantes, sendo 22.402 homens e 23.352 mulheres, ou 30,35 habitantes por kms.².

Viação — O municipio é servido até Anun pela linha ferrea da Great Western, ainda em construção, cerca de 16 kms. da cidade para onde a estrada de ferro se dirige, devendo daí prolongar-se até Porto Real do Colegio. Possue boas estradas de rodagem em direção da capital, municipios circunvizinhos e principais povoados. Dista da capital 150 kms. Tem serviço telegrafico e postal, este com agencias na séde e em Cacimbinhas.

Religião — Freguezia sob a invocação de N. S. do Amparo pertencente á diocese de Penedo, com 1 templo, 20 capelas filiais e 9 associações pias. Em 1931 registrou o seguinte movimento religioso: 1.608 batisados e 157 casamentos.

Instrução — A população escolar é de 4.660 creanças. Conta 1 grupo escolar e 12 escolas isoladas de primeiras letras. Matricularamse no ultimo ano letivo 419 alunos ou 9 % da população escolar.

Comercio — Centro comercial de grande importancia e de enorme futuro pela excepcionalidade de sua situação geografica, destinado a ser o emporio de vastissima região sertaneja na qual se incluem diversos municipios pernambucanos. Em 1931 o movimento comercial montou 3.244:000$000. A importação de outros Estados foi de 183:200$000 e a exportação de 131:907$000. Possue boas e solidas casas comerciais. Funciona na séde do municipio um instituto bancario, sob o regimen dos bancos Luzzatti, que teve no ultimo ano um movimento de 582:872$000, tendo montado seus emprestimos a 178:465$000 e os depositos a...... 190:234$000.

Agricultura — Apezar de ser um municipio essencialmente criador, a sua produção agricola, entretanto, é vultosa. Conta 1.350 propriedades rurais no valor de 2.656:000$000 e em todas elas se pratica a lavoura, principalmente do algodoeiro. A sua ultima safra foi assim avaliada: 28 toneladas de café, 684 de algodão em rama, 1.900 de caroço de algodão, 14 de fumo em corda, 321 de mamona, 8.576 de milho, 225 de feijão, 44 de arroz, 422 de batatas, 3.590 de farinha de mandioca, 98 de polvilho, num valor excedente de 4.000:000$000.

Industria — Funcionam no municipio, além de outros pequenos estabelecimentos, 9 descaroçadores de algodão, 1 fabrica de bebidas, 2 de artefatos de couro, 2 de calçados, 1 de vinagre, 1 de moveis, 1 cortume, 2 engenhos para rapaduras, 262 casas de farinha. A maior industria é a de couros e peles. O valor da sua produção industrial excede de.... 1.000:000$000.

Pecuaria — Segundo o recenseamento federal de 1920 existiam: 36.592 bovinos, 6.115 equinos, 1.165 asininos e muares, 30.583 ovinos, 42.587 caprinos e 8.132 suinos, no valor aproximado de 7.516:000$000. Descontadas as isenções fiscais para o lançamento do imposto sobre a produção do gado em 1931, os lançadores contaram 1.324 crias de bovinos, 287 de equinos, 63 de asininos e muares, 518 de ovinos, 312 de caprinos, no total de 2.501. Existem no municipio 972 criadores.

Aicultura — Foram contadas em 1920 120.448 aves domesticas, sendo 102.079 galinhas, 16.560 perús e 1.809 patos.

Apicultura — Em 102 estabelecimentos existiam em 1920, segundo o recenseamento federal desse ano, 850 colmeias que produsiram 1.701 litros de mel e 293 quilos de cera.

Povoados principais — Palmeira dos Indios, antigo aldeiamento dos indios chucurús, cidade desde 1889, séde do municipio. Linda cidade sertaneja, com 950 predios terreos, 6 assobradados e 3 de mais de um andar, notando-se alguns de bonita arquitetura e solida construção. Possue agua encanada, bom serviço de iluminação publica e particular, cinema, varias associações, ativissimo comercio e notavel atividade social. Cacimbinhas, centro algodoeiro de muita vida comercial; Olhos d'Agua do Acioli, povoado de grande futuro pela riqueza mineralogica que tem em seu solo; Caldeirões de Cima; Palmeira de Fóra, etc.

Finanças — A arrecadação das rendas publicas em 1931 foi a seguinte:

Federais	30:493$000
Estaduais	89:147$000
Municipais	53:203$000

PÃO DE ASSUCAR

Municipio creado em 1854. Comarca fundada em 1876, a qual pertencem os municipios de Santana do Ipanema e Belo Monte.

Superficie — 1.438 kms.^{2}.

Clima — Temperado.

População — 27.634 habitantes, sendo 13.195 homens e 14.439 mulheres, ou 19,21 habitantes por km.^{2}.

Viação — Tem comunicação fluvial, pelo São Francisco, até a fóz desse rio, com Penedo e sédes dos municipios sanfranciscanos. Possue estradas para automoveis na direção de seus povoados, municipios interiores e da capital do Estado, da qual dista 282 kms. Tem serviços telegrafico e postal.

Religião — Freguezia sob a invocação do Coração de Jesus, pertencente á diocese de Penedo, com 1 templo, 9 capelas filiais e 4 associações pias. No ultimo ano registrou o seguinte movimento: 1.006 batisados e 157 casamentos.

Instrução — A população escolar é de 2.790 creanças. Tem 12 escolas de primeiras letras, nas quais se matricularam no ultimo ano letivo 320 alunos, ou 11 % da população escolar.

Comercio — O giro comercial em 1931, segundo declarações dos contribuintes arrolados para o pagamento do imposto respectivo, montou a 1.647:000$000. A importação de outros Estados foi de 120:542$000 e a exportação atingiu a 167:261$000. Mantem grande comercio com a praça de Penedo.

Agricultura — O lançamento do imposto territorial em 1931 arrolou 546 propriedades rurais no valor de 1.580:000$000. A estimativa da sua ultima produção agricola foi a seguinte: 250 toneladas de farinha de mandioca, 20 de polvilho, 356 de milho, 43 de feijão, 420 de arroz, 446 de batatas, 138 de algodão em rama, 350 de caroço de algodão, 3 de fumo, num valor aproximado de 1.000:000$000.

Pecuaria — Em 1920 o gado existente era o seguinte: 18.390 bovinos, 1.206 equinos, 202 asininos e muares, 5.882 ovinos, 10.781 caprinos, 735 suinos, no valor de 2.831:000$000.

Industria — Funcionam no municipio: 6 estabelecimentos beneficiadores de algodão, 1 de arroz, 1 fabrica de bebidas, 8 de calçados, 5 de moveis, 3 de queijos, etc. Ha grande produção de couros e peles.

Povoados principais — Pão de Assucar, cidade, séde do municipio, situada á margem esquerda do rio S. Francisco, com uma população de

10.000 almas, 996 predios, dos quais 6 assobradados, serviço de agua encanada, luz e força eletricas, regular movimento social. Limoeiro, 2º distrito judiciario, centro algodoeiro de muita importancia; Campo Alegre, Jacaré, Agreste, etc.

Finanças — A arrecadação das rendas publicas em 1931 foi a seguinte:

Federais	26:240$000
Estaduais	67:3 6?$000
Municipais	4?:659$000

PENEDO

Municipio creado em 1636, quando foi elevado á vila o antigo povoado que existia sobre o outeiro que deu o nome a cidade. Notavel pelo papel que desempenhou nos primeiros dias da colonização e durante a invasão, permanencia e expulsão dos holandeses. Comarca creada em 1833, a qual pertence o municipio de Igreja Nova.

Superficie — 608 kms.².

Posição astronomica — 10° 17' 24" de latitude e 36° 51' 21" de longitude W. Grw.

Clima — Em geral bastante saudavel.

Hidrografia — Além do São Francisco, o territorio é banhado pelos rios Boassica e Marituba.

População — 29.749 habitantes, sendo 13.748 homens e 16.001 mulheres, ou 48, 92 habitantes por kms.².

Viação — Penedo comunica-se com o oceano Atlantico pelo rio São Francisco, de cuja embocadura fica distante 42 kms. Mantem ativa navegação fluvial nesse rio por vapores, lanchas e grandes canoas, desde a foz até a vila de Piranhas, ponto inicial da estrada de ferro Paulo Afonso, que liga o alto ao baixo São Francisco, estando em comunicação diaria com todos os povoados marginais, alagoanos e sergipanos. Comunica-se com a capital do Estado, atualmente, somente por via terrestre, por se achar ha muito obstruida a barra do São Francisco, havendo estradas para automoveis num percurso de 190 kms., distancia a que fica da capital. Essas estradas põem a cidade de Penedo em comunicação rapida com os municipios circunvizinhos. Ponto de estacionamento dos aviões da **Syndikat Condor.** Tem serviço telegrafico e uma agencia postal de 1ª classe.

Religião — Séde do bispado de Penedo, que compreende 17 freguezias. Conta a freguezia de Penedo 6 templos, 1 convento da Ordem de São Francisco, 5 irmandades e 7 associações pias. Em 1931 realizaram-se 659 batizados e 112 casamento.

Instrução — A população escolar está calculada em 2.970 creanças. Conta 1 grupo escolar e 22 escolas primarias, nas quais se matricularam no ultimo ano letivo, 1.326 alunos, ou 41 % da população em idade escolar. Anexo ao grupo escolar funciona um curso normal rural e um curso profissional. Existem na cidade numerosos estabelecimentos de ensino particular, primario e secundario.

Assistencia — Mantidos pela generosidade da população e subvencionados pelo governo estadual, funcionam na séde do municipio um hospital e um asilo de mendicidade, com excelente serviço hospitalar e de recolhimento de indigentes. O hospital é da irmandade da Santa Casa de Misericordia de São Gonçalo Garcia, fundada em 1827 Tem um patrimonio de 147:000$000, 154 socios contribuintes e mantem 75 leitos.

No ano de 1931 recolheu 843 enfermos. O Asilo pertence á mesma associação e manteve 46 velhos invalidos.

Associações — Existem as seguintes: Sociedade do Montepio dos Artistas com um patrimonio de 35:000$000 e 150 associados; Pia União do Pão de Santo Antonio, com 300 associados; Loja Maçonica Luz do São Francisco, com 46 membros e um patrimonio de 20:000$000; Penedo Tennis Club, com 50 socios e patrimonio de 50:000$000; Sociedade Filarmonica Sete de Setembro, fundada em 1856, com um patrimonio de 100:000$000 e 99 socios; Associação Comercial e outras, especialmente recreativas e esportivas.

Comercio — E' o maior centro comercial do vale do São Francisco. Seu movimento em 1931 montou a 25.267:000$000. A importação foi de 2.069 toneladas no valor de 7.431:267$000 e a exportação montou a 2.112:166$000. Possue o municipio solidas casas comerciais, uma agencia do Banco do Brasil, um banco regional de credito agricola, agencias de seguros e de companhias de navegação.

Agricultura — Estão arroladas 480 propriedades rurais no valor aproximado de 1.752:000$000. A estimativa da ultima safra foi a seguinte: 10 toneladas de mamona, 840 de cana de assucar, 104 de milho, 6 de feijão, 2.526 de arroz, 270 de batatas doces, 1.600 de farinha de mandioca, 5 de polvilho, 800 de inhame, 60 de aboboras, etc. Essa produção teve um valor aproximado de 1.200:000$000.

Pecuaria — O calculo da população pecuaria do municipio é a seguinte: 12.000 bovinos, 3.000 ovinos, 6.000 caprinos, 5.000 suinos, não havendo criatorio de asininos, muares e equinos. Os rebanhos têm um valor de 1.200:000$000. Houve uma produção de 40.000 quilos de toucinho e 5.000 de banha de porco.

Industria — Funciona na séde do municipio uma importante fabrica de tecidos, de propriedade da Companhia Industrial Penedense, com um valor patrimonial de 2.918:000$000. No ultimo ano teve uma produção de 3.520.000 metros de tecidos diversos no valor de 3.500:000$. Existem 5 estabelecimentos aparelhados para o beneficiamento de arroz, 1 fabrica de confeitos, 5 de bebidas, 7 de calçados, 5 de artefatos de couros, 1 de objetos de adorno, 5 de vinagre, 3 de artefatos de tecidos, 6 de moveis, 1 de chapeos, 1 de mosaico, 1 de sabão, 1 de oleos, além de outros pequenos estabelecimentos industriais. A produção industrial é calculada em mais de 5.000:000$000.

Povoados principais — Penedo, fundada em 1560 por Duarte Coelho de Albuquerque, á margem esquerda do São Francisco, na eminencia de uma penedia, que Mauricio de Nassau fortificou solidamente. E' a segunda cidade do Estado, com 3.111 predios terreos, 85 assobradados e 15 de mais de um andar, notando-se muitos palacetes elegantes de construção moderna, 1 teatro, 1 cinema, 1 bela e historica catedral, 1 convento da Ordem de São Francisco com importantes obras de arte, boas praças e logradouros publicos, um cais, 1 monumento ao comendador Peixoto, grande benfeitor da cidade, serviço de agua encanada, de bondes, de luz e força eletricas, etc. Os povoados mais importantes do municipio, depois da cidade, são: Boassica, Ilha Grande, Marituba, Ponta Mofina, Taboleiro, etc.

Finanças — Durante o ultimo ano deu ás rendas publicas a contribuição seguinte:

Federal	420:592$500
Estadual	609:848$000
Municipal	158:785$000

PIASSABUSSÚ

Municipio creado em 1670.

Superficie — 528 kms.².

Clima — Regular, havendo algum impaludismo.

Hidrografia — São Francisco e Marituba.

População — 9.266 habitantes, sendo 4.284 homens e 4.982 mulheres, ou 17,56 habitantes por km.².

Situação judiciaria — Termo da comarca de Coruripe.

Religião — Freguezia sob o patronato de São Francisco de Borja, com 1 irmandade, 2 associações pias e 5 capelas filiais. O movimento religioso no ultimo ano foi o seguinte: 272 batisados e 42 casamentos.

Instrução — A população em idade escolar está calculada em 930 creanças, existindo 10 escolas primarias, nas quais estiveram matriculadas no ultimo ano letivo 321, ou 35 % da população escolar.

Comercio — O giro comercial, no ultimo ano, montou a 700:000$, tendo sido coletados para o pagamento do imposto de industria e profissão 60 contribuintes. A importação foi de 17:886$000 e a exportação de 187:412$000. O maior comercio é feito com a praça de Penedo.

Agricultura — Estão arroladas no municipio 412 propriedades rurais, no valor aproximado de 1.378:000$000. O municipio é grande produtor de côcos, contando 66.684 coqueiros frutificando e mais de 20.000 novos. No ultimo ano a produção de côcos foi de 2.266.000 frutos no valor de 266:000$000. A estimativa das demais produções agricolas foi a seguinte: 115 toneladas de assucar, 10 de rapadura, 69 de farinha de mandioca, 3 de polvilho, 8 de café, 15 de milho, 10 de feijão, 659 de arroz, 6 de mamona, 12 de cebolas, 1 de alhos, etc., no valor de...... 800:000$000.

Industrias — Carecem de importancia as existentes no municipio.

Pecuaria — Existem no municipio: 5:800 bovinos, 500 equinos, 400 asininos e muares, 1.500 caprinos, 3.000 ovinos, 1.200 suinos, no valor de 700:000$000, aproximadamente. A produção de couros foi de 7.600 quilos.

Povoados principais — Piassabussú, vila desde 1860, á margem esquerda do rio São Francisco, com cerca de 600 casas e uma população aproximada de 4.000 almas; Pontal da Barra, Potengí, Antas e outros.

Finanças — No ultimo ano a Prefeitura Municipal arrecadou 33:566$000, o Estado 51:396$000 e a União 8:076$000.

PILAR

Municipio creado em 1857.

Superficie — 289 kms.².

Clima — Ameno.

Hidrografia — Paraíba, Pedras, Salgado e Jacaré.

Lagoas — Manguaba, em cuja margem fica a séde do municipio.

População — 21.198 habitantes, sendo 10.498 homens e 10.705 mulheres, ou 73,36 habitantes por km.².

Viação — Dista da capital 33 kms. e com ela se comunica por excelente estrada de rodagem, havendo tambem comunicação lacustre, diaria, por lanchas a vapor, barcaças e canoas. Por estrada para automovel comunica-se com os seus povoados principais e municipios circunvizinhos. Tem serviço telegrafico e postal.

Instrução — A população escolar está calculada em 2.145 creanças, das quais se matricularam nas 7 escolas primarias existentes 485, ou

22 % da população escolar. Possue um grupo escolar magnificamente instalado e estabelecimentos particulares de ensino secundario.

Comercio — Em 1931, o movimento comercial foi de 3.503$000, tendo sido arrolados 124 contribuintes do imposto de industria e profissão. Seu comercio é feito exclusivamente com a capital e municipios limitrofes. Foi outrora um dos maiores emporios comerciais de Alagoas.

Agricultura — Estão arroladas 77 propriedades rurais no valor de 3.456:600$000. Centro assucareiro de alguma importancia, conta 26 engenhos moentes e 3 de fogo morto. A estimativa de sua produção agricola no ultimo ano, foi a seguinte 2.082 toneladas de assucar, 700 de farinha de mandioca, 17.000 litros de aguardente, 700 quilos de rapaduras, 3.000 quilos de goma de mandioca, 40 toneladas de feijão, 20 toneladas de café, 31 toneladas de milho, 500 quilos de fumo, 30.000 côcos.

Industrias — Existe na séde do municipio uma grande fabrica de tecidos de algodão, da Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos, com um capital de 1.000:000$000 e um patrimonio de 2.132:527$000. Em 1931 produsiu 236.016 metros de tecidos crús e 1.767:950 metros de tecidos tintos, no valor de 2.151:099$000. Conta a fabrica 180 teares, 402 operarios e 75 casas. Existem mais 6 fabricas de bebidas, 3 de calçados, 4 de pentes, 3 de artefatos de couros e outros pequenos estabelecimentos industriais. A industria da pesca é bastante desenvolvida na séde do municipio. Sua produção industrial é calculada em 4.000:000$000.

Pecuaria — A quantidade dos rebanhos no municipio está assim avaliada: 2.500 bovinos, 800 equinos, 1.200 muares, 200 caprinos, 2.000 ovinos, 500 suinos, 50 asininos, no valor de 500:000$000, aproximadamente. A produção de couros e peles foi de 3.000.

Assistencia — O serviço de assistencia é feito principalmente pelo Hospital N. S. de Lourdes, fundado em 1926. Mantem, além do serviço de enfermaria, o serviço da sala do banco, onde são distribuidos remedios e receitas a doentes avulsos. O patrimonio da instituição é de 300:000$.

Associações — S. Fraternidade e Instrução dos Caixeiros do Pilar, fundada em 1884, tem um patrimonio de 30:000$000, 50 socios, biblioteca com 5.000 volumes e mantem uma aula primaria, noturna, para as creanças pobres. Possue séde propria; S. C. Paladinos da Democracia, fundada em 1929, tem um patrimonio de 20:000$000, 56 associados; Colonia de Pescadores Z 8, Mirian Lima e outras.

Povoados principais — Pilar, séde do municipio, cidade desde 1872, situada á margem da lagoa Manguaba, conta 1.946 predios terreos, 14 assobradados e 1 de mais de um andar e uma população de 13.000 habitantes. Possue serviço de agua encanada e força e luz eletrica. E' uma das mais lindas cidades do interior, com bom calçamento, excelentes logradouros publicos, uma bela matriz e bons predios particulares, mercado, etc.

Finanças — A Prefeitura Municipal, no ultimo ano, arrecadou 67:820$000, o Estado 72:042$000 e a União 170:874$000.

PIRANHAS

A séde do municipio tem a categoria de vila. Termo judiciario pertencente á comarca de Agua Branca.

Superficie — 935 kms.².

Altitude — 46,50 metros.

Posição astronomica — 9° 37' 33" de latitude e 37° 42' 22" de longitude W. Grw.

Clima — Quente, mas saudavel.

População — 4.403, ou 4,70 habitantes por km.².

Meios de comunicação — Ponto inicial da E. F. Paulo Afonso, que liga o alto ao baixo São Francisco, com estações em Talhado e Olhos d'Agua. Por estrada de automoveis liga-se com os municipios vizinhos. Dista da capital 360 kms. Tem serviço telegrafico e postal.

Instrução—Sua população escolar está calculada em 440 creanças, das quais se matricularam, no ultimo ano letivo, nas 5 escolas primarias existentes, 131, ou 29 % da população escolar.

Comercio — Seu movimento comercial, em 1931, foi de 263:000$, tendo sido arrolados 36 contribuintes do imposto de industria e profissão. Sua importação de outros Estados foi de 214:777$000, montando a sua exportação a 9:133:000.

Agricultura — Estão arroladas no municipio 61 propriedades rurais no valor de 802:200$000. A agricultura, devido a natureza do solo, não tem desenvolvimento.

Industrias — A principal, que se pratica no municipio, é a do curtume e a da exploração de couros e peles. Possue um excelente beneficiador de couros, montado com aparelhos modernos e outras pequenas industrias.

Pecuaria — Em 1920 existiam no municipio: 7.196 bovinos, 285 equinos, 214 asininos e muares, 1.940 ovinos, 4.004 caprinos e 205 suinos, no valor de 1.106:000$000.

Vila — A séde do municipio fica á margem esquerda do rio São Francisco e conta cerca de 300 predios.

Finanças — No ultimo ano a arrecadação das rendas municipais foi 18:237$000 e do Estado 22:930$000.

PORTO CALVO

A séde do municipio tem a categoria de cidade e é tambem séde da comarca do mesmo nome, a qual pertencem os municipios de Maragogí e Leopoldina. A comarca tem 9 distritos judiciarios, 1.780 kms.² e uma população de 82.045 habitantes.

Superficie do municipio — 742 kms.².

Altitude — 255 metros na cidade.

Clima — Muito saudavel.

Povoados principais — Campestre, Jacuipe, Jundiá, Caxangá e Periperi.

Meios de comunicação — A séde do municipio dista da capital 110 kms. percorridos em estradas transitaveis por automoveis. Ha no municipio serviço telegrafico e postal.

População — 29.419, ou 39,65 habitantes por km.².

Instrução — A população em idade escolar está avaliada em 2.970 creanças das quais, no ultimo ano letivo, se matricularam nas 11 escolas primarias existentes 257, ou 9 % da população escolar. Ha na séde do municipio um grupo escolar.

Comercio — Em 1931, o movimento comercial acusou um giro de 2.238:200$000, tendo sido coletados 74 contribuintes do imposto de industria e profissão. A importação de outros Estados foi de 239:762$000 e a exportação de 590:399$000.

Agricultura — Centro assucareiro, conta 180 propriedades rurais e pastoris, no valor de 3.761:225$000, 45 engenhos moentes e 13 de fogo morto. A estimativa de sua ultima safra foi a seguinte: 110.000 toneladas de assucar, 85.760 côcos, 297 toneladas de batatas doces, 102 de milho, 60 de arroz, 14 de feijão, 15 de polvilho, 20.000 de cana de assucar

não industrializada, 272 toneladas de farinha de mandioca, e outras prodcções, no valor aproximado de 2.400:000$000.

Industrias — Funcionam no municipio, 14 fabricas de bebidas, 2 de calçados, 2 de artefatos de couro, e outros pequenos estabelecimentos.

Pecuaria — Em 1920 existiam: 4.425 bovinos, 1.153 equinos, 95 asininos e muares, 1.925 ovinos, 552 caprinos e 805 suinos, no valor de 829:000$000.

Cidade — Situada sobre uma colina a 25 kms. do rio Manguaba, é celebre por ter sido teatro de grandes lutas contra o dominio holandez. Conta 990 predios terreos, 6 assobradados e 3 de mais de um andar. E' iluminada a luz eletrica.

Finanças — A arrecadação das rendas municipais no ultimo ano acusou 49:631$000, tendo Estado arrecadado 34:922$000 e a União.... 38:485$000.

PORTO DE PEDRAS

A séde do municipio tem a categoria de cidade. Termo judiciario da comarca de São Luiz do Quitunde.

Superficie — 261 kms.².

Posição astronomica — 9° 11' 04" de latitude e 35° 23' 21" de longitude W. Grw.

Clima — Regular, havendo impaludismo em alguns pontos.

Hidrografia — Manguaba e Tatuamunha.

Povoados principais — Patacho, Tatuamunha, Porto da Rua e São Miguel dos Milagres.

Meios de comunicação — Comunica-se com a capital por estrada de rodagem, num percurso de 90 kms., havendo tambem comunicação maritima. Tem serviço telegrafico e postal.

População — 23.151, ou 88,62 habitantes por km.².

Instrução — A população escolar orça por 2.400 creanças. No ultimo ano letivo matricularam-se nas 9 escolas primarias existentes 334, ou 12 % da população escolar.

Comercio — O movimento comercial declarado por 81 contribuintes do imposto de industria e profissão foi de 1.537:000$000, em 1931. A importação de outros Estados atingiu a 42:402$000 e a exportação a 343:274$000.

Agricultura — Estão arroladas no municipio 535 propriedades rurais no valor de 2.326:980$000. O municipio é o maior produtor de côcos no Estado, contando 144.368 coqueiros frutificando e 25.600 coqueiros novos. A produção do ultimo ano foi de 5.774.720 côcos no valor de 577:000$000. O municipio tambem produz assucar, sendo avaliada a sua produção em 2.127 toneladas, no valor de 600:000$000. Produz tambem feijão, milho, café, frutas, etc., para o consumo da população e comercio com os municipios visinhos.

Industrias — A não ser uma fabrica de oleo de côco, bem aparelhada, as demais industrias carecem de importancia.

Pecuaria — Em 1920, existiam: 2.507 bovinos, 391 equinos, 35 asininos e muares, 1.183 ovinos, 248 caprinos e 395 suinos, no valor de 843:000$000.

Cidade — A séde do municipio fica á orla do Atlantico e conta 558 predios e cerca de 8.000 habitantes.

Finanças — No ultimo ano a arrecadação das rendas foi a seguinte: municipio 20:751$000 e o Estado 110:098$000.

PORTO REAL DO COLEGIO

A séde do municipio tem a categoria de vila. Termo judiciario da comarca de Traipú.

Superficie — 535 kms.².

Posição astronomica — 10° 22' 00" de latitude e 36° 51' 21" de longitude W. Grw.

Povoados principais — Barra do Itauba, Boa Vista, Marabá, Curralinho, etc.

Oragrafia — Serra Maraba e Olho d'Agua.

Meios de comunicação — Dista da capital 219 kms. e comunica-se com a cidade de Penedo por via fluvial, pelo São Francisco. A comunicação com a capital é feita por intermedio de Penedo, por estrada de rodagem. Tem serviço telegrafico e postal.

População — 16.169 ou 30,22 habitantes por km.².

Instrução — A população escolar é calculada em 1.610 creanças. Tem o municipio 8 escolas primarias nas quais estiveram matriculadas, no ultimo ano letivo, 248 alunos, ou 16 % da população escolar.

Comercio — O movimento comercial, em 1931, apurou um giro de 858:700$000, tendo sido coletados 93 contribuintes do imposto de industria e profissão. A importação de outros Estados foi de 20:479$000 e a exportação atingiu a 208:982$000.

Agricultura — Contam-se no municipio 156 propriedades rurais no valor de 1.071:900$000. Existem no municipio 2 engenhos para fabricação de rapaduras, com uma produção de 15 toneladas e 180 casas de farinha de mandioca, com uma produção média de 235 toneladas. O municipio é grande produtor de arroz e algodão, havendo tambem regular produção de outras culturas. O valor de sua produção agricola é aproximadamente 800:000$000. O Estado mantem no municipio uma fazenda de sementes de algodão, com campos de demonstração pratica dessa e outras culturas por processos mecanicos. Além do beneficiamento do algodão e do arroz, as demais industrias carecem de importancia.

Pecuaria — Em 1920, existiam: 6.511 bovinos, 871 equinos, 109 asininos e muares, 1.808 ovinos, 1.929 caprinos, 505 suinos, no valor de 1.056:000$000.

Vila — Situada á margem esquerda do rio São Francisco, conta 530 predios e uma população de cerca de 5.000 almas.

Finanças — No ultimo ano a arrecadação das rendas municipais foi 15:507$000, tendo o Estado arrecadado 35:883$000 e a União..... 8:000$000.

QUEBRANGULO

Tem a categoria de cidade a séde do municipio. Termo Judiciario da comarca de Palmeira dos Indios.

Superficie — 535 kms.².

Altitude — 342 metros

Clima — Quente, no verão, temperado no inverno. Muito saudavel.

Hidrografia — Rio Paraíba com seus afluentes Balsamo, Riachão, Agua Branca e outros.

Povoados principais — Lourenço e Caldeirões.

Meios de comunicação — O municipio é servido pela Great Western, com estações na cidade e Lourenço, tendo aí a estação o nome de Paulo Jacinto. Comunica-se tambem com a capital, da qual dista 117

kms., por estrada para automovel e serve-se de suas estradas de rodagem para comunicação e comercio com os municipios limitrofes. Tem serviço telegrafico da Great Western e Telegrafo Nacional e serviço postal com agencias na séde e em Lourenço.

Instrução — Sua população escolar orça por 4.340 creanças. Conta 18 escolas primarias, que, no ultimo ano letivo, matricularam 763 alunos, ou 17 % da população escolar.

População — 43.478 ou 81,26 habitantes por km.².

Comercio — O movimento comercial, segundo o giro declarado por 201 contribuintes do imposto de industria e profissão, em 1931, foi de 5.202:000$000. Seu movimento de importação de outros Estados atingiu a 528:361$000 e a sua exportação direta para outros Estados foi de 119:937$000.

Agricultura — Estão arroladas pelo imposto territorial 450 propriedades rurais, no valor de 2.065:000$000. Sua produção agricola, na ultima safra, teve a estimativa seguinte: algodão, 462 toneladas; fumo, 368; feijão, 457; mamona, 219; milho, 2.577; café, 390; batatas doces, 439; farinha de mandioca, 940; polvilho, 41; assucar, 250; rapadura, 72, além de outras produções agricolas no valor aproximado de...... 5.000:000$000.

Industrias — Funcionam no municipio: 3 fabricas de bebidas, 8 de calçados, 2 de artefatos de tecidos, 4 de moveis, 2 de queijos, 1 de vinagre, 5 beneficiadores de algodão, 1 de especialidades farmaceuticas, além de outros pequenos estabelecimentos industrias.

Pecuaria — Sua população pecuaria, em 1920, era a seguinte: 11.744 bovinos no valor de 1.494:512$000, 4.204 equinos no valor de 609:580$000, 489 asininos e muares no valor de 99:756$000, 4.117 ovinos no valor de 53:521$000, 5.889 caprinos no valor de 127:780$000, 5.059 suinos no valor de 338:953$000.

Cidade — Quebrangulo, que se chamava Vitoria, é uma linda e prospera cidade, á margem do rio Paraíba, com 1.179 predios terreos e 4 assobradados, notando-se diversos de moderna arquitetura. E' iluminada a luz eletrica, tem ruas calçadas, boa edificação.

Finanças — No ultimo ano a Prefeitura municipal arrecadou 51:645$000, o Estado 83:546$000 e a União 46:697$000.

SANTANA DO IPANEMA

A séde do municipio tem a categoria de cidade. Judiciariamente o municipio pertence a comarca de Pão de Assucar.

Superficie — 2.162 kms.².

Altitude — 205 metros, na cidade, e 340 no povoado Maravilha.

Clima — Quente, no verão, temperado, no inverno. Muito saudavel.

Hidrografia — Rios Ipanema, Dois Riachos, Cabaças, Camuxinga, Gravatá e outros, todos temporarios.

Orografia — Serras Gravatá, Caiçara, Serrinha, Bois e outras, todas muito ferteis.

Povoados principais — Trincheiras, Sertãosiuho, Maravilha, Olhos d'Agua das Flores.

Meios de comunicação — Tem boas estradas transitaveis por automoveis em direção da capital, da qual dista 221 kms., dos seus povoados e dos municipios circunvizinhos. Tem serviço telegrafico e postal, este com agencias nos povoados principais.

População — 47.976 ou 22,19 habitantes por km.².

Instrução — Sua população escolar está calculada em 4.790 creanças. Tem o municipio 19 escolas primarias das quais 7 estaduais, 9 municipais e 3 particulares. Matricularam-se no ultimo ano letivo 724 creanças, ou 14 % da população em idade escolar.

Comercio — Grande centro comercial sertanejo. Em 1931 foram arrolados 160 contribuintes do imposto de industria e profissão, que declararam um giro comercial de 4.202:000$000. Sua importação de outros Estados montou a 60:064$000 e sua exportação direta a 298:267$000.

Agricultura — Estão arroladas para o pagamento do imposto territorial 1.005 propriedades rurais no valor aproximado de 3.046:000$000. Sua produção agricola, na ultima safra, foi estimada em 3.950 toneladas de farinha de mandioca, contando-se no municipio cerca de 500 pequenas fabricas desse genero, 50 de goma de mandioca, 257 de algodão em rama, 700 de carôço de algodão, 55 de feijão, 2.979 de milho, 75 de fumo, 151 de mamona, além de outras produções agricolas, no valor aproximado de 3.500:000$000.

Industrias — Conta o municipio 2 fabricas de bebidas, 5 de calçados, 3 de artefatos de couro, 7 beneficiadores de algodão e outros pequenos estabelecimentos industrias. Produsiu, no ultimo ano, 4.500 quilos de toucinho, 1.500 quilos de queijo, 4.900 quilos de couros cortidos, etc.

Pecuaria — Em 1920, sua população pecuaria era a seguinte: 23.202 bovinos, no valor de 2.844:846$000; 2.932 equinos, no valor de 425:140$000; 939 asininos e muares, no valor de 201:556$000; 16.356 ovinos, no valor de 222:628$000; 35.518 caprinos, no valor de...... 720:360$000; 5.116 suinos, no valor de 342:772$000. O municipio é grande produtor de peles e couros.

Cidade — Santana é uma bela e florecente cidade sertaneja, iluminada a luz eletrica, com ruas bem alinhadas e boa construção.

Finanças — A Prefeitura Municipal no ultimo ano arrecadou.... 57:158$000, o Estado 88:594$000 e a União 25:763$000.

SANTA LUZIA DO NORTE

A séde do municipio, Rio Largo, tem a categoria de cidade e é tambem séde da comarca de Santa Luzia do Norte, a qual pertence o municipio de Muricí. A comarca tem 4 distritos judiciarios, uma superficie de 1.028 kms.^{2} e uma população de 78.358 habitantes.

Superficie do municipio — 336 kms.^{2}.

Altitude — 13 metros em Cachoeira, 46 em Lourenço de Albuquerque, 5,50 em Satuba, 12 em Utinga.

Povoados principais — Santa Luzia do Norte, antiga séde do municipio, Coqueiro Seco, á margem da lagoa do Norte, Utinga, Cachoeira, Satuba, Apolonia.

Clima — Regular, havendo em alguns pontos casos de impaludismo.

Meios de comunicação — O municipio é servido pela Great Western, com estações em Rio Largo, Cachoeira, Lourenço de Albuquerque, Satuba, Utinga. A séde dista da capital 28 kms., havendo diariamente serviço de auto-omnibus para outros pontos. Possue excelentes estradas de rodagem. O serviço telegrafico é feito pela Great Western. Existem agencias postais na séde e nos povoados mais importantes.

População — 29.663 ou 88,20 habitantes por km.^{2}.

Instrução — A população em idade escolar é de 2.960 creanças. Ha no municipio 28 escolas primarias, sendo 14 estaduais, 2 municipais

e 8 particulares. No ultimo ano letivo matricularam-se 1.135 creanças, ou 40 % da população escolar.

Comercio — Bastante ativo o comercio, principalmente na cidade de Rio Largo. Em 1931 foram arrolados 210 contribuintes do imposto de industria e profissão, que declararam um giro comercial de Rs....... 10.627:500$000. Sua importação de outros Estados foi de 147:445$000 e a exportação direta de 32:945$000. A capital é o principal abastecedor do municipio.

Agricultura — Municipio assucareiro por excelencia, possuindo terras magnificas para a cultura da cana. O imposto territorial arrolou 130 propriedades rurais, no valor de 5.129:000$000. Conta o municipio 2 usinas de assucar e 29 engenhos banguês. As usinas declararam um capital de 13.732:643$000 invertido na industria e uma produção média de 20.000 toneladas de assucar. O municipio produz côcos, feijão, farinha de mandioca, milho, frutas, batatas, sendo um grande fornecedor da capital e municipios limitrofes. Sua produção agricola pode ser avaliada em 8.000:000$000.

Industrias — Existem no municipio: 1 fabrica de fumo, 7 de bebidas, 2 de calçados, 1 de artefatos de couro, 5 de vinagre, 3 de café, 2 grandes fabricas de tecidos de algodão, 2 de artefatos de tecidos, 2 de manteiga, 5 de ladrilhos, 1 de sabão, 1 cortume e outros pequenos estabelecimentos industriais. Sua produção industrial pode ser calculada em.... 22.000:000$000.

Pecuaria — Calculo de 1920: bovinos, 5.009, no valor de...... 616:107$000; equinos, 1.046, no valor de 151:670$000; asininos e muares 436, no valor de 85:944$000; ovinos, 1.391, no valor de 18:083$000; caprinos, 58, no valor de 1:168$000; suinos, 164, no valor de..... 11:377$000.

Cidade — Rio Largo, bela e prospera cidade, á margem do rio Mundaú, com 1.905 predios terreos e 19 assobradados. Possue serviço de força e luz eletricas, ruas bem calçadas. Os principais povoados, Cachoeira e Utinga, são grandes centros industriais servidos por linha ferrea e luz eletrica. Em Satuba está instalado um Aprendizado Agricola de primeira ordem. Na séde do municipio, o comercio é intenso. A Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, que possue no municipio 2 grandes fabricas, mantem um magnifico grupo escolar, um serviço de assistencia aos seus operarios, modelar, com **creche**, salas de operações, enfermaria, etc.

Finanças — A Prefeitura Municipal, no ultimo ano, arrecadou 101:730$000, o Estado 177:314$000 e a União 713:969$000.

SÃO BRAZ

A séde do municipio tem a categoria de vila. Judiciariamente pertence á comarca de Traipú.

Superficie — 536 kms.^{2}.

Povoados principais — Olho d'Agua e Mucambo.

Meios de comunicação — Comunica-se com a cidade de Penedo por via fluvial. Dista da capital 227 kms. Tem serviço telegrafico e postal.

População — 17.638, ou 32,92 habitantes por km.^{2}.

Instrução — Sua população escolar está calculada em 1.760 creanças. Possue o municipio 6 escolas. Matricularam-se no ultimo ano letivo 206 alunos, ou 11 % de sua população em idade escolar.

Comercio — Foram arrolados, em 1931, para o pagamento do imposto de industria e profissão, 40 contribuintes, que declararam um giro

comercial de 539:800$000. Seu movimento comercial é feito com a praça de Penedo e municipios vizinhos. Importou de outros Estados...... 28:445$000 e exportou diretamente 7:233$000.

Agricultura — Para o pagamento do imposto territorial foram arroladas 190 propriedades rurais no valor de 742:000$000. Produz principalmente arroz e algodão. Estes dois produtos fazem o comercio local. Produz tambem para o consumo interno milho, feijão, farinha de mandioca, etc. Sua produção agricola pode ser avaliada em...... 500:000$000.

Industrias — Carece de importancia as existentes no municipio.

Pecuaria — Calculo de 1920: bovinos, 7.042 no valor de 866:000$; 1.160 equinos, no valor de 168:200$000; 126 asininos e muares, no valor de 25:700$000; 4.807 ovinos, no valor de 62:491$000; 4.358, caprinos, no valor de 87:160$000; 1.981 suinos, no valor de 132:727$000. O municipio é produtor de couros e peles.

A vila — Fica situada á margem esquerda do rio S. Francisco, tem cerca de 250 predios e 4.000 habitantes.

Finanças — A Prefeitura Municipal no ultimo ano arrecadou 7:775$000 e o Estado 45:650$000.

SÃO JOSÉ DA LAGE

A séde do municipio tem a categoria de cidade. Judiciariamente pertence á comarca de União.

Superficie — 622 kms.².

Altitude — 254 metros.

Posição astronomica — 9° 09' 37" de latitude e 36° 00' 57" de longitude W. Grw.

Clima — Muito saudavel.

Hidrografia — Rios: Canhoto, Anhumas e Jacuípe.

Orografia — Serras: Canastra e Maria Maior.

Povoados principais — Piquete, Serra Grande, Carurusinho e Canastra.

Meios de comunicação — O municipio é servido pela Great Western, com estações na séde e em Serra Grande, grande centro assucareiro. Dista da capital 111 kms. e com ela comunica-se diariamente por estrada de ferro. Possue boas estradas para automoveis em direção a outros municipios e seus principais povoados. Tem serviço telegrafico da Great Western e serviço postal.

População — 58.471, ou 32,000 habitantes por km.².

Instrução — Sua população escolar é de 5.600 creanças. Tem o municipio 10 escolas primarias, nas quais se matricularam, no ultimo ano escolar, 359 alunos, ou 6 % de sua população em idade de instrução.

Comercio — O imposto de industria e profissão, em 1931, arrolou 210 contribuintes, que declararam um giro comercial de 3.798:707$000. Sua importação de outros Estados atingiu a 676:302$000 e a exportação direta a 203:406$000.

Agricultura — O municipio é assencialmente assucareiro, contando 2 grandes usinas, que declararam ter um capital invertido na industria de 14.574:000$000. Conta 8 engenhos moentes e 3 de fogo morto e 102 casas de farinha de mandioca. A estimativa de sua produção, na ultima safra foi a seguinte: 10.980 toneladas de assucar, 600 de rapaduras, 2.100 de farinha de mandioca, 200.000 litros de aguardente, 1.680.000 de alcool-motor (Usga), 60 toneladas de goma de mandioca, além de

grande produção de algodão em rama, café, milho, feijão. Sua produção pode ser avaliada em 12.000:000$000.

Industrias — Existem no municipio: 5 fabricas de bebidas, 4 de calçados, 3 de vinagre, 3 de queijos, com uma produção de 15.000 quilos, 2 de artefatos de couro, 1 beneficiador de algodão, além de outros estabelecimentos industriais de menor importancia.

Pecuaria — Calculo de 1920: bovinos 12.140 no valor de...... 1.493:220$000; 4.222 equinos no valor de 612:190$000; 694 asininos e muares no valor de 141:576$000; 2.742 ovinos no valor de 35:750$000; 4.488 caprinos no valor de 89:760$000; 2.770 suinos no valor de...... 173:590$000.

Cidade — Das mais importantes do Estado, situada á margem da linha ferrea, com 556 predios terreos e 8 assobradados, boa edificação, uma igreja matriz notavel pela sua beleza arquitetonica, excelente serviço de força e luz eletricas, etc.

Finanças — A Prefeitura Municipal no ultimo ano arrecadou 70:768$000, o Estado 153:850$000 e a União 86:448$000.

SÃO LUIZ DO QUITUNDE

A séde do municipio tem a categoria de cidade e é tambem séde da comarca do mesmo nome, a qual pertencem os municipios de Camaragibe e Porto de Pedras. A comarca tem 8 distritos judiciarios, 1.942 kms.² e 87.555 habitantes.

Superficie — 805 kms.².

Altitude — 15 metros na cidade e 90 em Flexeiras.

Clima — Regular. Manifesta-se o impaludismo nos pontos mais baixos e pantanosos.

Hidrografia — Rios: Santo Antonio Grande, e afluentes.

Povoados principais — Flexeiras, Barra de Santo Antonio, Paripoeira, etc.

Meios de comunicação — Fluvial, pelo Santo Antonio Grande, em barcaças, até o povoado Santo Antonio; maritima e terrestre, por estradas para automovel, em direção da capital e dos municipios vizinhos. Servido pelo Telegrafo Nacional e tem serviço postal. Dista da capital 65 kms.

População — 33.038, ou 41,04 habitantes por km.².

Instrução — A população em idade escolar está calculada em 3.300 creanças. Séde do grupo escolar "Messias de Gusmão". Além desse estabelecimento conta 8 escolas primarias. No ultimo ano letivo estiveram matriculados 437 alunos, ou 13 % da população escolar.

Comercio — Em 1931 foram arrolados 148 contribuintes do imposto de industria e profissão, que declaram um giro comercial de...... 2.630:200$000. Suas operações de compra e venda são feitas quasi que exclusivamente com a capital.

Agricultura — O municipio basea a sua vida economica no assucar, mantendo 3 usinas, com um patrimonio de cerca de 4.000:000$000 e uma produção de 4.200 toneladas de assucar, em média anual, e 56 engenhos banguês. Sua produção no ultimo ano agricola foi assim calculada: 9.980 toneladas de assucar, 54 de rapaduras, 28.924 litros de aguardente, 68.440 litros de alcool, 4.318 litros de alcool-motor, produzindo ainda feijão, côcos, milho, arroz e outros generos, inclusive farinha de mandioca, para cuja fabricação mantem cerca de 300 pequenas fabricas. Sua safra pode ser calculada em 4.000:000$000. Existem no municipio, arroladas para o pagamento do imposto territorial, 222 propriedades rurais no valor de 6.285:380$000.

Industrias — Existem no municipio: 11 fabricas de bebidas, 1 de calçados, 1 de vinagre, 1 de artefatos de couros, 6 de moveis e outros estabelecimentos industriais de menor importancia.

Pecuaria — Resenceamento de 1920: bovinos 7.262 no valor de 943:226$000; equinos 1.990 no valor de 288:550$000; asininos e muares 200 no valor de 40:890$000; 3.280 ovinos no valor de 42:640$000; caprinos 453 no valor de 9:060$000; suinos 1.134 no valor de...... 75:978$000.

Cidade — Bonita e florecente cidade, á margem do rio Santo Antonio, com 450 predios terreos e 3 assobradados, boas ruas e edificação regular. E' iluminada por luz eletrica.

Finanças — A Prefeitura Municipal no ultimo ano arrecadou 46:457$000, o Estado 58:868$000 e a Unio 60:553$000.

SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

A séde do municipio tem a categoria de cidade e é tambem séde da comarca do mesmo nome, a cuja jurisdição pertence o municipio de Alagoas. A comarca tem 5 distritos judiciarios, 1.969 kms.² e uma população de 62.025 almas.

Superficie — 1.428 kms.².

Altitude — 40 metros.

Posição astronomica — 9c 46' 52" de latitude e 36º 35' 06" de longitude W. Grw.

Clima — Saudavel.

Povoados principais — Barra de São Miguel, Campo Alegre, Jiquiá da Praia, Sinimbú.

Meios de comunicação — Comunicação maritima e terrestre com a capital do Estado, da qual está distante 70 kms. Possue boas estradas de rodagem para ligação com a capital, povoados principais e municipios circunvizinhos. Tem serviço telegrafico e postal.

População — 38.187, ou 26,74 habitantes por km.².

Instrução — A população escolar é aproximadamente de 3.810 creancas. Conta o municipio 17 escolas primarias, nas quais se matricularam, em 1931, 704 creanças, ou 19 % da população escolar.

Comercio — Em 1931 foram incluidos na lista dos contribuintes do imposto de industria e profissão 154 pessoas, que declararam um giro comercial de 4.443:100$000. Seu comercio de compra e venda é feito quasi que exclusivamente com a capital e municipios limitrofes. Sua exportação direta montou a 420:501$000.

Agricultura — Foram arroladas para o pagamento do imposto territorial 504 propriedades rurais no valor de 6.285:380$000. Conta o municipio 1 grande usina de assucar e 34 engenhos banguês moentes, 8.815 coqueiros frutificando, sendo a sua produção agricola avaliada assim: 55 toneladas de arroz, 79 de algodão, 180 de feijão, 370 de milho, 360 de batatas, 352.600 côcos, 2.000 toneladas de mandioca não industrializada, 550 de farinha de mandioca, 2.470 toneladas de assucar, 200 de rapaduras, podendo essa produção ser avaliada em 3.000:000$000.

Industrias — Existem no municipio: 2 fabricas de bebidas, 8 de calçados, 4 de vinagre, 2 grandes fabricas de tecidos de algodão com um patrimonio de 4.350:000$000 e uma produção, em 1931, de 5.489.209 metros de tecidos diversos no valor de 3.350:000$000, 5 fabricas de moveis, 2 de artefatos de couro, 1 de sabão, 2 curtumes, 1 fabrica de especialidades farmaceuticas, e outros estabelecimentos industriais. Sua produção industrial é calculada em 4.000:000$000.

Pecuaria — Resenceamento de 1920: bovinos 5.787, no valor de 711:801$000; equinos 1.936, no valor de 280:720$000; asininos e muares 493, no valor de 100:572$000; ovinos 2.810 no valor de 36:530$000; caprinos 3.258, no valor de 59:160$000, suinos 924 no valor de 66:908$.

Cidade — E' uma das mais bonitas cidades do interior, contando 908 predios terreos e 18 assobradados, alguns de moderna construção. E' iluminada a luz eletrica.

Finanças — A Prefeitura Municipal, no ultimo ano, arrecadou 84:446$000, o Estado 195:325$000 e a União 350:995$000.

TRAIPÚ

A séde do municipio tem a categoria de cidade e é tambem séde da comarca do mesmo nome, á qual pertencem os municipios de Porto Real do Colegio e São Braz. Tem a comarca 5 distritos judiciarios, uma superficie de 2.416 kms.² e uma população de 59.596 almas.

Superficie do municipio — 1.386 kms.².

Clima — Geralmente saudavel.

Povoados principais — Belo Horisonte, Capivara, Caraibas, Lagôa da Canôa, Priaca, Santa Cruz, etc.

Meios de comunicação — Comunica-se com a cidade de Penedo pelo rio São Francisco. Dista da capital 246 kms. e tem estrada de rodagem em direção da capital, seus povoados e municipios limitrofes. Tem serviço telegrafico e postal.

População — 25.789, ou 18,67 habitantes por km.².

Instrução — A população escolar orça por 2.580 creanças. Existem no municipio 9 escolas primarias. No ultimo ano letivo a matricula foi de 310, ou 12 % da população escolar.

Comercio — Em 1931 foram arrolados 112 contribuinees do imposto de industria e profissão, que declaram um giro comercial de...... 1.966:000$000. O seu comercio de importação é feito por Penedo. A exportação direta do municipio foi de 59:387$000. Mantem ativo comercio com os municipios limitrofes.

Agricultura — O imposto territorial arrolou, em 1931, 640 propriedades rurais, no valor aproximado de 1.052:250$000. Produz principalmente arroz e algodão, produsindo tambem farinha de mandioca, milho, feijão, etc. Sua produção agricola pode ser avaliada em...... 1.000:000$000.

Industrias — As mais importantes são a do beneficiamento do arroz e do algodão e a de couros e peles.

Pecuaria — Resenceamento de 1920: bovinos 15.132, no valor de 1.901:211$000; equinos 1.378, no valor de 241:895$000; asininos e muares 221, no valor de 45:084$000; ovinos 3.435, no valor de 44:655$000; caprinos 7.149, no valor de 152:980$000; suinos 1.050, no valor de.... 70:350$000.

Cidade — Situada á margem esquerda do rio São Francisco, conta 329 predios terreos e 5 assobradados. E' iluminada a luz eletrica.

Finanças — No ultimo ano a Prefeitura Municipal arrecadou 29:292$000, o Estado 40:036$000 e a União 12:238$000.

UNIÃO

A séde do municipio tem a categoria de cidade e é tambem séde da comarca do mesmo nome, á qual pertence o municipio de São José da Lage. A comarca tem 6 distritos judiciarios, uma superficie de 1.671 kms.² e uma população de 133.821 habitantes.

Superficie do municipio — 1.094 kms.[2].

Altitude — 155 metros na cidade e 110 em Barra do Canhoto.

Posição astronomica — 9° 09' 37" de latitude e 35 59' 34" de longitude W. Grw.

Clima — Dos mais saudaveis do Estado.

Povoados principais — Barra do Canhoto, Mundaú-Mirim e Munguba.

Meios de comunicação — O municipio é servido pela Great Western, com estações na cidade e em Barra do Canhoto. Possue boas estradas de rodagem na direção dos municipios limitrofes e seus principais povoados. Dista da capital 89 kms. Tem serviço telegrafico da Great Western e postal.

Orografia — Serras: Imbira, Macaco, Barriga e outras.

Hidrografia — Rios: Mundaú e afluentes.

População — 71.350, ou 68,01 habitantes por kms.[2].

Instrução — A população em idade escolar está calculada em 7.130 almas. Conta o municipio 1 grupo escolar e 11 escolas primarias isoladas, que, no ultimo ano letivo, receberam 576 alunos, ou 9 % da população escolar.

Comercio — O giro comercial, em 1931, declarado por 156 contribuintes do imposto de industria e profissão foi de 6.425:100$000. Sua importação de outros Estados montou a 500:769$000 e a exportação direta a 268:763$000.

Agricultura — Foram arroladas pelo imposto territorial 380 propriedades rurais, no valor aproximado de 7.783:000$000. A produção agricola, em 1931, teve a seguinte estimativa: assucar 2.050 toneladas, 1.150 de rapaduras, 283 de algodão, 860 de feijão, 5.066 de milho, 75 de café, 23 de arroz, 16 de fumo, 480 de mamona, 670 de batatas, 822 de mandioca não industrializada, 192 de farinha de mandioca. Essa produção pode ser calculada em 4.000:000$000. O municipio é ainda grande produtor de frutas, principalmente abacaxis e laranjas.

Industrias — Funcionam no municipio: 10 fabricas de bebidas, 4 de calçados, 3 de artefatos de couros, 2 de vinagre, 2 de moveis, 1 de queijo, 1 de sabão, 5 cortumes, 3 beneficiadores de algodão, 1 usina de assucar, com fabricação de alcool e aguardente, 42 engenhos banguês.

Pecuaria — Resenceamento de 1920: bovinos 21.075, no valor de 2.592:225$000; equinos 5.096, no valor de 738:920$000; asininos e muares 350, no valor de 71:400$000; ovinos 2.750, no valor de 35:750$000; caprinos 1.477, no valor de 29:760$000; suinos 4.206, no valor de.... 281:802$000.

Cidade — Situada á margem do rio Mundaú, no dorso de uma colina, é uma das mais adeantadas e bonitas cidades do Estado. Conta 1.291 predios terreos e 4 assobradados, ativo comercio, um magnifico predio escolar, cinema, bons hoteis, boas ruas calçadas e excelente iluminação eletrica.

Finanças — A Prefeitura Municipal arrecadou no ultimo ano 113:180$000, o Estado 138:455$000 e a União 63:687$000.

VIÇOSA

A séde do municipio tem a categoria de cidade e é tambem séde da comarca do mesmo nome, a qual pertence o municipio de Capela. A comarca tem 4 distritos judiciarios, uma superficie de 1.526 kms.[2] e uma população de 107.101 almas.

Superficie do municipio — 948 kms.[2].

Altitude — 190 metros na cidade e 247 em Anel.

Clima — Dos mais saudaveis do Estado.

Hidrografia — Rios: Paraíba, Caçamba, Limoeiro e Riachão.

Orografia — Serras do Bananal, Dois Irmãos, Cavaleiro, Olhos d'Agua.

Povoados principais — Pindoba Grande, Bom Sossego, Anel e Lage do Caldeirão.

Meios de comunicação — O municipio é servido diariamente pela Great Western, com estações na cidade e em Anel. Possue boas estradas de rodagem em direção da capital do Estado, da qual está distante 84 kms., de seus povoados e dos municipios limitrofes. Tem serviço telegrafico da Great Western e serviço postal.

População — 70.665, ou 74,53 habitantes por km.².

Instrução — A população escolar orça por 7.060 almas. Conta o municipio 26 escolas primarias, das quais uma é grupo escolar. Dessas escolas, 12 são mantidas pelo Estado, 5 pelo municipio e 7 são particulares. No ultimo ano letivo estiveram matriculados 1.018 alunos, ou 14 % da população escolar. A' difusão do ensino primario a sociedade Instrutora Viçosense presta grandes serviços.

Comercio — O giro comercial apurado em 1931 pela Coletoria Estadual foi de 10.465:000$000, havendo sido arrolados 346 contribuintes do imposto de industria e profissão. Sua importação de outros Estados montou a 616:284$000 e a exportação a 602:077$000. O movimento bancario pelo Banco Agricola de Viçosa foi de 1.677:777$000, havendo depositos no valor de 701:000$000 e tendo montado os emprestimos, inclusive titulos descontados, a 775:000$000.

Agricultura — Em 1931 foram arroladas pelo imposto territorial 540 propriedades rurais, no valor aproximado de 12.283:150$000. A estimativa de sua producão agricola foi a seguinte: assucar 2.640 toneladas, rapadura 1.200, aguardente 45.000 litros, farinha de mandioca 2.640 toneladas, algodão em rama 2.000, arroz beneficiado 15, mandioca não industrializada 13, café 744, milho 5.000, feijão 2.338, batatas doces 714, mamona 439, caroço de algodão 4.000, inhame 200, fumo 268, podendo a sua producão ser estimada em 15.000:000$000.

Industrias — Existem no municipio: 1 cortume aparelhado com os melhores maquinismos para toda especie de preparo do couro e peles, 23 fabricas de bebidas, 8 de calçados, 3 de artefatos de couro, 2 de ladrilhos, 1 de moveis, 1 de sabão, 2 beneficiadores de algodão, 10 engenhos de assucar, além de outros estabelecimentos industriais. Sua produção industrial pode ser avaliada em 2.000:000$000.

Pecuaria — Calculo de 1920: bovinos 25.209, no valor de...... 3.100:707$000; equinos 8.354, no valor de 1.211:330$000; asininos e muares 409, no valor de 81:430$000; ovinos 1.212, no valor de 15:756$; caprinos 3.522, no valor de 70:440$000, suinos 10.904, no valor de.... 730:568$000.

Cidade — Situada á margem esquerda do rio Paraíba, entre duas colinas, é uma das mais formosas cidades do interior. Conta 1.500 predios, aproximadamente, numerosos de construção moderna. Tem um hospital particular, diversas associações literarias, esportivas, recreativas e beneficentes, cinema, teatro, ruas bem alinhadas e com calçamento a paralelepidos, boa iluminação eletrica.

Finanças — No ultimo ano a Prefeitura Municipal arrecadou.... 108:560$000, o Estado 146:150$000 e a União 76:878$000.

INDICE

Assuntos | Pags.

Assuntos	Pags.

ERRATA

Na pagina	52,	linha	18,	leia-se	instrução em vez de ilustração.
"	57,	"	36,	"	Calvo em vez de Carvo.
"	80,	"	47,	"	fabrica em vez de fabricava.
"	81,	"	49,	"	vai em vez de ia.
"	87,	"	4,	"	amparam-lhe em vez de ampara-lhe.
"	93,	"	42,	"	será em vez de ser.
"	94,	"	13,	"	prima em vez de primeira.
"	95,	"	1.	"	mais em vez de mas.
"	96,	"	1,	"	destinasse em vez de destinassem.
"	127,	"	23,	"	comprando em vez de comprado.
"	178,	"	44,	"	19$730 em vez de 18$630.
"	202,	"	5,	"	registrou em vez de registraram-se.